

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICA SOCIAL (PPGPS)
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL (SER)
BEATRIZ RODRIGUES DINIZ

A condição da Política de Assistência Social no capitalismo dependente

Brasília - DF
2020

Beatriz Rodrigues Diniz

A Condição da Política de Assistência Social no capitalismo dependente

Tese de doutorado submetida ao Programa de Pós-graduação em Política Social do Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília, como requisito parcial necessário à obtenção do título de Doutora em Política Social.
Orientadora: Prof.^a Dra. Sandra Oliveira Teixeira

Brasília - DF
2020

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

RD585c Rodrigues Diniz, Beatriz
A Condição da Política de Assistência Social no
capitalismo dependente / Beatriz Rodrigues Diniz;
orientador Sandra Oliveira Teixeira. -- Brasília, 2020.
260 p.

Tese (Doutorado - Doutorado em Política Social) --
Universidade de Brasília, 2020.

1. Política de Assistência Social. 2. Capitalismo
dependente. 3. Programa Bolsa Família. 4. Superexploração da
Força de Trabalho. I. Oliveira Teixeira, Sandra, orient. II.
Titulo.

Beatriz Rodrigues Diniz

A condição da Política de Assistência Social no capitalismo dependente

Tese de doutorado submetida ao Programa de Pós-graduação em Política Social do Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília, como requisito parcial necessário à obtenção do título de Doutora em Política Social.

Aprovada em 18 de Dezembro de 2020.

Prof.^a Dr.^a Sandra Oliveira Teixeira - Orientadora
Universidade de Brasília

Prof.^a Dr.^a Mirella Farias rocha
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Newton Narciso Gomes Junior
Universidade de Brasília

Prof. Dr. Marcelo Sitcovsky Santos Pereira
Universidade Federal da Paraíba

Prof.^a Dr. Rosa Helena Stein (Suplente)

Brasília
2020

Aos meus tesouros Elisa, Francisco e Serena

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus pelo encerramento de mais esta etapa da minha vida.

A minha querida orientadora Sandra Oliveira Teixeira, pela disponibilidade, fraternidade, carinho e paciência, por ter se mantido ao meu lado durante este longo, conturbado e complicado período. Obrigado por não ter desistido de mim.

A minha irmã Bianca e minha mãe Salete, por nos mantermos sempre unidas e fiéis em todos os momentos, obrigado por vocês existirem e estarem na minha vida. Ao meu pai pelos ensinamentos que até hoje fazem a diferença nas minhas escolhas.

A minha pequena grande Elisa, minha “companheirinha”, que entendeu minha necessidade e colaborou muito durante todo esse processo.

Ao meu carinhoso Francisco que me contagiou diariamente com a sua sensibilidade me mostrando o que era mais importante nos momentos difíceis.

A minha pequenina Serena que de dentro do meu ventre compartilhou todas as minhas emoções e dificuldades e, ao nascer fez jus ao nome e me permitiu finalizar esse projeto.

A amiga Silvana e comadre Morena, por estarem sempre presentes, aos meus amigos de doutorado pelo apoio e debates sempre reflexivos e inspiradores. Ao amigo Lúcio pelo socorro nos momentos difíceis, pela prestatividade e pelos cafés para distrair. A amiga e comadre Isabela pelo incentivo e presença constantes e pelo cuidado e zelo dos meus filhotes para que eu pudesse alcançar meu objetivo. Ao Glauber, Tomás e Luís Otávio pela colaboração nos dados da pesquisa. Obrigada a todos que tornaram esse projeto possível.

Ao meu companheiro Gustavo, pela paciência nos momentos de desmotivação, pela sensatez e racionalidade nos momentos certos, por me dar possibilidades para que esse trabalho fosse finalizado. Obrigado pela sua grandiosidade e por fazer parte da minha vida. Aos seus pais, que colaboraram ao me possibilitar alguns momentos de dedicação e foco para o desenvolvimento desse trabalho. Ao seu irmão Bruno pelos conselhos durante o desenvolvimento desse trabalho.

Aos professores Newton Junior, Marcelo Sitcovsky e Mirella Rocha pela disponibilidade de participar da banca.

Aos professores do Programa de Pós-graduação em Política Social da Universidade de Brasília pelos ensinamentos centrais para o desenvolvimento deste trabalho.

Ao Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES) por permitir que eu pudesse ficar exclusivamente para a realização desse trabalho, em especial a Maria Aparecida.

RESUMO

A presente tese tem como tema a Política de Assistência Social na dinâmica do capitalismo dependente. Para tanto, teve como objeto a relação entre Programa Bolsa Família PBF e a categoria superexploração da força de trabalho. O objetivo geral da pesquisa foi tratar em que medida a Política de Assistência Social, via Programa Bolsa Família protege e/ou colabora para a intensificação dos determinantes da superexploração da força de trabalho. Para atingir tal objetivo, nos propomos a identificar as particularidades da relação capital/trabalho no Brasil a partir dos elementos determinantes do desenvolvimento do capitalismo periférico e dependente; identificar a função da política de assistência social na dinâmica do capitalismo e identificar as características do mercado de trabalho e dos usuários do PBF. Para atingirmos tais objetivos adotamos como metodologia o referencial teórico que corresponde à tradição marxista, ou seja, o materialismo histórico dialético, por entendermos ser a matriz teórico-metodológica capaz de nos fazer atingir a essência dos fenômenos da realidade que pretendemos conhecer. Para estimar, com dados, o que o referencial teórico apontou utilizamos como estratégia uma regressão em painel, que nos permitiu tecer considerações acerca do objeto e resposta de pesquisa. Como resultados observamos que o Programa Bolsa Família pode atenuar alguns determinantes da superexploração da força de trabalho, no entanto, no que concerne aos beneficiários/as do Programa a mesma estimativa não se faz presente. Para estes o Programa cumpre o papel de impactar aqueles localizados na extrema pobreza, oferecendo melhores possibilidades para sua reprodução cotidiana e os livrando de trabalhos degradantes e análogos ao escravo. Apesar disso, verificou-se que para os beneficiários/as do PBF o caráter da inserção laboral é marcadamente precarizado.

Palavras-chave: Política de Assistência Social. Capitalismo dependente. Programa Bolsa Família. Superexploração da força de trabalho.

ABSTRACT

This thesis has as its theme the Social Assistance Policy in the dynamics of dependent capitalism. To this end, the object was the relationship between Bolsa Família Program PBF and the overexploitation category of the workforce. The general objective of the research was to address the extent to which the Social Assistance Policy, through the Bolsa Família Program protects and / or collaborates to intensify the determinants of overexploitation of the workforce. To achieve this goal, we propose to identify the particularities of the capital / labor relationship in Brazil based on the elements that determine the development of peripheral and dependent capitalism; to identify the role of social assistance policy in the dynamics of capitalism and to identify the characteristics of the labor market and the users of the PBF. To achieve these goals, we adopted the theoretical framework that corresponds to the Marxist tradition as methodology, that is, dialectical historical materialism, as we understand that it is the theoretical-methodological matrix capable of making us reach the essence of the phenomena of reality that we intend to know. To estimate, with data, what the theoretical framework pointed out, we used a panel regression as a strategy, which allowed us to make considerations about the research object and response. As a result, we observed that the Bolsa Família Program can mitigate some determinants of the workforce over-chlorination, however, with regard to the beneficiaries of the Program, the same estimate is not present. For these, the Program fulfills the role of impacting those located in extreme poverty, offering better possibilities for their daily reproduction and freeing them from degrading and slave-like jobs. Despite this, it was found that for the beneficiaries of the PBF the character of the job insertion is markedly precarious.

Keywords: Social Assistance Policy. Dependent capitalism. Programa Bolsa Família . Overexploitation of the workforce.

RESUMEN

Esta tesis tiene como tema la Política de Asistencia Social en la dinámica del capitalismo dependiente. Para ello, el objeto fue la relación entre el PBF del Programa Bolsa Familia y la categoría de sobreexplotación de la fuerza laboral. El objetivo general de la investigación fue abordar en qué medida la Política de Asistencia Social, a través del Programa Bolsa Familia, protege y / o colabora para intensificar los determinantes de la sobreexplotación de la fuerza laboral. Para lograr este objetivo, proponemos identificar las particularidades de la relación capital / trabajo en Brasil a partir de los elementos que determinan el desarrollo del capitalismo periférico y dependiente; identificar el papel de la política asistencial en la dinámica del capitalismo e identificar las características del mercado laboral y de los usuarios del PPD. Para lograr estos objetivos, adoptamos como metodología el marco teórico que corresponde a la tradición marxista, es decir, el materialismo histórico dialéctico, en tanto entendemos que es la matriz teórico-metodológica capaz de hacernos llegar a la esencia de los fenómenos de la realidad que pretendemos conocer. Para estimar, con datos, lo que señalaba el marco teórico, utilizamos una regresión de panel como estrategia, lo que nos permitió hacer consideraciones sobre el objeto y la respuesta de la investigación. Como resultado, observamos que el Programa Bolsa Familia puede mitigar algunos determinantes de la sobreexplotación de la fuerza laboral, sin embargo, con respecto a los beneficiarios del Programa, no se presenta la misma estimación. Para estos, el Programa cumple el rol de impactar a los que se encuentran en extrema pobreza, ofreciendo mejores posibilidades para su reproducción diaria y liberándolos de trabajos degradantes y esclavistas. A pesar de ello, se encontró que para los beneficiarios del PPD el carácter de la inserción laboral es marcadamente precario.

Palabras clave: Política de asistencia social. Capitalismo dependiente. Programa Bolsa Familia. Sobreexplotación de la mano de obra.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Tabela Distribuição setorial das exportações por países selecionados 2000-2002 e 2007-2009 (%)	71
Figura 2 – Tabela Mercados das exportações: 2000 e 2007 (em % do total de exportações)	73
Figura 3 – Tabela América Latina: valor das exportações totais em anos selecionados (em milhões de dólares)	74
Figura 4 – Tabela América Latina: as quinhentas maiores empresas locais transnacionais, em 2006, por vendas e setores de atividade econômica (em %)	75
Figura 5 – Tabela Limites das jornadas semanais normais (1967)	80
Figura 6 – Tabela Limites das jornadas normais (1984)	81
Figura 7 – Tabela Limites das jornadas normais (1995)	82
Figura 8 – Tabela Limites das jornadas normais (2005)	83
Figura 9 – Gráfico Limite máximo de horas de trabalho semanais por região – 2009	84
Figura 10 – Gráfico Participação salário/PIB em 2009 (ou último ano disponível)	86
Figura 11 – Gráfico Economias de mayor tamaño	87
Figura 12 – Tabela Salário em termos de paridade de poder de compra da América Latina e de outros países (Grã-Bretanha em 1905 = 100)	91
Figura 13 – Gráfico Salário mínimo em PPP – 2015	92
Figura 14 – Tabela Números Absolutos e Relativos de Acidentes de Trabalho no Brasil (1999-2011)	95
Figura 15 – Gráfico População de 14 anos ou mais de idade, desocupadas na semana de referência – Brasil (em 1000 pessoas)	189
Figura 16 – Gráfico População de 14 anos ou mais de idade, desalentadas na semana de referência – Brasil (em 1000 pessoas)	190
Figura 17 – Gráfico Pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência em trabalhos formais e informais (1000 pessoas)	191
Figura 18 – Gráfico Rendimento médio mensal real domiciliar per capita, a partir das classes simples de percentual das pessoas em ordem crescente de rendimento (2012-2018)	201
Figura 19 – Gráfico Apropriação da renda total a partir das classes de rendimento domiciliar <i>per capita</i> – 2008	202

Figura 20 – Gráfico Famílias inscritas no Cadastro Único (2012-2018)	213
Figura 21 – Gráfico Pessoas inscritas no Cadastro Único por sexo – Brasil (2012-2018)	214
Figura 22 – Gráfico Famílias por faixa de renda antes e após a concessão dos benefícios do PBF em agosto de 2018 (em %)	217
Figura 23 – Quadro Diferenças metodológicas entre PNAD e PNAD Contínua	221
Figura 24 – Quadro de Resultados Modelo 1	230
Figura 25 – Quadro de Resultados Modelo 2	232
Figura 26 – Quadro de Resultados Modelo 3	234

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Índice de preços de produtos de exportação (2000 = 100)	72
Tabela 2 – Salário Mínimo/Salário Mínimo Necessário (1994-2019)	93
Tabela 3 – População de 14 anos ou mais de idade, ocupadas e desocupadas na semana de referência – Brasil (em 1000 pessoas)	161
Tabela 4 – Pessoas de 14 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência, segundo posição na ocupação e trabalho formal ou informal – Brasil (1.000.000 pessoas)	188
Tabela 5 – Indivíduos (em %) ocupados pela faixa de remuneração em salários mínimos – Brasil (2008-2018)	192
Tabela 6 – Salário mínimo real e necessário (em R\$) a preços de 2018 (2008-2018)	194
Tabela 7 – Distribuição das despesas monetária e não monetária média mensal familiar, por classes de rendimento total e variação patrimonial mensal familiar, segundo os tipos de despesa - Brasil (2017-2018)	197
Tabela 8 – Distribuição do rendimento total e variação patrimonial médio mensal familiar, por classes de rendimento total e variação patrimonial mensal familiar, segundo os tipos de origem do rendimento – Brasil (2017-2018)	199
Tabela 9 – Rendimento médio mensal real domiciliar <i>per capita</i> , a preços médios do último ano – Brasil (2012-2018)	200
Tabela 10 – Pessoas inscritas no Cadastro Único por nível de instrução – Brasil (2012-2018)	215
Tabela 11 – Comparativa da quantidade de famílias inscritas no Cadastro Único X famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (2012-2018)	215
Tabela 12 – Número médio de moradores nos domicílios particulares permanentes que recebem o benefício Bolsa Família, por região (2012-2018)	216
Tabela 13 – Pessoas em famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família a partir da função principal em junho de 2020, por região (em %)	219

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAT	Comunicação de Acidentes de Trabalho
CadÚNICO	Cadastro Único
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CFA	Custo Familiar da Alimentação
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CNSS	Conselho Nacional de Serviço Social
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
DRU	Desvinculação das Receitas da União
EUA	Estados Unidos da América
EIR	Exército Industrial de Reserva
FGTS	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FMI	Fundo Monetário Internacional
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LAI	Lei de Acesso à Informação
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
MEI	Microempreendedor Individual
TEM	Ministério do Trabalho e Emprego
OCDE	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OGU	Orçamento Geral da União

OIT	Organização Internacional do Trabalho
PAS	Política de Assistência Social
PBF	Programa Bolsa Família
PEC	Proposta de Emenda Constitucional
PIB	Produto Interno Bruto
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
POF	Pesquisa de Orçamentos Familiares
PT	Partido dos Trabalhadores
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
SM	Salário Mínimo
SMN	Salário Mínimo Necessário
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
SUS	Sistema Único de Saúde
TMD	Teoria Marxista da Dependência

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	19
2	O CARÁTER DO DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO NO BRASIL	32
2.1	Modo de produção capitalista e trabalho	32
2.2	Capitalismo dependente e suas vertentes	40
2.3	Sobre a Revolução Burguesa Brasileira	51
2.4	Superexploração da força de trabalho: uma realidade apenas periférica?	66
3	QUESTÃO SOCIAL E POLÍTICA SOCIAL NO CAPITALISMO DEPENDENTE	99
3.1	Questão Social e suas particularidades no Brasil	99
3.2	Componentes históricos da conformação das políticas sociais na fase monopolista do capitalismo	105
3.3	Os fundamentos da política social no capitalismo dependente: uma realidade brasileira	113
3.3.1	<i>A política social do governo do PT</i>	128
3.4	Política de Assistência Social: a quem se destina?	146
3.5	A relação assistência social x trabalho na contemporaneidade dependente	160
4	POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: COLABORA OU ATENUA PARA SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO?	173
4.1	Reprodução da força de trabalho: de onde vem o rendimento das famílias brasileiras?	174
4.1.1	<i>As tendências e características históricas do mercado de trabalho no Brasil</i>	174
4.1.2	<i>O espelho da classe trabalhadora no Brasil hoje</i>	181
4.2	O papel da Política de Assistência Social na reprodução da força de trabalho via programas de transferência de renda: o impacto do Programa Bolsa Família	203
4.2.1	<i>Participação do Bolsa Família na população pobre</i>	203
4.2.2	<i>A influência do Programa Bolsa Família para a Superexploração da força de trabalho: um estudo empírico</i>	220
4.2.2.1	Dados para o estudo empírico	220
	a) Jornada de trabalho	222
	b) Formalidade e informalidade	223
	c) Renda	225

<u>4.2.2.2</u>	<u>Metodologia do estudo empírico</u>	225
<u>4.2.2.3</u>	<u>Programa Bolsa Família: um elemento contra a superexploração?</u>	227
5	CONCLUSÃO	238
	REFERÊNCIAS	244
	ANEXO A – MODELOS ECONOMÉTRICOS DO ESTUDO EMPÍRICO	253

1 INTRODUÇÃO

A presente tese tem como tema a condição da política de assistência social no capitalismo dependente. Considerando o Brasil como país dependente, a pesquisa tem como objeto a relação entre o Programa Bolsa Família (PBF) e a superexploração da força de trabalho.

A escolha da temática e objeto é considerada relevante diante do contexto mundial atual marcado pelo processo de desmonte de direitos e ascensão de iniciativas de transferência de renda como estratégia de combate à pobreza.

No Brasil, a solidez da proposta se deve a centralidade que as alternativas de ações do campo da assistência social vêm tomando no âmbito da proteção social, com destaque para as iniciativas de transferência direta de renda condicionada como elemento garantidor do acesso a necessidades mínimas de subsistência da classe trabalhadora em detrimento das demais frentes da seguridade social.

Sendo assim, a proposta se mostra pertinente no que diz respeito aos estudos sociais, para a apreensão da dinâmica de reprodução da classe trabalhadora – colaborando para o processo de luta de classes – e para os trabalhadores, pesquisadores e formuladores de políticas sociais, pois é dá subsídios interessantes para a mediação entre assistência social, via PBF, e mercado de trabalho.

Considerando o papel que a transferência de renda vem desenvolvendo como estratégia de combate à pobreza e mecanismo de reprodução da força de trabalho, o foco do nosso estudo será uma das principais iniciativas de transferência de renda do Brasil, o Bolsa Família. Se considerarmos o número de brasileiros que direta ou indiretamente são atingidos pelo Programa, de acordo com os dados disponíveis pelo Ministério da Família o PBF está presente em mais de 14 milhões de famílias, o que abrange mais de 55 milhões de pessoas¹, o PBF é a principal iniciativa de transferência de renda do Brasil².

No que tange a dependência como marco do desenvolvimento do capitalismo na periferia, trataremos como categoria e centralidade da nossa pergunta de pesquisa a

¹ Esses números estão baseados nas informações da base de dados do Ministério da Cidadania (VIS Data) e correspondem ao mês de setembro/2020. Ver: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/vis/dash/painel.php?d=55>.

² Nesta afirmativa não estamos considerando o auxílio emergencial disponibilizado durante a pandemia do coronavírus. Esta exclusão ocorre por dois motivos: o auxílio emergencial é temporal, ou seja, tem data definida para acabar, e o PBF é permanente.

superexploração da força de trabalho. Esta será o elo que nos permitirá conduzir o estudo da relação entre política de assistência social e capitalismo dependente.

Nossa pesquisa terá como horizonte analisar se alternativas de transferência de renda como o PBF colaboram para a intensificação da superexploração da força de trabalho ou contribuem para sua redução.

Os programas de transferência de renda condicionada se tornaram alternativas de combate à pobreza no Brasil, já na década de 1990 seguindo o modelo desenhado pelos organismos internacionais para os países periféricos. Suas iniciativas foram referenciadas na focalização da pobreza.

A década de 1990 marca a inserção do neoliberalismo na dinâmica política, econômica e social no Brasil. Sob esta conjuntura temos como marco a flexibilização das relações de trabalho, a privatização de serviços e empresas públicas – fundamentada na chamada “reforma” administrativa para a modernização da máquina pública -, e a prospectiva de redução dos direitos sociais, dentre outros elementos. Como resultado de tal ofensiva temos o aprofundamento da pobreza e o aumento das desigualdades sociais.

O fim dos anos de 1990 tem como marco para a América Latina a ascensão de governos democrático-populares imbuídos de esperança e expectativa de, finalmente, ter as demandas e interesses da classe trabalhadora como pauta das prioridades governamentais.

Sob este contexto, no Brasil, nos anos 2000, assume a pasta presidencial o Partido dos Trabalhadores (PT) com a promessa de acabar com a fome do povo brasileiro. Para tanto, o partido se valeu das orientações dos organismos internacionais no que diz respeito ao modelo de política social a ser adotado pela periferia. Sendo assim, a estratégia de combate à pobreza se consolidou nos programas de transferência de renda. A geração de renda é o princípio norteador das iniciativas de enfrentamento da pobreza. Nesta perspectiva, a renda seria, portanto, o meio capaz de inserir socialmente esses indivíduos, o que por sua vez produziria mais do chamado capital humano para as relações sociais de produção. Associada a transferência de renda, no Brasil nesse período, temos a política de valorização do salário mínimo que colabora diretamente para o aumento da renda média dos mais pobres (IPEA, 2011), o que possibilitou, juntamente com o endividamento, um maior acesso ao consumo de algumas franjas da classe trabalhadora.

A saída, portanto, nesta perspectiva, para a superação dos ciclos geracionais de pobreza extrema seria pela via da renda, associada a medidas de condicionalidade na saúde e na educação, fomentando aí a construção de capital humano.

É inegável que a gestão petista, via políticas de transferência e geração de renda principalmente, proporciona um impacto na vida cotidiana daqueles em situação de pobreza extrema ou de indigência. Mas pode-se dizer que, no que diz respeito à ampliação dos direitos sociais, a opção petista foi seguir a direção da agenda neoliberal ao ter como horizonte a mercantilização das demais frentes da proteção social brasileira. Cabe dizer ainda que a criação do PBF traz como novidade a consolidação da garantia de renda como elemento constituinte da política de assistência social brasileira pela gestão petista, no entanto, a mesma não inova no que diz respeito ao ordenamento das políticas sociais, visto que o Programa representa uma tendência de iniciativa que já estava presente no Brasil e na América Latina (SITCOVISKY, 2013).

No que tange o mercado de trabalho, durante os governos do PT vimos aumentar os postos de trabalho formal na área de serviços, concentrando grande parte da força de trabalho neste setor. Essa expansão, no entanto, se caracteriza por postos de trabalho com salários em torno de 1 salário mínimo para a grande maioria dos trabalhadores. O pareamento dessas ocupações com o salário mínimo proporcionou a ampliação da estimativa da redução dos índices de pobreza, devido a política de valorização do salário mínimo implementada pelo governo.

Ainda que se observe um aumento da formalidade nos postos de trabalho, é importante frisar que a tendência geral é uma força de trabalho marcada pelos processos de precarização, determinadas pelo avanço das flexibilizações das relações laborais seja através de contratos temporários, mudanças na regra das aposentadorias, dentre outros.

É necessário destacar ainda que as ações de transferência de renda representam apenas uma esfera do que foi a expansão da política de assistência social. No caso brasileiro, a ampliação da assistência vem associada a uma renovação de todo o arcabouço normativo. A nova institucionalidade dada à assistência social atribui, ao menos formalmente, à política mais uniformidade, sistematicidade e articulação entre as ações e projetos na área da assistência.

A instituição do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) prevê uma proteção social que visa à garantia da segurança de sobrevivência, através da garantia de rendimento e autonomia; da acolhida e convívio ou vivência familiar. Para efetivação de tais seguranças, é prevista a ampliação das redes socioassistenciais associadas à oferta de um conjunto de serviços locais. Os serviços passam a ser de caráter uniforme e sistemático.

[...] a criação do SUAS pode viabilizar uma normatização, organização (no sentido de romper com a sobreposição de papéis), racionalização e padronização dos

serviços prestados, inclusive considerando as particularidades regionais e locais (MOTA et al, 2009, p. 190).

De acordo com os autores, o SUAS amplia os objetivos da Política de Assistência Social (PAS) ao promover mudanças iniciais no marco teórico conceitual, na estrutura organizativa e nos mecanismos de controle social da assistência. Mantém os princípios previstos na Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), assim como as diretrizes. Importante ressaltar que, no que diz respeito a LOAS, o texto da lei 12435/2011 altera a lei 8742/93 (LOAS) ao dispor sobre a organização da assistência social. Para tanto, observa-se, dentre outras, alterações no âmbito dos objetivos ao incluir a vigilância socioassistencial referenciando o território e a defesa e acesso aos direitos no conjunto das provisões socioassistenciais. Uma das novidades destacadas, no âmbito do SUAS, é a referência na centralidade da família nas ações socioassistenciais.

De acordo com os autores, são eixos estruturantes do SUAS a matricialidade sociofamiliar, a territorialidade, as novas bases de acordo entre Estado e Sociedade, os mecanismos de financiamento, controle social e participação popular, dentre outros. Na nova estruturação ganha destaque a inovação dos sistemas de informação, avaliação e monitoramento articulada a uma nova conceituação de vigilância social, proteção social e defesa social e institucional. Tais elementos podem inferir a nova dimensão da PAS em uma direção que a consolida como uma política de direitos que visa buscar um rompimento com a sua herança baseada na lógica do favor. É a partir do SUAS que se fortalece o aparato institucional e político necessário para materialização da PAS.

A consequência da ampliação e do avanço no quadro institucional da PAS nos últimos anos fez com que suas iniciativas passassem a representar o principal acesso da afirmação dos direitos sociais no âmbito da seguridade social brasileira e a aposta para possibilitar o desenvolvimento social no país.

Durante os governos do PT, a PAS se mostrou, aparentemente, como a alternativa mais sólida do tripé da seguridade social, se comparado ao processo de desmonte de direitos projetado – e alguns já consolidados – na Previdência Social e na Saúde³, ainda nesse período, via mercantilização. Não por acaso, a PAS era considerada um instrumento central para o combate à pobreza no país, adquirindo centralidade no cenário nacional diante do seu pretenso potencial de acabar com a pobreza extrema. Neste sentido, os programas de

³ A saúde vem sofrendo nos últimos anos um intenso processo de precarização tendo como principal elemento do seu desmonte a criação da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH).

transferência de renda são seus principais elementos de ação, que ao alcançar milhões de famílias causam impacto político, econômico, ideológico e social em toda a sociedade.

Mota (2009) alerta sobre a centralidade atribuída à política de assistência social, como instrumento de enfrentamento da pauperização. Argumenta que a PAS, mais do que uma política de proteção social tornou-se um mito social, considerando sua condição de ideologia e prática política. Isso significa que a PAS passa a representar para uma parcela da população a alternativa de proteção social e não apenas parte dela, sendo considerada a única estratégia viável para o enfrentamento das expressões da questão social. Esta perspectiva, de acordo com Mota (2009) dá a PAS a condição de política estruturadora das demais políticas sociais.

O papel de enfrentamento e combate à pobreza dado a PAS é materializado na transferência de renda, principalmente o PBF devido sua abrangência, que acaba por se tornar a principal condição de redução das desigualdades.

Apesar da grande visibilidade e expansão da PAS, a iniciativa não está livre do processo de precarização que atinge as políticas sociais como um todo. Ao observamos a execução dos recursos da assistência social é notável que seu foco de ação são os programas de transferência de renda em detrimento das demais ações que estruturam seu aparato normativo como o aprimoramento da rede de serviços socioassistenciais, seja de caráter técnico e/ou estrutural, e das demais atividades previstas na normativa

[...] o Cadúnico e o controle das condicionalidades do Bolsa Família estão fagocitando o SUAS e impedindo os profissionais de realizar atividades e trabalhos mais profissionalmente criativos e socialmente consequentes. [...] o maior incremento de recursos vem acontecendo na política de assistência social, sobretudo nos programas de transferência de renda, [...], enquanto que previdência e saúde pública agonizam com falta de recursos e passam por processos de privatização, que restringem sua abrangência e favorecem a expansão acelerada dos planos privados de aposentadorias e saúde (BOSCHETTI et al, 2013, p. 23-29).

Tal característica é reveladora da subserviência política, econômica e ideológica do Brasil, enquanto país periférico e dependente, uma vez que o horizonte de política social que vem sendo traçado é aquele modelado pelo Banco Mundial e demais organismos internacionais nas suas estratégias para redução e combate à pobreza na periferia. E o Brasil vem cumprindo com êxito⁴.

Se por um lado, observa-se a ampliação e a representatividade da PAS social, política e economicamente para a sociedade brasileira, por outro lado o Brasil não avança e nem

⁴ Tal assertiva pode ser observada nos seguintes estudos: CARRARO (2016); MAURIEL (2011); STEIN (2006) e MOTA (2015).

rompe com os direcionamentos que determinam o seu caráter periférico e dependente, que pretere os interesses internos coletivos em favor das particularidades da burguesia interna e externa. Reafirma, portanto, a hegemonia e dominação burguesa quando condiciona suas medidas de cidadania burguesa à dinâmica da acumulação internacional ao atender as orientações neoliberais dos organismos internacionais para a saída de enfrentamento da pobreza. A conformação das políticas sociais, portanto, visa acolher os interesses de maximização de acumulação da classe econômica, social, política e culturalmente dominante nacional e internacional.

Importante referenciar que além de corresponder à dinâmica de acumulação internacional, as chamadas medidas de cidadania burguesa no Brasil são também determinadas por elementos internos, como por exemplo: os ditos “ismos” da cultura política brasileira (patrimonialismo, clientelismo); a direção antidemocrática da burguesia brasileira; pelo processo de troca desigual associada (transferência de valor) à superexploração da força de trabalho no movimento imperialista.

Sobre o caráter dependente da periferia é importante referenciar, portanto, que se trata de uma relação combinada entre burguesia nacional e internacional. A dependência representa uma outra face da dominação burguesa. Sendo assim, não reflete uma fraqueza da burguesia local/nacional em relação à burguesia internacional, ao contrário. O caráter dependente revela a intensificação e fortalecimento da hegemonia burguesa mundialmente, uma vez que retrata uma relação de parceria entre burguesia interna e externa na garantia da usurpação do excedente (FERNANDES, 2005).

O caráter de economia dependente compõe as formas encontradas de acumulação e expansão do capital de forma transnacionalizada. Apesar da dinâmica da acumulação ultrapassar as barreiras dos territórios nacionais, são mantidas diferenças interestatais (entre os Estados-Nação) significativas para garantia da maximização dos lucros. Essas diferenças dizem respeito principalmente às formas de exploração da força de trabalho, que nas periferias se acentuam e intensificam, se comparado às relações impostas nos países centrais.

Sendo assim, o que essa pesquisa questionou é qual o papel que a assistência social, no caso o PBF, vem cumprindo para a reprodução da força de trabalho considerando a dinâmica atual do modo de produção capitalista dependente? São vários os elementos que podem estar contidos nessa indagação de acordo com o que vem nos indicando a literatura sobre a temática.

O desenho e a expansão da assistência nos últimos anos podem representar um elemento estratégico de garantia da acumulação do capital. Sua centralidade está associada a figura do cidadão consumidor – que está, de acordo com Mota (1995), posta antes mesmo da centralidade da transferência de renda ao ganhar força no contexto da contrarreforma do Estado – que busca realizar suas necessidades sociais no mercado. Para complementar essa lógica a adoção de políticas sociais com foco no aumento da renda cumpre um papel macroeconômico importante para fomento do consumo, por exemplo, de serviços que deveriam ser públicos. Essa visão é fortalecida e condicionada pela expansão da transferência de renda, pela mercantilização das demais frentes de proteção social, pelo desmonte de direitos, pelo aprofundamento da superexploração.

Cabe destacar que quando a atua como elemento estratégico para a acumulação capitalista a assistência social ainda assume funções como a de política estruturadora da proteção social, como o papel político historicamente desempenhado quando colabora para a amenização do conflito entre capital e trabalho, ou mesmo como saída para enfrentamento da pobreza e desigualdade na realidade periférica e, ainda, como aponta Mota (2007), por ser instrumento estimulador de uma “passivização” da “questão social” ao representá-la como sinônimo de expressão da pobreza, dentre outros.

Traçamos como objetivo caracterizar em que medida a PAS, via PBF, protege e, ou colabora para a intensificação das formas de superexploração da força de trabalho. Para tanto nos propomos a identificar as particularidades da relação capital/trabalho no Brasil a partir dos elementos determinantes do desenvolvimento do capitalismo periférico e dependente; identificar a função da política de assistência social na dinâmica do capitalismo e identificar as características do mercado de trabalho e dos usuários do PBF.

Para atingirmos tais objetivos adotamos como metodologia o referencial teórico que corresponde à tradição marxista, ou seja, o materialismo histórico dialético, por entendermos ser a matriz teórico-metodológica capaz de nos fazer atingir a essência dos fenômenos da realidade que pretendemos conhecer.

A dialética materialista significa práxis, o que permite forjar uma teoria capaz de apreender a realidade como ela é, a lógica do capital na sociabilidade burguesa. Se trata da teoria apreender esta realidade e contribuir na práxis social revolucionária. Em outras palavras, “... trata-se de desenvolver a essência prática da teoria a partir dela mesma e da relação que estabelece com seu objeto.” (LUKÁCS,1981, p.60). A tomada de consciência, ou

seja, a apreensão da essência da realidade deve estar diretamente articulada à ação dos sujeitos na realidade; nesse sentido,

É somente quando a tomada de consciência implica a operação decisiva que o processo histórico deve efetuar em direção a seu próprio fim [...] que a função histórica da teoria insiste em tornar praticamente possível esta operação (LUKÁCS,1981, p.61).

O método dialético é a forma de conhecer a realidade para depois transformá-la e, para tanto, há que se considerar como fundamental a historicidade que envolve a realidade que se quer investigar.

Apreender a essência da realidade é reconhecer que esta é constituída por contradições e estas, por sua vez, não significam falhas na apreensão do conhecimento e sim retratam o conteúdo próprio da realidade da sociedade capitalista na qual estamos inseridos, sistema no qual a contradição e o antagonismo são condições necessárias para sua perpetuação.

O conhecimento é adquirido após um longo processo de investigação, no qual contrai seu conteúdo a partir dos processos históricos reais. Quando o pesquisador descreve de forma objetiva o objeto a ser pesquisado, de acordo com o que observa da aparência do fenômeno, ele configura a representação do real para o plano ideal.

A aparência fenomênica pode ser entendida como aquilo que nos é imediato, é a forma primeira de manifestação do fenômeno, é a nossa primeira apreensão do objeto feita através dos sentidos. A aparência é a apreensão do sentido das coisas através da sua representação imediata, alcançando o entendimento pela familiaridade e/ou pela intuição, “no trato prático-utilitário [...] [sem a preocupação de] intuir, analisar e compreender teoricamente” o fenômeno (KOSIK, 1986, p.10).

A aparência está no que o autor define como “mundo da pseudoconcreticidade”, que é o conjunto de fenômenos que se manifestam no ambiente de forma imediata, sem uma interlocução com a busca da coisa em si, são os fenômenos manifestados de forma independente, desvinculados de um processo histórico, de uma contextualização de existência. Sendo assim, a consciência conhece os fatos de forma natural e espontânea (Ibidem, 1986).

Atingir o fenômeno em sua forma aparente é o primeiro passo para se alcançar o conhecimento teórico do objeto, da sua estrutura e dinâmica, tal como ele é em si mesmo. Ou seja, é o primeiro movimento que nos permitirá atingir a totalidade do conhecimento do objeto.

Num processo de investigação, o objetivo do pesquisador é ultrapassar a aparência do objeto, que representa um dado da realidade, para apreender a sua essência. Esta faz parte do “mundo da pseudoconcreticidade”. É através dela que podemos chegar ao “mundo da

verdade”. A essência revela a coisa em si e o fenômeno é expressão dela; a essência faz parte do fenômeno sendo mediata a ele.

Compreender o fenômeno é apreender a sua essência, é ter atingido a verdade da manifestação do fenômeno. Atingir a essência é chegar ao conhecimento, é atingir a estrutura da coisa. Chegar ao conhecimento da coisa em si, significa destruir o mundo da pseudoconcreticidade.

Desvendar o fenômeno, o mundo da pseudoconcreticidade, é destruir a sua aparente independência, a sua espontaneidade, e atingir o conhecimento da coisa em si, ou seja, é entender e apreender a causa que expressa e manifesta a existência do fenômeno.

O método marxista de investigação é de natureza ontológica, visa apreender a essência do fenômeno, a partir de uma situação/fenômeno real, concreto. Isto significa dizer que o objeto tem existência própria independente do saber do pesquisador, porque não é a consciência quem determina a matéria e sim a matéria quem determina a consciência.

Pensar a pesquisa é resultado da leitura que fazemos ao observar o objeto na sua fenomenalidade. Esta observação é resultado do processo de investigação, no qual o pesquisador “tem de apoderar-se da matéria, em seus pormenores, de analisar suas diferentes formas de desenvolvimento e de perquirir a conexão que há entre elas” (MARX, 1968, p.16).

A escolha do objeto de estudo é resultante de uma gama de fatores que influenciam diretamente na escolha do pesquisador, e não só. O pesquisador ao investigar um determinado objeto carrega consigo todo um arcabouço cultural que acompanha a sua constituição enquanto pesquisador e enquanto ser social e estes fatores também serão determinantes para o desenvolvimento da pesquisa, “... o observador é, [...] parte da [...] realidade social que ele estuda, e não tem, portanto, esta distância, esta separação, que caracteriza a relação de objetividade do cientista natural com o mundo exterior” (LÖWY, 1988, p.194).

Além dos elementos que constituem e determinam o ser pesquisador, também influenciam na investigação do objeto a ser estudado a conjuntura social que o envolve, visto que a realidade social também criará demandas e meios que tornam pertinente o estudo de um determinado objeto. Tudo é determinado pelo contexto, pela conjuntura social que demanda a necessidade de investigação deste objeto.

Optar pelo materialismo histórico dialético como referencial metodológico para desenvolvimento da pesquisa, é entender que este é o único que nos respaldará para atingir o objetivo de conhecer a essencialidade do objeto que nos dispomos a analisar.

O movimento desta pesquisa será composto pela apreensão da política social, em especial da assistência social, e da condição de exploração da força de trabalho na sua totalidade – sociabilidade burguesa e suas particularidades no capitalismo dependente – e nos movimentos de contradição, ou seja, na relação entre capital e trabalho.

Quanto aos procedimentos metodológicos, nossa pesquisa é de caráter qualitativo compreendido em análise de referencial bibliográfico sobre a temática, levantamento e análises de dados da dinâmica do mercado de trabalho brasileiro e do perfil dos usuários do PBF. Para a composição de tais dados nos utilizamos de dados secundários e de dados construídos a partir das informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE): Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF), Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) e Sistema de Informações Sociais (SIS); do Ministério da Cidadania: VISDATA, CECAD 2.0 – TABCAD; Ministério do Trabalho e Emprego (MTE): Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE).

Adotamos como método estatístico ou econométrico a regressão por dados em painel no que tange a relação do PBF com o mercado de trabalho, mais especificamente com as variáveis jornada de trabalho excessiva, formalidade e rendimento pessoal médio visto que não há no âmbito dos bancos de dados oficiais esse tipo de informação já consolidada. A regressão por dados em painel é o instrumento mais utilizado para avaliação da relação entre mais de uma variável quando elas têm registro estatístico no tempo e no espaço. Para tal estratégia metodológica contamos com apoio externo para rodar os dados num programa estatístico.

Para que esse movimento fosse possível, foi necessário a indicação das variáveis necessárias para a resposta da pergunta de pesquisa (variáveis essas que deveriam expressar elementos determinantes da superexploração da força de trabalho), assim como a coleta de dados referentes ao PBF e ao mercado de trabalho. Todo esse planejamento e construção de banco de dados foi realizado ou orientado pela pesquisadora responsável pelo desenvolvimento da tese.

Os dados construídos a partir do método assinalado nos permitiu verificar uma tendência da relação do PBF com variáveis do mercado de trabalho. No entanto, cabe destacar os limites da regressão em painel diante da complexidade da realidade e, por sua vez, com a perspectiva do método materialista histórico dialético. Esse foi um caminho estratégico encontrado para termos algum parâmetro dessa relação no período proposto pela pesquisa

(2008-2018) diante da inexistência de dados. Neste sentido, é importante discorrer acerca das dificuldades para acessar os dados necessários para responder a pesquisa no período assinalado, visto que os dados que precisávamos não estavam disponíveis no banco de dados do próprio ministério responsável.

Para demandar os dados relacionados à dinâmica do mercado de trabalho dos usuários do PBF ao Ministério nos utilizamos da LAI (Lei de Acesso à Informação) e obtivemos a seguinte resposta:

Prezado(a) senhor(a), em atenção ao seu pedido de acesso à informação, a Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (SENARC) informa que, os dados sobre a inserção laboral dos usuários do Programa Bolsa Família (PBF) e a participação do rendimento do programa no consumo familiar, não se encontram consolidados. Assim, a organização dessas informações geraria trabalho adicional para a Secretaria. Nos termos do art. 13, inc. III, do Decreto nº 7.724/2012, a saber: Art. 13. Não serão atendidos pedidos de acesso à informação: III - que exijam trabalhos adicionais de análise, interpretação ou consolidação de dados e informações, ou serviço de produção ou tratamento de dados que não seja de competência do órgão ou entidade. (MCIDADANIA, 2020).

A resposta do Ministério justifica a saída econométrica encontrada para atingirmos o objetivo proposto pela proposta de pesquisa, mesmo considerando seus limites ao movimento de apreensão da realidade. A descrição da metodologia utilizada para produção do modelo econométrico referenciado estará descrita no capítulo 3.

O marco temporal de análise (2008-2018) foi assim definido por acreditarmos que esse expressaria melhor os efeitos do Programa, visto que, considerando o ponto de partida, a PAS já estava consolidada no que diz respeito a suas instruções normativas e já se tinha os resultados e tendências de atuação e impacto do PBF. Seu término no ano de 2018 é por considerarmos que o corte de pelo menos dez anos dá mais solidez à análise e ser este o ano previsto para o último mandato dos governos petistas, se não fosse o golpe de 2016. A partir do golpe há mudanças no horizonte da PAS, principalmente no que diz respeito ao retorno de pautas já ultrapassadas, como a volta do primeiro damismo. Desta maneira, surgem outros elementos que necessitariam de novas mediações para além daquelas propostas pela pesquisa.

Para tratar da relação de dependência característica do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, faremos uma revisão bibliográfica sobre os principais autores que discorrem sobre a questão: Fernando Henrique Cardoso, Florestan Fernandes e Rui Mauro Marini. Para complementar o fundamento referencial teórico da tese compõe o levantamento bibliográfico da tese os temas política social, assistência social e mercado de trabalho.

No nosso caminho investigativo, consideramos importante partir da realidade do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, considerando seu caráter periférico e dependente.

É sob este parâmetro que desenvolvemos o primeiro capítulo da tese. Tal análise nos permitirá compreender a forma como se caracteriza o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, assim como a conformação das relações que envolvem a força de trabalho na dinâmica dependente e o papel do Estado.

O segundo capítulo da tese tem por objetivo pensar na política social no contexto do capitalismo dependente. Para tanto, resgataremos os componentes históricos que conformam as políticas sociais na fase monopolista do capitalismo. A partir dessas características mais gerais nos debruçaremos sobre os fundamentos da política social na dinâmica periférica e dependente sinalizando o tipo de proteção social que irá prevalecer nesse contexto, o que referenciará necessariamente as iniciativas de transferência direta de renda já a partir dos anos de 1990.

Ainda neste capítulo dedicamos uma sessão a parte para discorrer acerca da política social durante a gestão petista, trazendo rapidamente os aspectos econômicos que dão o horizonte da proteção social nesse período considerado por muitos estudiosos e pesquisadores como de ampliação da atenção das demandas da classe trabalhadora. É nesse período que se consolida as iniciativas de transferência de renda como proposta alternativa de garantir a reprodução dos mais pobres de forma abrangente, como exemplo o PBF.

Falar da transferência de renda no caso brasileiro necessariamente nos remete a referenciar a Política de Assistência Social que ganha proporções de legitimidade como política pública de direito nunca antes dimensionada. Sendo assim, nos coube a indagação sobre a função dessa política seja para seus beneficiários ou para os interesses capitalistas. Pensar na função nos direciona a tratar de um debate muito presente para os pesquisadores da política de assistência social, assim como um gerador de polêmicas no âmbito do Serviço Social (descritas no decorrer do capítulo): a relação da assistência social com o trabalho. Neste sentido, procuraremos destacar as especificidades da dinâmica periférica para pensar esta relação, que no âmbito desta tese verificou-se que a atualidade traz uma nova expressão para a histórica tensão entre assistência social e trabalho: ao invés do movimento de rejeição já conhecido, definiu-se que há uma dinâmica de atração entre assistência social e trabalho precário.

Por fim, o terceiro e último capítulo tem como propósito trazer elementos que respondam a pergunta de pesquisa: se a Política de Assistência Social, via PBF, colabora ou atenua as formas de superexploração da força de trabalho. Para tanto iniciaremos a investigação analisando a origem dos rendimentos das famílias no Brasil e sua estruturante

desigualdade. Iniciado este debate nos propomos a discorrer acerca das tendências e características históricas do mercado de trabalho brasileiro sinalizando a precarização materializada pela informalidade, contratos precários, dentre outros.

Após analisar a conformação do mercado de trabalho brasileiro, demonstrando não só suas características históricas, mas também sua conformação na contemporaneidade, passemos a discorrer sobre o papel da PAS na reprodução da força de trabalho via PBF. Neste ponto, trabalharemos com os dados que caracterizam o perfil dos usuários do programa tendo como foco sua abrangência, escolaridade, jornada de trabalho, forma de relação laboral. É neste momento que serão feitas as mediações necessárias para consolidar os objetivos propostos pela pesquisa.

O capítulo encerra com os resultados dos dados da regressão em painel, que apontaram uma tendência positiva do PBF na relação com o trabalho formal e uma tendência positiva indireta na relação com a redução da jornada excessiva de trabalho. Definimos como uma tendência positiva indireta porque este foi um resultado direto da relação entre formalidade e jornada de trabalho excessiva.

Deste modo, esta tese defende que a transferência de renda, no caso o PBF, pode ser um elemento que atenua os determinantes da superexploração da força de trabalho, no entanto, o faz imbuído de contradição. Isso significa que a transferência de renda ameniza os determinantes da superexploração quando associada ao trabalho precário, visto que possibilita, ou tem potencial para isso, a reprodução dos trabalhadores e, a depender da sua conformação, pode ser um elemento que proporciona uma maior distribuição das riquezas socialmente produzidas, se estiver articulada a um horizonte de renda básica universal. E da mesma maneira pode possibilitar as condições favoráveis para contribuir para o processo de acumulação capitalista. Ou seja, a transferência de renda expressa o caráter de toda e qualquer política social numa estrutura de direitos burgueses.

Sendo assim, pode-se dizer que iniciativas de transferência de renda são capazes de livrar os trabalhadores de relações de trabalho extenuantes e degradantes possibilitando um maior poder de barganha no processo de lutas de classes já que sua sobrevivência estaria garantida.

Essa conclusão, no entanto, não coloca à transferência de renda o papel de acabar com a superexploração, até porque essa compõe a espinha dorsal do processo de acumulação capitalista periférico. Ela pode apenas atenuar seus determinantes, não aboli-los ou criá-los.

2 O CARÁTER DO DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO NO BRASIL

Ao discutir o papel dos programas de transferência de renda brasileiros na reprodução da força de trabalho se faz necessário recorrer a algumas interpretações teóricas que discorrem acerca do desenvolvimento do capitalismo no Brasil e as particularidades da força de trabalho. No desenvolvimento deste capítulo serão sistematizadas características da consolidação do capitalismo no Brasil, colaborando diretamente para a análise da conformação das políticas sociais no país, e em particular da assistência social, assim como dos elementos determinantes da relação entre capital e trabalho na região. Entender essa dinâmica nos possibilitará apreender a forma como o Estado brasileiro atendeu e atende as demandas da força de trabalho acerca dos elementos necessários à sua reprodução.

Sendo assim, iniciaremos a tese pela discussão acerca do modo de produção capitalista, buscando entender brevemente sua essencialidade. A partir daí, trataremos o trabalho assalariado, próprio do modo de produção capitalista, para que possamos ter o referencial teórico e categorial necessário ao entendimento dos elementos necessários à reprodução da força de trabalho. Desdobraremos, assim, a discussão sobre trabalho assalariado referenciando o valor da força de trabalho, seu caráter enquanto mercadoria e como se dá a composição do excedente no capitalismo. Este debate colaborará para mais adiante conseguirmos dialogar acerca do valor da força de trabalho no Brasil, colaborando para a discussão da sua reprodução sob a lógica da dependência.

Feito este debate, iniciaremos a discussão para tratar das particularidades do desenvolvimento do capitalismo no país. A partir daí passaremos a discutir a relação capital x trabalho no bojo do capitalismo dependente, de modo a evidenciar a reprodução da força de trabalho neste marco. É neste contexto que será abordada a superexploração da força de trabalho como elemento próprio da dinâmica da dependência, tratando seu significado e as diversas interpretações acerca desta categoria.

2.1 Modo de produção capitalista e trabalho: o papel do salário

O modo de produção capitalista representa a forma de organização econômica, social e política das relações sociais de forma dominante mundialmente na atualidade. Nele está consolidada a produção de mercadorias a partir de um determinado marco histórico ao

promover uma singularidade para o desenvolvimento das forças produtivas e uma particular relação de produção. Tem como pilar fundamental a máxima acumulação de riquezas de uma das classes que compõe a sociedade, a burguesia, às custas da extração de mais-valia produzida mediante a exploração da força de trabalho.

A consolidação do modo de produção capitalista é um marco na história da humanidade, não só por representar, num primeiro instante, a ruptura com estruturas arcaicas de produção marcadas por relações de servilismo e escravidão, mas principalmente por determinar um maior desenvolvimento das forças produtivas⁵, situadas sob relações sociais capitalistas. Estas se fazem presente na humanidade desde as comunidades mais primitivas, no entanto, é no capitalismo que podemos perceber um maior crescimento da produtividade do trabalho.

Tal produtividade tem relação direta com a divisão social do trabalho que representa um maior montante de bens produzidos socialmente, assim como, aumento da produção de excedente. Posto isso, fica evidente o caráter social conferido ao trabalho, que representa a relação do homem com a natureza, ou seja, é a capacidade que o humano tem de transformar a natureza para atender as suas necessidades. O trabalho é o elemento fundante do ser social.

O que fundamentalmente diferencia o modo de produção capitalista dos demais modos de produção que também possuem uma circulação mercantil e alguma forma de exploração é a existência do trabalho assalariado. A constatação do salário dá ao capitalismo uma característica que lhe é própria, qual seja, somente nesse modo de produção a exploração concilia a lei do valor – preço da força de trabalho – e de mercadoria – forma que, ao conter valor de uso e de troca, define a capacidade que o homem tem de transformar a natureza, ou seja, é a expressão do trabalho humano abstrato (NETTO; BRAZ, 2012).

[...] nem toda produção mercantil é produção capitalista, embora toda produção capitalista seja produção mercantil – o que especifica a produção mercantil capitalista é o fato de ela se fundar sobre o trabalho assalariado (o salário é o preço que o capitalista paga pela mercadoria força de trabalho). (Ibidem, p. 97).

O salário deveria expressar, portanto, o valor da mercadoria força de trabalho, isso significa dizer que ele deveria ser capaz de possibilitar ao trabalhador o acesso aos meios necessários para a sua subsistência e da sua família. Se assim for, o capitalista pagaria à mercadoria força de trabalho, através do salário, o equivalente para sua subsistência, no

⁵ Por forças produtivas entendemos como o conjunto composto pelos meios de trabalho, os objetos do trabalho; que configuram os meios de produção; e a força de trabalho. Ver NETTO, J.P; BRAZ, M. **Economia política: uma introdução crítica**. 8. Ed. São Paulo: Cortez, 2012.

entanto, essa relação não expressa o diferencial dessa mercadoria, que é a capacidade de produzir o mais valor: “[...] o capitalista paga ao trabalhador o equivalente ao valor de troca da sua força de trabalho e não o valor criado por ela na sua utilização (uso) – e este último é maior que o primeiro.” (NETTO; BRAZ, 2012, p. 113).

Quando se fala em subsistência do trabalhador e da sua família, significa dizer que nesta dinâmica deve estar contida o necessário para a manutenção física do trabalhador, além dos elementos necessários ao seu desenvolvimento econômico, social e cultural. Por isso, o valor da força de trabalho pode variar de lugar para lugar, o que determinará esse valor é o próprio contexto histórico e social do contexto/local em que a força de trabalho estiver inserida.

Os custos da força de trabalho também podem variar de acordo com a qualificação do trabalhador, porque como qualquer outra mercadoria o que determina o seu valor é o seu custo de produção. Isso significa dizer que diferentes forças de trabalho terão valores diferentes porque a quantidade de trabalho para sua produção irá variar. Por isso, nos afirma Marx:

[...] assim como os custos de produzir forças de trabalho de diferente qualidade diferem, também têm de diferir os valores das forças de trabalho empregues em diferentes negócios. A exigência de uma igualdade de salário assenta, portanto, num erro; é um desejo insensato que nunca será realizado.
[...] retribuição igual ou equitativa na base de do sistema de salários é o mesmo que chamar por liberdade na base do sistema de escravatura. (2004, p. 62)

Sendo assim, quando pensarmos no custo da força de trabalho devemos considerar aquilo necessário ao seu desenvolvimento orgânico, social e cultural, distinguindo as diferenças históricas e sociais de cada sociedade. Neste sentido, o valor do salário, que como vimos varia de acordo com o valor da produção das diferentes forças de trabalho, pode ser considerado a partir de uma média que atenda a necessidade de subsistência do trabalhador na sua generalidade.

Apesar do valor da mercadoria força de trabalho ser medido/considerado como o valor de qualquer outra mercadoria, ou seja, deve-se considerar o tempo de trabalho para a sua produção, ela é a única capaz de criar um valor a mais. A força de trabalho cria no processo de produção um valor maior do que seu custo, e é esse excedente que o capitalista se apropria, ou seja, o valor a mais criado é o trabalho não pago pelo capitalista à força de trabalho. O capitalista expropria do trabalhador parte daquilo que é produzido por ele, o que determina a relação de exploração fundante do modo de produção capitalista.

O trabalho assalariado é o diferencial do capitalismo em relação aos demais modos de produção porque ele dá a aparência de que a força de trabalho recebe o valor que lhe confere enquanto mercadoria. O salário oculta a relação de exploração, o trabalho não pago à força de trabalho. O trabalhador ao receber o seu salário tem a aparente sensação de estar sendo pago pelo conjunto do trabalho que realizou, sem perceber que o salário representa apenas uma parcela da riqueza que produziu.

Essa falsa aparência distingue o trabalho assalariado de outras formas históricas de trabalho. Na base do sistema de salários, até o trabalho não pago parece ser trabalho pago. Com o escravo, pelo contrário, até aquela parte do seu trabalho que é paga parece não ser paga. Claro que, para trabalhar, o escravo, tem de viver, e uma parte do seu dia de trabalho vai para repor o valor do seu próprio sustento. Mas, como não há qualquer contrato firmado entre ele e o seu amo e não decorrem quaisquer atos de compra e venda entre duas partes, todo o seu trabalho parece ser dado de graça. (MARX, 2004, p. 68).

Voltando a discussão do valor da força de trabalho, é importante referenciar que assim como qualquer outra mercadoria, ela também pode sofrer oscilações no seu valor. E mais, que o salário não necessariamente expressa o valor da força de trabalho, ao contrário ele é uma forma fetichizada desse valor. O salário oculta a relação de exploração que existe na relação entre capital e trabalho, mas retomaremos isso mais adiante. Por agora, é importante destacar que são várias as situações, de acordo com Marx (2004), que podem elevar ou diminuir o valor da mercadoria força de trabalho. É sobre estas situações que passaremos a tratar.

O que mensura o valor da força de trabalho é o valor dos meios para sua subsistência, ou o tempo de trabalho necessário para a sua produção. Nesse caso, se há uma queda na produtividade desses meios e, por sua vez, a necessidade de aumentar o trabalho para a produção, o valor da força de trabalho aumentaria de preço. Se, por um acaso, apesar do aumento do valor da força de trabalho decorrente dessa situação, a remuneração não aumentar – mantendo, assim, o valor da taxa de lucro em detrimento do salário –, não acompanhar a dinâmica posta pela peculiaridade do ocorrido no processo de produção dos meios de subsistência, o trabalhador terá o valor do seu trabalho diminuído. O rebaixamento do valor da força de trabalho no momento de subida dos meios necessários à sua subsistência leva a deterioração do nível de vida do trabalhador.

Poderia haver, por outro lado, o aumento da produtividade na produção dos meios de sobrevivência, o que também resultaria na queda do valor da força de trabalho. No entanto, essa queda não provocaria a deterioração da vida do trabalhador, pois o valor reduzido da sua força de trabalho ainda o permitiria acessar o mesmo montante de meios de subsistência, uma vez que, o aumento na produtividade levaria a redução de seus preços.

A inflação é outro fator que pode levar a depreciação da qualidade de vida do trabalhador. Neste caso, num contexto em que o valor da força de trabalho se mantenha, assim como dos seus meios de subsistência, o processo inflacionário provoca a perda do poder de compra do trabalhador, caso o capitalista não aumente o valor do salário de forma equiparada ao índice de inflação. A perda do valor do dinheiro decorrente do processo inflacionário, sem a correção equivalente no valor do salário, provoca uma queda abissal do nível de vida da força de trabalho.

O aumento da jornada de trabalho também pode representar uma forma de oscilação do valor da força de trabalho. O prolongamento da jornada pode vir acompanhado de crescimento proporcional da remuneração ou de uma depreciação do valor da força de trabalho, quando o capitalista não paga a diferença de remuneração decorrente da extorsão de mais trabalho. Em ambas as situações, no entanto, o trabalhador fica exposto à degradação do seu fundo de vida precocemente, uma vez que o aumento da jornada pode atingir o seu limite físico, levando a precarização não só das condições de trabalho, mas também das suas condições de vida. Neste cenário, a luta dos trabalhadores deve ser voltada para inibir o prolongamento do dia de trabalho, preservando assim as condições orgânicas/psíquicas que os definem como seres humanos.

Ainda sobre os elementos que levam ao aumento ou queda do valor da força de trabalho, podemos acrescentar, de acordo com Marx (2004), os ciclos da produção capitalista que podem ser expansivos ou recessivos. Os preços das mercadorias em geral seguem esse ciclo, mantendo seus valores abaixo da sua média ou acima dela. Nessa oscilação, a variação dos preços acaba por compor uma média que garante uma regulação dos preços das mercadorias.

Esse movimento também vale para a mercadoria força de trabalho, que em momentos de crise e estagnação do modo de produção capitalista tende a ter seu valor reduzido, quando não lhe recai o desemprego e atividades laborais destituídas de direitos. O mesmo movimento pode ocorrer nas fases de prosperidade do capitalismo, ou seja, o aumento do valor da força de trabalho. No entanto, para que o aumento desse valor acompanhe os lucros extras, tomando como referência a média daquele determinado ciclo de prosperidade, é necessário que o trabalhador lute e exija a subida dos salários do capitalista, a sua compensação decorrente dos momentos de expansão da acumulação.

Para que acompanhe o movimento de oscilação de preços como de toda mercadoria, a força de trabalho deve lutar para que as flutuações de seu valor nos ciclos de prosperidade,

estagnação e crise seja para garantir a manutenção de um preço médio do seu valor. Deste modo, se segue as leis que regulam os preços de toda e qualquer mercadoria.

A luta pelo aumento do salário, do valor da força de trabalho, por parte da classe trabalhadora é necessária para que estes não sejam sucumbidos para atender as demandas de maximização de lucros do capital. Lutar pelo aumento do salário, resistir para evitar a sua queda em contextos de crise e estagnação, é o que permite à classe trabalhadora a garantia, ao menos, dos básicos meios de subsistência – que muitas vezes pode se resumir a mera reprodução orgânica -, porque ao capital cabe apenas extorquir tudo que lhe for permitido.

O salário representa, portanto, o preço, a expressão monetária do valor da força de trabalho. O conflito pelo seu estabelecimento demonstra claramente a existência do antagonismo de interesses entre capital e trabalho. A organização dos trabalhadores enquanto classe é determinante para evitar ou resistir que o valor da única mercadoria que possui, a força de trabalho, não seja depreciado a ponto de atender apenas as suas necessidades fisiológicas e de suas famílias ou, em alguns casos, nem isso. A organização classista tem permitido à classe trabalhadora lutas pelo estabelecimento de mínimos salariais junto a seus empregadores e Estado, articulados ou não a projetos societários na direção da emancipação humana.

O Estado é permeável as reivindicações da classe trabalhadora de acordo com o tensionamento decorrente das lutas de classes e do estágio do desenvolvimento capitalista. O enfraquecimento das organizações da classe trabalhadora leva o Estado a responder, majoritariamente (em alguns casos quase que exclusivamente), as demandas do capital, uma vez que este ente age para atender aos interesses dos capitalistas.

Ressalta-se que as conquistas de ganhos salariais por parte da classe trabalhadora não mudam a relação de exploração própria da lógica de produção capitalista. A conquista dos ganhos salariais tem como elemento objetivo a melhoria das condições de vida dos trabalhadores, o que não muda o fato de permanecerem tendo parte da riqueza que produz usurpada pelo capital.

Sendo assim, o salário nada mais é que uma representação monetária de parte do produto que o próprio trabalhador criou previamente. Parcela esta que só é paga mediante a realização da mais-valia.

[...] não obstante o salário ser um vocábulo que designa tanto a parte do dinheiro possuído pelo capitalista para pagamento de mão-de-obra quanto o montante monetário recebido pelos trabalhadores em intervalos contratualmente ajustados, ele, no entanto, expressa função de capital unicamente para o capitalista. Do lado do trabalhador, o salário é apenas um intermediário monetário que serve de meio de

compra dos artigos corriqueiros de seu consumo pessoal. (SAN MARTINS, 2016, p. 139).

Apesar de o salário conter o elemento de mistificação, quando aparenta ser uma coisa que não é – assemelha representar o valor da força de trabalho – ele expressa uma relação real, visto que revela o cerne da relação entre capital e trabalho na dinâmica da acumulação capitalista. Não por acaso, o salário é um dos elementos fundamentais à manutenção das relações capitalistas de produção. Ele oculta a parte da jornada de trabalho não paga, ou seja, não difere o trabalho pago do não pago e, coloca na consciência do trabalhador como se este tivesse sido pago por todo o tempo que esteve no processo de produção.

A forma salário oculta a exploração existente na relação entre trabalhador e capitalista, fazendo com que a conexão entre ambos seja de igualdade e liberdade. Discorre Prado (2011, p.109):

O salário esconde e oculta à dualidade da jornada de trabalho, forjando uma aparência de que a troca entre operário e patrão se fundamenta numa troca entre equivalentes. Dessa maneira, o fetiche da forma salário cria para a consciência imediata e alienada do trabalhador uma falsa noção de igualdade na relação com o capital. É pela forma salário que a extração de mais-valia é ocultada ao trabalhador, encobrendo a apropriação de trabalho sem equivalência.

A aparência de igualdade, expressa na fictícia troca de equivalentes, promovida pela forma salário esconde a relação de exploração, de trabalho não pago não só do trabalhador, mas também do capitalista. O capitalista acredita que o salário expressa o pagamento da jornada de trabalho de forma integral e, por isso, acha que o resultado dos seus lucros não decorre de uma relação de exploração, mas da sua capacidade de conseguir empreender uma comercialização de maneira bem-sucedida.

O burguês também desconhece os mecanismos pelos quais se desenvolve e realiza a exploração do trabalho alheio. Na consciência do capitalista o salário é justo e seu valor corresponde a toda jornada realizada pelo trabalhador, ele também não reconhece a dualidade da jornada de trabalho. A categoria salário tem a propriedade de mistificar as relações de produção não apenas para o operário, mas também para o capitalista. Tanto aos olhos do capitalista como para o trabalhador esse processo de troca mediado pelo salário aparece como natural, como justo e de acordo com a troca de equivalentes, ou seja, dentro dos limites da igualdade, no qual o operário recebe o *quantum* determinado pelo seu trabalho. (PRADO, 2011, p. 111).

Mesmo que pareça um tanto lógico, diante da exposição feita até aqui, é importante dizer que o trabalhador não vende trabalho, mas sim força de trabalho. A força de trabalho é a mercadoria que todo trabalhador tem a oferecer ao capitalista, é o bem que possui para garantir a sua subsistência. Sendo assim, o que se vende não é o trabalho, mas força de trabalho, a capacidade de trabalho. O trabalho em si, não é vendável, ele não tem valor. Como

já dissemos, o valor de uma mercadoria é determinado pela quantidade de trabalho vivo necessário para a sua produção. É a mensuração da quantidade de trabalho vivo que nos permite a troca entre equivalentes, ou seja, é a partir daí que se valida a lei do valor.

O que o possuidor de dinheiro encontra no mercado não é o trabalho, mas o trabalhador. O que este vende é a sua força de trabalho. Ao começar realmente seu trabalho. Já deixa este de pertencer-lhe, não lhe sendo mais possível vendê-lo. O trabalho é a substância e a medida imanente dos valores, mas ele próprio não tem nenhum valor. (MARX, 1988, p. 619).

Tal paralelo de diferenciação é importante para que não nos iludamos com expressões do tipo “valor do trabalho” porque esta, além de ser um equívoco, não demonstra a relação de valor compreendido no processo de produção capitalista. Tal alusão apenas colabora para manter a aparência que a forma salário adquire de que o trabalhador é pago por toda a jornada de trabalho a que é submetido. O que se tem é o mascaramento da relação de exploração, do trabalho não pago. O salário, portanto, é a expressão monetária de parte da utilização da força de trabalho pelo capitalista, a outra parte ele se apropria. O sistema de salários se constitui a partir do momento em que se cria um contingente de indivíduos não proprietários, articulado a aniquilação de qualquer forma de posse oriunda da relação entre empregador e empregado/ senhor e servo/ proprietário e escravo. Esta definição, portanto, reflete o que consolida o processo de produção capitalista.

[...] A produção mercantil capitalista se peculiariza, pois, porque põe em cena dois sujeitos historicamente determinados: o capitalista (ou burguês), que dispõe de dinheiro e meios de produção (que, então, tomam a forma de capital), e aquele que pode tornar-se o produto direto porque está livre para vender, como mercadoria, a sua força de trabalho – o proletário (ou operário). (NETTO; BRAZ, 2012, p. 75.).

Essa prática mercantil capitalista exige papéis muito bem determinados pelos indivíduos que compõem sua estrutura sistêmica. No modo de produção capitalista, o que define a capacidade de inserção social do indivíduo na performance societária é a sua capacidade de acessar mercadorias, ou seja, dentro da estrutura sistêmica da sociedade capitalista o que vai definir qual o papel do indivíduo dentro da dinâmica social burguesa é sua função como capitalista ou trabalhador (vendedor de força de trabalho).

Diferente dos demais modos de produção, no capitalismo, a pobreza é determinada pela impossibilidade do indivíduo adquirir mercadorias pela via do dinheiro no contexto de produção coletiva de riqueza. A pobreza na sociabilidade burguesa não está mais condicionada a escassez decorrente das intempéries da natureza. Ela é inerente da desigualdade imposta pela dinâmica do próprio modo de produção. O capitalismo desenvolve

uma natureza típica na qual a produção de riqueza está condicionada a intensificação da pobreza.

Essa descrição remete a generalidade dos elementos que são fundantes do modo de produção capitalista e que mais adiante nos servirão de subsídio para entender a dinâmica da classe trabalhadora brasileira, em especial aqueles que são usuários da Política de Assistência Social. No entanto, o desenvolvimento do capitalismo tem particularidades regionais que conformam a necessidade de acumulação do capital globalmente. Nesse sentido, passamos a destacar como se deu o processo de desenvolvimento deste modo de produção no Brasil, ressaltando as particularidades na relação capital e trabalho no contexto do chamado capitalismo dependente.

2.2 Capitalismo dependente a partir das vertentes da teoria da dependência

Neste tópico a proposta é fazer uma abordagem que remeta a apreensão do desenvolvimento do modo de produção capitalista no Brasil, considerando suas particularidades. Para tanto, tomaremos como referencial a ideia de dependência que caracteriza as formas de consolidação, inserção e desenvolvimento do modo de produção capitalista na América Latina e nas demais regiões denominadas como subdesenvolvidas à época. A teoria da dependência expressa a forma como os países periféricos se relacionam com os países centrais no processo de acumulação geral do modo de produção capitalista, o que inclui a crítica a ideia de atraso para designar a etapa de desenvolvimento dos países considerados subdesenvolvidos.

A teoria da dependência surge como crítica à teoria do desenvolvimento cepalina, ou seja, tem como proposta repensar o modelo etapista de desenvolvimento proposto pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), adotando uma perspectiva analítica. Nesta perspectiva de análise, temos que a dependência decorre da relação de subordinação da periferia com os países centrais. Neste sentido, a diferença na etapa de desenvolvimento do capitalismo periférico não decorre do fato de a periferia estar condicionada a agroexportação e por ter limitações no que diz respeito à inovação tecnológica das indústrias mais modernas – ter uma economia de caráter primário –, mas sim pelo evidente papel que cumpre na dinâmica do capitalismo mundial.

A condição de dependência, portanto, é determinada pelo desenvolvimento dos países centrais, ou seja, enquanto aos países centrais cabe a ampliação de um moderno parque

industrial, determinado pelo desenvolvimento da inovação tecnológica – portanto, uma economia de caráter moderno e industrial –, a tarefa da periferia no processo global de produção e acumulação de capital é o fornecimento de matérias-primas – economia de caráter primário-exportador, com modesto parque industrial de materiais leves. Deste modo, a superação da condição de subdesenvolvimento se daria pela ruptura com a relação de dependência e não apenas pela modernização e industrialização da economia como defendiam os cepalinos.

A teoria da dependência abre uma nova possibilidade de pensar a dinâmica social, política e econômica da América Latina, determinando que a condição de subdesenvolvimento decorra da particularidade de inserção da periferia no processo global de acumulação capitalista. Isso significa que não há um atraso no desenvolvimento do capitalismo periférico, o subdesenvolvimento é a forma particular do modo de produção capitalista se manifestar na realidade periférica. Desenvolvimento e subdesenvolvimento seriam, portanto, constituições funcionais à perpetuação do capitalismo, garantindo a máxima da acumulação. A dependência representa a forma como a periferia adentra na divisão internacional do trabalho comandada pela dinâmica imperialista. É sobre essa lógica que irá se definir as relações sociais no contexto da América Latina, que terá também particularidades na relação capital e trabalho.

A teoria da dependência e desenvolvimento deu margem a várias interpretações, dentre as quais destacamos o grupo que compõem a chamada Teoria Marxista da Dependência (TMD) e Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, que descrevem a chamada teoria da (inter)dependência, defendendo uma concepção de desenvolvimento dependente associado. Apesar de partirem da ideia da existência de uma relação de dependência entre periferia e centro, suas interpretações chegavam a defesas diferentes: FHC e Faletto defendiam a relação de dependência como a única maneira de superação do subdesenvolvimento – opção feita pelo regime empresarial-militar de 1964 – enquanto que o grupo da TMD defendia que a solução da periferia seria o rompimento da dependência e, por sua vez, do modo de produção capitalista. São, portanto, diferentes concepções acerca das relações comerciais entre a periferia e o centro.

Cardoso e Faletto (2000) definem a perspectiva da teoria da dependência da América Latina como um desenvolvimento subordinado ao capital internacional. A argumentação tem como referencial afirmar que o problema do desenvolvimento na América Latina está no caráter da conformação política e social da burguesia nacional. A interpretação dos autores

para entender o desenvolvimento na América Latina tem como referencial a dinâmica política entre as classes e grupos sociais de cada país.

Para os autores, a debilidade do desenvolvimento nacional, onde referenciam o caso brasileiro, decorre dos limites apresentados pela perspectiva nacional-desenvolvimentista-populista quando defendem a necessidade de criação das condições objetivas para o desenvolvimento econômico a partir de dentro. No caso brasileiro, assim como em outros países da América Latina, a possibilidade de consolidação de um desenvolvimento próprio/autônomo se dá via substituição de importações com intensa intervenção estatal. Para além da questão econômica, os autores defendem que a condição de subdesenvolvimento se dá também por fatores políticos e sociais, perpassando assim pelos grupos sociais que compõem a estrutura societária.

A noção de dependência alude diretamente às condições de existência e funcionamento do sistema econômico e do sistema político, mostrando a vinculação entre ambos, tanto no que se refere ao plano interno dos países como ao externo. A noção de subdesenvolvimento caracteriza um estado ou grau de diferenciação do sistema produtivo — apesar de que, como vimos, isso implique algumas “consequências” sociais — sem acentuar as pautas de controle das decisões de produção e consumo, seja internamente (socialismo, capitalismo etc.) ou externamente (colonialismo, periferia do mercado mundial etc.). As noções de “centro” e “periferia”, por seu lado, destacam as funções que cabem às economias subdesenvolvidas no mercado mundial sem levar em conta os fatores político-sociais implicados na situação de dependência. (CARDOSO; FALETO, 2000, p. 508).

A crítica dos autores advém da necessidade de analisar o tipo de desenvolvimento econômico constituído na América Latina, tendo como referencial de embate o enfoque estruturalista da CEPAL, que defendia que o crescimento econômico periférico só seria possível a partir do fomento ao desenvolvimento econômico interno, que naquele momento foi demarcado pela política de substituição de importações. Para os autores, o equívoco dessa premissa está no fato de que o desenvolvimento não pode ocorrer apartado das tendências mundiais, ou seja, daquilo que está sendo deflagrado pelos países de capitalismo central. Nesse sentido, sugerem a aceitação da relação imperialista entre centro e periferia, numa espécie de desenvolvimento dependente associado, creditando ser esta a única alternativa para que os países periféricos pudessem adquirir alguma vantagem na comercialização internacional.

De acordo com Cardoso e Faletto (2000), a unificação dos mercados, mesmo que numa condição de subordinação, possibilitaria uma vantagem competitiva futura para o capital interno. Num mercado unificado entre centro e periferia, o investimento do capital internacional adentraria diretamente na economia periférica, estabelecendo uma nova

dinâmica no comércio internacional entre países. A relação comercial deixaria de ser baseada numa troca entre produtos diferentes para ser uma parceria, uma relação de mercados integrados.

Traspadini (2014) nos alerta que os cepalinos acertam no que se refere ao processo de desenvolvimento capitalista periférico. O erro da análise estruturalista foi desconsiderar que os atores econômicos não estão alheios ao espaço político de poder. Isso significa dizer que os nacionais desenvolvimentistas acreditaram que apenas o desenvolvimento econômico seria suficiente para dar conta dos problemas sociais, uma vez que a aceleração da economia promoveria o aumento das possibilidades de inserção laboral. No entanto, não se atentaram para a evidência de que a concentração de renda e propriedade se dá pelo fato da elite política e econômica visar apenas o atendimento aos seus interesses particularistas. Como é a elite quem tem o comando econômico e, ainda, ocupa o Estado dominando a esfera política, a problemática social dificilmente seria resolvida.

Esse cenário é que consolida a crítica de Cardoso e Faletto de que os nacionais desenvolvimentistas partiram de um ideal economicista para resolver o problema do processo do desenvolvimento econômico periférico ao desconsiderar o que para eles seria o cerne do problema: o cenário político e social, a fragilidade da conformação política e social nacional. Para os autores, a análise do processo de desenvolvimento deve envolver fatores econômicos e político-sociais, e estes seriam os mais determinantes.

O reconhecimento da historicidade da situação de subdesenvolvimento requer mais do que assinalar as características estruturais das economias subdesenvolvidas. Há que se analisar, com efeito, como as economias subdesenvolvidas vincularam-se historicamente ao mercado mundial e a forma em que se constituíram os grupos sociais internos que conseguiram definir as relações orientadas para o exterior que o subdesenvolvimento supõe. Tal enfoque implica reconhecer que no plano político-social existe algum tipo de dependência nas situações de subdesenvolvimento e que essa dependência teve início historicamente com a expansão das economias dos países capitalistas originários. [...] As noções de “centro” e “periferia”, por seu lado, destacam as funções que cabem às economias subdesenvolvidas no mercado mundial sem levar em conta os fatores político-sociais implicados na situação de dependência. [...] uma sociedade pode sofrer transformações profundas em seu sistema produtivo sem que se constituam, ao mesmo tempo, de forma plenamente autônoma os centros de decisão e os mecanismos que os condicionam. (CARDOSO; FALETO, 2000, p.507-509).

A citação anterior nos confirma a ideia dos autores de que o problema da dependência não está na ordem econômica, seu determinante estaria na relação política e social que estrutura o desenvolvimento capitalista periférico. O contexto sociopolítico interferiria diretamente na capacidade dos países subdesenvolvidos “aproveitarem” as possibilidades, oferecidas pelos países centrais, de fomentar o desenvolvimento na dinâmica proposta na

chamada dependência associada. No entanto, nos cabe esclarecer, de acordo com a abordagem da TMD, que o problema não está na conjuntura política e social, mas no lugar que ocupa a periferia no processo global de acumulação capitalista. Esse deve ser o parâmetro central. A relação de subordinação dos países periféricos faz parte do funcionamento estrutural do modo de produção capitalista e é sobre esse escopo que se deveria pensar as alternativas para a superação ou pelo menos para o entendimento da relação de dependência. Assim como é sob esta premissa que está a explicação da manutenção do “atraso” no desenvolvimento das economias periféricas e da permanência da subordinação aos países centrais mesmo no auge do ciclo desenvolvimentista no Brasil.

O desenvolvimento dependente associado, defendido por Cardoso e Faletto (2000), como alternativa para expansão do desenvolvimento econômico para a América Latina tem como ponto de partida a ideia de apreender o desenvolvimento de maneira global. Isso significa dizer que se deveria partir da história do desenvolvimento capitalista mundial. Feito este movimento, o passo seguinte seria dar centralidade a particularidade social e política dos diferentes países, porque a realidade sociopolítica seria o elemento definidor do caráter que o desenvolvimento iria assumir em cada território.

A inter-relação do econômico e do social manifesta-se notoriamente na situação de “enclave colonial”, onde a desigualdade da situação política entre a colônia e a metrópole faz que o sistema econômico seja percebido como diretamente ligado ao sistema político, pondo assim mais claramente em relevo a relação entre ambos. Pelo contrário, quando o desenvolvimento ocorre em “estados nacionais”, a face econômica torna-se mais “visível” e os condicionantes políticos e sociais aparecem mais fluidos; não obstante, estes últimos mantêm uma influência decisiva com respeito ao aproveitamento e continuação das oportunidades que ocasionalmente se manifestam no mercado. (Ibidem, p.510).

A forma como o capital monopolista adentra nas economias periféricas terá relação direta com a conformação social e política de cada país, o que irá determinar a capacidade dessas economias absorverem a dinâmica de produção das empresas transnacionais. A esse respeito Traspadini (2014) destaca:

[...] a conceituação de Cardoso-Faletto sobre a dependência busca superar as caracterizações centradas nas antinomias – desenvolvimento-subdesenvolvimento e centro-periferia – e propõe um escopo analítico, que pretende integrar as variáveis (externas e internas) políticas, econômicas e sociais. Esta conceituação parte do pressuposto de que para se entender a questão do desenvolvimento há que se resgatar o emaranhado das múltiplas determinações estruturais de cada economia. (Ibidem, p. 95)

Em resumo, para Cardoso e Faletto (2000), as características que assume o desenvolvimento nas diferentes regiões da América Latina decorrem de fatores intrínsecos a esses países. O fato de não conseguir absorver o máximo oferecido pelo capital internacional

decorre das limitações sociopolíticas da região. A não superação da dependência não diz respeito ao capital internacional, mas sim a incapacidade dos países de apreenderem o que as empresas capitalistas transnacionais ensinaram. O desenvolvimento, portanto, é resultado da ação do capital nacional, capital internacional e Estado. É nesse bojo que está o ideal de associação como saída da condição de país dependente, segundo os autores.

No entanto, a ideia de dependência associada defendida pelos autores aprofunda ainda mais a relação de dependência entre periferia e centro, colaborando para consolidação do imperialismo, fenômeno ausente na análise destes autores. Um exemplo disso é o papel do Estado brasileiro com o golpe militar em 1964, quando o presidente marechal Castelo Branco assume como perspectiva a defesa da associação ao capital estadunidense tendo como objetivo colaborar para a expansão do imperialismo na América Latina. Tal associação política aos Estados Unidos da América (EUA) teria como contrapartida a garantia da dominação brasileira sobre os demais países da América Latina.

A interdependência tinha como objetivo uma aliança, cujo foco foi a convergência sobre as decisões políticas internacionais dos países do continente como um todo. A defesa do ideal de soberania nacional cedia lugar a uma política internacional de cooperação do continente americano, baseada na dependência associada.

O que se verificava, na realidade, era a evolução, de certa maneira inevitável, da burguesia brasileira rumo à aceitação consciente de sua integração ao imperialismo estadunidense, evolução esta que resulta da própria lógica da dinâmica econômica e política do Brasil e que pode ter graves consequências para a América Latina. (MARINI, 2014, p. 121).

O compromisso com os Estados Unidos era de integração econômica, onde o Brasil teria como tarefa a irradiação da expansão imperialista. Para que tal feito fosse consolidado, os militares lançaram mão de ações para promoção de tal integração de forma acelerada. Sobre este aspecto, discorre Marini (2014):

Outro aspecto da atuação da ditadura militar consistiu na criação de estímulos e atrativos para os investimentos estrangeiros, principalmente aqueles provenientes dos Estados Unidos. Com a revogação de limitações à ação do capital estrangeiro [...], a concessão de privilégios a certos grupos [...] e a subscrição de um acordo de garantias aos investimentos estadunidenses [...]. Simultaneamente, restringindo o crédito à produção [...], estimulando a assim chamada “democratização do capital” [...], criando fundos estatais ou privados de financiamento baseados em empréstimos externos, ou tributando fortemente a folha de pagamento das empresas [...], o governo militar promove a integração acelerada da indústria nacional à estadunidense. (Ibidem, p. 155).

No que diz respeito à integração econômica, a burguesia brasileira adquire o capital necessário à expansão industrial via inovação tecnológica, absorvendo equipamentos

considerados obsoletos para a indústria estadunidense. No entanto, se esquece do detalhe social que compõe a sociedade brasileira. Para se ter um desenvolvimento industrial que, por sua vez, fomente o mercado interno, é necessário o mínimo de mão de obra qualificada, fato que passava longe da realidade brasileira naquele momento.

Não por acaso, a composição de uma indústria moderna e a intensificação da sua produtividade não promoveu o desenvolvimento do mercado interno de forma a absorver a produção cada vez mais crescente. A saída encontrada foi a expansão para o mercado externo, representado basicamente pela África e América Latina. É este contexto que Marini (2014) chama de subimperialismo, que corresponde à expansão imperialista brasileira na América Latina sendo, também, uma expansão do imperialismo estadunidense uma vez que a economia brasileira estava integrada aos Estados Unidos.

A ousadia brasileira constituída na ideia do subimperialismo não poderia ser facilmente implementada, uma vez que na América Latina existiam outras burguesias que dificultariam o domínio burguês brasileiro na região. Além da resistência da burguesia externa, a concentração e centralização de capital gerou a oposição da própria burguesia nacional que se via caminhando para a quebra dos próprios negócios caso não aceitasse a absorção aos grandes grupos transnacionais.

[...] antes de mais nada, ao fato de que o modelo – subimperialismo –, apesar de corresponder à formulação sistemática dos interesses de classe da burguesia, surgira de sua representação ideológico-política. [...] o problema mais agudo se apresentou quando essa implementação revelou um de seus elementos constitutivos, que não representava o interesse geral da classe, mas apenas de sua camada superior: a concentração e centralização do capital. (MARINI, 2014, p. 167-168).

Importante referenciar que este processo traz mais prejuízos à classe trabalhadora brasileira que, para manter os preços dos produtos brasileiros mais atrativos e competitivos no mercado externo, sofre com elevado índice de desemprego e salários cada vez mais baixos (depreciação crescente do valor da força de trabalho). Esse cenário está diretamente relacionado com a necessidade de expansão das possibilidades de aumento da mais-valia, determinando a tendência ao pauperismo acompanhada do aumento da produtividade industrial. Esse contexto favorece, portanto, o encolhimento da dinamização do mercado interno e, como solução, a expansão para o mercado externo, qual seja, os países periféricos de menor desenvolvimento industrial.

O desenvolvimento do capitalismo no Brasil tem como condição a intensificação da concentração de riqueza na mesma razão em que promove o empobrecimento das massas que

sofrem com a redução cada vez maior da sua capacidade de consumo, mesmo daqueles bens necessários para sua manutenção orgânica.

Podemos dizer, assim, que a ditadura empresarial-militar brasileira é resultado do desenvolvimento do capitalismo que, diante do cenário de demonstração de inflexão dos ganhos da burguesia nacional, precisava de novas estratégias de garantia para a ampliação da acumulação. Não por acaso, a ditadura se consolida via um bloco composto pelos militares, empresariado e oligarquia. Ou seja, é uma composição dos setores dominantes.

De acordo com Marini (2014), o desenvolvimento do capitalismo na América Latina tem origem no período colonial, momento em que se estabelece nas colônias uma economia de caráter mercantil visando atender a dinâmica da acumulação internacional. O desenvolvimento do capitalismo na região nasce a partir do atendimento das exigências da circulação capitalista determinadas pela dinâmica externa, visando responder a demanda do mercado mundial. Isso significa apontar que o capitalismo periférico sempre teve como horizonte a dinâmica da acumulação externa e suas burguesias, como veremos mais adiante, mantiveram esse interesse voltado para fora.

O traço particular da periferia é que sua produção não depende da capacidade interna de consumo para a própria realização, como aludimos linhas atrás ao tratarmos da inserção da inovação tecnológica na industrialização brasileira nos primeiros anos do golpe cívico-militar. A classe trabalhadora, que naquela altura sofria com a depreciação do valor da sua força de trabalho e com o aumento do desemprego, se situa numa relação diferente daquela presente nos países centrais no contexto do pacto keynesiano-fordista, sendo quase que exclusivamente produtor de mercadorias.

Na dinâmica de acumulação do capitalismo dependente a concentração de capital deforma o ciclo tradicional do capital, ou seja, na periferia a classe trabalhadora produz as mercadorias – majoritariamente matérias-primas – e não as consome, estas se realizam no mercado externo de acordo com as necessidades dos países centrais. Desta maneira, seu ciclo diverge daquele observado nos países centrais onde o processo de acumulação é baseado na produtividade do trabalho, ou seja, a força de trabalho é produtora e consumidora de mercadorias. Neste sentido, a dinâmica da acumulação acontece via fomento do mercado interno. Isso significa pontuar que na periferia a circulação está em grande medida dissociada da produção, por isso, o consumo individual da força de trabalho pouco interfere na dinâmica de acumulação das nações dependentes. Tal fato tem como justificativa o papel que cumpre os países periféricos no processo geral de acumulação do capital (MARINI, 2014).

A formação de um mercado interno de circulação de mercadorias é impreterível para o desenvolvimento das forças produtivas, visto que a produção será incentivada pela própria dinâmica interna, favorecendo acúmulo de capital internamente. Ter a produção condicionada pela demanda externa, além de dificultar a ampliação do mercado interno, preserva o movimento de transferência de parcelas significativas de excedente para os países centrais, privilegiando a “troca desigual” própria da dinâmica comercial adotada entre centro e periferia.

O consumo individual dos trabalhadores representa, portanto, um elemento decisivo na criação de demanda para mercadorias produzidas, sendo uma das condições para que o fluxo da produção se resolva adequadamente no fluxo da circulação. (MARINI, 2011, p. 156).

Ter a produção baseada nas necessidades do mercado interno, no entanto, não vale para a realidade da América Latina, que, como já citamos, adentra no mercado mundial tendo sua produção associada às necessidades e exigências externas. O papel da América Latina é colaborar para o aumento da concentração de capital dos países centrais, através da expansão do processo imperialista.

De acordo com Marini (2014), o aumento dessa concentração de capital advém de parte da mais valia produzida nos países periféricos, que adentraram no processo de produção global capitalista via investimentos e aplicação direta ou indireta de capital estrangeiro nas economias nacionais. Este processo obriga os países periféricos a repassarem para fora parte daquilo que é produzido internamente, como forma de pagamento.

A estrutura de produção periférica, no entanto, está alicerçada na dinâmica da exportação de matéria-prima – produtos primários – e importação de produtos industrializados. Essa dinâmica permite o aprofundamento da relação de dependência com os países centrais, ao ponto que a realização da mais valia interna está determinada pela aquisição dos insumos pelos países centrais. Assim se dá a integração latino-americana ao mercado mundial.

Há casos em que o produto de exportação que move a economia nacional tem suas condições de expansão e constituição dependente do capital estrangeiro que investe tanto diretamente na produção quanto fomentando possibilidades de infraestrutura para seu escoamento. Como a dinâmica econômica da periferia tem como base a relação de exportação e importação, cria-se um limite objetivo para investimento do excedente para um desenvolvimento econômico interno autônomo, porque está diretamente condicionado por fatores externos.

Mesmo nos países periféricos em que há uma maior autonomia de investimento, devido à atividade principal não estar sob o julgo do capital internacional, este ocorre no setor mais rentável, ou seja, a atividade de exportação. A diferença é que nessas regiões há um investimento por parte da classe dominante local no mercado interno, passando a desenvolver uma atividade industrial que vai para além daquela articulada a exportação. Uma atividade industrial simples, de produtos leves, de fácil replicação que não requer a inovação tecnológica proveniente dos países centrais e, por isso, passível de ser reproduzida em solo periférico.

O que se quer apontar nessa dinâmica é que a dependência está intrínseca à condição de inserção da periferia no mercado mundial. No entanto, quando as atividades econômicas desenvolvidas no seio do mercado interno não estão integralmente concentradas nas mãos do capital estrangeiro, abre-se a possibilidade para uma autonomia relativa das classes dominantes locais que podem ter a liberdade de escolha sobre o setor que irá investir. É claro que o setor rentável é a exportação, condicionado aos ditames do mercado externo, mas há investimentos secundários que podem se realizar no mercado interno abrindo precedente para a busca de uma autonomia em relação ao capital internacional, visto que essa poderia ser uma possibilidade da burguesia nacional aumentar seus ganhos, atendendo, portanto, aos seus interesses particulares.

O imperialismo, por sua vez, se consolida no capitalismo internacional também para atender a expansão da acumulação dos países centrais. Ele representa a integração dos sistemas de produção, desta vez tendo um centro de poder hegemônico, os Estados Unidos, que adquire tal feito devido a supremacia da sua indústria bélica. Neste contexto, há um aumento exponencial do excedente, o que intensifica a atuação direta de investimentos externos nas economias nacionais periféricas.

O aprofundamento da dependência nessa conjuntura advém da crise do mercado imperialista já na segunda metade do século XX, que exige da periferia uma mudança na sua atividade econômica. Essa mudança interrompe o processo de industrialização que vinha ocorrendo na região, decorrente do processo de substituição de importações. Ocorre que a burguesia nacional não tem disponibilidade de capital para investir no desenvolvimento industrial pesado, e a indústria de materiais leves já estava dando sinais de esgotamento.

A partir dos anos 1950, então, as economias periféricas passaram a ter a presença do capital e das empresas transnacionais disputando os setores econômicos com a burguesia nacional. Esta, sem condições de se manter no comando, aceita as regras do capital

internacional se associando a ele, uma vez que estava impossibilitada de implementar sozinha uma indústria pesada de bens intermediários, de consumo durável e de capital. É na segunda etapa da industrialização periférica, portanto, que se consolida o aprofundamento da dependência articulado a conformação da integração do sistema de produção de caráter imperialista. A implementação do setor de bens de capital ocorre, portanto, via capital estrangeiro que mantém o monopólio da tecnologia e garante a aquisição de parte da mais valia periférica (MARINI, 2014).

A burguesia industrial nacional abandona o ideal de uma indústria autônoma e se integra diretamente ao capital imperialista radicalizando a dependência. A desnacionalização da economia tem grandes impactos sociais, uma vez que se intensifica o processo de desemprego estrutural colocando contingentes significativos da classe trabalhadora num declínio exponencial das formas de vida.

Ao contrário do que Cardoso e Faletto (2000) defendem, a integração via dependência associada da burguesia periférica com o capital imperialista, trouxe para a população bolsões de miséria incomensuráveis, que reivindicam pelo básico visando à garantia da subsistência orgânica. Nesse cenário, as burguesias nacionais têm os seus interesses, de maximizar a própria acumulação, atendidos, num contexto em que se assiste a intensificação da concentração da riqueza tendo como contrapartida o crescimento da pobreza.

O capitalismo latino-americano reproduziu as leis gerais que regem o sistema em seu conjunto, mas, em sua especificidade, acentuou-as até o limite. A superexploração do trabalho em que se funda o conduziu finalmente a uma situação caracterizada pelo corte radical entre as tendências inerentes ao sistema – e, portanto, entre os interesses das classes beneficiadas – e as necessidades mais básicas das grandes massas, que se manifestam em suas reivindicações por trabalho e consumo. A lei geral da acumulação capitalista, que implica a concentração de riqueza num polo da sociedade e o pauperismo absoluto da grande maioria do povo, se expressa aqui com toda a brutalidade, colocando na ordem do dia a exigência de formular e praticar uma política revolucionária, de luta pelo socialismo. (MARINI, 2014, p. 63).

É sobre essas bases que se configurarão toda a dinâmica social e política brasileira e periférica. Este fundamento fica muito evidente quando observamos a dinâmica das classes no Brasil, principalmente no que diz respeito à burguesia brasileira, que mesmo as suas frações médias, que em muitos momentos compõem uma base social junto à classe trabalhadora, incapazes de se constituir como sujeito/grupo dominante na esfera de decisão política e econômica do país, buscam formas estratégicas para autonomização do mercado interno. Seguem, portanto, atendendo aos interesses externos, tendo como objetivo atender somente as suas particularidades. Tal contexto nos remete a necessidade de entender/conhecer como se dá

a Revolução Burguesa brasileira, porque dessa discussão conseguiremos apreender elementos que colaborarão para apreendermos a situação da classe trabalhadora no Brasil e, por sua vez, a questão social brasileira.

2.3 Sobre a Revolução Burguesa brasileira

Para complementar a análise do desenvolvimento do capitalismo no Brasil é interessante dissertarmos acerca da Revolução Burguesa brasileira, visto que nos países centrais a ascensão burguesa marca a consolidação do capitalismo como modo de produção. A consolidação do capitalismo nos países centrais tem como característica a ruptura com o modo de ser anterior da sociedade via processos revolucionários, o qual se denomina como via clássica.

O contexto da via clássica da ascensão da burguesia nos países centrais tem como característica a ruptura com as formações sociais pré-capitalistas. As revoluções burguesas são um marco da transformação dos parâmetros das formações sociais pré-capitalistas e da consolidação do modo de produção capitalista. A ascensão da burguesia ao poder representava a consolidação de uma nova ordem social acompanhada da emergência do Estado nacional, tendo a razão iluminista como direcionamento das suas ações. Marx (2010) aponta que:

As revoluções [...] não foram o triunfo de uma determinada classe da sociedade sobre a velha ordem política; foram a proclamação da ordem política para uma nova sociedade europeia. Nelas triunfou a burguesia, mas o triunfo da burguesia foi o triunfo de uma nova ordem social, o triunfo da propriedade burguesa sobre a propriedade feudal, da nacionalidade sobre o provincialismo, da concorrência sobre o corporativismo, da partilha do morgado, do domínio do proprietário de terra sobre a dominação do proprietário a partir da terra, do esclarecimento sobre a superstição, da família sobre o nome da família, da indústria sobre a preguiça heroica, do direito burguês sobre os privilégios medievais. (Ibidem, p. 322)

Neste contexto, a burguesia representava as forças da modernidade que enfrentavam o conservadorismo representado pela nobreza feudal. É a necessidade de transformação da natureza através de novas técnicas de conhecimento, que faz da burguesia uma classe ascendente, isto associado à nova conjuntura social que vigorava, onde cada vez mais se pressionava para o surgimento da mudança.

A ascensão da burguesia traz consigo a orientação de “uma racionalidade humanista e dialética” (COUTINHO, 2010, p.21), tendo como fator preponderante o processo histórico. No entanto, em meados do século XIX este cenário muda com a consolidação da burguesia

como classe hegemônica. Após a ascensão ao poder e com o desenvolvimento do modo de produção capitalista, a burguesia – agora classe dominante – rompe com o caráter progressista que marcou o período revolucionário e passa a consolidar estratégias conservadoras e diversas medidas para manter o poder, as quais têm como finalidade central a busca e garantia do acúmulo de riquezas e sua apropriação privada pela classe dominante.

A necessidade dessas estratégias e medidas reformistas e conservadoras decorrem do desenvolvimento e fortalecimento de forças sociais políticas e de um movimento ético, opostos à burguesia que tensiona e explicita a existência do conflito entre classes de interesses antagônicos dentro do espectro social. Neste sentido, surge um novo sujeito político capacitado e reconhecido como tal para dar continuidade a uma perspectiva de totalidade na esfera societária, tal como discorre Iamamoto (1996, p. 19-20):

A burguesia, enquanto classe, perde o interesse e a capacidade de fazer avançar a socialidade para além dos limites da lógica de acumulação e valorização do capital [...]. A dimensão essencial da emancipação humana só terá sentido para um outro sujeito histórico, cuja emersão primeira verifica-se em 1848: o proletariado. [...] o proletariado se investe, em nível histórico universal, como o herdeiro das tradições libertárias e humanistas da cultura ocidental, constituindo-se como o sujeito de um novo processo emancipador, cuja condição prévia, histórico concreta, é a ruptura mais completa com a ordem do capital. [...] a revolução de 1848 [...] viabilizou a emergência de um projeto sociopolítico “autônomo”, próprio, do proletariado; mais exatamente: propiciou a auto percepção “classista” do proletariado.

A ascensão da classe trabalhadora como sujeito político marca também um momento denominado como decadência ideológica⁶ da burguesia. Nesta é possível constatar um acordo entre a modernidade e o conservadorismo – aquele que até então era combatido pela burguesia revolucionária – resultando na permanência de estruturas institucionais e legais que, ao se adaptar as novas necessidades colocadas pelo desenvolvimento do capitalismo, se mostram conservadoras e excludentes, dando destaque à garantia da manutenção dos privilégios dos setores mais conservadores.

⁶ A decadência ideológica corresponde ao período em que a burguesia deixa de ser uma classe de interesses universais para atender unicamente aos seus interesses de expansão das suas próprias riquezas. É um novo marco teórico e metodológico para a classe burguesa, que passa a ter como fundamento o pensamento conservador. Conforme Coutinho (2010, p. 22) afirma, “as contradições capitalistas tornaram-se explosivas, encarnação e produto dessas contradições, o proletariado surge na história como força social autônoma, capaz de resolver em sentido progressista os limites e as antinomias do sistema capitalista. Indicar a realidade como algo essencialmente contraditório significa, doravante, fornecer armas teóricas ao movimento anticapitalista da classe operária. De crítica da realidade em nome do progresso, do futuro, das possibilidades reprimidas, o pensamento burguês transforma-se numa justificação teórica do existente. Em proporções cada vez maiores, a história e a economia perdem sua anterior importância filosófico-ontológica, deixando de desenhar um papel significativo na elaboração da concepção de mundo. E, com isso, perde-se a possibilidade de apreender a essência da realidade humana: a filosofia da decadência torna-se, cada vez mais, um pensamento imediatista, centrado nas aparências fetichizadas da realidade”.

A decadência ideológica indica o momento em que a burguesia deixa de representar a totalidade do “povo” que lutava pela transformação, decorrendo de uma mudança do seu posicionamento político, se articulando aos setores conservadores da sociedade, transformando os aspectos revolucionários e libertários em uma ideologia da ordem, garantindo a manutenção da sociedade nos moldes existentes.

O entrelaçamento da burguesia com o conservadorismo é evidente a partir do momento que a classe burguesa se coloca em oposição a qualquer movimento que busque uma ruptura, ou ameace a estrutura e as relações de dominação existentes. Sendo assim, a decadência ideológica marca o fim do progressismo burguês perdendo a possibilidade de entender os nexos com a estrutura social e o sentido ontológico para o conhecimento do real. A decadência ideológica determina a evasão da essência da realidade social para conservar a ordem capitalista. Para tanto, “as explicações sobre as reações sociais oferecidas pelas ciências do espírito, a partir da consolidação da sociedade burguesa, [...], colaboram para a compreensão do homem e da sociedade como partes isoladas da processualidade sócio-histórica” (LARA, 2013, p.93).

Logo, a burguesia pode ser definida como classe conservadora porque se coloca como contrarrevolucionária quando abre mão do processo histórico contraditório como elemento central no direcionamento das suas ações. É comum, quando se fala da Revolução Burguesa brasileira, ouvirmos e lermos que no Brasil não houve insurreições sociais que denunciavam ou reivindicavam por mudanças estruturais. Não por acaso, desenvolvemos equivocadamente a ideia de que o desenvolvimento e consolidação do capitalismo brasileiro foi livre de conflitos e, por isso, esse processo seria determinado pelas chamadas “revoluções pelo alto”. No entanto, o que nos parece verdadeiro é que os processos insurrecionais brasileiros sempre foram alvo de intensa repressão, atendendo aos interesses das classes dominantes nos diferentes períodos. Sendo assim, o que ainda é passível de ser dito é que a constituição do capitalismo ocorre pela chamada via não clássica, consolidando, por assim dizer, uma revolução burguesa sem revolução. O capitalismo brasileiro se consolida numa processualidade sem uma ruptura revolucionária, se concretizando através de um pacto conciliatório entre a aristocracia agrária e a burguesia nascente, não incorporando os demais indivíduos que compunham a sociedade. Esse pode ser considerado um dos muitos fatores que nos leva a determinar como uma via de desenvolvimento do capitalismo de caráter “não clássica”.

No caso clássico, principalmente em sua forma mais radical, a francesa, aparece a noção de povo como artífice do Estado, já que, para levar a cabo sua tarefa de

sepultar o velho feudalismo, a burguesia necessita de sua força – da força das massas populares do campo e das cidades –, porque se bate frontalmente com a antiga nobreza feudal. No caso prussiano o processo conciliatório pôde excluir as massas, porque não houve a revolução e, dessa forma, a noção de Estado aparece não como a representação do poder popular, mas como a de um espírito comum, *volksgeist*, imanente à nação alemã. (MAZZEO, 2015, p. 100).

A particularidade do desenvolvimento do capitalismo em solo brasileiro se dá pelo fato de não termos vivido um modo de produção feudal. Aqui, a colonização demarca a iniciação do país no processo global de acumulação capitalista. O Brasil, enquanto colônia, já possui um caráter mercantil – ainda que não constituído como Estado Nacional – que é suficiente para definir sua economia como própria de um regime capitalista.

O desenvolvimento e a consolidação do capitalismo no continente americano se deram com diversas particularidades e, dentre estas, se insere o processo brasileiro que tem no seu bojo o latifúndio escravista. É sobre este fator que se molda a burguesia brasileira que, ao ter seus interesses voltados para o atendimento das demandas dos países centrais, não rompe com as amarras próprias do período colonial.

A determinante do desenvolvimento industrial brasileiro se dá, inclusive, pelo campo, é das atividades voltadas para a agricultura/monocultura que se dão também as protoformas da industrialização brasileira. Além disso, o processo de acumulação capitalista emerge da atividade rural e se mantém até os dias atuais, visto que o Brasil permanece mantendo como uma das suas atividades econômicas principais o papel de fornecedor de matérias-primas ou *commodities*.

A consolidação do Estado Nacional brasileiro se dá com a exclusão das massas, numa via de acumulação e de desenvolvimento do capitalismo de caráter tardio e agrário, conciliatório entre a elite agrária e a burguesia, tendo como base histórica a colonização.

O processo de consolidação do Estado Nacional se caracteriza pela busca da finalização dos laços coloniais, sem alteração das estruturas social e de produção. Não por acaso, se mantém um arranjo de caráter escravista. O Estado Nacional independente visa abolir a condição de colônia e, por sua vez, a existência da metrópole, mantendo uma economia exportadora e o sistema escravista.

O caráter econômico exportador mantém, mesmo diante da independência, o país numa relação de subsidiário da grande produção industrial própria dos países de capitalismo central. No caso brasileiro, portanto, a consolidação do modo de produção capitalista e a conquista da independência, ao se consolidar como Estado Nacional, não trouxe como

resultado a estruturação de uma sociedade civil mais igualitária, preconizadora das liberdades humanas, mesmo que sob os limites da democracia burguesa.

[...] a Independência possui o caráter de “arranjo político”, o que nos permite dizer, [...], que a Independência assemelha-se mais à contrarrevolução do que à revolução; a conciliação com o velho, relegando ao novo uma exterioridade vazia de significado concreto. [...] a ideia de separação total em relação a Portugal concretiza-se quando se evidencia a impossibilidade da manutenção da monarquia dual, com a preservação da autonomia comercial brasileira. (MAZZEO, 2015, p. 107).

A consolidação do Estado Nacional, portanto, tinha como meta manter uma relação comercial independente favorecendo o processo de acumulação de capital da elite brasileira. Para tanto, não seria necessário romper com a estrutura social posta, ao contrário, ela seria elemento necessário e central para a ampliação das taxas de acumulação. Era uma maneira de garantir os privilégios das oligarquias, assim como, seu domínio político no país. Nesse sentido, a formação social baseada na escravidão cria as condições objetivas para a expansão da acumulação naquele momento determinando uma das principais particularidades do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, um Estado independente que mantém uma estrutura colonial de produção.

A independência se faz, então, a partir de uma transferência pacífica do poder metropolitano para o brasileiro, executada competentemente pela classe dominante que, de maneira consciente, deixa toda a nação fora do processo. Opta-se pela forma monárquica, já que um governo republicano poderia abrir espaços não desejáveis e a experiência da metrópole demonstra sua eficácia. (Ibidem, p. 109-110).

O processo de modernização econômica brasileira mantém uma via de conciliação com o passado ao manter relações de produção baseada no trabalho escravo e os fundamentos da conexão colonial desta vez com a burguesia industrial inglesa. O Estado brasileiro para garantir seu poder político cede seu poder econômico às potências industriais dos países centrais possibilitando a fundação das condições objetivas para a consolidação do imperialismo.

Fernandes (2009) quando vai tratar do caráter dependente e das classes sociais na América Latina adota como fio condutor desvelar a subordinação estrutural do continente ao imperialismo, os fatores determinantes do travamento à modernização burguesa, o papel das classes sociais na conjuntura. O desencadear do capitalismo na América Latina é tratado pelo autor através do resgate do significado da colonização que tem como elemento central a subordinação à metrópole, também definida como uma fase de dominação do nascente capitalismo da região. Tal sujeição tem, portanto, sua gênese vinculada ao período colonial e segue dando continuidade na atualidade sob a égide do imperialismo.

De acordo com Fernandes (2009), as nações latino-americanas são resultado da expansão da civilização ocidental, ou seja, de um tipo de colonização organizada e sistemática. Esse colonialismo se inicia com a conquista espanhola e portuguesa e se mantém mesmo após a emancipação nacional dos países colonizados.

O autor referencia que a relação de dependência se mantém mesmo após a emancipação, devido o próprio caráter de desenvolvimento do capitalismo na região articulado a incapacidade dos países latino-americanos de sair da relação de dependência incorporada econômica, cultural e politicamente em relação às nações capitalistas hegemônicas. Há várias causas, referenciadas pelo autor, determinantes dessas incapacidades. Uma delas é a dificuldade dos países da América Latina acompanharem a velocidade de transformação histórica do capitalismo.

Quando uma determinada forma de organização capitalista da economia e da sociedade era absorvida, isso ocorria em consequência de uma mudança da natureza do capitalismo na Europa e nos Estados Unidos, e novos padrões de dominação externa emergiam inexoravelmente. (FERNANDES, 2009, p. 21)

Outra causa determinante seria a característica da elite local desses países, majoritariamente aristocrática e oligárquica, adotarem como direção a máxima concentração de riquezas, o prestígio social e o poder para garantia de privilégios. Tais características só puderam ser consolidadas por intermédio da “[...] exclusão permanente do povo e o sacrifício consciente de um estilo democrático de vida” (Ibidem, p. 21). Neste sentido, com a elite detentora de todo o poder político, garantindo seus interesses particularistas como se fossem interesses gerais, aceitando de maneira subserviente as manipulações e ingerências das nações estrangeiras.

A transição para a sociedade burguesa na periferia se dá por iniciativa das oligarquias dominantes da região atendendo a necessidade de expansão dos mercados internacionais e dos interesses privados da elite interna.

Isso significa que a expansão do capitalismo na periferia dependente estaria condicionada as necessidades e exigências das economias capitalistas centrais e a dinâmica do mercado capitalista mundial. Nesse sentido, o caráter do capitalismo periférico tem uma particularidade que o diferencia da realidade dos países centrais: para a periferia o desenvolvimento do modo de produção capitalista precisou se ajustar a realidade de não ruptura com a dominação externa. A suposta autonomia exigida como pré-requisito para a expansão do capitalismo, não ocorreu na periferia, pelo menos no que se refere a esfera econômica.

[...] o que tem lugar é um desenvolvimento capitalista dependente e, qualquer que seja o padrão para o qual ele tenda, incapaz de saturar todas as funções econômicas, socioculturais e políticas que ele deveria preencher no estágio correspondente do capitalismo. É claro que o crescimento capitalista se dá acelerando a acumulação de capital ou a modernização institucional, mas mantendo, sempre, a expropriação capitalista externa e o subdesenvolvimento relativo, como condições e efeitos inelutáveis. (FERNANDES, 2005, p. 339).

No que tange ao caráter do desenvolvimento do modo de produção capitalista nas nações centrais é apropriado pela periferia os traços estruturais e dinâmicos essenciais como a economia mercantil, a mais-valia, o caráter concorrencial ou monopolista do modo de produção, dentre outros. São esses elementos que possibilitam a periferia a inserção na dinâmica do desenvolvimento e crescimento das economias capitalistas.

Apesar das igualdades descritas acerca das características do capitalismo periférico e central, são as diferenças dessa relação que permitirá o entendimento de que a “Revolução Burguesa” ou a consolidação da sociedade burguesa na periferia adquire um caráter particular próprio da sua realidade histórica, econômica e social. Diante dessa diferença, Fernandes (2005) nos adverte que no contexto periférico, a consolidação da sociedade burguesa revela uma combinação entre transformação capitalista e dominação burguesa, o que difere de um processo insurrecional que prevê a ruptura com relações históricas, sociais, culturais e econômicas precedentes a partir do levante de uma determinada classe.

A dependência não determina uma fraqueza da burguesia interna diante da influência e do poder da burguesia internacional, ao contrário, o elemento político hipertrofiado fortalece e intensifica ainda mais sua hegemonia, garantindo o seu lastro de dominação social, cultural, econômica e política nacionalmente. Não por acaso há cada vez mais um fortalecimento das bases nacionais da burguesia interna. O que ocorre é uma relação de parceria com a burguesia internacional.

Quanto mais se aprofunda a transformação capitalista, mais as nações capitalistas centrais e hegemônicas necessitam de “parceiros sólidos” na periferia dependente e subdesenvolvida – não só de uma burguesia articulada internamente em bases nacionais, mas de uma burguesia bastante forte para saturar todas as funções políticas auto defensivas e repressivas da dominação burguesa. (Ibidem, p. 342).

A força da burguesia periférica garante às nações centrais a certeza da manutenção do capitalismo na região. Além disso, garante, diante da relação de dependência condicionada pelos seus interesses particularistas, a dominação imperialista consolidando um pacto entre burguesia nacional e internacional.

A preponderância do elemento político como fator primordial para a dominação burguesa na periferia é central tanto para a burguesia nacional quanto para a internacional,

inclusive ele é o instrumento de viabilização, segundo Fernandes (2005), para a realização da “Revolução Burguesa” na periferia. Esse processo é, portanto, eminentemente político e teve sua constituição garantida, como forma de manutenção das estruturas de poder precedentes. A consolidação do capitalismo maduro e, por sua vez, da chamada “Revolução Burguesa” na periferia é um caminho para a preservação e expansão do modo de produção capitalista.

Não estamos na era das “burguesias conquistadoras”. Tanto as burguesias nacionais da periferia quanto as burguesias das nações capitalistas centrais e hegemônicas possuem interesses e orientações que vão noutra direção. Elas querem: manter a ordem, salvar e fortalecer o capitalismo, impedir que a dominação burguesa e o controle burguês sobre o Estado nacional se deteriore. (FERNANDES, 2005, p. 343).

Fernandes (2009) destaca que em tal conjuntura a “[...] integração nacional, como fonte de transformações revolucionárias e de desenvolvimento econômico, sociocultural e político, tornou-se impossível” (p. 22). Diante disso, a América Latina se via a frente de dois problemas: a nova forma de imperialismo sob hegemonia estadunidense e a forma de enfrentamento do imperialismo defronte as debilidades econômicas, socioculturais e políticas predominantes no continente.

As relações entre periferia e centro sob a égide do imperialismo, de acordo com o autor, cria uma espécie de novo colonialismo, no qual os países periféricos têm sua economia condicionada às determinações dos Estados Unidos.

A nova dinâmica imperialista imposta à realidade dependente, possibilita um controle externo proporcional ao do sistema colonial, sob a nova roupagem do moderno mercado capitalista, baseado na inovação tecnológica e na dominação compartilhada com diferentes países, porém com hegemonia estadunidense (FERNANDES, 2009). Nesta nova realidade do imperialismo, a dominação externa é organizada a partir de dentro, interferindo não só na esfera econômica como em todos os outros níveis da vida social.

[...] tal tendência implica um imperialismo total, em contraste, com o imperialismo restrito [...]. O traço específico do imperialismo total consiste no fato de que ele organiza a dominação externa a partir de dentro e em todos os níveis da ordem social, desde o controle da natalidade, a comunicação de massa e o consumo de massa, até a educação, a transplantação maciça de tecnologia ou de instituições sociais, à modernização da infra e da superestrutura, os expedientes financeiros ou do capital, o eixo vital da política nacional etc. [...] mesmo os mais avançados países latino-americanos ressentem-se da falta dos requisitos básicos para o rápido crescimento econômico, cultural e social em bases autônomas. (Ibidem, p. 27).

Diante de tal dinâmica, é possível perceber, de acordo com o autor, que se mantém a dominação estrangeira nos diferentes momentos do desenvolvimento do capitalismo na região, nesse sentido, a mudança é promovida pelo capital internacional. A modernização do

modo de produção capitalista na América Latina, via incremento da tecnologia e das mudanças na burocracia estatal, ocorrem com o suprimento de capital externo acompanhado pelo controle financeiro dos estrangeiros.

À dominação externa interessa única e simplesmente a extração de excedentes da periferia para compor a própria acumulação de capital. Tal característica articulada à direção da burguesia nacional coloca à realidade periférica uma estrutura social baseada na concentração de renda, no privilégio social e no poder político para um determinado grupo que compõe a importância estratégica para a dominação externa; a exclusão econômica, social e política de uma ampla parcela da população; além da coexistência de estruturas econômicas, socioculturais e políticas que favoreçam a dominação externa.

A dinâmica definida pelo imperialismo é necessária, não só pela acumulação de riquezas decorrente da exploração que promove o aumento do excedente, mas porque mesmo os países centrais precisam expandir mercados internos para assegurarem a tendência crescente das taxas de acumulação.

Quanto à dinâmica interna, não há como esperar da burguesia nacional um comprometimento que vise à autonomia e a soberania nacional, principalmente se considerarmos seus interesses particularistas e seu “olhar voltado pra fora”. A tarefa de toda a burguesia é manter as condições de acumulação e maximização dos ganhos do capital. Para tanto, no caso brasileiro, a burguesia ocupa o controle político e econômico da sociedade via aparato estatal. A partir daí se utiliza de todo o aparato institucional do Estado para cumprir seu objetivo, inclusive dos aparelhos coercitivos. Nesta tarefa, se dá o direito de encarcerar, censurar e matar a população que sofre com as expressões da questão social.

Apenas para demonstração, na contemporaneidade a burguesia brasileira, em atendimento ao seu compromisso de garantir a maximização não só dos ganhos, mas também da hegemonia do capital, em sua relação com a classe trabalhadora promove imersões no imaginário social para desconstruir a perspectiva de classe construindo uma pseudossociedade em que todos têm o mesmo acesso e oportunidade. O que na realidade configura uma sociedade que tem como princípio orientador de cidadania as possibilidades de consumo. Tal realidade se comprova quando as classes sociais são substituídas por estratificações baseadas em rendimentos que não problematizam a desigualdade, a concentração de renda ou a destruição da proteção social pública.

De acordo com Fernandes (2009), as raízes do desenvolvimento do capitalismo na América Latina têm como plano de fundo a crise do sistema colonial, quando passa a

incorporar a dinâmica econômica, tecnológica e institucional própria dos países de capitalismo central. Neste sentido, os países latinos passam a experimentar o crescimento interno de uma economia de mercado capitalista.

O desenvolvimento do modo de produção no continente, no entanto, tem uma peculiaridade “[...] a acumulação de capital institucionaliza-se para promover a expansão concomitante dos núcleos hegemônicos externos e internos (ou seja, as economias centrais e os setores dominantes)” (Ibidem, p. 52). A economia dependente é obrigada a dividir seus excedentes econômicos com agentes que operam de fora para dentro, ou seja, que comandam nos países centrais. Tal dinâmica é sustentada a partir da sobreapropriação e sobre-expropriação da força de trabalho que impede a garantia do mínimo básico à reprodução social desta.

[...] a economia capitalista dependente está sujeita, como um todo, a uma depleção permanente de suas riquezas (existentes ou potencialmente acumuláveis), o que exclui a monopolização do excedente econômico por seus próprios agentes econômicos privilegiados. Na realidade, porém, a depleção de riquezas se processa à custa dos setores assalariados destituídos da população, submetidos a mecanismos permanentes de sobreapropriação e sobre-expropriação capitalistas. (FERNANDES, 2009, p. 52).

No que tange ao caráter do modo de produção do sistema colonial, para o autor, a comercialização capitalista na colonização era determinada de fora para dentro, funcionando de acordo com a dinâmica externa própria das metrópoles. Nesse sentido, sua função era puramente econômica, com o objetivo de maximizar a acumulação de riquezas para as nações centrais externas, preservando, portanto, o monopólio metropolitano. Ainda segundo o autor, tal dinâmica é insuficiente para qualificar o comércio das colônias como um modo de produção capitalista. Por isso, considera que essa processualidade que envolve comércio colonial externo e interno e que, portanto, viabilizava acumulação de capital para as metrópoles, sendo por isso um elemento capitalista, mas não um sistema/modo de produção, pode ser entendido como formas pré-capitalistas, representado por um capitalismo comercial.

O reverso do capitalismo comercial, na América Latina, era um sistema de produção colonial, estrutural e dinamicamente adaptado à natureza e às funções das colônias de exploração. O caráter precursor de tal sistema de produção aparecia nas combinações da escravidão, da servidão e de modalidades meramente suplementares de trabalho pago com a criação de uma riqueza destinada à apropriação colonial, ordenada legalmente e praticada por meios políticos- econômicos. (FERNANDES, 2009, p. 55).

Posto isso, é possível apreender que o sistema colonial não engendrou possibilidades de desenvolvimento de uma sociedade econômica, social, tecnológica e politicamente autônoma. No entanto, sua incursão foi decisiva para desencadear uma crise, sem romper

totalmente com as estruturas econômicas e sociais. Sua transformação ocorre de acordo com o novo padrão do modo de produção capitalista próprio das nações hegemônicas, incorporando assim a nova realidade das antigas colônias com as formas de acumulação de excedentes das outrora metrópoles, que adquirem modificações no espaço econômico, sociocultural e político.

O novo padrão do capitalismo nos países centrais visava, como sempre, a maximização das possibilidades de acumulação de riquezas. Para realizar tal objetivo, era necessário a expansão da troca de mercadorias para além do mercado interno, o que passou a incluir as antigas colônias, como forma de ultrapassar as barreiras nacionais para escoamento dos produtos produzidos nos países centrais.

O capitalismo moderno que se desenvolve na periferia só se consolida após um período de transição definido pelo autor como neocolonialismo, uma vez que a relação de dominação externa não se altera na esfera econômica. A condição neocolonial só é desconstruída com a emancipação nacional articulada a consolidação do poder econômico, social e político das oligarquias tradicionais. O controle externo, portanto, passa a ser puramente econômico via mecanismos de mercado.

O fim da herança colonial, pode-se dizer, só ocorre com a consolidação de uma estrutura de classes, decorrente da consolidação e evolução de um mercado capitalista moderno associado a gradual expansão de um sistema capitalista de produção. A descolonização tem outro fator determinante: o aburguesamento das oligarquias, uma vez que se inicia uma contestação da sua hegemonia econômica, social e política. Nesse cenário, emergem novos grupos de poder burgueses, iniciando a configuração de uma sociedade de classes.

A fase de transição neocolonial, que durou de quatro décadas a meio século nos países de desenvolvimento socioeconômico mais rápido, coincide com a consolidação do capitalismo industrial na Europa e a emergência de um novo padrão de dominação externa imperialista. (FERNANDES, 2009, p. 56).

O amadurecimento do capitalismo moderno, no entanto, não rompeu definitivamente com heranças da fase pré-capitalista e neocolonial, mas se estruturou transportando influências dos períodos anteriores. Tais influências serviram como base para a criação e a alimentação inicial do setor moderno da economia, mantendo a relação comercial não autonomizante com os países centrais. O que se altera, portanto, é a aptidão da organização econômica interna perante a dinâmica econômica proveniente de fora, passando a explorar tal

relação com maior flexibilidade arquitetando em estruturas econômicas mais adequadas à expansão interna do capitalismo.

O primitivo capitalismo mercantilista, que impregnou as atividades econômicas no período colonial e na transição neocolonial, não se evapora: ele continua estranhado no espírito dos agentes econômicos externos e internos, todos orientados por uma mentalidade especulativa predatória. (Ibidem, p. 57).

O capitalismo dependente se consolida com a condição de manutenção de elementos constituintes do neocolonialismo. Para ter a materialização de uma versão moderna do modo de produção capitalista na periferia é necessária a manutenção de elementos que podem ser denominados como arcaicos. Nesse sentido, percebe-se um movimento em que o novo determina o velho e o velho é determinante para a existência do novo, numa simbiose inseparável.

Fernandes (2009) nos adverte que a elite aristocrática dominante na América Latina no seu processo de aburguesamento não buscou fomentar o desenvolvimento interno, visando articular o fortalecimento de diversos sujeitos sociais. Dentro da sua materialização de dominação sob a consolidação do capitalismo, optou por continuar a ceder aos interesses dos chamados parceiros externos.

A burguesia periférica permite e aceita a consolidação de uma massa de proletários como classe subalternizada sem, no entanto, ceder para a democratização de uma ordem societária que prevê o atendimento das necessidades básicas para reprodução desses sujeitos. Para tanto limita “[...] a participação econômica, cultural e política das classes trabalhadoras [...] reduzindo suas alternativas, empobrecendo sua visão do mundo e liquidando-se como agente histórico revolucionário” (FERNANDES, 2009, p. 63).

Com a impugnação da capacidade revolucionária da força de trabalho, o autor ressalta que a burguesia latino-americana impede a consolidação de uma ordem social competitiva, restringindo o conflito de privilégios usurpando a potencialidade criadora do capitalismo. As burguesias da América Latina [...] foram artífices do capitalismo dependente. Escolheram-no e o fortaleceram como alternativa a uma revolução nacional dentro da ordem, que ameaçaria iniquidades muitas vezes de origem e significado ou consequências coloniais, diante das quais “as desigualdades de classe” têm um caráter de uma conquista democrática. (Ibidem, p. 64).

De acordo com o autor, as burguesias latino-americanas mantêm a estrutura dependente ao organizar a partir de dentro as condições dessa relação, renovando sempre que necessário as premissas que garantem a conexão com as economias centrais. Há uma constante renovação dos vínculos de subordinação para com o exterior. Essa articulação se dá através da interface imperialismo econômico e capitalismo dependente, dois elementos que dão o tom do capitalismo maduro globalmente.

No que diz respeito ao papel que cumpre a burguesia nacional no processo de desenvolvimento do capitalismo brasileiro, tecemos algumas divergências com aquilo determinado pelo autor. Primeiro há que se ressaltar que o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, como apontamos linhas atrás, já se dá sob as necessidades do grande capital, o que compreende o período colonial⁷. No entanto, seu perfil agroexportador impede o desenvolvimento industrial, que se dá tardiamente. O desenvolvimento tardio decorre do caráter particular do capitalismo brasileiro, conformado pelo subdesenvolvimento, que prejudica não só o desenvolvimento industrial – mesmo com acúmulo de capital para fomentar tal iniciativa – mas também a consolidação de um espaço urbano que promovesse um pensamento cidadão no país. Tal movimento, por sua vez, tem impacto direto na dinâmica das classes sociais que permanece vinculada ao contexto rural.

A burguesia nacional surge do seio da oligarquia, fato que justifica suas amarras com tal grupo. Não por acaso, a classe dominante brasileira terá como característica a conformação de um bloco formado pelas oligarquias e as diversas frações da burguesia que se moldavam no país, associado a uma pequena burguesia que compunha a esfera estatal. Historicamente, a classe dominante brasileira já se consolida numa amálgama com o capital internacional, uma vez que a produção de excedente está condicionada a dinâmica do mercado externo.

As bases industriais que se consolidam no Brasil ainda com predomínio agrário estão assentadas na dinâmica das matérias-primas produzidas para atender ao mercado externo. Além disso, o primeiro impulso industrial conta com o apoio do capital internacional, principalmente da Inglaterra.

Sem um caldo cultural político formado internamente, a classe dominante brasileira segue sua constituição enquanto classe com seus olhares voltados para fora, atendendo aos interesses externos, tendo como referencial de vida a forma de viver dos países centrais.

Este contexto, associado aos determinantes da relação de dependência não dá a burguesia nacional a escolha de artífice do capitalismo dependente como assinalado por Fernandes (2009). O caráter dependente nos coloca numa relação de dominação com os países centrais, principalmente sob as determinações imperialistas dos Estados Unidos. Não há uma opção por parte da burguesia nacional, porque não houve um momento de escolha, uma vez

⁷ Mello (1991) faz uma excelente abordagem acerca do surgimento do capitalismo do Brasil que converge com que estamos sinalizando, ou seja, o período colonial já se configura como modo de produção capitalista. Ver: MELLO, J. M. C. de. **O capitalismo Tardio**: contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira. 8ª edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.

que essa classe nem imaginou trilhar um caminho diferente. Tal premissa tem suporte na própria obra do autor quando aponta que a constituição ideológica da burguesia nacional se constitui a partir do olhar voltado para fora.

No que se refere à conformação do capitalismo na região, Fernandes (2009) defende a existência de um período pré-capitalista na América Latina, que corresponde a colonização. Marini (2011), por sua vez, ao tratar do desenvolvimento do capitalismo na América Latina, defende que as relações mercantis que se estabelecem na região já podem ser consideradas como capitalistas. Afirma que diante do parâmetro do capitalismo clássico desenvolvido nos países centrais, a economia da América Latina possui peculiaridades dificultando a análise da consolidação do capitalismo na região. Por isso, credita como equívoco os estudos que apontam a existência de um pré-capitalismo na região:

Não é acidental, portanto a recorrência nos estudos sobre a América Latina a noção “pré-capitalismo”. O que deveria ser dito é que, ainda quando se trate realmente de um desenvolvimento insuficiente das relações capitalistas, essa noção se refere a aspectos de uma realidade que, por sua estrutura global e seu funcionamento, não poderá se desenvolver jamais da mesma forma como se desenvolvem as economias capitalistas chamadas de avançadas. É por isso que, mais do que um pré-capitalismo, o que se tem é um capitalismo sui generis, que só adquire sentido se o contemplamos na perspectiva do sistema em seu conjunto, tanto em nível nacional, quanto, e principalmente, em nível internacional. (MARINI, 2011, p. 132).

Desta forma, seguindo a linha de raciocínio do autor, o que se adota na América Latina, desde sempre, é uma forma particular de desenvolvimento do modo de produção capitalista caracterizada como dependente. A justificativa para esta ideia, parte da noção de que a América Latina emerge e se desenvolve articulada a dinâmica do capitalismo internacional. De acordo com o autor, a América Latina enquanto produtora de metais preciosos, gêneros alimentícios e exóticos, colaborou diretamente com o desenvolvimento do capitalismo internacional ao aumentar o

[...] fluxo de mercadorias e a expansão dos meios de pagamentos, que, ao mesmo tempo em que permitiam o desenvolvimento do capital comercial e bancário na Europa, sustentaram o sistema manufatureiro europeu e propiciaram o caminho para a criação da grande indústria. (Ibidem, p. 134).

A partir desses pressupostos, podemos dizer que a revolução burguesa brasileira, datada de 1930, corresponde ao levante por uma industrialização autônoma, via modernização das estruturas econômicas do país. Sobre isso o autor destaca:

Efetivamente, se o início da industrialização data de mais de cem anos e esteve inclusive na raiz do processo político revolucionário que, vitorioso em 1930, permitiu sua aceleração, e se a atividade fabril ganha impulso na década de 1920, não é possível negar que a industrialização se afirma no país e empreende a transformação global da velha sociedade. (MARINI, 2014, p. 135).

O processo promovido em 1930 demarca a transição de uma economia baseada na exportação de um único produto – o café –, sendo por isso de caráter notavelmente agrícola para uma diversificação decorrente do processo de industrialização. De fato, não foi um processo que estabeleceu mudanças estruturais – até porque, como assinalamos linhas atrás, a burguesia enquanto classe perdeu essa função quando deixou de ser uma classe de defesa por interesses universais –, mas se configura como uma revolução burguesa se considerarmos as particularidades nacionais.

O ano de 1930 representou um processo de transformação das bases capitalistas nacionais contemplado numa nova estruturação social e política no que diz respeito a composição da classe dominante (formada por um bloco de poder composto pelas oligarquias, suas frações compreendidas na nascente burguesia industrial e uma pequena burguesia inserida na esfera estatal). A ascensão burguesa brasileira vem articulada a um pacto com a velha oligarquia, o que não deixa de significar uma nova correlação de forças no seio do Estado capitalista brasileiro.

O processo desencadeado em 1930, a revolução burguesa brasileira, promove a ruptura do monopólio político da oligarquia dando espaço para a burguesia que passa a disputar politicamente com a oligarquia quando seus interesses não convergem.

Apesar desse passo, de acordo com Marini (2014), a revolução de 1930 confere um compromisso mercantil entre a burguesia e a oligarquia latifundiária, o que acabou conduzindo a um equilíbrio político, o que não significa ausência de luta e disputa de ambos os lados. No entanto, o conflito entre os dois elementos que compunham o bloco de poder da classe dominante no Brasil naquele momento, tinham como compromisso – traçado em 1937, com a consolidação do Estado Novo – interesses econômicos que se complementavam.

[...] o ponto essencial para compreender a complementariedade objetiva na qual o compromisso de 1937 se baseava. Trata-se de ver que, sustentando a capacidade produtiva do sistema agrário (mediante a compra e o armazenamento ou queima de produtos inexportáveis), o Estado garantia um mercado imediato para a burguesia, o único que podia dispor realmente na crise conjuntural mundial. (Ibidem, p. 138).

A novidade que remonta todo o processo de 1930 a 1937 que configura a transformação na ordem capitalista brasileira é exatamente a consolidação da burguesia no poder. Tal consolidação, após 1937, vem acompanhada da certeza de que essa classe não estaria disposta a traçar projetos ou ações que levassem a ruptura com o que estava posto. Isso significa que a aliança com as velhas oligarquias e o rompimento com a pequena burguesia e,

por sua vez, com o proletariado e o campesinato, determina qual lado a burguesia nacional irá tomar na dinâmica da acumulação capitalista no Brasil.

Sendo assim, a “Revolução Burguesa” brasileira guarda particularidades que lhe são próprias, assim como o caráter do modo de produção capitalista no país. Esperar que este processo em solo brasileiro guardasse qualquer convergência com a forma com que se engendrou o capitalismo nos países centrais é ter uma perspectiva mimética para pensar e analisar a realidade brasileira e periférica.

Além disso, quando consideramos que o capitalismo se desenvolve no Brasil desde o período colonial, a perspectiva revolucionária, de ruptura estrutural deveria prospectar não elementos ampliados de democracia próprios da realidade da sociedade burguesa, mas sim, um novo panorama marcado pela incursão de um novo modo de produção que não guardasse nenhum tipo de convergência com o capitalismo.

Neste caso, primando por uma nova estrutura societária, este modo de produção deveria representar o oposto do capitalismo, ou seja, a consumação do socialismo. Um processo insurrecional que levasse a um capitalismo modificado, ou seja, referenciado na transposição daquilo que o caracteriza nos países centrais, não faria sentido considerando nossa perspectiva teórica de análise que defende que o capitalismo periférico guarda particularidades que lhes são próprias devido a sua função na dinâmica da acumulação global do capital.

A “Revolução Burguesa” brasileira, portanto, confere a afirmação de novos atores sociais, a burguesia, na esfera dominante política, cultural e econômica da realidade societária do país que antes tinha como representante apenas as velhas oligarquias.

2.4 Superexploração da força de trabalho: uma realidade apenas periférica?

A relação de dependência se define, de acordo com Marini (2011), com a independência política da América Latina – via conformação dos estados nacionais –, o que, no caso brasileiro, põe fim ao pacto colonial, permitindo a comercialização direta com a Inglaterra. Esta se dava majoritariamente através da importação de produtos manufaturados e a exportação de bens primários. O déficit na balança de pagamentos, com o passar do tempo, resulta num acúmulo de dívidas com os ingleses. Este período também marca a posição dos países da América Latina na divisão internacional do trabalho, consolidando a relação de dependência entre periferia e centro.

[...] é a partir de então que se configura a dependência, entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada de dependência. A consequência da dependência não pode ser, portanto, nada mais do que maior dependência, e sua superação supõe necessariamente a supressão das relações de produção nela envolvida. (Ibidem, p. 135).

No bojo da dependência, o papel dos países da América Latina na divisão internacional do trabalho – o de fornecedores de produtos primários – possibilitou às economias centrais a especialização e o desenvolvimento da grande indústria moderna, permitindo a parte da sociedade uma atividade especificamente industrial. Tal desenvolvimento só foi possível devido à grande disponibilidade de produtos agrícolas que, ao liberar os países centrais da produção agrícola interna, os possibilitou a intensa especialização produtiva e a promoção de uma classe operária industrial, favorecendo a ampliação da dinâmica do mercado interno. Desta forma, os países centrais se tornaram produtores mundiais de manufaturas, com uma população urbana ocupada na indústria e nos serviços, incrementando a acumulação.

A divisão de trabalho estabelecida pela nova dinâmica mercantil livre da colonização proporciona alcançar a mais-valia relativa, dando centralidade ao aumento da capacidade produtiva para os países centrais.

[...] a participação da América Latina no mercado mundial contribuirá para que o eixo da acumulação na economia industrial se desloque da produção de mais-valia absoluta para a de mais-valia relativa, ou seja, que a acumulação passe a depender mais do aumento da capacidade produtiva do trabalho do que simplesmente da exploração do trabalhador. (MARINI, 2011, p. 138).

Desta forma, a periferia latino-americana contribui para a expansão das possibilidades de acumulação do capital internacional, ao propiciar a ampliação da extração de mais-valia relativa nos países centrais. De acordo com o autor, a colaboração dos países dependentes no processo global de acumulação e desenvolvimento do modo de produção capitalista é determinada pela capacidade desses países em propiciarem o barateamento da cesta salário dos países centrais. Tal fator implica na redução do custo da força de trabalho destes países, possibilitando uma maior captação de mais-valia sem a necessidade de extensão das jornadas de trabalho.

O papel da América Latina na composição da mais-valia relativa advém, portanto, da sua função na divisão internacional do trabalho. Com a tarefa de fornecer produtos de exportação primários, a região passa a colaborar diretamente para a desvalorização dos bens-salários nos países centrais. Este processo colabora para a queda do valor da força de trabalho

quando comparado ao capital constante nestes países o que, por sua vez, determina o aumento da mais-valia relativa.

Tal processo possibilita o desencadeamento da chamada “troca desigual”, o que não decorre apenas da larga oferta de produtos primários que abastece a indústria dos países centrais. A “troca desigual” corresponde à ação de burlar a lei do valor, imprimindo as mercadorias manufaturadas valores acima do seu valor real. Tal dinâmica só é possível devido ao caráter dependente que as economias da América Latina dão ao desenvolvimento do capitalismo na região. Nesse sentido, a relação comercial entre nações independentes obscurece que esta troca não tem como princípio um trato entre equivalentes, mas sim representam uma dinâmica própria da exploração capitalista internacional.

A importação de produtos não produzidos internamente permite às nações centrais a ilusão da lei do valor ao imprimir aos manufaturados valores superiores a realidade, rompendo a lógica da troca entre equivalentes própria do intercâmbio entre mercadorias no qual o valor é determinado pela quantidade de trabalho socialmente necessário presente nos produtos. Esse movimento impõe à América Latina a transferência do seu excedente aos países centrais, o que implica, necessariamente, a queda da taxa de mais-valia e, por sua vez, do lucro.

O controle do mercado é dominado pelos países centrais, o que leva as nações dependentes a transferirem parte de seu excedente para os países dominantes, perdendo, portanto, o controle sobre os próprios recursos. Além disso, é importante retomar que o excedente criado na periferia é decorrente da superexploração da força de trabalho, o que dá a acumulação de capital periférica um caráter bem particular, no qual a mais valia produzida nessas nações é apropriada e acumulada no centro, não sendo realizada integralmente internamente. A dinâmica das relações comerciais internacionais que favoreceu as nações centrais ocasionou na América Latina um efeito inverso, ou seja, promoveu a queda da taxa de lucro. Para compensar a perda resultante do desequilíbrio dos preços decorrente da “troca desigual”, os capitalistas latino-americanos adotaram como estratégia a intensificação da exploração da força de trabalho no continente, que tem como consequência a superexploração.

[...] trata-se de aumentar simplesmente o tempo de trabalho excedente, que é aquele em que o operário continua produzindo depois de criar um valor equivalente ao dos meios de subsistência para seu próprio consumo. [...] O efeito da troca desigual é – à medida que coloca obstáculos a sua plena satisfação – o de exacerbar esse afã por lucro e aguçar, portanto, os métodos de extração de trabalho excedente. (MARINI, 2011, p. 147-149).

A superexploração na América Latina é um elemento que está na centralidade do processo de acumulação, não só porque ela é quem possibilita a reposição da perda de excedente da relação comercial entre centro e periferia, mas também porque essa força de trabalho com consumo fortemente restrito não incrementa o processo produtivo. Além disso, na periferia ela existe em abundância o que permite ao capital extrair mais-valia extraordinária, visto que diante da abundância de oferta, ela é facilmente substituída por outra. Não há, portanto, que se preocupar em criar possibilidades e formas de reprodução desse trabalhador.

A economia exportadora é [...] uma formação social baseada no modo de produção capitalista de produção, que acentua até o limite as contradições que lhe são próprias. [...] configura de maneira específica as relações de exploração em que se baseia e cria um ciclo de capital que tende a reproduzir em escala ampliada a dependência em que se encontra frente à economia internacional. É assim como o sacrifício do consumo individual dos trabalhadores em favor da exportação para o mercado mundial como única saída para a produção. (Ibidem, p.157).

Sob este aspecto cabe acrescentar que na dinâmica de acumulação do capital dos países centrais, a força de trabalho participa tanto da produção, como produtora de mais valia, quanto da circulação, como consumidora, colaborando para a realização do excedente. Tal situação torna importante a participação dos salários na dinâmica geral da acumulação capitalista.

A dinâmica capitalista periférica, neste quesito, guarda mais uma particularidade: a pouca importância da participação dos salários para realização do excedente. De acordo com Osório (2012), essa condição é agudizada entre as décadas de 1960 e 1970, quando boa parte do conjunto de países da América Latina adota um novo padrão de exportação e, com isso, secundariza o processo de construção de uma autonomia industrial.

Essa agudização dão as economias da América Latina uma dinâmica de reprodução do capital que limita a participação da população assalariada na esfera do consumo. Tal característica se constitui como elemento próprio da conformação da superexploração na região, onde o capital passa a atacar o fundo de consumo da força de trabalho ao convertê-lo em fundo de acumulação. É essa estrutura que sustenta o novo padrão de acumulação do continente, que tem a realização do seu excedente condicionada ao mercado externo, visto que a economia está voltada para a exportação de matérias-primas e bens que atendam às necessidades dos países centrais.

A tabela de Osório (2012), apresentada na Figura 1, nos ajuda a analisar o caráter das exportações na América Latina, demonstrando como se materializa o chamado novo padrão exportador no continente.

Figura 1 – Tabela Distribuição setorial das exportações por países selecionados 2000-2002 e 2007-2009 (%)⁸

⁸ Fonte: OSÓRIO, J. América Latina: o novo padrão exportador de especialização produtiva – estudo de cinco economias da região. *In*: FERREIRA, C. *et al.* **Padrão de reprodução do capital**: contribuições da teoria marxista da dependência. São Paulo, SP. Boitempo: 2012, p. 117.

Distribuição setorial das exportações por países selecionados
2000-2002 e 2007-2009
(em %)

	Matérias-primas	Manufaturas baseadas em recursos naturais	Manufaturas com tecnologia alta, média e baixa	Serviços
América Latina e Caribe				
2000-2002	25	16,2	51,9	6,8
2007-2009	34,1	18,4	41,4	6,4
Argentina				
2000-2002	42,3	21,2	29,4	7
2007-2009	38,2	23,5	30,4	7,9
Brasil				
2000-2002	23,7	21,8	47,1	7,5
2007-2009	33,6	19,8	39,1	7,4
Chile				
2000-2002	30,9	48	10,8	10,3
2007-2009	34,4	51,4	7,8	6,4
Colômbia				
2000-2002	44,9	15,7	32,4	7
2007-2009	46,6	16,1	32	5,3
México				
2000-2002	11	5,9	79,2	3,9
2007-2009	17,3	8,6	71,1	3,1

Fonte: Cepal, *Panorama de la inserción Internacional de América Latina y el Caribe 2009-2010*.

Os dados demonstram o aumento das exportações nos dois períodos analisados dos anos 2000, revelando o peso das matérias-primas nesse processo. Esta, somada as manufaturas baseadas em recursos naturais – que nada mais são que pequenos processos nos recursos naturais –, confirma o processo de desindustrialização no continente, reafirmando a perspectiva de Osório (2012) do chamado padrão exportador.

A confirmação da primarização da economia de caráter exportador da América Latina se revela não só pelo tipo de mercadoria exportada – em sua maioria produtos *in natura*/primários –, mas também pelo aumento dos preços dos principais produtos de exportação. O aumento dos preços corresponde a ampliação da demanda desses produtos, que leva a região a incrementar cada vez mais a atividade exportadora. Vejamos a Tabela 1 a seguir:

Tabela 1 – Índice de preços de produtos de exportação (2000 = 100)⁹

Índice de preços de produtos básicos de exportação (2000 = 100)					
	2001	2003	2005	2007	2008
Produtos					
Agropecuários	94,9	101,7	121,5	154,7	189,1
Alimentos	107,9	96,1	117,5	143,6	177,3
Banana	138,8	89,4	137,4	161,4	201,1
Açúcar	105,6	86,7	120,9	123,3	156,5
Carne	110	110,2	135,1	134,5	138
Milho	101,6	119,2	111,6	185,1	253,1
Café	70,4	65,6	104	123,5	142,1
Óleos, farinhas, sementes oleaginosas	99	127,2	131,5	190	265,8
Óleo de soja	104,7	163,8	161,2	260,7	372,2
Soja	92,4	124,6	129,7	181,3	246,8
Farelo de soja	99,1	112,4	116,4	160,5	226,2
Matérias-primas silvoagropecuárias pesqueiras	91,3	102,2	116,2	145,7	151,9
Polpa de madeira	78	78,5	95,7	114,3	124,5
Farinha de peixe	117,8	147,9	172,2	285	274,4
Minerais e metais	89,9	102,7	181,5	253,8	315,5
Cobre	87	98,1	202,9	392,6	383,6
Ferro	104,5	112,2	225,9	294,4	485,8
Ouro	97,1	130,2	159,3	249,6	312,2
Energia	87,3	102,3	188,9	247,7	333,3
Petróleo bruto	86,7	102,4	189,1	252,1	343,8
Derivados	85,9	100,7	181,3	236	286,6
Carvão	114,2	112,7	244,1	237,7	459,7

⁹ Ibidem, p. 119

Gás natural	108,9	132,4	198,5	173	218,8
-------------	-------	-------	-------	-----	-------

Fonte: CEPAL, Anuario de América Latina y el Caribe 2009.

O aumento dos preços acompanhado pela expansão da exportação faz com que a América Latina reproduza o seu padrão histórico de economia agroexportadora. A condição de economia exportadora tem como determinante ainda o fato de boa parte do que é produzido ter como rota certa os países centrais, fato que aprofunda seu caráter dependente. Observemos o quadro a seguir (OSÓRIO, 2012, p. 121).

Figura 2 – Tabela Mercados das exportações: 2000 e 2007 (em % do total de exportações)¹⁰

Mercados das exportações: 2000 e 2007
(em % do total de exportações)

	AL e Caribe	China	Ásia/ Pacífico	Estados Unidos	União Europeia
AL e Caribe	16-18	1-6	6-12	60-42	12-15
Argentina	48-39	3-10	8-16	12-18	18-19
Brasil	25-25	2-10	12-18	24-15	28-24
Chile	22-16	5-15	29-36	18-13	25-24
Colômbia	29-36	0-3	3-6	51-31	14-18
México	3-6	0-1	1-3	89-78	3-6

Fonte: Cepal, *Panorama de la inserción internacional de América Latina y el Caribe 2007*.

Observe que, numa análise geral do continente, os EUA têm um poder significativo sobre a economia latino-americana por ser este o maior consumidor dos produtos produzidos e exportados. Observa-se que o movimento difere entre os países, com alguns demonstrando um pouco mais de autonomia devido a diversidade de destino dos produtos exportados, mas a tendência afirma o movimento imperialista no continente.

Por fim, para colaborar na análise que afirma o perfil exportador do continente, é possível verificar na Figura 3, de acordo com o levantamento de Osório (2012), a tendência de ampliação das exportações em valores:

¹⁰ Ibidem, p. 121.

Figura 3 – Tabela América Latina: valor das exportações totais em anos selecionados (em milhões de dólares)¹¹

América Latina: valor das exportações totais em anos selecionados
(em milhões de dólares)

Ano	Exportações
1980	76.010.700*
1990	150.380.400
1998	308.885.200
2005	643.821.300**
2008	985.476.100

* Cepal, *Anuário estadístico 1999* (a preços constantes de 1995).

** Cepal, *Anuário estadístico 2009*.

Não se pode deixar de referenciar que a crise econômica mundial a partir de 2008 interfere diretamente no crescimento econômico dos países da América Latina, principalmente naqueles que tem como principal expoente de realização no mercado externo os EUA. Tal interferência tem como resultado a queda nas exportações. No entanto, os dados nos servem para demonstrar as tendências da dinâmica econômica latino-americana, revelando o processo de desindustrialização e o retorno à condição de economia agroexportadora de matérias-primas/commodities, assim como o aprofundamento do seu caráter dependente.

A primarização da economia latino-americana pode ainda ser constatada quando se observa a participação das empresas por vendas e setores de atividade econômica. O setor de produtos primários é majoritariamente composto por empresas estatais, realidade que se opõe quando se verifica as atividades que demandam inovação tecnológica de caráter manufatureiro quando prevalecem empresas de caráter transnacional. Na Figura 4, também chama atenção no que diz respeito a predominância da iniciativa privada e estrangeira em áreas estratégicas como telecomunicações e energia elétrica, consequência dos acordos privatistas do Consenso de Washington.

¹¹ Ibidem, p. 106.

Figura 4 – Tabela América Latina: as quinhentas maiores empresas locais transnacionais, em 2006, por vendas e setores de atividade econômica (em %)¹²

América Latina: as quinhentas maiores empresas locais e transnacionais, em 2006, por vendas e setores de atividade econômica (em %)

	Privadas locais	Estatais	Transnacionais
Primário			
Mineração	19	51	30
Petróleo / gás	10	80	10
Manufatureiras			
Automobilística / peças	7	-	93
Eletrônica	23	-	77
Agroindústria / alimentos	63	-	37
Serviços*			
Telecomunicações	53	1	46
Energia elétrica	21	53	26
Comércio	70	-	30

Fonte: Cepal, *La inversión extranjera en América Latina y el Caribe 2007*.

* Não estão incluídos os serviços financeiros, atividade em que o capital estrangeiro tem peso predominante.

Tanto Fernandes (2009) quanto Marini (2011) compartilham da ideia de que o Brasil e a América Latina, constituem um tipo de capitalismo de caráter dependente. Para Fernandes (2009) a dependência permanece mesmo após a consolidação do Estado nação devido ao controle econômico por parte dos imigrantes associado a um caráter de burguesia interna que tem seus interesses voltados ao mercado externo. Ou seja, os países periféricos surgem de uma relação de dependência quando colônias que seguem os ditames das metrópoles e, quando composto o Estado Nacional, adquirem uma autonomia política comandada pela oligarquia e aristocracia, mas permanece sob o domínio econômico dos países centrais. Basta verificarmos nos dados listados anteriormente que as mercadorias produzidas para exportação – ou seja, que se realizam no mercado externo – seguem para os países centrais que compõem o bloco imperialista.

¹² OSÓRIO, op. cit., p. 110.

Marini (2011), por sua vez, vê a dependência como um elemento próprio de um desenvolvimento capitalista particular e defende que as relações mercantis da periferia com os países centrais, mesmo no período colonial, já configuravam o modo de ser do capitalismo da região. A relação de dependência se perpetua devido às “trocas desiguais”, mediante a superexploração da força de trabalho, mecanismo encontrado pela burguesia nacional para compensar a perda de excedente da relação mercantil com os países centrais e assegurar o processo interno de acumulação de capital.

Sendo assim, a ideia que podemos considerar aqui é o fato da relação de dependência ser o direcionador das relações capitalistas impostas à periferia, e não só. O sistema de classes e as relações sociais, políticas e econômicas se darão na periferia determinadas por esta herança. Nesse sentido, a burguesia periférica, ao ter seus interesses voltados para fora, tem como objetivo a manutenção dos seus privilégios, não se revelando como um agente de transformação, no que diz respeito às estruturas políticas e sociais. A classe capaz de se colocar como agente de transformação, ou seja, a classe trabalhadora, sofre com as constantes investidas para promoção da sua desorganização enquanto classe via cooptação e repressão. Não por acaso, os países periféricos têm como marco histórico longos períodos de autocracia e, quando não, a democracia tem um caráter restrito.

No que tange a categoria superexploração da força de trabalho¹³, a chave para seu entendimento está diretamente relacionada às tendências de desenvolvimento do capitalismo periférico. A categoria faz parte das particularidades do desenvolvimento do modo de produção capitalista nos países da América Latina. A categoria superexploração decorre da análise crítica acerca da teoria da dependência desenvolvida pela CEPAL¹⁴ feita por Ruy

¹³ Por ser a superexploração uma categoria central para este trabalho é importante frisar que Marini define a categoria como “superexploração do trabalho”. Mais tarde, com a retomada das discussões acerca da teoria marxista da dependência, Carcanholo (2013) mostra que se trata de “superexploração da força de trabalho” alertando que não se trata apenas de uma diferenciação terminológica. Trata-se sim de utilizar o termo com rigor teórico e metodológico, visto que o que o trabalhador vende ao capital é a sua “força de trabalho”, sua capacidade de realizar trabalho, e não seu “trabalho”. Por isso, adotamos na tese a terminologia superexploração da força de trabalho, diferente do referenciado por Marini. Para mais informações ver: Carcanholo, M. D. (Im)Precisões da categoria Superexploração da Força de trabalho. In: **Desenvolvimento e dependência: cátedra a Ruy Mauro Marini/organizador: Niemayer Almeida Filho**. Brasília: Ipea, 2013.

¹⁴ De acordo com Cardoso de Mello (1991), a economia política da CEPAL ao investigar a problemática da industrialização brasileira desconsidera os movimentos sociais e econômicos próprios da dinâmica interna ao teorizar sobre a dependência. De acordo com o autor, para os cepalinos, as economias periféricas não eram nacionais por serem prolongamentos do espaço econômico das economias centrais e, por isso, sua dinâmica estava presa à demanda externa, fato que determinaria a dependência. Deste modo, o desenvolvimento periférico corresponde a uma etapa do processo de desenvolvimento da economia mundial, ou seja, para os cepalinos o desenvolvimento do capitalismo brasileiro se dá a partir de 1930, até este momento a economia brasileira é determinada por fatores e necessidades externas.

Mauro Marini, que define o horizonte cepalino, no que diz respeito à relação centro e periferia, de etapista e a-histórico.

Entendendo a superexploração como elemento intrínseco a dinâmica do capitalismo periférico, visto que é ela quem dá à periferia a forma de ser do seu processo de acumulação, discorre Filho (2013, p. 167):

Em Ruy Mauro Marini, a superexploração está no centro de sua interpretação sobre a natureza do capitalismo periférico latino-americano. Em sua obra mais importante, *Dialética da Dependência* (2000), Marini mostra que, justamente por essa especificidade, o capitalismo latino-americano é deformado, se comparado ao observado em países avançados. Neste caso, a superexploração constitui-se como categoria, traduzindo elementos de limitação de escala à dinâmica de acumulação, dada pela recorrente concentração extraordinária de renda e riqueza.

A superexploração é quem dá a órbita às possibilidades de acumulação de capital para a América Latina. Isto porque ela representa a compensação do intercâmbio desigual decorrente das relações de mercado com os países centrais. A periferia compensa a perda da mais-valia presente nas trocas desiguais na superexploração da força de trabalho, no âmbito da produção interna. O aumento da mais-valia ocorre através de uma maior exploração do trabalhador seja na intensificação da jornada de trabalho, na redução dos salários – limitando a reprodução social do trabalhador e de sua família – e no máximo esgotamento físico da força de trabalho.

Na condição de superexploração, o capital se apropria do fundo de consumo e/ou do fundo de vida do trabalhador. A superexploração pode se dar mediante quatro formas ou modalidades: a remuneração da força de trabalho por baixo do seu valor (conversão do fundo de consumo do trabalhador em fundo de acumulação do capital); o prolongamento da jornada implicando o desgaste prematuro da corporeidade físico-psíquica do trabalhador; o aumento da intensidade do trabalho provocando as mesmas consequências, com a apropriação de anos futuros de trabalho do trabalhador; e, finalmente, o aumento do valor da força de trabalho sem ser acompanhado pelo aumento da remuneração. (LUCE, 2013, p. 172)

As quatro formas ou modalidades que determinam a superexploração da força de trabalho, ou seja, o pagamento do valor da força de trabalho abaixo do seu valor histórico-moral, incorrem de duas maneiras: via violação do fundo de consumo do trabalhador e do fundo de vida.

No que tange o fundo de consumo, o capitalista se apropria de uma parte do capital variável na forma de mais-valia, privando o trabalhador de comprar os valores de uso necessários ao sustento do trabalhador e de sua família. A violação do fundo de consumo se expressa pelo rebaixamento do salário ou aumento do valor histórico-moral da força de trabalho sem acompanhamento do aumento do salário. A apropriação do fundo de vida, por

sua vez ocorre via aumento da jornada de trabalho ou da intensificação do trabalho que tem como resultado o esgotamento prematuro do trabalhador (LUCE, 2013).

Atualmente, é possível verificar a superexploração através da participação do Estado quando este atua na sua função de garantidor da acumulação do capital. Tal ação se expressa via desmonte de direitos e da mercantilização do acesso a bens, serviços e benefícios públicos que compunham as variantes para a reprodução social do trabalhador (LUCE, 2013).

Hoje a força de trabalho superexplorada no Brasil, por exemplo, diante do cenário de desmonte de direitos que tem como resultado a mercantilização de serviços outrora públicos, é obrigada a adquirir no mercado o que antes lhes era oferecido pelo Estado, via políticas sociais, como forma de reduzir os custos de produção do capital

A superexploração, deste modo, compreende o rebaixamento do valor real da força de trabalho, quando remunerada abaixo do que deveria, infringindo seu valor e impossibilitando o trabalhador de ter acesso à sua mínima reprodução sem que seja necessário abrir mão da sua prospectiva de vida devido ao máximo esgotamento da sua força física e psíquica, discorre Osório (2013).

A superexploração é uma forma particular de exploração e esta particularidade consiste em que é uma exploração na qual o valor da força de trabalho é violado. Tal violação pode ocorrer por diversos mecanismos, seja no mercado – no momento de sua compra e venda -, seja no próprio processo de trabalho – por um desgaste “anormal”, extensivo ou intensivo. Em todo caso, o salário recebido já não é equivalente ao valor da força de trabalho, não cobre o seu valor diário ou seu valor total. (Ibidem, p. 49)

A forma em que se dá os processos de acumulação na América Latina coloca a superexploração como uma categoria central para a particularidade do desenvolvimento capitalista da região. Ela até pode estar presente, diante da crise capitalista mundial que determina novas formas de garantia da acumulação, também nos países centrais, ao compreendermos que seus determinantes compõem a dinâmica do capitalismo contemporâneo mundialmente. Tal movimento pode ser considerado como a estratégia utilizada pelas classes dominantes para garantir a acumulação num contexto de crise.

[...] a crise sistêmica iniciada nos anos 70 atinge, ainda que diferenciadamente, os países centrais e periféricos, e os meios para o seu enfrentamento mundializaram o capital financeiro, comercial e produtivo e a pobreza. Esta não é mais uma particularidade do que chamávamos de Terceiro Mundo. Melhor dizendo, a experiência da periferia, em certo sentido, se mundializou e seus traços se encontram por todo mundo. (MOTTA, s/d, p. 81)

Partindo da ideia de que há uma periferização global do capitalismo, a categoria superexploração e suas expressões decorrentes do aumento da jornada de trabalho, da maior

intensidade do trabalho e da redução do consumo mínimo para reprodução do trabalhador, de acordo com a autora, reflete uma realidade mundial, ainda que na periferia dependente esteja no centro da acumulação.

[...] isso ganha sentido quando se analisa o capitalismo como sistema mundial, que reclama transferências de valores das regiões periféricas para o centro; e quando as primeiras, como forma de compensar essas transferências, acabam transformando parte do “fundo necessário de consumo do trabalhador” em “fundo de acumulação de capital”, dando origem a uma forma particular de reprodução capitalista. (Ibidem, p. 85).

A nova dinâmica do capital, portanto, encontra na violação do valor da força de trabalho, esta também entendida como uma forma que expressa a exploração própria do modo de produção capitalista, o elemento para garantia da expansão da acumulação mundialmente. De acordo com Osório (2013), nos países centrais e imperialistas a superexploração se dá principalmente por intermédio da intensificação do trabalho, que por sua vez tem como incremento o aumento da produtividade, e, de forma mais esporádica, do prolongamento da jornada de trabalho. Tal realidade se estabelece principalmente com os trabalhadores migrantes e das camadas mais empobrecidas da classe trabalhadora. A diferença dessa relação, se comparada à realidade dependente, é que nos países imperialistas e centrais, a força de trabalho não deixa de ter importância como consumidor, ou seja, seu papel de consumo ainda é central para a dinâmica do mercado interno. Nos países centrais e imperialistas

O que interessa destacar é que esta forma de superexploração não altera – pelo contrário, reforça – as formas de reprodução do capital nas quais os assalariados, dado o montante de seus rendimentos, jogam um papel dinâmico na realização da mais-valia e no mercado interno. Importam para o capital não apenas como produtores, mas também como consumidores. (OSÓRIO, 2013, p. 69).

As figuras a seguir (3-6), apresentam dados de um estudo da Organização Internacional do Trabalho – OIT, que comparou historicamente o limite legal da jornada semanal de trabalho entre diferentes economias nos anos de 1967, 1984, 1995 e 2005, demonstram uma estabilidade da jornada de trabalho de 40 horas semanais para os países centrais. Incidência que prevalece mesmo nos países que não possuem um limite de jornada de trabalho amparado normativamente. Os países que se caracterizam como de capitalismo dependente, por sua vez, têm uma jornada em torno de 48h semanais, estabelecidas legalmente.

Figura 5 – Tabela Limites das jornadas semanais normais (1967)¹⁵

Limites das jornadas semanais normais (1967)						
	Sem limite universal estatutário	35-39 horas	40 horas	41-46 horas	48 horas	Mais de 48 horas
Países industrializados	Austrália, Dinamarca, Irlanda, Reino Unido		Canadá, Estados Unidos, Finlândia, França, Nova Zelândia	Bélgica, Luxemburgo (comércio e escritórios), Noruega, Portugal (escritórios), Suécia, Suíça	Áustria, Espanha, Holanda, Itália, Japão, Luxemburgo (indústria), Portugal (indústria e comércio), República Federal da Alemanha	
África	Nigéria, Quênia, Tanzânia		Argélia, Camarões, Chad, Costa do Marfim, Gabão, Mali, Maurítânia, Nigéria, Senegal		Congo (Kinshasa), Marrocos, Tunísia	
Ásia	Índia, Malásia, Paquistão	Cingapura (escritórios)		Cingapura (indústria e comércio)	China, Filipinas, Tailândia	
Caribe	Jamaica			Cuba, Rep. Dominicana	Haiti	
Europa Central e do Leste				Bulgária, Tchecoslováquia, URSS	Romênia	
América Latina				Guatemala, Uruguai (comércio), Venezuela (comércio e escritórios)	Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, México, Nicarágua, Panamá, Peru, Uruguai (indústria), Venezuela (indústria)	

Fonte: OIT (1967).

¹⁵ Fonte: “Duração da jornada de trabalho em todo o mundo: tendências de jornadas de trabalho, legislação e políticas numa política global comparada” Brasília: OIT, 2009. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---americas/---ro-lima/---ilo-brasilvia/documents/publication/wcms_229714.pdf. Acesso em: 21/06/2019.

Figura 6 – Tabela Limites das jornadas normais (1984)¹⁶

Limites das jornadas normais (1984)						
	Sem limite universal estatutário	35-39 horas	40 horas	41-46 horas	48 horas	Mais de 48 horas
Países industrializados	Austrália, Dinamarca, Reino Unido	França	Áustria, Bélgica, Canadá, Espanha, Estados Unidos, Finlândia, Luxemburgo, Noruega, Nova Zelândia, Suécia	Portugal (escritórios), Suíça (trabalhadores na indústria e pessoal administrativo e gerencial)	Holanda, Irlanda, Itália, Japão, Portugal (indústria e comércio), República Federal da Alemanha	Suíça (demais trabalhadores)
África	Seicheles		Benin, Camarões, Chade, Congo, Costa do Marfim, Djibouti, Gabão, Madagascar, Mali, Mauritânia, Nigéria, Níger, Senegal, Togo	Argélia, Angola, Burundi, Cabo Verde, República Unida da Tanzânia, Ruanda	Guiné-Bissau, Marrocos, Moçambique	-
Ásia	Índia, Paquistão, Vietnam		Indonésia	Cingapura, Mongólia	China, Filipinas, Malásia, República Democrática Popular do Laos, Tailândia (indústria)	Tailândia (comércio)
Caribe	Granada, Jamaica			Cuba, República Dominicana	Bahamas, Haiti	
Europa Central e do Leste				Bulgária, Tchecoslováquia, Romênia, URSS		
América Latina	Belize		Equador	El Salvador, Honduras, Uruguai (comércio), Venezuela (comércio e escritórios)	Argentina, Brasil, Bolívia, Chile, Colômbia, Costa Rica, Guatemala, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Uruguai (indústria), Venezuela (indústria)	
Oriente Médio					Egito, Jordânia, Líbano	

Fonte: OIT (1984).

¹⁶ Ibidem.

Figura 7 – Tabela Limites das jornadas normais (1995)¹⁷

Limites das jornadas normais (1995)						
	Sem limite universal estatutário	35-39 horas	40 horas	41-46 horas	48 horas	Mais de 48 horas
Países industrializados	Alemanha, Austrália, Dinamarca, Reino Unido	França	Áustria, Bélgica, Canadá, Espanha, Estados Unidos, Finlândia, Japão, Luxemburgo, Nova Zelândia, Noruega, Suécia	Portugal, Suíça (trabalhadores em empresas industriais, escritórios, cargos técnicos e pessoal de vendas em grandes empresas comerciais)	Irlanda, Itália, Holanda	Suíça (todos os demais trabalhadores)
África	Nigéria, Seicheles		Benin, Burquina Faso, Camarões, Chade, Congo, Costa do Marfim, Djibouti, Gabão, Madagascar, Mali, Mauritânia, Nigéria, Senegal, Togo	África do Sul, Argélia, Angola, Burundi, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Namíbia, Ruanda, República Unida da Tanzânia	Marrocos, Moçambique, Tunísia	Quênia
Ásia	Índia, Paquistão		China, Indonésia	Cingapura, Mongólia, República da Coreia	Camboja, Filipinas, Malásia, República Democrática Popular do Laos, Tailândia (indústria), Vietnam	Tailândia (comércio)
Caribe	Jamaica			Cuba, República Dominicana	Bahamas, Haiti	
Europa Central e do Leste	Romênia		Federação Russa, Letônia	Bulgária, Eslovênia, República Tcheca		
América Latina			Equador	Belize, Brasil, El Salvador, Honduras, Uruguai (comércio), Venezuela	Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Costa Rica, Guatemala, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Uruguai (indústria)	
Oriente Médio					Egito, Jordânia, Líbano	

Fonte: OIT (1995).

¹⁷ Ibidem.

Figura 8 – Tabela Limites das jornadas normais (2005)¹⁸

Limites das jornadas normais (2005)						
	Sem limite universal estatutário	35-39 horas	40 horas	41-46 horas	48 horas	Mais de 48 horas
Países industrializados	Alemanha, Austrália, Dinamarca, Irlanda, Reino Unido (48 horas de limite da jornada total)	Bélgica, Suécia	Áustria, Canadá, Espanha, Estados Unidos, Finlândia, Itália, Japão, Luxemburgo, Holanda, Nova Zelândia, Noruega, Portugal, Suécia	Suíça (trabalhadores nas empresas industriais, escritórios, cargos técnicos e pessoal de vendas das grandes empresas comerciais)		Suíça (todos os demais trabalhadores)
África	Nigéria, Seicheles	Chade	Argélia, Benin, Burquina Faso, Camarões, Congo, Costa do Marfim, Djibouti, Gabão, Madagascar, Mali, Mauritânia, Nigéria, Ruanda, Senegal, Togo	Angola, Burundi, Cabo Verde, República Democrática do Congo, Guiné-Bissau, Marrocos, Namíbia, África do Sul, Rep. Unida da Tanzânia	Moçambique, Tunísia	Quênia
Ásia	Índia, Paquistão		China, Indonésia, Mongólia, República da Coreia	Cingapura	Camboja, Filipinas, Malásia, República Democrática Popular do Laos, Tailândia, Vietnam	
Caribe	Jamaica, Granada		Bahamas	Cuba, Rep. Dominicana	Haiti	
Europa Central e do Leste			Bulgária, Eslováquia, Eslovênia, Estônia, Federação Russa, Letônia, Lituânia, antiga Rep. Iugoslava da Macedônia, Rep. Tcheca, Romênia			
América Latina			Equador	Belize, Brasil, Chile, El Salvador, Honduras, Uruguai (comércio), Venezuela	Argentina, Bolívia, Colômbia, Costa Rica, Guatemala, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Uruguai (indústria)	
Oriente Médio			Egito		Jordânia, Líbano	

Fonte: Banco de Dados de Legislação de Duração do Trabalho da OIT (www.ilo.org/travdatabase).

Esse é um exemplo que demonstra como a dinâmica da superexploração da força de trabalho é essencialmente diferente nos países centrais e periféricos. Os quadros representam a tendência de violação do valor da força de trabalho de forma sistemática no capitalismo dependente, determinada por uma tendência de jornada de trabalho maior que nos países centrais, que, neste caso, acomete o fundo de vida do trabalhador.

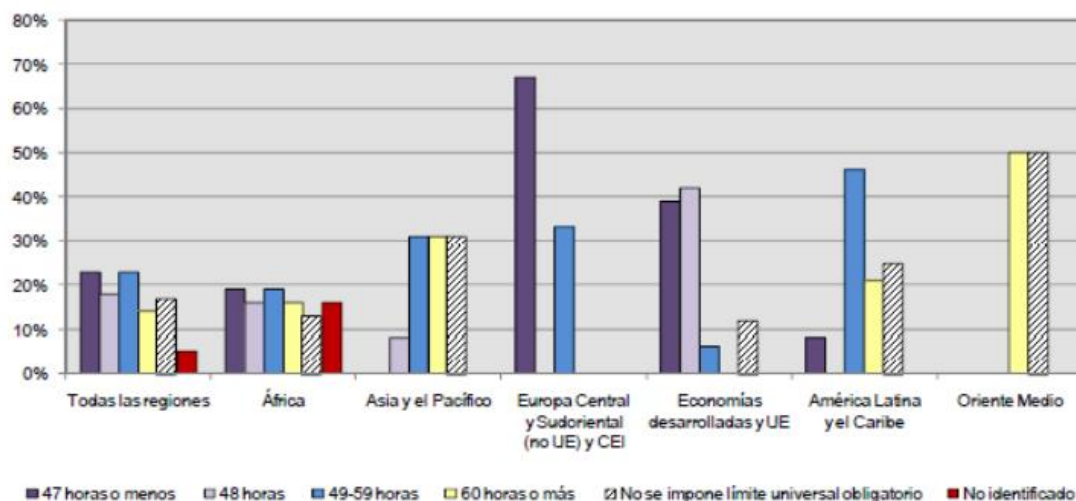
Se considerarmos as horas extras, ou seja, as horas excedidas da jornada de trabalho normal regulamentar, dentro de limite legal, a diferença entre a tendência da jornada de trabalho fica ainda mais acirrada na comparação entre países centrais e dependentes. As horas extras podem ser regulamentadas ou flexíveis, variando de acordo com a legislação trabalhista de cada país¹⁹. Vejamos na Figura 7 a seguir:

¹⁸ Ibidem.

¹⁹ Importante referenciar que no âmbito da legislação trabalhista atual várias são as maneiras encontradas para flexibilização dessas horas extraordinárias, de forma a não serem pagas via remuneração. Um exemplo desse caso é a composição do banco de horas.

Figura 9 – Gráfico Limite máximo de horas de trabalho semanais por região - 2009²⁰

Limite máximo de horas de trabalho semanais por região - 2009



Fuente: OIT, TRAVAIL Base de datos de las condiciones de trabajo y leyes de empleo.

Para complementar as informações que colaboram para ilustrar a diferença do caráter da superexploração entre centro e periferia, vale citar o trabalho de Luce (2018) ao destacar o contingente de trabalhadores idosos que seguem no mercado de trabalho de forma involuntária, mesmo após a idade de aposentadoria. Neste grupo, nos países centrais 19,3% dos homens seguem trabalhando por decisão não voluntária, número que chega a 12% quando da força de trabalho feminina. Na realidade dependente esses números sobem para 48,5% para os homens e 28% para as mulheres. Esses dados colaboram na análise de que a superexploração da força de trabalho está presente em todo o globo, mas tem um caráter diferente no centro e na periferia.

Marini (2011) já nos advertia que a realização da superexploração da força de trabalho na América Latina é diferente do que o que ocorre nos países centrais, visto que esta categoria enquanto condição para a acumulação é decorrente da troca desigual entre centro e periferia.

²⁰ Fonte: “Tendências sobre o tempo de trabalho no século XXI”. GARCIA, Altair. Dieese, 2016. Disponível em: http://www.cntm.org.br/materias/imagens/%7BEBD9CD71-A522-49FD-9943-1B5FE5CE6CF4%7D_Tend%C3%A2ncias%20sobre%20o%20tempo%20de%20trabalho%20no%20s%C3%A9culo%20XXI.pdf. Acesso em 21/06/2019.

É uma forma não só de aumentar a mais-valia, mas de compensar a perda desta decorrente das relações de mercado. Discorre o autor:

[...] o problema colocado pela troca desigual para a América Latina não é precisamente o de contrapor à transferência de valor que implica, mas compensar a perda de mais-valia, e que, incapaz de impedi-la no nível das relações de mercado, a reação da economia dependente é compensá-la no plano da produção interna. O aumento da intensidade do trabalho aparece, nessa perspectiva, como um aumento da mais-valia, obtido através de uma maior exploração do trabalhador e não do incremento de sua capacidade produtiva. (MARINI, 2011, p. 147).

A América Latina ao compor o processo de acumulação mundial de capital, com uma determinada função na divisão internacional do trabalho, tem sua produção descolada da necessidade e capacidade de consumo interna. O processo produtivo latino-americano surge para compor a circulação capitalista mundial em articulação com aquilo constituído nos países centrais, que têm sua acumulação pautada na própria capacidade produtiva. Ao não ter seu processo produtivo baseado nas necessidades de consumo da sua dinâmica interna, não tendo como foco, portanto, o desenvolvimento do mercado interno, sua acumulação advém da superexploração da força de trabalho.

[...] chamada para contribuir com a acumulação de capital com base na capacidade produtiva do trabalho, nos países centrais, a América Latina teve de fazê-lo mediante uma acumulação baseada na superexploração do trabalhador. É nessa contradição que se radica a essência da dependência latino-americana. (Ibidem, p. 155).

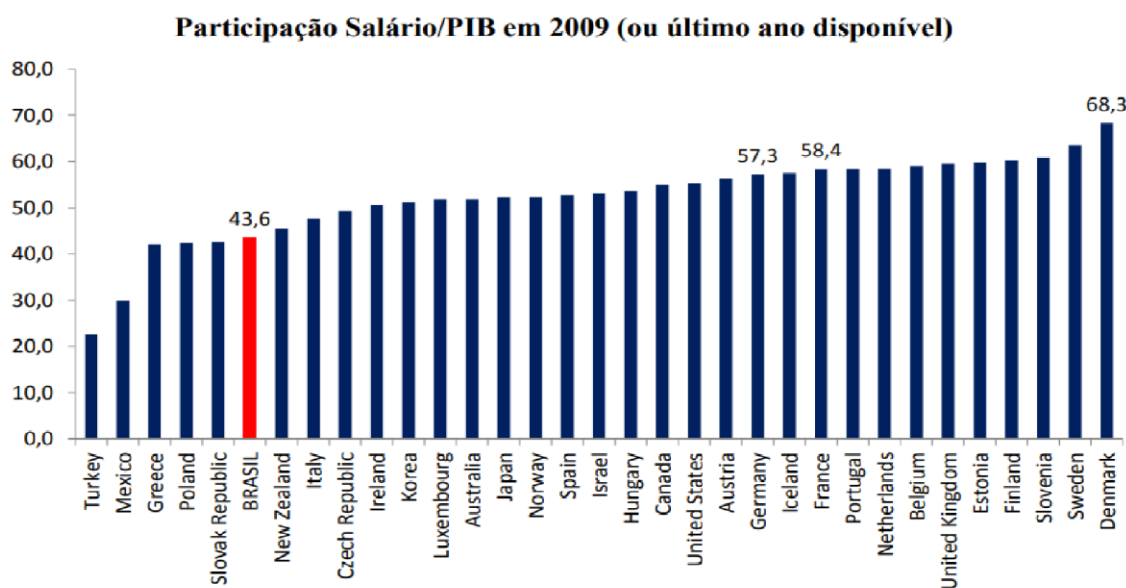
De acordo com Osório (2012), a perda salarial dos trabalhadores no contexto da América Latina está relacionada com o fato de que a região adquiriu um tipo de especialização de produção que tem como vetor a realização das mercadorias no mercado externo. Com a produção voltada ao mercado externo os assalariados locais se tornam irrelevantes para o processo de acumulação capitalista. Desta forma a estrutura e dinâmica produtiva permanecem descoladas das necessidades da classe trabalhadora local. Associado a este elemento, tem-se que a desvalorização da força de trabalho interna é que possibilita a concorrência desses produtos nos mercados externos, devido ao baixo valor.

Uma maneira de atestarmos como o consumo interno é secundarizado na periferia, isso significa dizer que no capitalismo dependente a acumulação via circulação de mercadorias está em segundo plano, pode ser através da verificação da participação dos salários no Produto Interno Bruto (PIB). O PIB é um indicador de fluxo de bens e serviços produzidos durante um período, representa a soma de todos os bens e serviços produzidos numa dada região. Ele é o indicador do ritmo de crescimento econômico. A maior

participação dos salários significa que há maior inserção de indivíduos no mercado de trabalho o que é possível associar a uma maior acessibilidade ao consumo.

Em economias centrais a participação dos salários é muito mais expressiva do que nas economias dependentes, visto que a esfera do consumo contribui para o processo de acumulação do capital no âmbito da circulação no mercado interno. Vejamos o gráfico representado na Figura 8 que retrata a participação dos salários do PIB de alguns países:

Figura 10 – Gráfico Participação salário/PIB em 2009 (ou último ano disponível)²¹

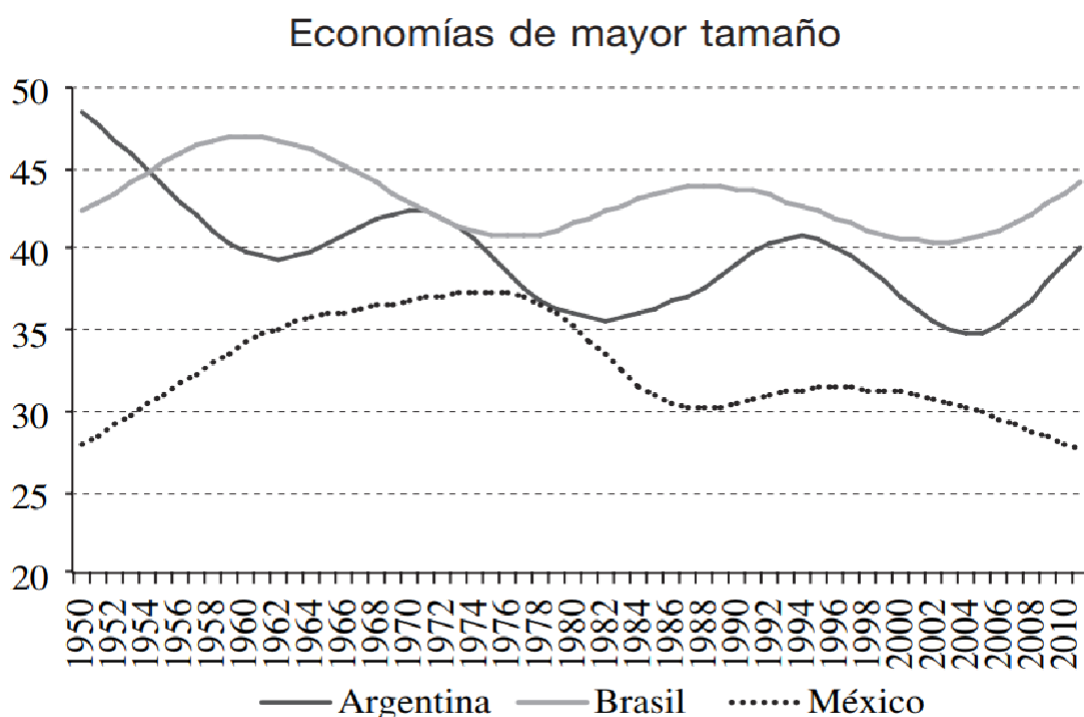


Fonte: OCDE e Contas nacionais – Elaborado por André Calixtre (2017).

Se a comparação for feita entre as maiores economias da América Latina, ou seja, Argentina, Brasil e México, é possível perceber que a participação dos salários vem desacelerando mesmo em um contexto em que se tem como política de renda a valorização do salário mínimo como exemplo do caso brasileiro. Observemos outro gráfico (Figura 9):

²¹ Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-temporarias/especiais/55a-legislatura/pec-287-16-reforma-da-previdencia/documentos/audiencias-publicas/16-03.17-1/andre-calixtre>. Acesso em: 04/07/2019.

Figura 11 – Gráfico Economias de maior tamanho²²



Fonte: Elaborado por Tosoni (2014) sobre a base de dados do Banco Mundial, CEPAL, OIT e instituições dos respectivos países.

Uma análise interessante que o gráfico nos permite é que, no caso de Brasil e Argentina, o século XXI conta com uma maior participação dos salários no PIB o que coincide com a tendência de aumento do salário mínimo impulsionadas pela política governamental ao seguirem as orientações dos organismos internacionais que têm nas iniciativas de geração de renda a alternativa para enfrentamento e combate à pobreza. Esse período também coincide com a ascensão de governos definidos como democrático-populares com uma pretensa pauta de um olhar mais voltado para as políticas sociais visando uma maior distribuição de renda, mas como já frisamos a orientação de políticas de geração de renda são a materialização das orientações dos organismos internacionais para a periferia. No tocante a iniciativas de geração de renda para enfrentamento da pobreza, ganha destaque os programas de transferência de renda focalizada. Apesar desse contexto de um aparente favorecimento das pautas pró-trabalhadores o gráfico nos demonstra que a participação salarial não atingiu os

²² Fonte: TOSONI, Germán Alarco. Participación salarial y crecimiento económico en América Latina, 1950-2011. *In:* Revista Cepal 113. Agosto/2014. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/36958/1/RVE113Alarco.pdf>. Acesso em: 04/07/2019.

patamares do período compreendido como de substituição de importação nesses mesmos países. Isso demonstra a permanência de horizonte não favorável às pautas dos trabalhadores, condizente com o capitalismo dependente e a autocracia.

A aparente permeabilidade do favorecimento dos interesses dos trabalhadores, também representa um período em que os países latino-americanos tinham como pauta uma autonomização econômica, ou seja, tinham como horizonte a industrialização nacional favorecendo a classe trabalhadora e, por sua vez, o incremento ao mercado interno. Essa pelo menos era a expectativa daqueles que elegeram e militaram a favor da ascensão do Partido dos Trabalhadores (PT) para o executivo federal, que, como sabemos, não se confirmará mais adiante.

Por isso, a dinâmica produtiva baseada na exportação de produtos para atender a necessidade do mercado externo, condicionada pelo rebaixamento de salários que tem como objetivo dar maior competitividade a essas mercadorias nos mercados externos, é reafirmada diante do cenário descrito. O que nos leva a assegurar também a existência da secundarização dada por esse novo padrão de acumulação ao incremento do mercado interno ao passo que não estimula ou propicia a participação dos trabalhadores assalariados locais na esfera da circulação das mercadorias produzidas.

Diante disso, parece-nos, portanto, que a forma em que se demanda a superexploração na periferia tem uma composição diferente por ser ela um fator determinado pela própria condição de dependência. Ela expressa um elemento próprio de uma forma particular de desenvolvimento do modo de produção capitalista, necessária ao processo de acumulação mundial, sendo, portanto, uma tendência própria da realidade periférica de caráter sistemático e estrutural.

A proposição da dialética da dependência está, portanto, na identificação de uma forma específica de desenvolvimento do capitalismo global, propagando-se a partir de um núcleo central, orgânico. A propagação se dá a partir de um padrão de consumo que engendra uma divisão internacional do trabalho, apreendida em uma dialética de sociedades desenvolvidas e subdesenvolvidas, no sentido de exercício do potencial que o modo de produção capitalista apresenta. A condição de superexploração está registrada historicamente em diferentes contextos históricos e formações sociais. Porém, na América Latina, esta condição não só esteve presente, como também se reproduziu, ganhando o sentido de especificidade. As razões estão [...] relacionadas às bases econômicas de monocultura e à abundância de mão de obra. (FILHO, 2013, p. 173).

No capitalismo dependente a apropriação do fundo de consumo do trabalhador é necessária para a composição do fundo de acumulação, garantindo a recuperação da perda de mais-valia decorrente das relações de mercado. Na periferia a acumulação do capital não se

realiza através da extração da mais-valia associada ao consumo da força de trabalho necessário à sua reprodução social, a centralidade desse processo está na superexploração. Tal processo está diretamente relacionado com o caráter que tem o capitalismo dependente de ter seu padrão de produção e reprodução capitalista baseado nos interesses do mercado externo.

[...] importa destacar aqui é que foi se formando uma modalidade de capitalismo – dependente –, em que o consumo da população trabalhadora se torna um elemento secundário em relação aos setores, ramos ou unidades produtivas mais dinâmicas dentro da acumulação dependente. Definitivamente se trata de um capitalismo no qual os trabalhadores contam mais como produtores de valor que como consumidores, de modo que seu papel no mercado local tende a ser pouco significativo. (OSÓRIO, 2013, p. 65).

Na realidade dependente a forma de superexploração que impera é aquela que usurpa do trabalhador o seu fundo de consumo. Nesse movimento, a dinâmica de produção e reprodução do capital promove estruturas produtivas que desconsideram as necessidades dos produtores de mais-valia, visto que a realização desta mais-valia usurpada se dará, majoritariamente, no mercado externo.

O problema não está, portanto, em afirmar a universalidade da superexploração, mas em não distinguir as formas específicas que predominam no mundo imperial e no mundo dependente, com as consequências diferenciadas que isso provoca nas formas como capital se reproduz, bem como nas bases diferenciadas que estabelece para o desenvolvimento da luta de classes. (OSÓRIO, 2013, p. 69).

Se considerarmos que a superexploração atualmente não representa uma especificidade periférica, ou seja, ela também passa a adquirir formas nas economias centrais, este fenômeno, portanto, deixaria de ser o diferencial periférico. No entanto, sua expressão contemporânea na dinâmica do capitalismo central pode ser considerada como resultante conjuntural decorrente das novas estratégias do capital para manter a sua máxima acumulação.

Na periferia a superexploração assume um lugar estrutural e sistemático, próprio e necessário ao desenvolvimento do capitalismo dependente. Tal movimento acompanha as relações de produção capitalista dependente desde seu início e se mantém na atualidade. Sendo assim, não se configura como um elemento decorrente de crises conjunturais, como estratégia de uma conjuntura em que o capital necessita de novas alternativas para manutenção das suas taxas de acumulação. Sobre este aspecto, discorre Bambirra (1977, p. 27):

El gran aporte de Marini a la teoría de la dependencia fue haber demostrado cómo la superexplotación del trabajo configura una ley de movimiento propia del capitalismo dependiente. [...] el fenómeno de la superexplotación del trabajo puede ocurrir en los países capitalistas desarrollados, puede incluso intensificarse en periodos de crisis,

pero lo específico de los países dependientes es que ese fenómeno ocurre de manera permanente y sistemática.

Para finalizarmos a polêmica sobre a existência ou não da superexploração também nos países centrais cabe destacar a ênfase dada por Osório (2020) ao ser indagado sobre essa questão:

Como uma modalidade da exploração, a superexploração se apresenta não somente no capitalismo dependente, mas em todos os rincões do sistema mundial. A questão não é se aparece aqui ou lá, mas o peso que adquire no conjunto da reprodução do capital. E é aqui – no capitalismo dependente - onde o peso e a dimensão da superexploração assume um caráter diferente do que no capitalismo desenvolvido. No capitalismo dependente a superexploração é um processo central na inserção desse capitalismo no mercado mundial. [...] E essa superexploração limita a participação dos assalariados no mercado interno, e, por sua vez, alimenta a pobreza em todas as suas formas, assim como massa de trabalhadores desempregados ou subempregados. Portanto, a discussão não é se a superexploração se apresenta em economias muito distintas. A questão é o peso da superexploração no processo em seu conjunto da reprodução do capital e da inserção no mercado mundial. Para as próprias empresas transnacionais e de cadeias de valor a superexploração e as enormes diferenças salariais que apresentam o capitalismo dependente, é um atrativo para seus investimentos nesta realidade e assim incrementar seus lucros extraordinários. É interessante considerar que em situações em que ocorre a queda da taxa de lucro, como nas circunstâncias atuais, remunerar a força de trabalho abaixo de seu valor é um mecanismo considerado por Marx para amortecer ou contrarrestar esse descenso. Por isto, por sua vez, sua crescente presença em toda a economia capitalista, seja dependente ou desenvolvida nas últimas décadas. Mas, é evidente que o capitalismo em geral não pode produzir em larga duração uma economia que reduza em todas as partes o consumo dos trabalhadores assalariados. Não é viável como solução econômica. O capital necessita de mercados. Tampouco é viável politicamente. (OSÓRIO, 2020, p. 10-11).

Para não incorrermos em erros ou equívocos, um elemento importante a ser destacado acerca da categoria superexploração é que ela não pode ser definida como uma forma de agudização da exploração da força de trabalho, visto que não representa mais exploração visando o aumento das taxas de mais-valia. A superexploração é determinada pela violação do valor da força de trabalho, ou seja, é a negação do valor real da força de trabalho, é a apropriação do fundo de vida do trabalhador pelo capital, reduzindo o tempo de vida útil do trabalhador. Sobre esse aspecto discorre Luce (2018, p. 155):

Entendemos a superexploração como determinação negativa do valor da força de trabalho, contida no âmbito da lei do valor. A lei do valor é simultaneamente a assunção e negação do valor. É simultaneamente o intercâmbio de equivalentes e sua negação. É simultaneamente o pagamento da força de trabalho próxima de seu valor e o pagamento abaixo do seu valor. É tanto o consumo da força de trabalho em torno do seu valor, quanto seu consumo acelerado esgotando-a prematuramente. A superexploração é, pois, a agudização da tendência negativa, inscrita na lei do valor. [...] atua de modo sistemático e estrutural nas economias dependentes, provocando o desgaste prematuro da força de trabalho [...] ocorrendo o rebaixamento do seu valor. Esta é a essência da superexploração [...].

A violação do valor da força de trabalho, pode-se dizer, se manifesta via apropriação do fundo de vida e do fundo de consumo do trabalhador. Ao fundo de vida remetemos o valor total composto pela jornada de trabalho total, considerando os anos de vida presentes e futuros do trabalhador. Ao fundo de consumo referenciamos as investidas de rebaixamento do valor da força de trabalho na jornada de trabalho diária. Isso significa dizer que o rebaixamento do fundo de consumo, diretamente ligado ao decréscimo do pagamento da força de trabalho, vai influenciar na expectativa do fundo de vida do trabalhador.

Para citarmos exemplos concretos sobre a violação do valor da força de trabalho na América Latina, nos basearemos na análise de Luce (2018) no que diz respeito a paridade do poder de compra de alguns países latino-americanos em comparação a Grã-Bretanha. Vejamos a tabela a seguir (Figura 10):

Figura 12 – Tabela Salário em termos de paridade de poder de compra da América Latina e de outros países (Grã-Bretanha em 1905 = 100)²³

Salário em termos de paridade de poder de compra da América Latina e de outros países (Grã-Bretanha em 1905 = 100)

	Colômbia	México	Brasil	Cuba	Argentina	Chile	Uruguai
1870-1874	23	–	20	–	50	–	91
1875-1879	16	–	25	–	44	–	76
1880-1884	19	67	28	–	57	–	74
1885-1889	24	58	32	–	68	–	86
1890-1894	25	56	27	–	75	42	105
1895-1899	–	56	28	–	80	51	85
1900-1904	–	58	36	–	91	64	78
1905-1909	29	62	39	76	81	45	85
1910-1914	25	61	39	75	83	56	89
1915-1919	37	30	29	84	63	53	63
1920-1924	35	29	26	84	91	55	94
1925-1929	35	37	31	95	113	–	109

Fonte: Luis Bértola e José Antonio Ocampo. *Desenvolvimento, vicissitudes e desigualdade*. Uma história econômica da América Latina desde a Independência. Madri: Secretaría General Iberoamericana, 2012.

Na demonstração é possível constatar que o poder de compra do salário na periferia latino-americana em sua maioria está abaixo do referencial assinalado. No caso mexicano é possível verificar a queda tendencial deste parâmetro no decorrer do período destacado, enquanto nos outros países contêm oscilações. Observa-se na figura 10 que há exceções a regra tendencial destacada, fato decorrente da especificidade conjuntural do período naqueles países (destaca-se como exemplo Argentina e Uruguai).

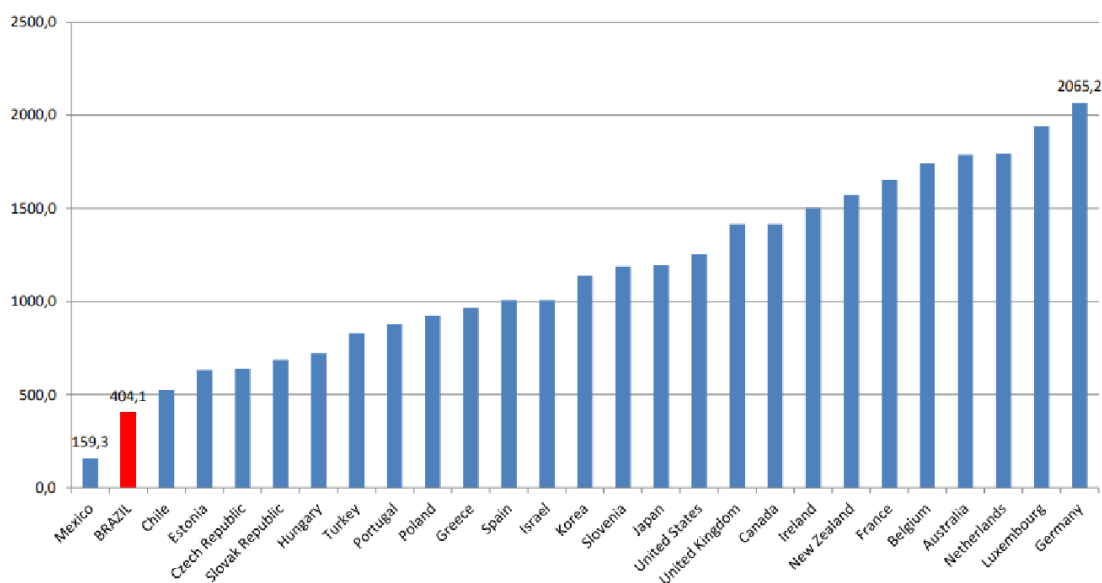
²³ LUCE, 2018, p. 167.

Os níveis salariais mais baixos na realidade dependente, de acordo com Luce (2018), têm determinantes que são estruturantes da economia nessa região, quais sejam: o elevado exército industrial de reserva, a ausência da necessidade da realização do capital produzido na esfera do consumo – ou seja, o capital nessa região não se realiza internamente – e a superexploração.

Calixtre (2017) traz a mesma análise sobre a paridade do poder de compra do salário mínimo do ano de 2015, ou seja, uma análise mais recente que demonstra que o caráter da série histórica trazida por Luce (2018) não se modificou.

Figura 13 – Gráfico Salário mínimo em PPP – 2015²⁴

Salário Mínimo em PPP - 2015



Fonte: OCDE e IPEA Elaboração Própria

Fonte: Elaborado por Calixtre (2017) a partir de dados da OCDE e IPEA.
* PPP - Purchasing Power Parity – Paridade do Poder de Compra em inglês.

²⁴ Fonte: CALIXTRE, A. **Sociedade Salarial e Desenvolvimento: sonhos e descaminhos do Brasil**. 2017. 23 slides. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-temporarias/especiais/55a-legislatura/pec-287-16-reforma-da-previdencia/documentos/audiencias-publicas/16-03.17-1/andre-calixtre>. Acesso em: 04/07/2019.

O valor do salário mínimo associado ao seu poder de compra expressa uma das formas de manifestação da superexploração no que tange a violação do fundo de consumo da força de trabalho, visto que vai influenciar diretamente na capacidade de consumo do trabalhador.

Para análise da violação do fundo de consumo da força de trabalho, citaremos como exemplo o caso brasileiro a começar pelos valores do salário mínimo nominal comparado ao salário mínimo necessário definido pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), calculado a partir dos dados de custos da cesta básica nacional para atender uma família de 4 pessoas. Milhões de trabalhadores brasileiros tem seu rendimento baseado no salário mínimo, o que torna a comparação um tanto quanto representativa.

Tabela 2 – Salário Mínimo/Salário Mínimo Necessário (1994-2019)²⁵

Anos	SM	SMN %	SMN
1994	R\$ 68,26	10%	R\$ 690,91
1995	R\$ 90,00	12%	R\$ 740,44
1996	R\$ 108,00	14%	R\$ 795,39
1997	R\$ 117,33	15%	R\$ 802,55
1998	R\$ 126,67	14%	R\$ 878,09
1999	R\$ 134,00	15%	R\$ 901,14
2000	R\$ 147,25	15%	R\$ 967,07
2001	R\$ 172,75	16%	R\$ 1.072,68
2002	R\$ 195,00	16%	R\$ 1.188,69
2003	R\$ 230,00	16%	R\$ 1.421,01
2004	R\$ 253,33	17%	R\$ 1.482,61
2005	R\$ 286,67	19%	R\$ 1.510,36
2006	R\$ 337,50	22%	R\$ 1.500,71
2007	R\$ 372,50	22%	R\$ 1.679,77
2008	R\$ 409,17	20%	R\$ 2.002,00
2009	R\$ 460,83	23%	R\$ 2.042,43
2010	R\$ 510,00	24%	R\$ 2.110,26

²⁵ Tabela construída a partir das sistematizações de Luce (2018).

2011	R\$ 544,17	24%	R\$ 2.272,45
2012	R\$ 622,00	25%	R\$ 2.463,81
2013	R\$ 678,00	25%	R\$ 2.765,33
2014	R\$ 724,00	25%	R\$ 2.925,16
2015	R\$ 788,00	24%	R\$ 3.280,75
2016	R\$ 880,00	23%	R\$ 3.875,13
2017	R\$ 937,00	25%	R\$ 3.744,52
2018	R\$ 954,00	24%	R\$ 3.755,25
2019	R\$ 998,00	24%	R\$ 4.186,45

Fonte: DIEESE. *SM = Salário Mínimo e SMN = Salário Mínimo Necessário

A Tabela 2 demonstra que nos últimos anos há um aumento da representatividade do do salário mínimo em relação ao salário mínimo necessário, o que pode indicar um maior poder de compra por parte da força de trabalho. No entanto, se a análise se fundamentar no valor da força de trabalho, ou seja, sem violação, verificamos que o salário mínimo nominal, apesar de demonstrar uma tendência crescente, ainda está longe de compor o mínimo necessário de uma família, que de acordo com a indicação do índice criado pelo DIEESE o valor seria de $\frac{1}{4}$ do SMN nos anos 2012, 2013, 2014 e 2017 e abaixo de $\frac{1}{4}$ do SMN na maior parte do período aqui analisado, que abrange 26 anos. Sendo assim, tal análise expressa uma das formas da superexploração via violação do fundo de vida do trabalhador, visto que, impede que a força de trabalho tenha acesso ao básico para sua reprodução.

Apesar disso, de acordo com a nota técnica 188 do DIEESE (2018), a política de valorização do salário mínimo, associada ao crédito, foi uma das grandes conquistas das famílias mais pobres nos últimos anos ao aumentar o poder de compra, ampliando, por sua vez o mercado consumidor interno e fortalecendo a economia do país. A política de valorização do salário mínimo é o principal mecanismo capaz de intervir no fosso da disparidade de renda histórico do país, proporcionando inclusive melhoria nas condições de vida dos mais pobres. O estudo nos alerta que a política de valorização do salário mínimo tem relação direta com a dinâmica econômica do país, tendo seu mecanismo de valorização vinculado ao crescimento do PIB. Sendo assim, com a desaceleração econômica que se inicia em 2014 (o país teria empobrecido 7,0%), a valorização do salário mínimo brasileiro não proporcionou o aumento do poder de compra, colaborando para a intensificação da desigualdade e, portanto, para a violação do fundo de consumo dos trabalhadores.

Existem outros exemplos que podem representar a violação do fundo de consumo dos trabalhadores, como o desemprego e a informalidade. Sabe-se que na periferia o desemprego tem um caráter estrutural, provocando uma ampliação do exército industrial de reserva o que, por sua vez, pressiona os salários dos trabalhadores empregados para baixo. A informalidade provoca o mesmo efeito e, por isso, possibilita a redução do valor histórico-moral da força de trabalho.

No que tange ao consumo do fundo de vida do trabalhador, cabe trazer expressões dessa manifestação no território brasileiro, com o intuito apenas de termos a possibilidade de observar o fenômeno na sua materialidade e não apenas no nível da abstração. Para tanto, discorreremos acerca do aumento da intensidade do trabalho.

De acordo com Costa (2013), a intensidade do trabalho na forma de superexploração é mais difícil de apreender. Para identificá-la, o autor destacou os acidentes de trabalho como indicador que expressa este fenômeno. Estes estão mensurados na tabela a seguir (Figura 11).

Figura 14 – Tabela Números Absolutos e Relativos de Acidentes de Trabalho no Brasil (1999-2011)²⁶

Período	Total com CAT	Total	Ocupados	Com CAT/Ocupados
1999	387.820	387.820	73.345.531	0,53%
2000	363.868	363.868	65.629.892	0,55%
2001	340.251	340.251	75.458.172	0,45%
2002	393.071	393.071	78.179.622	0,50%
2003	399.077	399.077	79.250.627	0,50%
2004	465.700	465.700	84.596.294	0,55%
2005	499.680	499.680	87.089.976	0,57%
2006	512.232	512.232	89.318.000	0,57%
2007	518.415	659.523	90.786.000	0,57%
2008	545.268	747.663	92.395.000	0,59%
2009	534.248	733.365	92.686.000	0,58%
2010	529.793	709.474	86.353.839	0,61%
2011	538.480	711.164	93.493.000	0,58%

²⁶ COSTA, 2013, p. 66.

Fonte: DIEESE E PNAD. Retirado de Costa (2013). *CAT – Comunicação de acidentes do Trabalho²⁷.

De acordo com o período histórico assinalado, houve um aumento dos acidentes de trabalho registrados no Brasil, o que nos leva a concluir que há uma tendência de aumento da intensidade de trabalho para os trabalhadores no país. Tal fato sinaliza que há um processo de esgotamento prematuro da vida do trabalhador brasileiro.

[...] o incremento de ritmos extenuantes e de doenças laborais [...] confirma que os números da escalada de acidentes de trabalho [...] expressam a tendência atual do capitalismo brasileiro de elevar o desgaste da corporeidade físico-psíquica do trabalhador. (LUCE, 2018, p.192)

A sistematização teórica e os exemplos de dados demonstrados nos permitem afirmar a superexploração da força de trabalho como algo essencial e estrutural ao desenvolvimento do modo de produção capitalista na periferia, onde se inclui o Brasil.

Nos países centrais, os salários, expressão do valor pago pelo uso da mercadoria força de trabalho, se mantêm próximos ao valor real da força de trabalho, enquanto na periferia a remuneração é sempre abaixo do seu valor. Esse valor abaixo representa absorção do fundo de vida do trabalhador para o fundo de acumulação do capital. Atualmente, os países centrais também são acometidos pela superexploração, como consequência do modo de ser do capitalismo, no entanto, cabe reafirmar que seu peso na periferia é que faz a diferença nos países centrais. Na periferia, a superexploração é impreterível para o funcionamento do modo de produção capitalista.

No entanto, de acordo com Amaral (2012), a crise do modo de produção capitalista dos anos de 1970, deu ao imperialismo uma nova versão, o que implica, diante da correlação existente entre um e outro, a existência de uma nova roupagem da superexploração na periferia. Quando o processo de acumulação do capital toma como motor a financeirização altera-se as formas de participação da periferia no processo global de acumulação do capital, visto que a atividade rentista, tendo como horizonte a valorização fictícia, toma o lugar do processo de produção de mercadorias para a garantia das taxas de lucro do capital. Neste caso, a etapa atual da inserção do Brasil no processo mundial de acumulação capitalista seria como

²⁷ “O INSS possui um sistema de comunicação de acidentes denominado Comunicação de Acidentes de Trabalho (CAT), instrumento para que as empresas registrem ao INSS os acidentes para que este tome os procedimentos necessários. Os acidentes são divididos em 4 tipos: a) Acidentes com Comunicação de Acidentes do Trabalho (CAT) 16; b) Acidentes sem CAT; c) Doenças de Trabalho; d) Acidentes de Trajeto.” (COSTA, p. 64, 2013).

“[...] plataforma internacional de valorização financeira em função das reformas estruturais e da adesão ao ideário neoliberal.” (AMARAL, 2012, p. 116).

Sendo assim, a autora destaca que a atual natureza da condição dependente não tem mais como diferencial a superexploração, mas sim a inferioridade tecnológica, o que coloca os países periféricos apenas como meros reprodutores dos padrões de produção e consumo dos países centrais sem, portanto, autonomia criativa. A superexploração passa a ser, atualmente, uma realidade de todo o globo via financeirização dos rendimentos do trabalho, por exemplo²⁸, e não mais uma exclusividade periférica.

Mas, continuando com a versão clássica da dependência e da superexploração, o capital além de se apropriar do excedente produzido pela força de trabalho através da extração da mais-valia, reduz seu salário abaixo do valor desta mercadoria, processo que determina a violação do valor da força de trabalho. Este valor tem uma definição a partir de uma determinação histórica e moral que deve dar acesso ao atendimento das necessidades consideradas imprescindíveis a subsistência do trabalhador.

Ao assumir que a superexploração é uma forma particular de exploração, uma forma que se viola o valor da força de trabalho, seja diário, seja total, a confusão começa a se resolver. Nesta perspectiva, as formas para aumentar a taxa de mais-valia não teriam por que se confundirem, pois elas não implicam em si mesmas a violação do valor da força de trabalho. É possível estender a jornada de trabalho a magnitudes razoáveis, em períodos exclusivos, e o pagamento das horas extras poderiam compensar esse maior desgaste. O mesmo pode acontecer em relação à intensidade. Apenas prolongamentos permanentes da jornada de trabalho fazem com que o fundo de vida seja reduzido. Ainda mais em caso de prolongamentos regulares e desmedidos, em que nenhum pagamento extra permite compensar o desgaste. Somente nestes casos esta forma de aumentar a taxa de mais-valia se torna uma forma de superexploração. Idêntico raciocínio pode ser estendido em relação ao aumento da intensidade do trabalho. (OSÓRIO, 2013, p. 63).

Quando o capital se apropria do fundo de consumo do trabalhador para direcioná-lo ao fundo de acumulação, o que também pode conter paralelamente uma maneira de se aumentar a taxa de mais-valia, se constitui a realização da superexploração da força de trabalho.

A exposição nos permite determinar a singularidade que possui a superexploração da força de trabalho para a realidade periférica e dependente. Ao passo que a acumulação na periferia decorre dessa categoria, conforme explicitado, sua influência nas formas de reivindicação da classe trabalhadora e até mesmo na forma como o Estado irá se relacionar

²⁸ Para aprofundamento do debate acerca da nova versão do imperialismo e o capitalismo dependente na era da financeirização, ver: AMARAL, M. S. **Teorias do imperialismo e da dependência: a atualização necessária ante a financeirização do capitalismo**. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, 2012. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12140/tde-09102012-174024/publico/MarisaSilvaAmaralVC.pdf>. Acesso em: 12/08/2020.

com a questão social, através das políticas sociais, coloca a região num patamar de desenvolvimento econômico, social e político muito diferente ao que ocorre nos países centrais.

3 QUESTÃO SOCIAL E POLÍTICA SOCIAL NO CAPITALISMO DEPENDENTE

O presente capítulo tem como proposta discorrer acerca do caráter da política social no capitalismo dependente, expressão do capitalismo em solo brasileiro, tendo como pressuposto a ideia de uma abordagem e análise não eurocêntrica. Não por acaso, o referencial teórico utilizado tem como fundamento o conceito de dependência, considerado no âmbito deste trabalho como elementar para pensar as sociedades periféricas e o objeto de pesquisa.

Para complementar tal discussão, iniciaremos com o debate sobre as particularidades da questão social no Brasil na contemporaneidade, com foco na dimensão do desemprego e formas precárias de trabalho.

3.1 Questão social e suas particularidades no Brasil

O debate sobre a “questão social” nos leva, primeiramente, a necessidade de compreensão da gênese desse fenômeno na realidade da constituição do modo de produção capitalista. Para tanto, é preciso recorrer ao que Marx definiu como “lei geral de acumulação capitalista”. Nesta, pode-se dizer, que a centralidade está na característica que este modo de produção tem de expandir a produção social de riqueza e, contraditoriamente, de intensificar as formas de pobreza. Até a consolidação do modo de produção capitalista, a pobreza estava relacionada com a escassez decorrente, por exemplo, das intempéries naturais ou pela baixa capacidade produtiva. O aumento da produtividade, associado ao advento da inovação tecnológica, que promove a redução do tempo de trabalho socialmente necessário à produção de mercadorias, faz do modo de produção capitalista o marco da mudança das relações produtivas na humanidade. No bojo dessa originalidade do capitalismo temos que a pobreza não decorre mais da escassez, mas da não socialização das riquezas produzidas, tendo na desigualdade um elemento inerente e condicionante da sua existência.

Nos marcos do capitalismo, o desenvolvimento das forças produtivas promove a intensificação da velocidade da produção de riquezas, enquanto no âmbito das relações entre os sujeitos que compõem o processo de produção tem-se um cenário composto pelo aprofundamento da desigualdade. Isso significa dizer que enquanto os proprietários dos meios de produção enriquecem rapidamente, a classe trabalhadora mantém, quando não aprofunda, sua condição de miséria. A riqueza produzida socialmente é absorvida apenas por um pequeno grupo que é proprietário.

Essa condição de produzir riqueza exponencialmente associada à manutenção ou aprofundamento da pobreza é considerada como inerente e necessária à existência do modo de produção capitalista. Tal premissa tem como pressuposto a relação entre capital constante e capital variável, isso significa afirmar a existência de uma equação na qual há uma tendência de aumento da variável constante da composição orgânica do capital e uma redução do componente variável. É no entendimento da relação existente entre esses dois elementos constituintes da composição orgânica do capital que se encontra a inovação de Marx (1988) ao definir a lei geral de acumulação capitalista.

Partindo da ideia de que apenas o capital variável é capaz de produzir a mais-valia – que nada mais é que o trabalho humano objetivado, o lucro –, Marx (1988) nos alerta que na realidade capitalista há uma tendência ao aumento do capital constante incrementando, portanto, a mais-valia relativa, determinada pelo aumento da produtividade. No entanto, o aumento do capital constante promove a queda da taxa de lucro, visto que a mais-valia é resultado da exploração da força de trabalho, ou seja, é fruto do trabalho não pago aos trabalhadores.

O incremento do capital constante no processo produtivo, de acordo com o autor, leva às crises cíclicas inerentes ao sistema, isso significa dizer que nesse contexto existe uma oferta de mercadorias superior à demanda; a redução da força de trabalho no espaço produtivo associado à intensificação da exploração e a existência de um exército industrial de reserva que determinará o desemprego. Posto isso, temos que o desemprego é estrutural ao modo de produção capitalista, o que leva sempre a existência de uma pauperização decorrente dessa dinâmica. Mesmo em conjunturas em que há um aumento dos investimentos produtivos, resultando no crescimento do capital variável, tem-se que esta ampliação será sempre abaixo devido à necessidade da composição do exército de reserva que tem como principal função reduzir o valor da força de trabalho.

Graças ao progresso da produtividade do trabalho social, quantidade sempre crescente dos meios de produção pode ser mobilizada com o dispêndio progressivamente menor de força humana. Esse enunciado é uma lei da sociedade capitalista [...]. Quanto maior a produtividade do trabalho tanto maior a pressão dos trabalhadores sobre os meios de emprego, tanto mais precárias suas condições de existência [...]. O capitalismo determina uma acumulação de riqueza num pólo [*sic*] e ao mesmo tempo acumulação de miséria, de trabalho atormentante, escravatura, ignorância, brutalidade e degradação moral no pólo [*sic*] oposto, constituído pela classe cujo produto vira capital [...]. (MARX, 1988, p. 745).

O processo de acumulação e reprodução ampliada do capital representa a gênese da “questão social”, visto que a redução de parte do capital variável promove uma população

excedente que extrapola as necessidades de expansão do capital. Tal movimento é determinado pela prioridade do capital em produzir mais valor em detrimento à produção de respostas às necessidades humanas. Sendo assim, o advento tecnológico que favoreceria a humanidade ao criar as possibilidades de eliminação da escassez se torna sem efeito porque aos proprietários dos meios de produção interessa apenas ampliar as possibilidades de expansão de acumulação à custa da exploração do trabalho humano. Por isso, a redução do tempo necessário para a produção de mercadorias, o aumento da produtividade, ao invés de representar a redução das horas trabalhadas do contingente empregado e a inserção de novos trabalhadores no processo produtivo, na lógica de valorização do capital se transforma em intensificação do trabalho e aumento da população excedente. Esta expulsão do processo produtivo temporária ou permanentemente engrossa as filas da pobreza, movimento que no final do século XVIII se concretiza no fenômeno denominado como pauperismo. A este respeito, discorre Netto (2001, p.42):

[...] a pauperização (neste caso, absoluta) massiva da população trabalhadora constituiu o aspecto mais imediato da instauração do capitalismo em seu estágio industrial-concorrencial [...] tornou-se claro que se tratava de um fenômeno novo, sem precedentes na história anterior conhecida. Com efeito, se não era inédita a desigualdade entre as várias camadas sociais, se vinha de muito longe a polarização entre ricos e pobres, se era antiquíssima a diferente apropriação e fruição dos bens sociais, era radicalmente nova a dinâmica da pobreza que então se generalizava. [...] a pobreza crescia na razão direta em que aumentava a capacidade social de produzir riquezas.

A afirmação de Netto (2001) é importante para entendermos que o fenômeno da pauperização marca a gênese da questão social devido os novos determinantes da pobreza próprios do desenvolvimento do modo de produção capitalista. O pauperismo enquanto nova expressão da pobreza leva a desdobramentos de cunho social e político, ou seja, os pobres não se colocavam conformados diante da sua situação de miséria e passaram a se manifestar diante de tal situação. Os protestos da classe trabalhadora contra a intensificação da pobreza resultaram na organização de forma coletiva e consciente desse grupo social. O coletivo de trabalhadores, ao passo em que se reconhecem enquanto classe, passa a ameaçar as instituições burguesas a partir do momento em que têm como horizonte a destruição da ordem societária estabelecida pela burguesia. O pauperismo associado aos desdobramentos sócio-políticos que, de acordo com Netto (2001), designam a “questão social”.

É sobre este significado que a “questão social” será fundamentada no presente trabalho, uma vez que há diversas significações²⁹ para a expressão. Dentro desse entendimento historicamente determinado podemos descrever como expressões desse fenômeno a intensa desigualdade, desemprego, fome, doenças, penúria, dentre outros. Nesse conjunto de expressões é importante evidenciar que elas surgem de acordo com a dinâmica do capitalismo, ou seja, de acordo com o momento novas expressões podem surgir. Isso significa que a “questão social” é constitutiva do desenvolvimento do modo de produção capitalista.

Posto tal perspectiva, não podemos deixar de relatar que esta definição mais geral da “questão social”, favorece o nosso movimento de abstração, mas não deixa de considerar que o fenômeno guarda particularidades de caráter cultural, geopolítico e nacional. Trata-se, portanto, de um referencial que caracteriza um movimento de uma lei geral/universal que ultrapassa particularidades por ser historicamente determinada e expressar um movimento que acopla todas as sociedades que têm como modo de produção o capitalismo. No entanto, o movimento geral não anula as particularidades histórico-culturais e nacionais. Não por acaso, o marco da “questão social” será diferente para cada realidade do modo de produção capitalista. E é essa premissa que devemos guardar para pensar nas particularidades da “questão social” na realidade do capitalismo dependente.

Parte da particularidade da “questão social” na América Latina está na colonização, tendo a fazenda como organização empresarial que insere a mão-de-obra numa unidade operativa destinada à produção para o mercado externo. É nesse contexto que se expressa a lei geral de acumulação capitalista em solo latino-americano:

A ordem fazendeira significava também o monopólio da terra nas mãos de uma minoria, que obrigava toda a massa da população a servi-la como mão-de-obra escrava ou mal assalariada, como única condição para prover sua subsistência. Desde já era o grave problema do latifúndio; grandes fazendas, enormes extensões de terra, monocultura, exploração da força de trabalho, produção para o mercado internacional. Ao longo dos anos, esse caráter latifundiário foi concentrando terra muitas vezes não para explorar, mas para monopolizar. (MENEGETTI, 2008, p. 8).

Na colonização se funda as classes fundamentais que compõem a luta entre classes antagônicas que definem o modo de produção capitalista e afirma a polarização entre pobres e

²⁹ No âmbito do Serviço Social as divergências sobre as significações da questão social podem ser vistas em Temporalis/Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social Ano. 2, n.3 (jan./jul. 2001). Brasília: ABEPSS, 2001. Disponível em: http://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/temporalis_n_3_questao_social-201804131245276705850.pdf. Acesso em 13/08/2020. Sobre o tema ainda, há autores que defendam a existência de uma “nova” questão social, tema que pode ser visto em: PASTORINI, A. **A categoria questão social em debate**. 3ª edição. São Paulo, SP: Cortez Editora, 2004.

ricos, próprias desse sistema. De acordo com Meneghetti (2008), as matrizes raciais diversas, assim como as diferentes tradições culturais, vão se fundir, dando lugar a um modelo de estruturação societária que vai consagrar uma etnia nacional consolidando um povo-nação.

O autor traz como exemplo o caso brasileiro e destaca que essa fusão entre diferentes povos ao compor uma uniformidade cultural nacional convive também com uma profunda estratificação social, determinada pelos privilégios de uma minoria e a pobreza para a massa do povo.

É sob esta amálgama nascente na colonização que se encontra no Brasil e, em toda a realidade dependente, as bases determinantes da “questão social”.

A maioria dos autores que falam sobre questão social atribuem peso considerável, quase que inexoravelmente, à desigualdade no acesso à riqueza ou, noutras palavras, à concentração de renda nas mãos de uma minoria enquanto a massa do povo se vê a duras penas para conseguir seus meios de vida. Ora, esta condição deplorável não constitui prerrogativa da sociedade industrial, nem sequer surge a partir da revolução industrial ou do processo de urbanização que a acompanha. Desde a colonização, o Brasil se formou uma colônia escravista e mercantil, inserida num sistema capitalista, operando como economia exportadora e destinada a produzir lucros para a metrópole. É tudo isso ao preço da escravização da população nativa e dos negros trazidos da África e da exploração violenta do conjunto da força de trabalho que estes contingentes formavam. (MENEGETTI, 2008, p. 10).

A “questão social” nos marcos do capitalismo dependente tem como centralidade a categoria superexploração da força de trabalho, de acordo com o referencial teórico tratado no presente trabalho.

A particularidade da configuração da “questão social” no capitalismo dependente tem relação direta com a lei geral de acumulação do capital, ou seja, expressa a contradição fundamental do capitalismo derivada da relação entre capital e trabalho. Esta realidade tem como um dos seus determinantes a superexploração, elemento característico da essência de reprodução do modo de produção capitalista periférico. Sua especificidade está na agudização das contradições próprias do capitalismo.

Assim sendo, a “questão social” na América Latina não se manifesta com o advento da industrialização seja do centro ou da própria periferia, mas se manifesta já no período colonial, momento que marca a inserção periférica no processo mercantil global do modo de produção capitalista. A este respeito, discorre Rocha (2017, p.10):

[...] cabe mencionar um registro fundamental para a precisão da chamada “questão social” na América Latina: é que os desdobramentos sócio-políticos da Lei Geral da Acumulação Capitalista na periferia, não tem início nem com a Revolução Industrial no centro e nem com o primeiro ciclo da industrialização ocorrido na América Latina – conforme aponta a literatura especializada no Serviço Social –, mas com a assim chamada Acumulação Primitiva a qual desde a latitude subdesenvolvida, para Bagu (1949), conformou o “capitalismo colonial”.

Defendemos que a Lei Geral da Acumulação Capitalista se expressa na periferia do sistema de acumulação em escala global no período do capitalismo mercantil (no centro) e capitalismo colonial (na periferia).

Ao referenciar o momento originário da “questão social” na América Latina, a autora nos esclarece ainda que a contradição capital x trabalho na região não é composta pela via clássica do desenvolvimento do capitalismo, ou seja, não converge com o processo desencadeado nos países centrais. A contradição se expressa na relação capital mercantil europeu e povos originários ou capital mercantil e negros escravizados.

Patriarcado e racismo são, portanto, relações sociais estruturantes que determinam um lugar singular na estrutura de classes das sociedades coloniais, primeiro, e dependentes, depois, somando e atualizando antigas e novas contradições à forma particular de reprodução capitalista assentada sob a superexploração da força de trabalho na América Latina contemporânea. (ROCHA, 2017, p. 11).

Ao descrever estes elementos que representam a origem da “questão social” latino-americana, a autora destaca a existência de uma invisibilidade histórica dos processos históricos que guardam a resposta política desses povos originários e negros escravizados, sendo estes elementos centrais para a importância da análise da particularidade da “questão social” na América Latina. A invisibilidade, no entanto, não deslegitima a existência dessas expressões políticas determinantes do fenômeno, ocorridas antes do ciclo industrial e da formação de sindicatos e partidos políticos.

A superexploração da força de trabalho se faz presente na periferia, mesmo diante de uma relação de trabalho marcada pela escravidão, pois como vimos, essa pode até não representar uma divisão social do trabalho clássica do modo de produção capitalista, mas era parte integrante e própria do desenvolvimento do capitalismo naquele momento. Aí está o cerne da “questão social” brasileira, é a partir desse marco histórico e estrutural que irão se desenvolver e consolidar as expressões da “questão social” com refrações direcionadas a população pobre e trabalhadora que guardam em sua genealogia a escravidão.

Raposo (2015) nos adverte em seu estudo que na atualidade as particularidades da “questão social” no Brasil vão para além das expressões fenomênicas convergentes com o desemprego e a pobreza ao incluir também as formas de precarização histórica do trabalho, a restauração capitalista e a reestruturação produtiva que atingem diretamente o mundo do trabalho. Deste modo, precarização e superexploração seriam as mediações necessárias para apreender as particularidades da “questão social” no Brasil contemporâneo. Neste sentido, a combinação de informalidade, terceirização e precarização é considerada como incremento da superexploração da força de trabalho, elementos que incorrem na expropriação de direitos

próprios do contrato direto de trabalho ou mesmo da proteção social decorrente do trabalho regular. O quadro de degradação do trabalho, portanto, de acordo com a autora, expõe o trabalhador a condições precárias de sobrevivência e pauperização, definindo, assim, novos elementos para as expressões da “questão social” brasileira, que, por sua vez, dão novos contornos à sua dinâmica de produção e reprodução. Discorre a autora:

[...] a questão social se manifesta na particularidade brasileira através de um conjunto de transformações que consubstanciam o trabalho precarizado (relações e processos), o desemprego, a pobreza, o precarizado, o proletariado, o subproletariado, os assalariados formais ou informais etc. e vai além das manifestações fenomênicas, pois está diretamente associada à expropriação e à ausência de reformas sociais ou de um Estado de Bem-Estar Social que permitiu a proletarização e a pauperização de uma classe trabalhadora urbano-industrial, com restritos mecanismos de proteção ao trabalho. (RAPOSO, 2015, p.184).

Não é objetivo desse trabalho o estudo aprofundado da “questão social” no nosso país, considerando suas particularidades. O que gostaríamos de ressaltar é a existência de uma particularidade que explica/demonstra a especificidade do fenômeno no Brasil e que esta nos ajuda a entender suas expressões, assim como, o caráter das repostas à “questão social” neste solo histórico. Este é um ponto de partida importante para compreendermos a moldura e o caráter das políticas sociais brasileiras, assim como o atributo da cidadania que será desenhada no país.

3.2 Componentes históricos da conformação das políticas sociais na fase monopolista do capitalismo

O Estado Social³⁰ representa a ampliação da regulação e intervenção nas relações sociais e econômicas estatal na sociedade capitalista monopolista no período pós-crise de 1929. Suas ações têm como centralidade, dentre outras, o alargamento de políticas sociais que objetivavam, ao menos formalmente, uma igualdade social ao atuarem principalmente na reprodução social da classe trabalhadora.

A “feição” social do Estado capitalista proporcionou aos trabalhadores melhor qualidade de vida ao aumentar suas possibilidades de subsistência. Atender as demandas da classe trabalhadora neste período, não tornou o Estado burguês mais neutro, ao contrário, tal

³⁰ O Estado Social, de acordo com Boschetti (2016), é uma categoria que determina o momento em que o Estado capitalista ao regular as relações econômicas e sociais tem como base a constituição de um sistema de proteção social, através do reconhecimento dos direitos sociais, que possibilitou a melhoria das condições imediatas de vida da classe trabalhadora, promovendo uma redução da desigualdade social e uma maior distribuição do fundo público. Tal sistema de proteção social é constituído por políticas sociais que objetivavam assegurar trabalho (quase pleno emprego nos países centrais), educação, saúde, previdência, habitação, assistência social.

ação tinha como objetivo principal atender ao grande capital, sendo uma saída encontrada para atenuar o conflito entre classes e garantir a reprodução social da mão de obra do processo produtivo, além de incentivar o consumo (BOSCHETTI, 2016).

Essa forma de intervenção do Estado tem relação direta com o desenvolvimento das forças produtivas, articuladas com o teor da luta de classe, em que se pode destacar o grau de desenvolvimento de organização da classe trabalhadora, o papel do Estado e a ampliação dos direitos de cidadania, incorporando aí um elemento: os direitos sociais. A constituição do Estado Social e a instituição de políticas sociais neste período teve um caráter diferenciado nos diversos países. A fase monopolista do capitalismo, a qual se insere o desenvolvimento do Estado Social, tem como caráter a ampliação das políticas sociais acompanhada da perspectiva da universalidade como horizonte das suas iniciativas indo além, portanto, da lógica do seguro, experiência predominante até então.

O alargamento das políticas sociais garante para a população dos países centrais, mesmo na ausência de emprego ações que vão desde a ampliação de serviços sociais públicos à transferência direta de renda. Nesse sentido, cabe destacar também a política de pleno emprego adotada em alguns contextos de ascensão do Estado Social, que colabora para a ampliação do consumo e melhorias para a reprodução da classe trabalhadora e, por sua vez, contribui para a reprodução ampliada do capital. Sobre a questão do pleno emprego, cabe fazer um parênteses que este incluiu os homens brancos, sendo por isso uma das pautas de reivindicação feminista do Maio de 1968 (VARELA; SANTA, 2018; ALENCAR, 2019).

A expansão do Estado Social é determinada pela expansão dos direitos de cidadania, mais especificamente os direitos sociais. É através dos direitos sociais que se abrem as possibilidades de atendimento das demandas dos trabalhadores, promovendo, em alguns países centrais, uma maior distribuição da riqueza socialmente produzida.

A ampliação das políticas sociais tem, portanto, relação direta com a expansão dos direitos de cidadania. A cidadania burguesa pode ser entendida como o direito dos diversos sujeitos sociais participarem da sociedade. Essa participação tem um princípio de igualdade uma vez que é acessível aos membros de toda e qualquer classe social da sociedade capitalista. Na perspectiva marshallina, a participação cidadã é composta por três principais elementos: os direitos civis (que tem como principal objetivo a garantia da propriedade privada), os direitos políticos (que podem ser resumidos no direito a votar e ser votado de maneira universal, abrindo espaço para que a classe trabalhadora se insira na esfera política da

sociedade) e os direitos sociais (que podem ser determinados pela busca por uma justiça social sem, contudo, mudar a estrutura de desigualdade da sociedade burguesa).

Posto isso, cabe refletir sobre o papel ocupado pelos direitos sociais na sociedade burguesa e a função por eles desempenhada tanto para o capital quanto para o trabalho. Os direitos de cidadania, quando surgiram, não tinham como objetivo promover uma equidade social para além daquela já prevista, ou seja, uma igualdade formal derivada da liberdade individual defendida pelo liberalismo. O conteúdo da existência dos direitos de cidadania defende uma igualdade de acesso a tais direitos, mas também a manutenção da desigualdade entre classes sociais. Nesse sentido, discorre Marshall (1967, p. 62):

[...] há uma espécie de igualdade humana básica associada ao conceito de participação integral na comunidade – ou, como eu diria, de cidadania – o qual não é inconsistente com as desigualdades que diferenciam os vários níveis econômicos da sociedade. Em outras palavras, a desigualdade do sistema de classes sociais pode ser aceitável desde que a igualdade de cidadania seja reconhecida.

De acordo com Barbalet (1989), o desenvolvimento da cidadania promoveu uma igualdade não só na base legal, mas colocou a legalidade como algo dissociado do poder econômico, da propriedade privada através da “[...] eliminação dos privilégios legais por meio da cidadania [que] foi ao mesmo tempo a separação das instituições legais do poder econômico.” (Ibidem, p. 73). Apesar dessa afirmação, sabemos que na realidade o acesso ao espectro societário capitalista tem relação direta com o poder econômico dos sujeitos sociais, não basta ter a igualdade na aquisição de direito, é preciso criar condições para a subsistência nesta sociedade e esta só é possível através do poder aquisitivo. Quem possui poder econômico é quem tem o comando da governabilidade, afinal o Estado, que aparentemente é um intermediador neutro, atua para garantir os interesses do grande capital, ou seja, os maiores detentores da riqueza socialmente produzida.

A ampliação das políticas sociais é fundamental para a reprodução da classe trabalhadora e sua redução pode provocar uma grande perda para a subsistência cotidiana deste grupo social. Tal dinâmica é ainda mais perceptível nos países de capitalismo central, visto que atingiram a consolidação de um Estado Social mais amplo, no período que antecede a crise dos anos de 1970.

No capitalismo periférico, o Estado Social não comportou a dimensão da proteção social constituída nos países centrais, mas, ainda assim, as políticas sociais cumprem um papel fundamental para a reprodução da classe trabalhadora da periferia.

Mesmo após o desmonte do Estado Social e de suas perspectivas, caracterizado pela inflexão neoliberal nas diferentes conjunturas nacionais, as políticas sociais seguem como

importante instrumento e mecanismo para amenização e obscurecimento da luta de classes, cumprindo uma função estratégica: ao mesmo tempo em que atendem aos interesses da classe trabalhadora são importantes para valorização e acumulação do capital. Como indica Guerra (2010, p. 135):

Ao isolar as questões sociais do âmbito das relações de trabalho, entendidas como expressão das relações de força entre classes ou segmentos de classes que se confrontam nesse processo, o Estado [principalmente via políticas sociais] acaba por obscurecer a organicidade entre políticas sociais e processo de acumulação/valorização do capital.

Não por acaso, as políticas sociais, mesmo sendo consideradas como avanço que permite a melhoria das condições de vida da classe trabalhadora, criam as condições necessárias para a valorização e acumulação do capital (ao baratear a força de trabalho, assumir investimentos não rentáveis para o capital, controlar a superpopulação excedente, etc.). Nesse sentido, o que visualizamos é um imbricamento entre as políticas sociais e as formas de autenticação e reconhecimento do Estado e da burguesia junto à classe trabalhadora. As políticas sociais constituem, portanto, um dos instrumentos que possibilitam a direção das relações sociais de produção.

Para o cumprimento das suas funções, as políticas sociais possuem como fundamento princípios que reafirmam o domínio da racionalidade burguesa, uma vez que em alguns casos podem ser estruturadas de forma imediatista, paliativa, corretiva e pontual, sem expor ou questionar as bases e a lógica estrutural do capitalismo. Isto porque surgem articuladas às relações de produção e reprodução social, sendo historicamente determinadas, não correspondendo necessariamente a uma ação de reconhecimento das necessidades humanas. Também as políticas sociais são produto (e assumem a forma) dessa racionalidade burguesa.

Seu espaço de atuação extrapola o âmbito restrito da legitimidade política do Estado junto às classes trabalhadoras, via instituições sociais, para se constituir em instrumentos minimizadores das formas selvagens e violentas de exploração que caracterizam o nosso processo de trabalho. (GUERRA, 2010, p. 134)

Além de não representarem uma ação que eclode da simples vontade humana ao buscar mais justiça e igualdade social, as políticas sociais têm como função descaracterizar a luta política que determina o seu surgimento, naturalizando a questão social e dando um tratamento moralizador, burocrático e administrativo a suas expressões, apregoando uma suposta neutralidade e racionalização do processo de trabalho. A autora complementa que:

[...] as políticas sociais têm sua base material amparada nas formas de organização do processo de trabalho, já que seu formato corresponde ao modelo de organização do trabalho nas sociedades capitalistas desenvolvidas – qual seja, rompe com a unidade orgânica entre as diversas dimensões da realidade, opera com a

decomposição e fragmentação, assenta-se na previsão e controle racionais, põe as especializações e sustenta-se numa tecno-burocracia – como ainda gestam-se no interior das lutas de classes decorrentes dos interesses antagônicos que se manifestam nas relações de produção; no plano ideológico, as políticas sociais devem “aparecer” aos trabalhadores apartadas de interesses de classe. [...] questões políticas necessitam ser convertidas em problemas técnicos ou de desintegração social. (Ibidem, p. 134)

As políticas sociais são importantes instrumentos do Estado para responder às necessidades do capital na fase dos monopólios ao atender a “demanda que o capitalismo monopolista tem de um vetor extra econômico para assegurar seus objetivos estritamente econômicos” (NETTO, 2008, p.25).

Podemos dizer que elas representam uma das formas do Estado se legitimar social e politicamente, uma vez que inserem novos sujeitos políticos no espectro societário, possibilitando o consenso na luta de classes. “[...] ao buscar legitimação política através do jogo democrático, é permeável às demandas das classes subalternas, que podem fazer incidir nele seus interesses e suas reivindicações imediatos” (NETTO, 2008, p. 29). É através da política social que se afirma o enlace entre as funções econômicas e políticas do Estado na fase monopolista do capitalismo, tendo papel exposto nos processos que remetem a preservação e o controle da força de trabalho.

Diante do exposto, podemos afirmar que a lógica capitalista é intrínseca às características das políticas sociais. Entre seus objetivos destaca-se a tentativa de despolitizar a luta de classes, tratando a questão social de maneira natural, como se fosse um ciclo/processo inerente e necessário ao desenvolvimento da sociedade. Os problemas sociais são entendidos como consequência da incapacidade própria dos sujeitos que decorrem das opções dos indivíduos ou do desenvolvimento natural da sociedade, o que justifica uma atuação corretiva, integradora e/ou moralizadora. A política social recupera o caráter individual próprio da tradição liberal ao lidar com os problemas sociais como se fossem problemas pessoais.

Os direitos sociais seguem essa lógica individualista, uma vez que tratam a cidadania como algo pertencente ao mundo privado e individual, sem problematizar as relações entre a produção, distribuição, troca, consumo e reprodução das relações sociais. Nesta perspectiva, o destino pessoal seria uma responsabilidade que cabe apenas ao indivíduo e independe das relações sociais, econômicas e políticas no qual está inserido.

Ao reduzir a questão social a um conjunto de problemas sociais, as políticas sociais são orientadas para amenizar e administrar os problemas concebidos como “patologias” ou “desvios” tendo como objetivo a reintegração do indivíduo desajustado à sociedade

harmônica (NETTO, 2008). Essa forma de tratamento dos problemas sociais articula-se com ações corretivas compreendidas como administração técnica das expressões da questão social, através de procedimentos técnico-operativos. O controle social³¹ dos comportamentos desviantes é fundamentado numa ação moralizadora que visa garantir e restabelecer os chamados comportamentos normais dos sujeitos sociais.

A política social é historicamente determinada, própria da ordem do capital e, por isso, tem a contradição como um fator inerente. Sendo assim, além de ser funcional ao capital, é uma resposta do Estado e da classe dominante em virtude da reivindicação dos trabalhadores. Ou seja, a tentativa da classe dominante de mascarar a essência da sociedade burguesa, não foi capaz de conter a organização dos trabalhadores. Isto porque a classe trabalhadora passa a desenvolver uma consciência política e teórica acerca dos antagonismos entre capital e trabalho e dos interesses contrapostos presentes na estrutura social vigente. A intensificação do poder organizativo dos trabalhadores obriga a classe dominante a criar estratégias, visando manter sua hegemonia. Por isso, a burguesia passa a atender, via ações estatais, algumas reivindicações dos trabalhadores, das quais podemos destacar as políticas sociais.

Isso significa que, pautado na contradição que expressa a lógica capitalista, as políticas sociais possuem uma determinação política por ser resultado da luta dos trabalhadores por direitos, obrigando o capital a ceder parte de seu excedente para financiá-las.

As estratégias de intervenção do Estado, organizadas de acordo com as exigências da acumulação ampliada do capital, não são alheias à dimensão de luta de classes em cada sociedade e em cada época determinada. É sabido que Marx, na célebre Introdução de 1857 (1974, p.109- 131) à Contribuição à Crítica da Economia Política, acentua o primado da produção sobre a circulação e a distribuição, na totalidade concreta de um modo de produção dado. Porém, como pensador dialético, Marx insiste não só na ação recíproca que existe entre essas três determinações fundamentais da esfera da economia, mas também no fato de que qualquer totalidade, implicando múltiplas determinações, constitui uma unidade contraditória, sendo precisamente dessa contradição que resultam os processos dinâmicos de estruturação e de desestruturação dessa totalidade. (PAIVA; OURIQUES, 2006, p.169)

O posicionamento dos trabalhadores contra o capital, em determinado momento, passa a exigir da burguesia outra estratégia para garantir a sua perpetuação enquanto classe dominante econômica, social e politicamente. A partir do momento que os trabalhadores passam a exigir do capital respostas para os problemas sociais, o Estado burguês cria ações para amenização das mazelas sociais via políticas sociais, atendendo assim as reivindicações

³¹ Aqui o controle social ainda é entendido como o papel coercitivo e fiscalizador que o Estado realiza sobre os sujeitos sociais.

da classe trabalhadora. Claro está que, essa reconfiguração do Estado expressa também as necessidades do capital, que requisita uma intervenção econômica mais direta, uma maior participação do Estado no social, e novas estratégias políticas para administrar a coerção e o consenso.

A política social é a resposta encontrada para minimizar a questão social que representa a manifestação das mazelas sociais, tendo como formas de expressão a “forte desigualdade, desemprego, fome, doenças, penúria, desamparo ante conjunturas econômicas adversas” (NETTO, 2006), elementos marcantes da sociedade capitalista. Falar em questão social é referenciar diretamente a contradição de classes, ou como defende Yazbeck (2004), é colocar “em questão a luta pela apropriação da riqueza social” (p.33).

O novo posicionamento da burguesia e do Estado em face à questão social, fundamentado em demandas inerentes à lógica do modo de produção capitalista, faz com que deixem de tratá-la somente como caso de polícia (como objeto de violento processo de repressão), respondendo as reivindicações através das políticas sociais.

A política social, portanto, é fruto de luta da classe trabalhadora e, por isso, ainda que atenda aos interesses do capital, ela pode ser uma alternativa, numa realidade capitalista, de ampliar as possibilidades de reprodução dos trabalhadores, ao ser utilizada como instrumento para ampliação dos direitos de cidadania. Ela não deixa de ser uma forma de redistribuição das riquezas socialmente produzidas, nos termos de Carlos Nelson Coutinho (2010), se referenciadas na ótica dos direitos, na busca por uma cidadania ampliada para atenuar a desigualdade, e se os recursos que a mantiverem tiverem como origem também o capital dos mais ricos.

No entanto, claro está que as políticas sociais são instrumentos próprios da sociedade burguesa e, por isso, funcionais a ela. O que tal medida pode proporcionar é a ampliação dos direitos burgueses, não podendo ser cotada como elemento que tenha como horizonte a abolição da ordem do capital.

[...] a política social se inscreve como um processo determinado pelos antagonismos fundamentais da sociedade capitalista (classe, gênero e etnia), é preciso reconhecer que alterações na correlação de forças no âmbito das relações de reprodução social, decorrentes dos processos políticos concretos em torno dos direitos sociais, não possuem capacidade orgânica de atuar decisivamente junto às estruturas, aos aspectos essenciais da luta de classes, em termos do combate à exploração capitalista e às relações de propriedade e de poder sobre as quais ela se assenta. (PAIVA; OURIQUES, 2006, p. 170).

Por mais que as políticas sociais sejam resultado do processo de luta de classes no qual visa atender as demandas colocadas pelos trabalhadores, marcando o protagonismo e a força

organizativa da classe trabalhadora, elas surgem para dar conta, também, da garantia de perpetuação do domínio do grande capital. Elas são um avanço por atender a ampliação dos direitos de cidadania³², mas ao fazê-lo contribuem diretamente para o estabelecimento do consenso entre classes e da acumulação do capital, uma vez que ao ter seus interesses atendidos, os trabalhadores majoritariamente abrem mão de projeto revolucionário e se veem representados pelo Estado, que tem como função primeira garantir os interesses do capital.

Sendo assim, podemos afirmar que a política social é produto da lógica imposta pela racionalidade burguesa e orientada por esta mesma razão que estas políticas públicas se desenvolvem, o que nos infere que ela nunca será um instrumento que direcione para o rompimento da estrutura própria do capitalismo, já que sua função primeira é de manutenção da ordem do capital.

No entanto, de acordo com a contradição que lhe é inerente, ao se colocar como instrumento colaborador da reprodução da classe trabalhadora, a política social se define como uma importante mediação para a organização política dos trabalhadores uma vez que corrobora na garantia de resposta às necessidades orgânica, intelectual, histórica e moral da força de trabalho.

A determinação política que constitui as políticas sociais protagonizada pela classe trabalhadora, dá a esta ação um fator estratégico que pode ultrapassar os interesses do capital. Isto porque a luta por direitos sociais pode colaborar para a conscientização da classe trabalhadora que ao se organizar como sujeito político coletivo é capaz de construir forças para elaboração de um horizonte diferente daquele proporcionado pelo modo de produção capitalista.

As políticas sociais quando ampliadas e constituintes de uma cidadania burguesa mais ampla possibilita à força de trabalho o atendimento das necessidades que contemple sua demanda histórica-moral lhe dando condições objetivas para se organizar enquanto classe.

[...] cabe pensar as políticas sociais para além do horizonte da mera estratégia de acomodação de conflitos ou caridade social, o que requer referenciá-las no processo de disputa política pelo excedente econômico real pelas massas historicamente expropriadas, de maneira que as políticas sociais não possibilitem somente reduzir as manifestações mais agudas da pobreza, através da ampliação dos serviços sociais básicos e do seu acesso, mas, sobretudo, permitam que “[...] a política social torne-se um instrumento de transformação social que mobiliza e organiza as massas a partir de seus interesses mais fortes” (OURIQUES, 2005, p.140 apud PAIVA; OURIQUES, 2006, p. 171).

³² Lembrando que os direitos de cidadania tratam-se de direitos burgueses, ou seja, próprios do modo de produção capitalista e, por isso, nunca terão um papel emancipador humano. O máximo que se pode atingir numa sociedade capitalista é uma emancipação política, que é possível através da ampliação dos direitos de cidadania. Ver: MARX, Karl. **Sobre a questão judaica**. Boitempo Editorial: São Paulo, 2010.

A dinâmica de materialização dos direitos sociais e ampliação da cidadania via Estado Social nos países centrais é um exemplo do resultado da correlação de forças entre classes sociais que tem como determinante uma melhor condição de vida para a classe trabalhadora por um período histórico que se situa entre a 2ª Guerra Mundial e o neoliberalismo.

Portanto, embora as políticas sociais não sejam instrumento que tenha como horizonte a alteração da estrutura societária capitalista, o fomento à organização coletiva da classe trabalhadora em torno da sua ampliação ou materialização fortalece a presença dos trabalhadores na correlação de forças visando a garantia dos interesses das classes subalternas.

No item seguinte, nos ocuparemos de tratar especificamente dos fundamentos da política social na realidade periférica e dependente, o que nos reportará a particularidade brasileira.

3.3 Os fundamentos da política social no capitalismo dependente: uma realidade brasileira

A realidade econômica dos países dependentes se caracteriza por medidas que fortalecem e intensificam a desigualdade entre classes, suas ações têm como máxima atender os interesses do capital nacional e internacional, como abordado no capítulo 1. Isto porque a lógica da troca desigual coloca a força de trabalho necessariamente em condições de superexploração, isso significa dizer que para compensar parte do excedente enviado para fora, o capital periférico opta por avançar sobre o fundo de consumo e de vida do trabalhador ou ainda pela violação do seu valor.

Esse mecanismo de maior produção de mais-valia pautado na superexploração da força de trabalho coloca a classe trabalhadora de região periférica numa situação em que há uma tendência crescente do alargamento do pauperismo. Por isso,

[...] a classe trabalhadora na América Latina (que seria o sujeito de direitos num país central) é composta por um expressivo contingente de trabalhadores informais e de desempregados, para os quais não há sequer vínculo salarial formal nem muito menos acesso à proteção social, decorrentes da sociedade salarial. (PAIVA *et al*, 2010, p.11).

Além da superexploração, outra alternativa de compensação da perda decorrente das relações comerciais internacionais é via fundo público, ainda que o recurso que o compõe tenha origem na mais-valia. Nesse contexto, de acordo com Filho (2014), o Estado como

subsidiário no processo de acumulação possibilita a expansão das atividades capitalistas, de forma direta ou indireta. Sobre este aspecto, discorre o autor:

[...] como parte do excedente produzido pelos países dependentes é transferida para os países centrais, há necessidade de o capital compensar esta perda. Uma parcela desta compensação, estruturalmente, é realizada pela superexploração. No entanto, outra parcela é compensada pelo fundo público constituído pelo Estado. Dessa forma, estruturalmente também, há necessidade de o Estado suprir esta demanda do capital, seja para compensar a transferência de valor, seja para subsidiar o processo de industrialização no quadro tardio da expansão das relações capitalistas dos países periféricos. (Ibidem, p. 27).

Esta dinâmica será determinante para a constituição e desenvolvimento das políticas sociais, visto que o lugar que ocupa a periferia no processo global de acumulação capitalista favorece o enxugamento do fundo público para atendimento da reprodução da classe trabalhadora em prol das necessidades de acumulação do capital (Cignoli, 1984).

[...] o quadro exposto aponta para a baixa condição de vida da classe trabalhadora, gerando aumento das necessidades para sua reprodução social, e uma restrição do fundo público para o desenvolvimento de políticas sociais. Consideramos que esses elementos conformam as determinações objetivas centrais que fundamentam a precarização das políticas sociais nos países periféricos. (FILHO, 2014, p. 27)

De acordo com o apontado, nos países de capitalismo dependente o excedente utilizado para as políticas sociais é apenas o necessário para a manutenção da ordem vigente, sem estar adensado, portanto, de necessidades sociais coletivas.

[...] no caso latino-americano [...] a fração do excedente econômico do capital utilizado para sustentar o financiamento das políticas sociais, raramente sobeja o suficiente para contemplar as massas, de modo que se observa a proliferação crescente da pauperização, mesmo sob a dinâmica de certo desempenho econômico favorável. (PAIVA *et al* 2009, p. 12)

Além dessa insuficiência do direcionamento de parte do excedente às políticas sociais, que é própria da performance do capitalismo dependente, temos que sua realização está condicionada a dinâmica do mercado externo, pois a mais-valia obtida internamente se realiza em grande medida na exportação. Ademais, de acordo com Marini (1999), as receitas que advêm dessa relação comercial internacional são em grande parte destinadas a importações. Isso significa que o excedente da periferia sofre ação direta de fatores externos na economia interna.

Esse processo interfere diretamente na conformação das políticas sociais em território dependente que tem sua materialização subordinada às condições econômicas externas. Por isso, o caminho para sua ampliação só pode estar atrelado à ação da luta de classes, exigindo

da classe trabalhadora organização para o enfrentamento político na garantia da sua reprodução via políticas sociais públicas.

Nutridas pela perspectiva da luta de classes, portanto, as políticas sociais revelam-se engrenagens reconhecidamente especiais para democratização dos sistemas de transferências do excedente, por meio das receitas públicas, invertendo o atual fluxo político de exclusivo mecanismo de financiamento da acumulação do capital são transformadas, pela mobilização protagônica da população, em estratégias de expansão das garantias e direitos sociais, numa perspectiva de socialização das estruturas de poder político. (PAIVA *et al*, 2009, p. 15).

Importante salientar que a citação referida é legítima ao reconhecer a importância das políticas sociais na dinâmica de reprodução da força de trabalho e, por isso, devem ser mesmo consideradas objeto central, na sociedade burguesa, do processo de luta da classe trabalhadora. No entanto, não devemos esquecer a contradição inerente a toda e qualquer política social, que mesmo que atenda aos interesses do campo do trabalho, tem como alvo a manutenção do processo de acumulação do capital. Sendo assim, a importância da política social para a reprodução da classe trabalhadora não deve mascarar os limites que lhes são próprios e, por isso, incapazes de mudar o horizonte de suas ações para possibilitar uma democratização da socialização política ou econômica na ordem do capital em prol dos trabalhadores. Vale ressaltar ainda que a citada “democratização dos sistemas de transferências” materializada na política social é condizente nos casos em que se tenham tributos de caráter progressivo.

Posto isso, temos que o surgimento e a consolidação das políticas sociais estão associados à reivindicação da força de trabalho. Nesse contexto, as políticas sociais surgem com papel importante para a garantia das relações capitalistas. Elas representam a resposta do capital diante da necessidade de preservar e controlar a força de trabalho, mantendo assim a perpetuação do sistema. O que podemos apreender desse contexto é que o surgimento da política social tem sua materialização condicionada pela participação do Estado no processo de acumulação de capital e pela luta de classes.

Ao tomarmos como fundamento teórico a perspectiva da dependência, temos que a política social no capitalismo dependente tem uma representação diferente daquela prevista nos países de capitalismo central. Isso significa dizer que o papel da política social constituída nos países centrais é de manter a coesão social, contribuir para a organização do mercado capitalista e ampliar as possibilidades de participação dos trabalhadores como consumidores. Este último aspecto determina uma das diferenças do papel de tais instrumentos nas economias dependentes, diante de seu caráter exportador, onde a força de trabalho não participa do processo de circulação de mercadorias, visto que esses países realizam o processo

de acumulação de suas produções majoritariamente no mercado externo. Dizendo de outra forma, a economia periférica tem como incremento principal a produção de matérias-primas a serem exportadas para atender as necessidades produtivas dos países centrais. Nesse sentido, não há um incremento industrial amplo para atendimento do mercado interno produzindo mercadorias para serem realizadas na dinâmica de consumo da força de trabalho interna. O processo de circulação de mercadorias produzidas internamente para a satisfação e consumo da classe trabalhadora periférica, não é o que dá o tónus, o que impulsiona, a economia periférica.

Outro elemento importante para a análise da política social na periferia se dá pela relação/articulação dessas iniciativas com o mercado formal de trabalho. Os diversos sistemas de proteção social, representação de um conjunto articulado de políticas sociais, tem como eixo central a contrapartida da contribuição que perpassa necessariamente pela inserção laboral formal. Como exposto no primeiro capítulo do presente estudo, o capitalismo dependente tem como cerne de produção da mais-valia a superexploração associada à dinâmica de grande parte da força de trabalho disponível estar subjugada à informalidade, precarização, desemprego.

[...] na medida em que a maioria da força de trabalho na América Latina é submetida à superexploração, os direitos sociais a ela destinados só podem corresponder a esquemas próprios. Ao contrário das configurações diretamente contributivas, conforme os modelos clássicos das sociedades que experimentaram o pleno emprego ou que se encontram no centro do mercado mundial. A América Latina possui cerca de dois terços da sua força de trabalho submetida à informalidade, desemprego estrutural alto, salários baixíssimos. (PAIVA; OURIQUES, 2006, p.169)

Diante de tal narrativa, cabe refletir sobre a ocorrência de políticas não contributivas na periferia e no centro. Nesse caso, sabemos que umas das políticas sociais que não prevê a contribuição é a assistência social que, historicamente, é direcionada àqueles que, em tese, não possuem capacidade laborativa: idosos, crianças, deficientes. Isso significa que na ordem burguesa, considerando a fase monopolista do capitalismo, a compreensão de assistência social, num primeiro momento, se restringe a ações direcionadas aos indivíduos incapacitados para o trabalho. Sendo assim, a assistência social será direcionada àqueles cuja situação específica e pessoal impede o desenvolvimento do trabalho como forma de obter sua sobrevivência na sociedade. Isso de forma geral, já que na dinâmica periférica observa-se a participação desses segmentos considerados incapazes ao trabalho desenvolvendo atividades laborais (conforme destacamos no capítulo 1 a longa permanência de idosos no mercado de trabalho nos países periféricos).

Sendo assim, as diferentes conformações dos Estados Sociais dos países centrais construíram suas políticas sociais no período “glorioso” do capitalismo visando uma perspectiva universalizante de acesso. Nesse contexto, coube a assistência social o papel de atender os cidadãos não cobertos pelas políticas que tinham seu acesso vinculado a inserção laboral, ou seja, incumbiu à iniciativa atender aos indivíduos que não podiam se inserir no mercado de trabalho, que naquele contexto – pós Segunda Guerra Mundial – era acessível praticamente a todos os trabalhadores, pois o Estado naquele momento adotara como uma de suas muitas ações interventivas a política do pleno emprego.

No conjunto de respostas forjadas à crise do modo de produção capitalista, que dá sinais do fim do pacto keynesiano-fordista já no fim dos anos de 1960, destaca-se o neoliberalismo e suas implicações para a política social. Nesse sentido, vive-se um período de desmonte da perspectiva do pleno emprego nos países centrais, incorrendo em mudanças para a dinâmica das políticas sociais e para o mundo do trabalho.

A nova conformação do mercado de trabalho fundamentada na flexibilização das relações trabalhistas resulta na redução de direitos e na ampliação da precarização, impondo um novo caráter ao público alvo da assistência social nos países centrais. Dessa forma, a assistência social, num aperfeiçoamento as novas necessidades de acumulação do capital, passa a atender aos indivíduos com vínculos de trabalho precários, trabalhadores informais ou com salários insuficientes, e desempregados.

Na periferia, particularmente no nosso país, a conformação histórica da assistência social também está baseada no atendimento aos considerados formalmente inaptos ao trabalho. No entanto, há toda uma especificidade na constituição das políticas sociais brasileira que divergem temporalmente dos países centrais, assim como seus atributos gerais, visto que o desenvolvimento do modo de produção capitalista em solo periférico é diverso daqueles países, como já foi assinalado. Além disso, há toda uma cultura política nacional que irá determinar a conformação das políticas sociais no Brasil.

Considerando a particularidade brasileira, a assistência social tem suas protoformas determinadas por ações referenciadas na benesse, filantropia e caridade, mesmo no período considerado monopolista, pois estas compõem o conjunto de particularidades da cultura política brasileira. Nesse sentido, durante muito tempo, a assistência social no Brasil esteve atrelada à caridade e à solidariedade, mesmo quando já contava com o financiamento e a normatização do Estado (isso a partir do período Vargas).

A perspectiva caritativa e filantrópica nas iniciativas da assistência social promove o distanciamento de suas ações da lógica do direito de cidadania. De acordo com Boschetti (2003), explicam o desenvolvimento tardio³³ da assistência social no Brasil com perspectiva de direito: a subordinação aos interesses clientelistas dos governantes que viabilizavam as subvenções³⁴ públicas fazendo uso privado do público (recursos e/ou instituições); a implementação das ações assistenciais em função dos interesses político-econômicos dos governos; caráter das práticas assistenciais (assistemáticas e descontínuas); o reforço da confusão entre os conceitos de assistência e filantropia devido à opacidade das relações entre o público e o privado; a manutenção da assistência como dever moral submetida a interesses clientelistas e paternalistas; e o caráter antidemocrático e antipopular da burguesia e classe média brasileira.

O período de democratização não muda a característica clientelista da assistência social, continuando a ser alvo de ações de corrupção e apadrinhamento. A mudança de *status* de ação assistencialista para política pública com caráter de direito social só ocorreu com a aprovação da Constituição Federal de 1988, entretanto não abandonou por completo o legado da base filantrópica.

A promulgação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) e todos os demais avanços complementares já decorrentes da virada do século, ainda não foram suficientes para que a política de assistência social pudesse ter seu caráter de direito consolidado, desvencilhando-se das amarras do passado. Ainda hoje, as iniciativas, por mais que se configurem uma ampliação e maior acessibilidade, são fundamentadas na seletividade e condicionalidade. Possuem características emergenciais e focalizadas, exigindo dos usuários comprovações de sua condição de vulnerabilidade, o que leva a estigmatização e ao constrangimento, uma vez que as instituições ainda têm suas ações pautadas num julgamento moralista e valorativo em relação ao público alvo das medidas assistenciais.

[...] a LOAS continua distante de sua efetivação, sem consolidar direitos permanentes para o conjunto da sociedade. O disposto constitucional não foi incorporado na dinâmica dos organismos responsáveis, que não conseguiram lhes dar forma e concretude, seja na área estatal ou privada – o que parece ficar a cada dia mais distante. (MESTRINER, 2011, p. 303).

³³ O primeiro passo que demarca a tentativa de reconhecimento pelo Estado brasileiro da assistência social ocorre no governo de Getúlio Vargas, através da formalização do Conselho Nacional de Serviço Social (CNSS), em 1938.

³⁴ A ação do Estado brasileiro em prol da assistência social é, principalmente, por intermédio de subvenções a entidades filantrópicas e organizações sociais. O CNSS, primeira iniciativa que prevê a participação do Estado brasileiro no trato com a assistência, tinha como principal tarefa o controle da emissão de subvenções. Para aprofundar essa discussão ver Mestriner (2011).

Ações de instituições filantrópicas ainda hoje se utilizam de recursos do fundo público, sendo este um elemento que é aprofundado pelo neoliberalismo, para executar suas iniciativas, uma vez que a política de assistência social conta em grande medida com o apoio de entidades privadas para execução das suas atividades, tendo o Estado como gerente e fonte de investimento, o que acaba por colaborar com a permanência da benemerência e do apadrinhamento para as ações da política.

Desse modo, o *status* de política pública dado à assistência social não lhe conferiu força suficiente para consolidar mudanças que resultem em plena ruptura com suas características primárias baseadas na prevenção, integração e proteção oferecidas por entidades de caráter privado, se consolidando como uma prática benemerente. E estes são os atributos a serem considerados quando se busca a laicização das ações assistenciais. Assim, as

[...] características constitutivas da assistência foram modeladas com base na concepção e na prática cristãs de caridade e mesmo sua passagem para a gestão laica, ao assumir *status* de política pública e direito social, não significou uma ruptura completa com tais critérios, que continuam presentes em muitas ações assistenciais (BOSCHETTI, 2003, p. 51).

Na periferia, a política de assistência social tem como objetivo o combate da pobreza considerada extrema, de forma arbitrária a partir da definição de linhas de pobreza e indigência. Nesse sentido, o cálculo que define a condição de pobreza é estabelecido através da manipulação de variáveis (e, principalmente, quando não exclusivamente, a renda familiar), uma característica típica da lógica instrumental da sociabilidade burguesa.

A dinâmica do capitalismo dependente guarda desde sempre para os trabalhadores periféricos relações de trabalho fundamentadas majoritariamente na informalidade, tendo como elemento definidor a superexploração. Desse modo, a assistência social na periferia se torna alternativa para a reprodução não só dos inaptos ao trabalho, mas também aos precarizados, desempregados, informais, dentre outras manifestações associadas a nova dinâmica das relações de trabalho.

Posto isso, podemos concluir que, na contemporaneidade, periferia e centro convergem no que diz respeito ao público alvo da assistência social. A lógica que vem permeando o atendimento das necessidades de reprodução da classe trabalhadora via políticas sociais é a mesma em todo o globo, dado que a crise do modo de produção é de caráter estrutural e as saídas para sua atenuação são as mesmas. Assim, não é incompatível com a dinâmica do centro do capitalismo até mesmo a superexploração da força de trabalho,

associado com as novas conformações das relações de trabalho definidas pelo aprofundamento da precarização.

No entanto, o que diferencia as duas realidades, central e periférica, é que a superexploração é uma condição *sine qua non* ao desenvolvimento do modo de produção capitalista na realidade dependente. A superexploração é estruturante do capitalismo periférico e não consequência de resposta da crise do modo de produção, como ocorre no centro. Além disso, a assistência social passa a ter um peso significativo na reprodução da classe trabalhadora periférica, mesmo para aqueles inseridos numa relação laboral. Associado a este elemento temos que o emprego precário e informal são quem dão a órbita à dinâmica do mercado de trabalho no Brasil e em toda a realidade dependente.

Ter a economia voltada às necessidades do mercado externo, não projeta para a classe trabalhadora local a necessidade de sua participação via consumo no processo de circulação de mercadorias. Ou seja, o consumo da força de trabalho não colabora majoritariamente na realização da mais-valia da produção interna, por isso, à política social em solo periférico tem como função primeira a manutenção orgânica da classe trabalhadora para garantir mão-de-obra mínima para o capital. Na periferia, produção, circulação e consumo de mercadorias estão dissociados/desarticulados.

Tal relação permite ao capital periférico o desinteresse na garantia do consumo em massa da classe trabalhadora dessa região do capitalismo mundial, porque a realização do seu excedente ocorrerá no mercado externo, afirmando assim o típico movimento de uma economia de caráter agrário-exportadora e desindustrializada. Não por acaso, os direitos sociais aqui são qualificados como “gasto” e não investimento como nos adverte Paiva e Ouriques (2006, p. 172).

Mesmo no Brasil, onde o desenvolvimento capitalista atingiu estágio mais avançado, quando comparado aos demais países, as tendências para o fortalecimento de uma economia exportadora confirmam o que tem sido uma regra muito mais intensa nos países de desenvolvimento relativo menor, como os centro-americanos, por exemplo. Em suma, a atual fase de acumulação de capital na periferia capitalista latino-americana indica de maneira clara que o mercado interno perde dinamismo para o mercado externo, razão pela qual os direitos sociais são considerados como “custos” e necessitam, portanto, desaparecer.

Por isso, a superexploração é quem dá o sentido da relação capital-trabalho na periferia, articulada a uma estrutura fundada no desemprego, precarização, informalidade e baixos salários. No capitalismo dependente é possível extrair desde sempre, como lógica inerente ao seu modo de ser, o fundo de vida do trabalhador porque é isto que interessa para garantir as taxas de acumulação.

[...]Enfim, para a grande maioria da população, pobreza e miséria vêm acompanhadas da omissão do Estado, expressa, sobretudo, na ausência de políticas sociais, ou, na maioria das vezes, num tipo determinado de política social, cujo horizonte não pode ser pretensioso em termos sociais e políticos e no qual todo radicalismo deve ser combatido, seja em termos da composição do gasto social seja em função da dimensão emancipadora que elas poderiam conter. (PAIVA; OURIQUES, 2006, p. 172).

Cabe destacar que a omissão estatal referenciada no trecho é interpretada por nós como aquela que diz respeito ao atendimento das necessidades cotidianas da classe trabalhadora além de sua reprodução orgânica. Ademais esse aspecto, o Estado se mostra atuante diante da repressão perpetrada a este contingente populacional e o papel relevante que cumpre para o próprio processo de acumulação capitalista.

Historicamente, a expansão das políticas sociais está associada à fase monopolista do capitalismo, momento em que o Estado amplia suas funções econômicas, políticas e sociais, como vimos sinalizando até então. A conjuntura que marca o surgimento das políticas sociais é determinada pelo poder reivindicativo da classe trabalhadora no que tange ao reconhecimento da questão social por parte do Estado não só como aparelho repressivo. As políticas sociais, portanto, podem ser consideradas como desdobramentos das demandas e lutas sociais. Associadas ao atendimento das demandas do trabalho, elas também asseguram a reprodução do capital como um mecanismo de manutenção das condições necessárias à acumulação.

No capitalismo dependente, as políticas sociais também estão associadas à reivindicação da classe trabalhadora; no entanto, esse mecanismo não representa um pacto entre burguesia e proletariado nos moldes apresentados no contexto do Estado Social dos países centrais. Não por acaso, mesmo sob a fase monopolista do capitalismo, a periferia mantém a lógica da pauperização fundamentada na dependência e na superexploração da força de trabalho (PAIVA; OURIQUES, 2006).

Por esse motivo, o modelo de política social adotado na periferia é insuficiente para suprir parcela das necessidades das massas pauperizadas, mesmo em contextos em que a economia demonstra tendências de crescimento. Essa dinâmica se dá, como assinalamos linhas atrás, pelo fato da mais valia produzida na periferia ser realizada no mercado externo.

[...] ainda que se obtenha no interior da economia, a mais-valia se realiza na esfera do mercado externo mediante a atividade de exportação e se traduz em receitas que se aplicam, em sua maior parte, em importações. A diferença entre o valor da exportação e das importações, isto é, o excedente aplicável, sofre, pois, a ação direta de fatores externos à economia nacional. (MARINI, 1999, p.115)

No capitalismo dependente, a forma do Estado garantir a reprodução das classes subalternas tem particularidades. A formação dos Estados nacionais independentes ocorre de forma parcial, visto que há um rompimento formal com a relação de dependência no que diz respeito à esfera política desses estados. Eles se tornam formalmente independentes e soberanos, mas não rompem com a dependência estrutural que está na raiz das suas formações. Constrói-se formalmente uma concepção de nação autônoma, mas na prática os países periféricos mantêm uma relação de subjugação em relação aos países centrais na dinâmica das relações comerciais quando mantêm seu braço econômico priorizando as demandas do mercado externo (VITORINO; MATOS, 2015).

Com um Estado Nacional independente sob tutela econômica das necessidades do capital externo articulado à função que cumpre para manter os privilégios da burguesia local, resta à classe trabalhadora uma atuação estatal fundamentada na coerção e repressão.

Esta situação não impede, no entanto, que as políticas sociais se constituam como resultado da luta de classes também na periferia. Apesar disso, tomando como exemplo o caso brasileiro, de acordo com Vitorino e Matos (2015), a conquista de direitos em resposta às demandas dos movimentos trabalhistas está associada a uma conjuntura de restrição de direitos políticos e civis e, por isso, a pauta atendida era basicamente de direitos trabalhistas e previdenciários. Este contexto coincide com a necessidade de legitimação das classes dominantes, não por acaso os momentos de expansão das políticas sociais no Brasil se combinam com os períodos ditatoriais (1937-1945 e 1964-1984).

No contexto da dependência, portanto, as políticas sociais para se consolidarem dependem de um poder organizativo peculiar da classe trabalhadora, porque além de não contar com um pacto entre classes sociais no modelo dos países centrais – em que se tem garantido os meios necessários à reprodução da força de trabalho de acordo com o seu valor histórico-moral associado à perspectiva do pleno emprego –, ela precisa romper com o caráter de não direito presente nas iniciativas estatais. Essa característica de não direito das ações estatais no que diz respeito ao trato com o social decorre da herança paternalista atribuída historicamente ao Estado que coloca a política social numa dinâmica de merecimento e associa os problemas sociais a limitações do indivíduo.

A organização coletiva dos trabalhadores na periferia encontra limites visto que o atributo autocrático é estruturante de seus estados nacionais, por isso, o tratamento dado pelo estado às refrações da “questão social” é repressivo. O caráter de democracia restrita, que impede/limita a organização coletiva dos trabalhadores é mais um obstáculo no horizonte da

conquista de direitos da força de trabalho periférica, para além das condições definidas na relação capital trabalho. Diante desse contexto, lutar por políticas sociais amplas, de caráter não emergencial, esporádico e paliativo, pode ser um caminho para consolidar o poder organizativo dos trabalhadores sob a égide do capitalismo dependente³⁵.

Acompanhando esta linha de raciocínio em que a democracia na periferia tem um caráter restrito, visto que sua trajetória social e histórica é constituída de amplos períodos de autocracia, visando à garantia dos interesses das burguesias nacionais e internacionais em prejuízo das necessidades coletivas, temos o que Marques (2018) denomina de “cultura autocrática”. Esta é definida pela autora como expressão política da dependência, resultante da necessidade “[...] de autoprivilegiamento e autoproteção burguesa que, em nome da estabilidade política, estatiza a violência sistemática contra os de baixo” (Ibidem, p. 4). De acordo com a autora, a “cultura autocrática” está alicerçada, na atualidade, na manutenção da relação de dependência (o que representa o papel que as economias dependentes ocupam na divisão internacional do trabalho) e, no âmbito político, a reciclagem do “período contrarrevolucionário” que expressa não só controle sobre a força de trabalho, mas também a manutenção da superexploração.

Vieira (2007) compartilha da ideia restritiva de democracia no contexto do capitalismo dependente ao denominar o chamado “estado de direito democrático” próprio dos anos de 1990, que tem como característica uma democracia de caráter liberal. Nesse formato de Estado, a democracia possui um caráter formal, o que dificultaria, segundo o autor, uma perspectiva que materialize direitos sociais. É própria, portanto, de sociedades pouco democráticas em que a autocracia está presente na prática política e na cultura.

As autocracias no capitalismo dependente não possuem um caráter transitório, como acontece na dinâmica dos países centrais, porque foi uma saída encontrada pela burguesia periférica para garantir suas particularidades, sem precisar fazer concessões a classe trabalhadora associada à obrigação de atender as demandas externas. A “cultura autocrática” expressa a democracia restrita presente na periferia, o que justifica a natureza autocrática do Estado nessas regiões.

Não por acaso, o Estado autocrático se consolida em contextos em que a classe trabalhadora demonstra insatisfação diante da sua existência social, o que pode criar

³⁵ Sobre as ideias de “Democracia restrita” e “Autocracia burguesa” ver: FERNANDES, Florestan. **A Revolução Burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. 5ª ed. São Paulo: Globo, 2005.

possibilidades para sua organização coletiva resultando numa maior autonomia e reconhecimento da estrutura classista da sociedade capitalista.

Outro desencadeador da face autocrática dos Estados de caráter dependente são as crises cíclicas e estruturais do modo de produção capitalista, momento em que a burguesia demanda a garantia da sua taxa de acumulação crescente junto ao Estado o que tem resultado na apropriação quase que exclusiva do fundo público, tendo como resultado um maior aprofundamento do pauperismo.

O que se apresenta aqui é a nossa peculiaridade: uma democracia e cidadania de essência flexível, facilmente enrijecidas. A flexibilidade desta democracia detém o seu limite no cerne da dependência, quando o escasso excedente destinado ao consenso entre classes demonstra-se insuficiente. Podemos citar dois fenômenos aqui implicados: no momento em que a ação da classe trabalhadora expressa um caráter autônomo e não cooptável, cujas requisições confrontam-se diretamente com a sua condição de superexplorada. Ou, em períodos de crise cíclica do capital, quando a burguesia demanda uma maior apropriação de mais-valia e, conseqüentemente, também do fundo público, inviabilizando concessões aos de baixo e tornando descartáveis as alianças com setores colaboracionistas dos trabalhadores. (MARQUES, 2018, p. 7).

O Estado na sua configuração autocrática também atua como agente da expansão e organização do modo de produção capitalista, expressando uma forma que está diretamente relacionada às determinações históricas e estruturais que o engendrou. Por isso, o Estado da realidade dependente possui uma particularidade imposta por essa dinâmica, que resulta na engrenagem da condição de dependência e da superexploração, tendo como expressão uma soberania limitada diante dos países de capitalismo central. Nesse sentido, discorre Paiva *et al* (2018, p. 13):

[...] as determinações do Estado com economia dependente são marcadas por relações desiguais que implicam em limitação de exercício de soberania nacional, cujo Estado está condicionado a atender aos interesses das classes dominantes dos países centrais, assim precisa atender a dubio interesse, as burguesias nacionais e as internacionais, o que implica em debilidades estruturais para uma formação sociopolítica liberal-democrática, exigindo a formação de um Estado de cariz autoritário.

A relação de subsoberania em relação aos países centrais leva o Estado do capitalismo dependente, marcado pelo autoritarismo ou pela democracia, a colaborar para a devastação do próprio território, com medidas que atacam os interesses internos não burgueses seja na opressão ao próprio povo, na entrega das riquezas naturais ou na aceitação de relações comerciais desiguais.

A condição de inserção da periferia no processo global de acumulação capitalista articulado a natureza cultural autocrática do Estado acometido por esta realidade define o

caráter da política social para estas regiões. Mesmo em contextos em que se instalam democracias, a presença autoritária permanece e os direitos mantêm um caráter individual pontual e esporádico, associando as necessidades do capital com uma oferta de serviços limitada à população pobre.

São sociedades que passam por sérias transformações econômicas, que as levaram [...] a uma política econômica com política social direcionada a cuidar momentaneamente de indigentes, de maneira focalizada, dispersa e seletiva. [...] em si revelam somente pretensões de uma política social. [...] Então, no quadro latino-americano, essas transformações econômicas, relacionadas com políticas econômicas, em geral carecem de políticas sociais, embora ocorram na vigência do estado de direito. Porém, ele não mobiliza a sociedade em função de serviços sociais e nenhuma democracia se sustenta por muito tempo, sem o mínimo de democratização da sociedade. (VIEIRA, 2007, p. 104).

A partir da dissertação do autor, nos cabe refletir sobre o que de fato representa a política social na periferia, se ela é de fato um caminho de garantia de direitos ou se funciona como mecanismo apenas pontual e emergencial. Não temos dúvidas de que os direitos sociais de cidadania, que se materializam via política social, não nos livra dos marcos da sociedade burguesa e, por isso, representa limites à emancipação humana. No entanto, nos marcos do capitalismo, a política social que vem a materializar esses direitos sociais deve ter no seu bojo um caráter minimamente universalista, que tenha como propósito a garantia da reprodução da força de trabalho considerando seu valor histórico moral, que claro não livra os trabalhadores da exploração própria desse sistema, mas lhes garante o essencial para a existência cotidiana que vá além da mera reprodução orgânica.

As iniciativas que representam a política social periférica vêm com um leque ainda maior de contradições, se sustentando numa lógica em que seu objetivo além de não alcançar a massa, promove ações de caráter não contributivo que selecionam o mais miserável dos miseráveis. Representa e fortalece, portanto, a amálgama de desigualdade e concentração de riquezas intrínseca ao modo de ser do capitalismo periférico e dependente. “[...] a política social configura-se impossível às condições de existência humana na América Latina. [...] A política social, possível aos latino-americanos, não pode causar danos à população, nem a amargar e lhe roubar a vida.” (VIEIRA, 2007, p. 110).

Dessa forma, temos que o caminho para a inversão do processo de exploração próprio do capitalismo dependente, a superexploração estruturante da dinâmica do funcionamento do modo de produção na região, é a radicalização democrática em que se tem a busca pela ruptura da “cultura autocrática” que sinalizamos linhas atrás.

Permitir o acesso dos trabalhadores a esfera política pode ser uma estratégia que possibilite o acesso não só a disputa pelo excedente, mas também a aquisição do usufruto das riquezas produzidas coletivamente. Ao analisar a relação do desenvolvimento do capitalismo brasileiro no século XX e a relação do Estado com a força de trabalho, Cignoli (1984, p.13) destaca:

O Estado intervém no processo de acumulação dando prioridade à criação e ampliação das condições gerais da produção (meios de circulação social: sistemas de transporte, comunicações, finanças), relegando a segundo plano os meios de consumo coletivo. A ação do Estado é coerente com a dialética interna das forças sociais e, portanto, com os níveis de organização e de reivindicação da força de trabalho.

Na periferia, o processo de organização da classe trabalhadora tem particularidades que serão determinantes para o jogo político das forças sociais. Tomando como exemplo o caso brasileiro, que compõe nosso objeto de estudo, sabemos que a inserção política da classe trabalhadora se dá com o controle do Estado sobre os sindicatos e, nesse contexto, os direitos sociais via políticas sociais têm um caráter seletivo, ao atender apenas aqueles com emprego formal, ou seja, um contingente ínfimo da população nos contextos ditatoriais. O processo de democratização consolidado na Constituição de 1988 ao prever e efetivar a Seguridade Social, mesmo com limites, prevê ações voltadas ao atendimento dos trabalhadores que estão fora do mercado formal de trabalho, o que confere uma perspectiva de universalidade. No entanto, nesse sistema, diante da ofensiva do ideário neoliberal desde a década de 1990, tem crescido a mercantilização e financeirização das políticas de seguridade.

O ingresso das classes trabalhadoras no cenário político se fez viável com base, principalmente, nas práticas de cooptação, que foram estabelecidas por meio da incorporação controlada dos setores populares a um sistema econômico que se moderniza, sob o signo da exclusão social e do elitismo político. As políticas sociais daí resultantes ocorrem em uma rede burocrática clientelista que instrumentaliza a cooptação e potencializa a corrupção. (CASTRO, 2009, p. 87).

Associado a esta particularidade temos a diferença do valor da força de trabalho no Brasil, e nos demais países dependentes, que se situam muito abaixo do valor atribuído a classe trabalhadora dos países centrais. Além disso, uma característica estrutural da dinâmica de desenvolvimento do capitalismo na realidade periférica é a desigualdade abissal entre as frações de classe existentes.

Nesse contexto, ao tomarmos como parâmetro o Brasil, de acordo com Cignoli (1984), a industrialização tardia tem um efeito significativo no baixo preço da força de trabalho brasileira. A transferência do capital constante obsoleto das economias centrais, adquiridos pelos países periféricos em processo de desenvolvimento industrial, como é o caso brasileiro

naquele momento, acaba por queimar etapas no processo de reprodução do capital. Uma dessas etapas é a que extingue a espera do aumento do valor da força de trabalho criando a necessidade de transformações tecnológicas visando a sua economia. Esta é a justificativa do autor para a distância entre os rendimentos do capital e do trabalho. Para inverter tal dinâmica seria necessário o aumento da demanda da força de trabalho exponencialmente maior que a oferta.

Diante disso, o que se tem no período de expansão industrial brasileira é o enxugamento do valor da força de trabalho, o que nos sinaliza um incremento na exploração do trabalhador, em que se tem um aumento da produtividade do trabalho acompanhado da redução do salário real.

O outro recurso sobre o qual se apoiará o esforço de acumulação será o aumento da taxa de exploração da força de trabalho. A análise das relações entre salário real e o custo da reprodução da força de trabalho urbana durante esse período, que se caracteriza por uma intensa migração campo-cidade, fundamenta esta afirmação. O crescimento da produtividade industrial não determinou um aumento progressivo do salário real. (CIGNOLI, 1984, p. 25).

O autor traz uma conclusão interessante na relação entre trabalho informal e a taxa de salário mínimo, defendendo que a informalidade não é o fator que determina a queda do valor da força de trabalho. Se valendo de alguns estudos da década de 1970, em que se constata um momento do desenvolvimento econômico brasileiro, o autor demonstra que os trabalhadores informais compõem a estrutura da dinâmica econômica do capitalismo do país, no entanto, sua existência não influenciaria no não crescimento das taxas do salário mínimo. O que determinaria essa dinâmica seria mesmo a grande oferta de mão de obra e a opressão diante das lutas sociais, que seria o vetor possível de disputa pela alteração da política de preço do valor da força de trabalho. É a luta da classe trabalhadora organizada que possibilita a alteração da estrutura de desigualdade e pobreza.

É dentro do âmbito geral da luta social pela divisão do produto que a relação entre o excedente de mão-de-obra e a taxa de salários volta a ter sentido. O excedente (*surplus*) de mão-de-obra enfraquece o poder de negociação da classe operária. Mas esta interpretação difere totalmente daquela que atribui às formas não-capitalistas o poder de determinar o salário de base para o conjunto do sistema. (CIGNOLI, 1984, p. 39).

Diante do exposto até aqui, é possível considerar que a ampliação da democracia visando romper com o viés autocrático do Estado brasileiro e dependente associado a estratégias para organização coletiva dos trabalhadores são os principais eixos para materialização dos direitos sociais, via políticas sociais, de caráter público e universal. Esses instrumentos são capazes de viabilizar o caminho para a disputa do excedente visando atender

as necessidades coletivas da classe trabalhadora, possibilitando o acesso a serviços que garantam o necessário ao cotidiano desse grupo social, que hoje é acometido por uma realidade que, muitas vezes, não lhes resta nem o necessário à sua manutenção orgânica.

No entanto, o acirramento da democracia associado a organização política coletiva dos trabalhadores não deve estar desarticulado da natureza econômica e social, que materializa o modo de produção capitalista. Isso significa dizer que o fator econômico, o que inclui o processo global de acumulação do capital, é um elemento crucial para alterações no processo de distribuição do excedente. Para que as políticas sociais tenham uma funcionalidade de atendimento das necessidades cotidianas da força de trabalho há que se articular estratégias de cunho político e econômico. Ao considerarmos as particularidades política e econômica do contexto periférico é possível superar as análises que tem como referência a realidade dos países centrais, possibilitando a criação de alternativas que comportam as demandas e necessidades próprias do capitalismo dependente.

Diante disso, o parâmetro de política social que vem sendo adotado na periferia atualmente tem um caráter esporádico e emergencial, visando atender as necessidades orgânicas da massa dessa força de trabalho, possibilitando sua inserção precária na estrutura formal ou informal do mundo do trabalho e/ou administrando expressões do pauperismo. Uma das iniciativas públicas que responde a esta necessidade é a política de assistência social que assume configurações estruturais diversas na periferia ao acoplar na sua rede de possíveis usuários os sujeitos que possuem capacidade laborativa que estão desempregados, empregados ou subempregados.

O que queremos chamar a atenção é que as iniciativas públicas de assistência social no capitalismo dependente – também nos países centrais - é instrumento de política social, mesmo aquelas inseridas à dinâmica do trabalho formal, demonstrando a insuficiência do valor pago à força de trabalho na periferia. Essa seria, portanto, uma tendência do capitalismo sob a égide neoliberal. Além disso, cabe refletir sobre a centralidade que a assistência social assume no Brasil como estratégia de combate a pobreza quando o Partido dos Trabalhadores assume o governo. Para tal análise e percepção discorreremos no item seguinte as principais características da política social dos governos petistas.

3.3.1 A política social do governo do PT

Neste ponto, a proposta é desenvolver o caráter da política social nos governos do Partido dos Trabalhadores (PT) no âmbito federal, visto que é sob esta gestão que se constitui a PAS, instrumento normativo aprovado que normatizou o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), objeto de análise deste trabalho. A análise buscará como horizonte uma perspectiva crítica sobre a composição e direção da política social nesse período, tendo como fundamento de construção teórica o modo de produção capitalista a partir do olhar da tradição marxista.

Posto isto, antes de adentrarmos no período da gestão petista, convém discorrer brevemente acerca de alguns elementos da conjuntura social e política do capitalismo periférico que vão influenciar no horizonte da política social brasileira no século XXI.

O cenário que compõe o período da contrarreforma do Estado no Brasil, durante os anos de 1990, revela uma realidade de intensificação da pauperização para o cotidiano da classe trabalhadora. Nesse sentido, assistimos a acentuação das contradições sociais próprias do modo de produção capitalista em que se tem um aprimoramento do desenvolvimento das forças produtivas acompanhado do acirramento da miséria.

Dito isso, pode-se declarar que as saídas encontradas para dar conta do painel social descrito têm como objetivo obscurecer as expressões dos fenômenos do desemprego e pauperismo, necessários a atual dinâmica do sistema que, por sua vez, inclui a participação da força de trabalho. Isso significa que, de modo aparente, para atender as necessidades da força de trabalho incluída na dinâmica do sistema, mas impedida de ter sua reprodução garantida diante do desemprego estrutural, cria-se instrumentos paliativos de combate à pobreza como forma de, no imediato, administrar as contradições inerentes à dinâmica de reprodução do capital.

Ao entendermos que pauperismo e desemprego são fenômenos inerentes ao funcionamento do capitalismo, temos que no estágio contemporâneo deste modo de produção, os elementos utilizados para a superação das suas crises cíclicas têm como contrapartida o acirramento das contradições sociais que lhe são próprias.

A dinâmica de empobrecer e alienar os trabalhadores diante da riqueza social que eles produzem é uma das características fundamentais do modo de produção capitalista. [...] para garantir a sua reprodução, o capital busca incessantemente por uma valorização do dinheiro adiantado, uma mais-valia ilimitada, através do emprego e ampla incorporação da força de trabalho à sua lógica. De outro lado, o impulso da mais-valia relativa, incrementado pelos constantes investimentos em tecnologias, novos maquinários e novos métodos de organização da produção, induz ao capital a negar relativamente o potencial do trabalho e criar para si uma imensa reserva de força de trabalho sempre disponível. (MARANHÃO, 2010, p. 42).

A década de 1990 representa, portanto, o retrocesso da conquista de direitos como resultado da luta de classes, quando o capital, visando garantir uma tendência crescente das suas taxas de lucro, promove uma reestruturação do capitalismo na periferia. Esta reestruturação prevê a intensificação das suas contradições sociais mundialmente via orientação neoliberal política, econômica e socialmente. Essa dinâmica tem como agenda principal a privatização, o que mercantiliza serviços públicos, criando novos nichos de acumulação para o grande capital. Libera-se, portanto, nessa atividade, ativos públicos para serem reinvestidos no circuito privado de mercadorias.

Nesse processo de reestruturação, no que tange a classe trabalhadora, temos a intensificação das formas de extração de mais-valia associada ao barateamento da força de trabalho e a ampliação da superpopulação relativa. “[...] a reestruturação capitalista, além de liberar ativos de capital para serem reinvestidos, tem desenvolvido mecanismos de expulsão da força de trabalho e criado novas formas de integração desses trabalhadores excedentes.” (MARANHÃO, 2010, p. 50).

De acordo com Almeida (2008), outro fenômeno que colabora para as mudanças nas relações do mundo do trabalho no capitalismo contemporâneo, visando a expansão da acumulação, associado à consolidação do neoliberalismo é a globalização. A globalização da economia, de acordo com a autora, desconstrói o direito ao trabalho como bem político construído socialmente, ou seja, como elemento social que deve contemplar a todos os cidadãos. O esfacelamento do direito ao trabalho, nesse sentido, colabora para provocar o desmonte da seguridade social via mercantilização de bens e serviços públicos.

A alteração do direito do trabalho enquanto bem político social, coopera politicamente para a adoção de uma relação no âmbito do mercado de trabalho determinada pelo desemprego estrutural, pela precarização e informalidade. “[...] pensar o processo de globalização como acontecimento responsável pelo deslocamento do círculo virtuoso do capital, para o círculo vicioso em cujo interior se esfacela o direito ao trabalho como bem político construído socialmente.” (ALMEIDA, 2008, p. 24).

A globalização atinge a periferia, visto que a expansão das fronteiras dos estados nacionais reforça a relação imperialista. A globalização representaria assim, mais do que a ampliação das fronteiras territoriais, incluindo o controle político de um Estado nacional sobre o outro, o que pretere e desconsidera as condições locais e particulares em prol do disfarce de uma universalidade de valores que aparentemente promovem a igualdade mundialmente. Como destaca a autora, “[...] o processo de aproximação-separação entre os Estados

Nacionais que, operando uma internacionalização econômica, reforçam os padrões históricos de dependência e dominação vigentes entre uns e outros, ao longo de todo o processo de desenvolvimento do capital.” (Ibidem, p. 29).

O final do século XX e o início do século XXI, demarcados pela globalização e adensamento da perspectiva neoliberal, guarda para a classe trabalhadora a acentuação da miséria e da barbárie social e, por isso, para manter o controle sobre esse grupo populacional e garantir a estratégia de manutenção dos lucros do grande capital os organismos internacionais passam a pensar em alternativas políticas de contenção das contradições sociais promovidas pela própria dinâmica do modo de produção capitalista. Para tanto, era necessário que os Estados criassem instrumentos de gerenciamento da pobreza, ou seja, instrumentos paliativos de combate à miséria sem mudar a dinâmica de pauperização adquirida pela acentuação de formas precárias de inserção no mercado de trabalho fundamentadas não só no rebaixamento do valor da força de trabalho, mas também na informalidade e na precarização dos contratos de trabalho. Esse movimento expressa a capacidade do neoliberalismo se reinventar ao longo dos anos para não colocar em xeque o processo de restauração do capital.

As saídas de combate à pobreza via políticas sociais ganham escopo nesse cenário, se tornando alternativas de proteção social principalmente nos países periféricos onde se concentra a mão de obra mais vulnerável e pauperizada, de acordo com a dinâmica própria do capitalismo dependente. É sob essa influência que se estrutura o horizonte de política social nos governos do PT.

O PT vence as eleições presidenciais em 2002 num cenário social demarcado pelo aprofundamento da pobreza, do desemprego e da estagnação econômica. O resultado eleitoral expressava o desejo de expansão de direitos sociais e uma mudança no cenário econômico nacional por parte da classe trabalhadora e ao mesmo tempo o acordo feito com as frações burguesas³⁶ brasileiras para atendimento de seus interesses.

Apesar disso, de acordo com Filho *et al* (2012), o governo petista manteve o horizonte de política social e econômica já implementado pelo governo FHC consolidando o neoliberalismo no Brasil. Tal perspectiva pode ser constatada através do retrocesso da estrutura industrial (o país passou a investir em *commodities* e produtos industriais de baixo

³⁶ Ver “Carta ao Povo brasileiro”, redigida por Lula em meados de 2002, então candidato à presidência da República, manifestando seu comprometimento em atender aos interesses da burguesia financeira brasileira. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u33908.shtml>

conteúdo tecnológico) – o que levou ao processo de reprimarização da indústria brasileira –, acompanhado por uma dinâmica de desnacionalização econômica.

Ainda de acordo com os autores, a dinâmica econômica interna é caracterizada pela perda do poder aquisitivo dos salários, apesar do aumento real do salário mínimo, acompanhado de um sistema tributário de caráter regressivo favorecendo o capital e onera aqueles com menor nível de renda. Para completar o cenário econômico interno, o governo adota como objetivo o aumento do superávit primário do orçamento público, limitando os recursos destinados aos gastos sociais.

Mesmo diante deste contexto, é inegável que os governos do PT colaboraram para a melhoria das condições gerais de vida da classe trabalhadora, incidindo diretamente na reprodução das camadas mais pobres do país. Este feito tem como expoente uma política social que tem como objetivo o acesso à renda por parte da população mais pobre, proporcionada pelas iniciativas de transferência de renda – com destaque para o Programa Bolsa Família (PBF) – e a valorização do salário mínimo.

A política social determinante do período petista e o próprio horizonte político, social e econômico desta gestão, no entanto, não rompeu minimamente com os elementos propiciadores da pobreza e desigualdade estruturais do Brasil. Não por acaso, durante a gestão dos governos PT assistimos a consolidação da mercantilização e privatização de várias áreas de política social, demonstrando que as perspectivas do governo não teriam horizonte contrário aos direcionamentos definidos pelo capital internacionalmente.

[...] a ideia era que as políticas sociais desses governos não tinham a centralidade que o discurso oficial propagava, sendo residual e dependente da política macroeconômica fundada no tripé meta de inflação, superávit primário e câmbio flexível, que sempre esteve a serviço do cumprimento dos interesses dos credores da dívida pública. (MARQUES *et al.*, 2018, p. 527).

Diante da constatação da residualidade das iniciativas de transferência de renda no que diz respeito à manutenção da estrutura de desigualdade e pobreza próprias da realidade brasileira, o discurso oficial do governo é de que a gestão do Partido dos Trabalhadores estaria promovendo não só um novo modelo de proteção social como também estaria rompendo com os princípios ordenadores do neoliberalismo. Tal perspectiva é respaldada pelos intelectuais orgânicos do partido, os quais defendem que o PT estaria promovendo um novo ciclo de desenvolvimento – neodesenvolvimentismo – partindo, portanto, para um período definido como pós-neoliberal.

Sader (2013), por exemplo, ao fazer a defesa do pós-neoliberalismo próprio do período petista, se refere a uma “herança maldita” do período FHC que tem como pilar a

informalidade (precarização das relações de trabalho) e a financeirização da economia. Nesse sentido, o autor defende que tanto os governos de Lula quanto os de Dilma romperam com a perspectiva neoliberal, entrando numa era pós-neoliberal.

Ainda de acordo com o autor, essa nova fase que marca a ruptura com o neoliberalismo tem como característica o fato de priorizar as políticas sociais e não o ajuste fiscal; priorizar a centralidade do Estado na indução da economia, rompendo com a perspectiva do Estado mínimo e da centralidade do mercado e, por fim, priorizar a integração regional dos países da América Latina tirando a referência dos tratados de livre-comércio com os EUA. Sobre esses elementos discorre o autor:

Lula buscou avançar inicialmente pelas vias de menor resistência e maior fragilidade do neoliberalismo: deu prioridade às políticas sociais (enquanto o neoliberalismo impôs a ditadura da economia) e aos projetos de integração regional (enquanto o neoliberalismo privilegiou o livre-comércio com os Estados Unidos). A criação de formas inovadoras de políticas sociais – o próprio Bolsa Família, que passou a simbolizar a reversão das condições sociais históricas herdadas pelo governo Lula – e a inviabilização da Área de Livre Comércio das Américas (Alca), um bloco econômico regional do qual o Brasil e os Estados Unidos eram os principais elementos, marcaram a ruptura com a herança neoliberal e se tornaram eixos estratégicos da alternativa pós-neoliberal. (SADER, 2013, p. 140).

Apesar da defesa do autor, o que assistimos na primeira gestão do governo PT, presidida por Lula, foi uma política econômica conservadora que prima pelo ajuste fiscal tendo como objetivo a financeirização da economia, o favorecimento do grande capital nacional e internacional e a meta do superávit primário; a reforma da previdência de caráter regressivo, taxando os aposentados; desemprego e informalidade.

No que tange as políticas sociais – considerando o tripé da seguridade social brasileira – verifica-se, de acordo com Marques e Mendes (2007), um esforço para retirar recursos do Sistema Único de Saúde (SUS) em prol do superávit primário superior acordado com o Fundo Monetário Internacional (FMI), uma maneira encontrada pelo governo de agradar os credores. Os autores elencaram alguns itens que tinham como objetivo atentar contra o orçamento da saúde: eliminar a obrigação de gasto do ministério da saúde valor igual acrescido da variação nominal do PIB comparado ao ano anterior, efeito que recai sobre estados e municípios indo contra a Emenda Constitucional 29; veto orçamentário na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2004 ao pretender considerar como ações e serviços de saúde as despesas de encargos previdenciários da União e com os serviços da dívida e a dotação dos recursos do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza.

De tais projeções se mantiveram os recursos destinados ao Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza cujas atividades não são consideradas como típicas de saúde pública,

abrindo, portanto, precedente para que estados e municípios também descumpram o previsto na EC 29, ou seja, considerar como despesas de saúde itens que não são considerados despesas típicas de saúde. O impedimento de tais tentativas só foi possível mediante parecer da Procuradoria Geral da União.

Avanços na política de saúde também podem ser identificados durante os governos petistas como o Programa Mais Médicos e o aumento de recursos em percentual do PIB, ainda que este seja insuficiente (MARQUES *et al*, 2018). Mesmo que se contabilize avanços, não podemos deixar de mencionar o processo de mercantilização da política de saúde que segue como tendência crescente nos governos do PT. O favorecimento ao setor privado pode ser observado a partir da renúncia fiscal recorrente no setor com incentivo aos seguros e planos de saúde, assim como nas deduções de imposto de renda das pessoas físicas e jurídicas. Nesse sentido, Marques *et al* (2018), destacam que durante a gestão petista há um aumento da taxa de cobertura dos planos de assistência médica que pode estar associada a ampliação do emprego formal durante o período. Mesmo que a cobertura dos planos de saúde faça parte da reivindicação da classe trabalhadora, sua expansão representa o desfavorecimento das iniciativas do SUS e seu sucateamento que acaba por fazer com que a população deseje e necessite estar coberta pela iniciativa privada diante dos limites cotidianos das ações públicas.

Os autores apontam como uma das medidas mais drásticas na desconstrução da iniciativa pública de saúde, a Lei 13.097/2015, sancionada durante a gestão Dilma, que prevê a permissão de capital estrangeiro em todas as ações de assistência à saúde, consolidando a sua mercantilização. Destacam os autores:

[...] se pretende permitir ao capital estrangeiro, a atuação na assistência à saúde por meio de: a) hospitalares gerais ou especializados, incluindo a filantropia; b) clínica geral, especializada, policlínica; c) laboratórios de genética humana; d) produção e fornecimento de medicamentos e produtos para a saúde; e) laboratórios de análises clínicas, anatomia patológica e de diagnósticos por imagem. (MARQUES *et al*, 2018, p. 12).

No que se refere à Previdência Social, Lula promoveu sua contrarreforma para os funcionários públicos já em abril de 2003, sendo aprovada em dezembro. Seu conteúdo tem como base: o estabelecimento de um teto para a aposentadoria dos servidores (acabando com a integralidade) e pressupostos que intencionam a unificação do regime previdenciário dos trabalhadores formais da iniciativa privada com a dos funcionários públicos. Essa proposta de unificação já estava presente no Programa de Governo apresentado durante as eleições:

Essa profunda reformulação deve ter como objetivo a criação de um sistema previdenciário básico universal, público, compulsório, para todos os trabalhadores

brasileiros, do setor público e privado. O sistema deve ter caráter contributivo, com benefícios claramente estipulados e o valor do piso e do teto de benefícios de aposentadoria claramente definido. (PROGRAMA DE GOVERNO, 2002, p. 17-20 apud MARQUES; MENDES, 2007, p. 17).

A contrarreforma da previdência prevê também a consolidação dos fundos de pensão enquanto instrumento de previdência complementar a ser patrocinado por empresas ou instituído pelos próprios sindicatos. Tal medida tem como justificativa o fortalecimento do mercado interno futuro e fonte de poupança de longo prazo para o desenvolvimento do país. Além disso, também contempla a contrarreforma a contribuição para os aposentados, fato que não havia sido mencionado no Programa de Governo. Sobre esse tema discorre Marques e Mendes (2007, p. 17):

[...] um dos maiores significados da introdução do teto é o fato dele implicar o rompimento do contrato estabelecido entre o Estado e os servidores atuais. A integralidade, isto é, a garantia de uma aposentadoria de valor igual ao da ativa, era parte constitutiva das relações de trabalho no setor público brasileiro, o que era combinado ao fato dos proventos serem mais baixos dos que os recebidos pelos trabalhadores do setor privado da economia, para o mesmo nível de qualificação. Ao longo da vida, contudo, a renda recebida pelos dois segmentos tenderia a ser igual. [...] o pacto estabelecido entre o Estado brasileiro e seus funcionários era o de garantir uma renda perpétua, embora mais baixa que a paga pelo mercado para o mesmo nível de qualificação.

O estabelecimento de cobrança de contribuição para os aposentados vai contra um dos princípios que norteiam a perspectiva de previdência social, o da equidade na participação do custeio, sendo, portanto, um direito futuro (MARQUES *et al*, 2018).

No último ano do primeiro governo Dilma, de acordo com os autores, a previdência social foi marcada pela introdução da fórmula 85/95 (Lei 13.183/2015) que promove uma melhoria no valor das aposentadorias futuras em resposta ao fator previdenciário criado no período FHC que retardava os pedidos de aposentadoria. A fórmula garante, ao fim, um valor de aposentadoria maior quando comparado ao fator previdenciário.

Os autores também destacam como elemento da trajetória da política previdenciária no governo petista a elevação do valor real do piso dos benefícios indexados ao salário mínimo. Tal fato só foi possível devido à política de valorização de salário mínimo do governo Lula, fruto da ação conjunta de várias Centrais Sindicais.

Soma-se a estes eventos a política de desoneração das contribuições sociais sobre salários às empresas durante o governo Dilma, como elemento estratégico de tornar os produtos brasileiros mais competitivos no mercado internacional. Tal medida colaborou para endossar as teses que defendiam a necessidade de uma reforma previdenciária diante da queda de arrecadação de recursos (MARQUES *et al*, 2018).

No que tange a assistência social, considerando o tripé da seguridade social brasileira, a gestão petista promoveu um grande ganho à assistência social: a consolidação do SUAS.

Dentro do mesmo campo, o PT inovou tornando a transferência de renda o carro chefe da política social do governo. Diante da ampliação do número de beneficiários e garantia de uma renda mínima àqueles considerados miseráveis, ou seja, os indivíduos alocados abaixo da linha da pobreza, ganha destaque o Programa Bolsa Família. As principais críticas reservadas à iniciativa, na primeira gestão do PT, dizem respeito principalmente ao caráter de não direito, visto que se tratava de um programa de governo podendo ser extinto de acordo com a vontade do chefe do executivo federal. Além de não configurar um direito, o PBF impõe à maioria de seus beneficiários condicionalidades, o que restringe o acesso para que todos que necessitam possam de fato usufruir do benefício. Soma-se a esta restrição o fato do valor do benefício não ter como parâmetro o salário mínimo, sobre este aspecto disserta Marques e Mendes (2007, p. 21)

[...] o fato do Bolsa Família não tê-lo – o *salário mínimo* – como referencial implica que o governo Lula não considera o direito de todos poderem contar com igual renda mínima, no caso, de valor igual ao salário mínimo, mesmo que seu valor real tenha se deteriorado ao longo do tempo. O entendimento de que o salário mínimo deva corresponder à renda mínima necessária para a sobrevivência decorre do óbvio: de não haver diferença entre as necessidades básicas de um assalariado e de um catador de caranguejos, por exemplo.

A crítica mais contundente em relação ao PBF é de que, apesar da sua pretensão de combater a miséria e a exclusão social promovendo a emancipação das famílias mais pobres, seu desenho não altera os determinantes estruturais da pobreza brasileira. Mesmo apresentando limites, o efeito positivo do programa para as famílias atendidas e para os municípios mais pobres é indiscutível, como destacam os autores à época:

Diferentes pesquisas indicam que: a) em média, o benefício representa 21% do orçamento familiar; b) em vários municípios brasileiros, os recursos recebidos constituem a principal fonte de renda, superando enormemente não só a arrecadação municipal como as transferências constitucionais, os recursos destinados à saúde pública, entre outros indicadores. Há municípios em que quase a metade da população é beneficiada por esse programa. Todas as pesquisas apontam que as famílias destinam os recursos para compra de alimentos, animando o mercado local. (MARQUES; MENDES, 2007, p. 20).

Ainda assim, considerando o impacto positivo do PBF, isso não seria suficiente para considerar que a gestão do PT – de Lula e Dilma – foi capaz de promover uma ruptura com o ideário neoliberal, como defende o discurso oficial e alguns intelectuais orgânicos do partido. Importante salientar, como veremos mais adiante, que a perspectiva neoliberal não se

concretiza apenas via política social, a política econômica adotada pelo PT também reforça tal perspectiva³⁷.

De acordo com Sitcovsky (2013), iniciativas de política social baseadas na transferência de renda é estratégia que compõe o receituário do ideário neoliberal para enfrentamento da pobreza desde os anos de 1990 na América Latina. Tal fato faz parte das exigências do Banco Mundial e do FMI como condição para a concessão de empréstimos aos governos de países da América Latina, abalados pela crise desencadeada nos anos de 1980.

A transferência de renda como medida social para combate à pobreza faz parte da agenda de contrarreforma do Estado sob orientação neoliberal que inclui também: privatizações, liberalização econômica, mercantilização dos serviços públicos, extinção de direitos sociais. Iniciativas que tem como objetivo a criação de novas áreas para acumulação do capital.

Essa marcha que promove uma reestruturação social e econômica, definidas como medidas de ajuste estrutural nos países periféricos, incide diretamente sobre a seguridade social, reforçando a lógica de seguro e introduzindo o sentido da contrapartida. É sob este panorama que se desencadeia a precarização dos serviços públicos tendo como exemplo a contrarreforma previdenciária e o corte de recursos para a área social, prevalecendo iniciativas de caráter focalizado e condicionado tendo como público alvo o mais pobre dos pobres.

Os governos do PT, portanto, não alteram as orientações dadas pelos organismos internacionais nas suas estratégias internas de política social que tem como base a perspectiva neoliberal. Tanto Lula quanto Dilma acolhem, através do PBF, do Plano Brasil Sem Miséria e da direção da política econômica, com êxito o modelo de Estado sugerido pelo Banco Mundial e FMI. Importante sinalizar que a transferência de renda surge como estratégia para conter o caos social decorrente da ampliação do desemprego, da pobreza e da precarização das relações de trabalho. Sitcovsky (2013) nos chama a atenção para a relação entre a população ocupada não protegida pela previdência social – os sobrantes da previdência – que acabam se tornando público alvo potencial a ser assistido pela assistência social via PBF ou via Benefício de Prestação Continuada (BPC). Diante disso, podemos inferir que uma das alternativas para manter a ordem social burguesa sob orientação neoliberal consolidada através da contrarreforma do Estado foram as inovações e a expansão das alternativas de transferência de renda, que ocorre não só no Brasil, mas em todos os países periféricos.

³⁷ Para aprofundar sobre tal perspectiva ver: SAMPAIO, P. de A. **Crônica de uma crise anunciada**: crítica à economia política de Lula e Dilma. São Paulo: SG-Amarante. Editorial, 2017.

As iniciativas de expansão da assistência social – via programas de transferência de renda – longe de representar a adoção de um novo receituário para as políticas sociais, consolidaram as tendências regressivas da Seguridade Social em curso no Brasil e nos demais países latino-americanos desde os anos de 1990. (SITCOVSKY, 2013, p. 133).

A ampliação da assistência social via transferência de renda vem condicionada pelo desmonte das demais frentes das políticas sociais, a exemplo da saúde e da previdência social. A alternativa social construída pelo PT alterou positivamente o cotidiano de muitas famílias brasileiras, mas sem mudanças permanentes que atingissem os elementos estruturais da economia. Importante, no entanto, referenciar que tal alteração não ocorre apenas pela transferência de renda, mas também pela política de valorização/aumento do salário mínimo e pela expansão do crédito.

O que assistimos foi uma conjunção de estratégias para garantia de governabilidade e aceitação do PT como alternativa viável para o executivo pela burguesia nacional e internacional, oferecendo algumas concessões à classe trabalhadora visando manter sob controle as lutas sociais que ameaçassem a ordem burguesa.

Nesse sentido, é possível observar a constituição de uma nova base de apoio eleitoral para o partido, que até então era composta fundamentalmente pela parte do operariado organizado da classe trabalhadora. Diante da melhoria das condições materiais do público atingido pelas iniciativas governamentais, ou seja, os mais pobres, vivenciamos a ampliação da base eleitoral do PT com a inclusão dos beneficiários das medidas sociais do governo.

O pacto de classes operado pelo PT também incorporou as classes subalternas que, beneficiadas pelas políticas sociais compensatórias, passaram a constituir uma importante base eleitoral do partido a partir de 2006. [...] o pivô do lulismo tenha sido a relação estabelecida por Lula com os mais pobres que, beneficiados por um conjunto de políticas voltadas para melhorar as suas condições de vida, teriam retribuído na forma de apoio maciço a partir das eleições de 2006. [...] O “pulo do gato” de Lula [...] foi construir uma política de promoção do mercado interno voltado aos menos favorecidos, sobre o pano de fundo da ortodoxia econômica que possibilitou uma estabilidade necessária à realização de um completo programa de classe [...]. Essa fração de classe não corresponde à classe trabalhadora organizada oriunda dos movimentos de redemocratização, mas consiste no subproletariado, ou seja, indivíduos que não encontram compradores para sua força de trabalho no mercado, ou não conseguem vendê-la por um preço que assegure sua reprodução em condições normais. (CASSIN, 2016, p. 5).

De acordo com Cassin (2016), o segundo mandato de Lula pode ser considerado menos conservador diante de uma maior valorização do salário mínimo, da redução dos juros e de maior flexibilização dos gastos públicos. Houve expansão das vagas de emprego formal na base da pirâmide social, o que articulado ao aumento do salário mínimo e do crédito teve um papel importante no enfrentamento da pobreza. Foram esses elementos que possibilitaram,

de acordo com a autora, a eleição de Dilma em 2010, como decorrência da aquisição dessa nova base eleitoral. Tal fenômeno pode ser comprovado pelo fato dos votos decisivos para eleição de Dilma serem da região nordeste que possui o maior contingente de beneficiários dos programas de transferência de renda. Esse fator não é o único, mas se mostra relevante, visto que foi a via que possibilitou a nova base de apoio do Partido dos Trabalhadores.

Mesmo que o segundo mandato de Lula tenha apresentado uma perspectiva mais progressista, dando maiores respostas ao combate à pobreza³⁸, em linhas gerais se manteve uma perspectiva econômica e social de acordo com o paradigma neoliberal. Há a redução da pobreza extrema como também a manutenção do modelo que constitui a concentração de renda e riquezas. O avanço social propiciado pela política social referenciada na renda não perde o caráter compensatório e permanece seguindo as orientações dos organismos internacionais que prevê ações de caráter focalizado, o que explica a queda da pobreza, de acordo com Soares *et al* (2010).

Os governos de Dilma, que tem como desfecho o golpe parlamentar-jurídico-midiático em 2016 tendo como resultado seu impedimento, sofreram as consequências da crise internacional, a qual Lula conseguiu driblar por um tempo (GENTIL, 2017). O primeiro ano do governo de Dilma foi acompanhado pelo agravamento da crise internacional iniciada em 2008, o que traz para o cenário interno uma perda do dinamismo da economia nacional decorrente, principalmente, da queda do preço das *commodities* a partir de 2011.

Esse cenário, de acordo com Gentil (2017), acabou por demonstrar as fragilidades da política econômica adotada pelos dois governos Lula, que promoveu um processo de reprimarização da estrutura produtiva brasileira. Discorre a autora:

Com estímulos externos desfavoráveis, vieram à tona as fragilidades estruturais do crescimento da década anterior, apoiado no modelo social desenvolvimentista de política econômica e na reprimarização da estrutura produtiva. As mudanças estruturais necessárias para a continuidade do crescimento econômico não se concretizaram ao longo do ciclo de prosperidade mundial e, quando a fase de bonança terminou, o conservadorismo do governo Dilma optou por políticas de

³⁸ Conforme estudo do Instituto de Pesquisa Aplicada (IPEA): INSTITUTO DE PESQUISAS APLICADAS. **Objetivos de Desenvolvimento do Milênio** – Relatório Nacional de Acompanhamento. Brasília, IPEA, 2010. Disponível em: http://agencia.ipea.gov.br/images/stories/PDFs/100408_relatorioodm.pdf. Acessado em Março/2020. E ainda: SAWYER, D. O. Avaliação do impacto do Programa Bolsa Família. Brasília, MDS, 2007. NERI, Marcelo Côrtes; VAZ, Fabio Monteiro e SOUZA, Pedro Herculano Guimarães Ferreira de. **Efeitos macroeconômicos do Programa Bolsa Família**: uma análise comparativa das transferências sociais. Brasília, IPEA, 2013. Disponível em http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/131015_bolsa_familia_cap11.pdf. Acesso em Março/2020. SOARES, Sergei; SOUZA, Pedro Herculano G. Ferreira de; OSÓRIO, Rafael Guerreiro; SILVEIRA, Fernando Gaiger. Os impactos do benefício do Programa Bolsa Família sobre a desigualdade e a pobreza. In: **Bolsa Família 2003 – 2010: avanços e desafios**. Brasília: IPEA, volume 2, 2010.

repressão à demanda agregada, reforçando os impulsos recessivos que vinham do cenário externo. (Ibidem, p. 11).

Os anos de 2014 e 2015 marcaram o início de uma desaceleração da economia, já dando sinais das consequências da crise. Para conter a crise política e econômica que se instalava, o governo Dilma optou por aprofundar as estratégias conservadoras na política econômica via austeridade fiscal visando à garantia da sua manutenção no poder (GENTIL, 2017). Durante este período, observou-se que a política fiscal do governo estava sendo orientada de forma que a dinâmica econômica fosse conduzida pelo capital privado, ou seja, a atuação interventiva do Estado estava coerente com o atendimento das necessidades do capital, objetivando a garantia ou manutenção das taxas de acumulação via fundo público, em detrimento das necessidades sociais. Associada a isto, tem-se a adoção de uma política de contenção de gastos, pacotes de desonerações tributárias e parcerias público-privadas.

A redução do investimento público a patamares extremamente baixos – estagnados em cerca de 1% do PIB entre 2011-14 – parece refletir não apenas um objetivo de curto prazo, de contenção fiscal para resolver problemas de desequilíbrio orçamentário e de inflação de demanda (em conformidade com o regime macroeconômico apoiado no tripé superávit fiscal – juros – câmbio flutuante), mas é um mecanismo de suporte à política de oferta de serviços públicos, de viés privatizante. (GENTIL, 2017, p. 13).

A perspectiva privatizante assinalada pela autora pode ser confirmada quando assistimos às concessões de setores de infraestrutura como as rodovias, os portos, as ferrovias e as áreas do pré-sal. A concessão nada mais é que a transferência da gestão desses setores à iniciativa privada através de leilões, ou seja, é o repasse de serviços públicos ao setor privado. Além das concessões dos setores de infraestrutura, esse período também compôs o favorecimento ao capital privado para atuação nas áreas de saúde e educação.

No que tange a política social, de acordo com a autora, Dilma promoveu reformas de caráter regressivo limitando ainda mais o acesso aos benefícios. Na saúde, por exemplo, seu governo intensificou a renúncia fiscal em favor das empresas privadas, além de compra de planos privados para funcionários públicos e gastos diretos das três esferas do executivo na forma de transferências a instituições privadas sem fins lucrativos.

Uma questão central do debate sobre privatização no setor de saúde diz respeito ao volume total de isenções e renúncias fiscais concedidas às famílias e empresas privadas do setor (Tabela 2). Neste rol, estão incluídas as deduções dos gastos com despesas médicas do IRPF, as deduções como despesa operacional no IRPJ dos gastos com assistência médica para empregados realizadas pelas empresas; a isenção para as instituições de saúde classificadas como filantrópicas e sem fins lucrativos da CSLL, CONFINS e IRPJ; e as desonerações de PIS e COFINS para as empresas produtoras de medicamentos, produtos químicos e farmacêuticos. O volume de recursos que corresponde a essas renúncias tributárias destina-se a financiar empresas, quando poderiam estar sendo direcionados ao SUS ou a qualquer outra

área do setor público em que pudessem se transformar em oferta de serviços. (GENTIL, 2017, p. 17).

Esta opção de gestão coloca em ameaça o SUS, visto que o valor destinado à renúncia fiscal poderia ampliar as ações vinculadas à saúde pública responsável por atender a maior parte da população brasileira. Nesse sentido, o governo Dilma além de limitar o acesso da população ao SUS acabou por favorecer a ineficiência de recursos da saúde no atendimento das demandas da população e se utilizou de recursos públicos para gerar mais renda aos indivíduos do topo da pirâmide social.

No que se refere à assistência social e previdência, o governo manteve a linha de iniciativa dos governos Lula, ou seja, predileção pela transferência de renda, alternativa imediata que promove maior possibilidade de consumo.

As iniciativas baseadas na renda não promovem a ruptura com a estrutura de desigualdade própria da realidade brasileira, conforme narrativa oficial do governo e de alguns pesquisadores como Sader (2013), visto que são medidas de valores irrisórios que tem como horizonte a oferta do mínimo e de caráter compensatório. Além disso, sua expansão foi condicionada a redução/subfinanciamento ou estagnação da oferta de bens e serviços públicos como saúde, educação, saneamento básico e habitação popular³⁹.

Nesta perspectiva de modelo de política social, resta à população pobre buscar os bens e serviços que antes eram públicos na iniciativa privada (GENTIL, 2017). Um exemplo disso são os planos de saúde com mensalidades de baixo custo que exigem de seus clientes valores a título de coparticipação para efetivação do atendimento, que no geral é de qualidade ruim.

Revela-se, assim, uma face perversa do arranjo de política macroeconômica e social dos últimos anos: restringe-se a provisão universal de serviços públicos não mercantilizados, cujos principais usuários são as famílias de baixa renda, em benefício de uma parcela da população de renda média e alta, bem como de empresas do setor financeiro e dos setores que ofertam aqueles serviços no mercado privado. (Ibidem, p. 20).

³⁹ Sobre a expansão da assistência social e o subfinanciamento das demais políticas sociais ver: MOTA, A. E. A centralidade da assistência social na seguridade social brasileira nos anos 2000. *In*: MOTA, Ana Elizabete (Org.). **O mito da assistência social: ensaios sobre Estado, política e sociedade**. São Paulo: Cortez, 2008. MOTA, A. E. Seguridade Social Brasileira: O Sentido Político da Expansão da Assistência Social no Governo Lula. *In*: LEWGOY, A. *et al.* (org.); SANT'ANA, R. S; SILVA, J. F. S; LOURENÇO, E. A. S. **Sociabilidade Burguesa e Serviço Social** 1. Ed. Rio de Janeiro: Editora Lumem Juris, 2013. SITCOVSKY, M. Particularidades da expansão da assistência social no Brasil. *In*: MOTA, A. E. (org.). **O Mito da assistência social: ensaios sobre Estado, política e sociedade**. 4. Ed. São Paulo: Cortez, 2008. MUSTAFA, P. S. O Ecletismo da Política de Assistência Social Brasileira: Alguns Apontamentos. *In*: LEWGOY, A. *et al.* (org.); SANT'ANA, R. S; SILVA, J. F. S; LOURENÇO, E. A. S. **Sociabilidade Burguesa e Serviço Social**. 1. Ed. Rio de Janeiro: Editora Lumem Juris, 2013.

O ajuste fiscal encabeçado pelo governo Dilma Rousseff se mostrou ainda mais perverso no que diz respeito à perda de direitos, visto que a conjuntura econômica que compõe seus mandatos é de crise, que acaba por provocar a desaceleração da economia. Não bastasse a limitação nessa esfera, ao final do primeiro mandato, a gestão passou por uma crise política e social que abalou a legitimidade do governo.

A roupagem que adquire o ajuste fiscal dos governos Dilma tem, portanto, uma relação direta não só com a crise econômica global, mas também perpassa pela dívida pública e a consequente perda de direitos. Não é novidade que o ajuste fiscal e o favorecimento dos rentistas, especialmente via dívida pública, é uma prioridade nos governos do PT. No entanto, as reformas realizadas por Dilma, principalmente no segundo mandato, deixaram largas consequências para a classe trabalhadora, pois representaram o aprofundamento do repasse de recursos públicos voltados para a área social para abrandar os efeitos da crise econômica no que diz respeito aos interesses do capital.

Boschetti e Teixeira (2019) destacam que o endurecimento do ajuste fiscal do governo Dilma tem como elementos principais medidas de contenção de gastos, como a proposta de prorrogação da Desvinculação das Receitas da União (DRU) até 2023 e o aumento do seu percentual para 30% via PEC aprovado em 2016, já com o golpe concretizado. O pacote de contenção de gastos do governo Dilma, segundo as autoras, ganhou corpo com a contrarreforma da previdência de 2015, que estimulou a informalidade e a terceirização ao reduzir os direitos de aposentadoria, dificultar o acesso ao seguro desemprego, ao abono salarial, a pensão por morte, ao auxílio reclusão e ao auxílio doença. O objetivo da contrarreforma foi reduzir o valor dos benefícios e ampliar o tempo de contribuição e assim, contribuir com o ajuste fiscal, visto que a previdência social, despesa obrigatória, não entra nas propostas de teto de gastos.

Elas destacam ainda que, no que tange a assistência social, é possível observar o aumento do volume de recursos do Fundo Nacional de Assistência Social durante o período de intensificação do ajuste fiscal. Isto porque benefícios monetários como o BPC é despesa obrigatória e vinculada ao valor do salário mínimo, não por acaso as propostas de reformas visam à redução do valor dos benefícios – via desvinculação do salário mínimo – e a limitação ainda maior do acesso. Mesmo programas como o PBF, carro chefe da política social dos governos petistas, na gestão Dilma sofre com a redução de recursos.

[...] desde 2015, ocorre redução de recursos voltados para o Programa “Bolsa Família”, apesar do recurso em 2018 ter sido superior ao de 2017 em 5,0%. Curiosamente, esta redução ocorre concomitante à elevação da renda familiar *per capita* mensal e do valor do benefício e, com isso, ampliação no restrito critério de

acesso ao benefício. Entre os anos de 2014 a 2017, a redução alcançou 14,4% e entre 2014 e 2018, a perda foi de 10,1%. (BOSCHETTI; TEIXEIRA, 2019, p. 11).

Importante referenciar que apesar da retenção de recursos a assistência social, esta mantém crescimento maior em relação às demais frentes da seguridade social e a maior parte de seus recursos direcionados a transferência de renda, majoritariamente o BPC. Destaca-se como tendência nova a redução dos valores direcionados aos serviços socioassistenciais.

A saúde também sofre com os ajustes no governo Dilma, a exemplo pode-se citar a Emenda Constitucional 86/2015, que modifica a forma de participação da União no financiamento da política. De acordo com Boschetti e Teixeira (2019), a emenda provocou redução de recursos para a saúde ao exigir a obrigatoriedade de execução orçamentária das emendas parlamentares individuais, exclusão dos recursos de exploração do petróleo e gás natural como valor adicional à aplicação mínima constitucional a partir de 2015.

As autoras fazem um importante destaque ao relacionar a crise econômica, a dívida pública e a subtração de direitos, visto que o corte de gastos tem articulação direta com o aumento ou manutenção das taxas de lucratividade do capital rentista. Tal perspectiva é constatada quando se observa o peso das despesas para a dívida pública federal na totalidade do Orçamento Geral da União (OGU). Sobre isso, discorre as autoras:

Ao somarmos as despesas com juros e amortização da dívida, estes dispêndios chegaram a consumir 35,4% dos recursos do OGU no ano de 2006. Ao longo da série histórica de 17 anos [2002-2018], essas despesas ultrapassaram ¼ do OGU em mais da metade do tempo (11 anos). [...] A dívida pública, portanto, é o grande sumidouro do fundo público [...]. (BOSCHETTI; TEIXEIRA, 2019, p. 6).

Desse conjunto de ações descritas o que podemos observar é que o desmonte do orçamento da seguridade social brasileira tem servido para sustentar as taxas de lucros do capital financeiro assim como o desmonte de direitos via privatização e mercantilização dos serviços públicos. Esse movimento faz parte da tônica do ajuste fiscal dos governos petistas, se intensificando no período Dilma, e ganhando ainda mais proporção no governo ilegítimo de Michel Temer, perpassando pela barbárie anunciada que institui o governo Bolsonaro⁴⁰.

⁴⁰ A gestão Temer e Bolsonaro não são objeto de reflexão da presente pesquisa. No entanto, cabe destacar que o momento atual, o governo Bolsonaro ou mesmo o governo ilegítimo de Michel Temer, é de maior acirramento da perda de direitos para os trabalhadores quando comparado ao período petista. Estamos nos deparando com uma versão do neoliberalismo que não prevê uma agenda que contemple o social, ou seja, é o aprofundamento da barbárie própria do capitalismo. Nesse contexto, a projeção é de dilapidação das políticas sociais e mais pobreza para a classe trabalhadora. Para acrescentar, tal conjuntura se depara com a ascensão da mordaza política, com mais restrições ao exercício da democracia. Estamos vivenciando um contexto social de aumento do conservadorismo, em que os dirigentes de Estado têm sua pauta de atuação baseada no fundamentalismo religioso e no moralismo, tendo como consequência o enxugamento dos direitos de cidadania das minorias.

Compõem ainda o cenário do ajuste fiscal as desonerações tributárias, mais uma ação que colabora para o desmonte do orçamento da seguridade social em prol dos interesses do capital. As desonerações é uma forma em que o governo federal se apropria das contribuições sociais que deveriam ser direcionadas ao financiamento da seguridade social, mas acabam por serem utilizadas para pagamento dos juros, encargos e amortização da dívida pública.

A renúncia tributária é intensificada no período de aprofundamento da crise econômica a partir de 2010. Como forma de manter as taxas de lucro, o governo ampliou o leque de desonerações tributárias em diversos setores da economia. De acordo com Salvador (2017), a renúncia tributária que acentua o desfinanciamento da seguridade social são as contribuições sociais, dentre as quais destaca-se aquela paga pelo empregador sobre a folha de pagamento.

Esse tipo de ação, além de comprometer o financiamento da seguridade social, interfere na diminuição dos recursos dos fundos de participação dos entes federativos, formados a partir da arrecadação de impostos federais. De acordo com o autor, essa medida implica num menor volume de transferências para os gastos orçamentários de estados e municípios com educação e saúde.

As renúncias tributárias compõem uma prática da gestão petista, ou seja, congruente com sua política de conciliação de classes. Não por acaso, segundo Salvador (2017), o período que coincide com a intensificação dos efeitos da crise econômica mundial no Brasil (a partir de 2010) é o mesmo de crescimento expressivo dos gastos tributários tendo um crescimento no intervalo 2010-2016 de 46,93% acima da inflação, e também da gestão Dilma Roussef.

[...] enquanto as desonerações de impostos cresceram 25,42%, os gastos tributários advindos das contribuições sociais (Cofins, PIS, CSLL e contribuições previdenciárias) que financiam a seguridade social tiveram uma evolução de 71,68% em termos reais. Portanto, as renúncias tributárias concedidas pelo governo federal em favor do capital, nos últimos anos, retiraram recursos das fontes orçamentárias que financiam as políticas de previdência social, assistência social, saúde e seguro-desemprego. (SALVADOR, 2017, p. 440).

De acordo com o que dissertamos até aqui, é evidente o enlaçamento dos governos petistas com os interesses do capital, principalmente sua face rentista. É sob essa amálgama que se consolida a política social no período, mantendo o caráter neoliberal econômico e socialmente.

Nos parece viável identificar o período petista com o social-liberalismo, ideologia hegemônica do neoliberalismo. Conforme Castelo (2013), o social-liberalismo surge como resposta à crise conjuntural do capitalismo nos anos de 1990, quando, para manter a ordem

social e os interesses do capital, adota-se uma agenda social na perspectiva neoliberal. A agenda social deliberada pelas classes dominantes para a periferia dava uma face mais “humana” ao neoliberalismo, ou aparentemente mais “humana” porque mantinha a devastação social com medidas que visavam à minimização das possíveis tensões sociais e política diante do cenário de barbarização social.

Em linhas gerais, o social-liberalismo reconhece que o mercado, apesar de suas falhas pontuais e episódicas, ainda é a melhor forma já inventada na história da organização social para a produção de riqueza. Suas falhas, principalmente no tocante à má distribuição e à destruição ambiental, tendem a se agravar em momentos de crise, o que requer uma regulação estatal seletiva. O Estado social-liberal é, portanto, convocado a ter uma atuação ativa nas expressões mais explosivas da “questão social”, tais como a pobreza, a degradação ambiental, doenças contagiosas, violência etc., programa mínimo que ficou consagrado internacionalmente nas Metas do Milênio. (CASTELO, 2013, p. 121).

Seguindo a referência do autor, é possível apreendermos o enlaçamento do período petista com o social-liberalismo, visto que, como descrevemos linhas atrás, sua agenda de governo mantém os princípios neoliberais, preservando sua essencialidade, ao adotar a financeirização da economia, uma reestruturação produtiva baseada na desindustrialização, precarização do mundo do trabalho que tem como consequência a intensificação da exploração da força de trabalho, apassivamento e cooptação da classe trabalhadora, dentre outros.

A crise só demonstrou a escolha de direção política do PT em manter uma agenda social que fosse minimamente contrária aos interesses do capital, visto que diante do seu aprofundamento que levou a desaceleração da economia nacional no período Dilma, o partido não mediu esforços para se manter no poder e passou a ceder a quase todas as alternativas necessárias que tinham como objetivo único favorecer o capital.

A busca por legitimidade em relação à burguesia determinou o caráter da via da conciliação de classes por parte do PT, no entanto, ao fim da gestão do partido assistimos a uma corrida desenfreada para garantir sua manutenção no poder que teve como consequência uma agenda que ameaçava até mesmo o atributo social-liberal que assinalamos linhas atrás.

Diante do que foi exposto, é possível concluir este tópico definindo a política social do PT como de caráter social-liberal, baseada numa perspectiva que prioriza as recomendações de organismos internacionais perante seu atributo compensatório, imediato e focalista. Modelo que se complementa com a prospectiva de uma cidadania burguesa menos ampla, visto que centra suas ações na transferência de renda às custas do enxugamento das demais frentes da proteção social.

A centralidade dada nesse período à expansão da Política de Assistência Social nos coloca o anseio de pensar o papel dessa iniciativa na ordem capitalista, pensando sua funcionalidade no contexto do seu desenvolvimento na dinâmica dependente, é o que faremos no item que segue.

3.4 Política de Assistência Social: a quem se destina?

Neste ponto objetivamos discutir acerca das características do público alvo da política de assistência social no âmbito do capitalismo dependente, mais especificamente no Brasil. A discussão anterior, nos trouxe brevemente detalhes acerca da conformação das políticas sociais, mais especificamente o tripé que compõe a seguridade social brasileira, nos anos dos governos petistas, momento em que a política de assistência social se expande e ganha centralidade como alternativa de combate à pobreza.

Dar centralidade a assistência social, como vem ocorrendo nos últimos tempos, não é uma escolha aleatória. Esse tipo de política social de natureza não contributiva vem demonstrando nos últimos anos ascensão no cenário de enfrentamento às expressões da “questão social” no capitalismo periférico e em países de capitalismo central, tendo o Estado como principal agente administrativo, regulamentador, fiscalizador.

A política de assistência social vem se legitimando como um instrumento garantidor do *status* de cidadania no discurso oficial na contemporaneidade, trazendo para si a responsabilidade de oferecer as condições objetivas para a reprodução de grande parte da classe trabalhadora desempregada, subempregada e àqueles que têm limitações físicas ou psíquicas para inserção laboral.

No que tange a particularidade dessa iniciativa em solo brasileiro, a assistência social durante longo período era objeto de caridade e filantropia, dependente, portanto, da benesse privada ou mesmo dos governantes. A Constituição de 1988 rompe com essa perspectiva caritativa e filantrópica quando inclui a assistência social não só no rol de direitos, mas como política integrante do sistema de seguridade social do país. Nesta conjuntura, a assistência social prevê acesso principalmente àqueles incapazes ao trabalho. Apenas no contexto dos anos 2000, as ações assistenciais, principalmente a transferência de renda, são instituídas e expandidas para os aptos ao trabalho que estejam desempregados e precarizados.

É importante referenciar que as iniciativas que constituem a política de assistência social na contemporaneidade se baseiam fundamentalmente em ações de transferência direta

de renda. Esta dinâmica se torna presente no capitalismo de maneira global, diante do estágio atual que tem como horizonte o enxugamento de direitos em todo mundo. No entanto, na periferia, essa realidade se mostra mais abrangente porque a força de trabalho, majoritária e historicamente, está incluída em relações laborais precarizadas, quando não assolada pelo desemprego que assume um caráter estrutural nessa região. Essa particularidade coloca as iniciativas da política de assistência social como elemento importante para a reprodução da classe trabalhadora periférica.

É referenciando essa particularidade contemporânea própria da performance da periferia que tentamos a analisar o papel que esse tipo de iniciativa cumpre para o desenvolvimento e perpetuação do capitalismo dependente.

A realidade do mercado de trabalho na periferia, a princípio, é um dos principais elementos que determinam a materialização do *status* da assistência social no capitalismo dependente. Ao ter um mercado de trabalho marcado pela informalidade, pelo baixo valor da força de trabalho, pelo desemprego estrutural, pela precarização e pela superexploração da força de trabalho, o leque e a abrangência de direitos sociais é reduzido no conjunto da classe trabalhadora periférica se se seguir o modelo de proteção social que advém da realidade dos países centrais, que tem a maior parte do seu escopo ancorado na relação formal de trabalho.

A dinâmica imposta ao mundo do trabalho na periferia colabora diretamente para a alavancagem das condições que viabilizam o processo de pauperização. Com a massa dos trabalhadores submetidos historicamente à informalidade ou empregos formais com salários baixos, iniciativas de caráter não contributivo, de caráter público ou mesmo com finalidade caritativa ou filantrópica tem assumido papel importante.

A partir disso, temos que o modelo de mercado de trabalho adotado na periferia, o que necessariamente expressa às relações de produção no capitalismo dependente, é determinante para a forma que a assistência social vai assumir como instrumento de reprodução da força de trabalho.

Nossa análise parte, portanto, do fato de as relações sociais de produção e as formas de inserção no mundo do trabalho na periferia ser determinante para o modelo de política de assistência social adotado. Isso significa dizer que as relações econômicas, que movem o processo produtivo, são decisivas para o escopo que será adotado para as diferentes políticas sociais, o que inclui a assistência social.

De acordo com Menezes (1993), um dos equívocos dos especialistas na análise da assistência social é desconsiderar a influência da política econômica quando referenciam a

ineficiência das iniciativas assistenciais. Por isso, quando se reportam as características da assistência social historicamente enfatizam o clientelismo, o moralismo, a benesse e, sem considerar a essência que move o modo de produção no capitalismo dependente, adotam saídas que se resumem a estratégias amparadas em instrumentos jurídico-legais, administrativos e burocráticos.

[...] as políticas sociais públicas de assistência foram enunciadas como um desvio político que poderia vir a ser corrigido em sua trajetória de ineficiência histórica, por medidas de acertos burocráticos e/ou de reformas administrativas. [...] a linha teórica dos estudos analisados exclui as políticas sociais de assistência do jogo histórico das relações e contradições entre capital e trabalho, tal como se manifestam na particularidade da formação social brasileira. (Ibidem, p.129).

Dito isso, o primeiro passo para pensarmos a função desse tipo de iniciativa pública no capitalismo dependente é entender que o seu *status* está diretamente relacionado com a dinâmica do processo de acumulação capitalista da região. Isso significa dizer que para sua análise é imprescindível ultrapassar o âmbito da estrutura política e apreender a totalidade dos elementos que conformam a sociedade capitalista.

No caso brasileiro, por exemplo, não podemos deixar de articular a forma de ser da assistência social com seu histórico escravocrata que incidirá diretamente na conformação do mercado de trabalho do país e com a cultura política alicerçada no autoritarismo e no paternalismo. Quando não se considera esses elementos no eixo de análise incorremos no risco de não apreender o quanto se carrega de herança da totalidade da formação social brasileira.

As análises efetuadas pela Ciência Política e pelo Serviço Social priorizaram, basicamente, a esfera superestrutural combinada a uma concepção técnica da economia, para repensar proposições que envolvem redistribuição de renda e sociabilidade democrática. Abriram mão da peculiaridade em que se efetiva o relativo desenvolvimento econômico brasileiro que, baseado na convivência simultânea de formas de trabalho moderno e arcaico, impede a mercantilização plena do trabalho nos moldes propriamente capitalistas. (MENEZES, 1993, p. 130).

Considerando a análise da autora, no nosso ponto de vista há uma divergência, visto que consideramos o período colonial, que tinha como forma de trabalho a escravidão, já configurava o caráter do modo de produção capitalista no Brasil. A inserção do trabalho livre, portanto, surge carregando toda a herança histórica das formas de trabalho escravocratas, o que pode ser um desencadeador da informalidade do mercado de trabalho. A predominância da informalidade coloca grande parte da força de trabalho apartada da proteção social oferecida, visto que seu acesso estava condicionado à relação de trabalho formal.

[...] o trabalho no Brasil se mantém [...] predominantemente nos ramos da economia em que a regulamentação das relações trabalhistas ainda podem se dar não através de um contrato formal de trabalho [...]. A maioria dos trabalhadores não está contemplada na estrutura ocupacional do trabalho; isso significa que a sua inserção econômica no universo produtivo formal, que lhe dá cidadania regulada, está interdita, comprometendo, por sua vez, a autonomia do trabalhador livre e mascarando a identidade política de classe. (MENEZES, 1993, p. 130).

A autora aqui traz um destaque interessante acerca do *status* de cidadania brasileira nos anos de 1930, a denominada “cidadania regulada”⁴¹. Assim chamada porque naquela altura a condição de cidadão era determinada pela carteira de trabalho, ou seja, estava vinculada a estratificação ocupacional⁴². Além da carteira de trabalho assinada, a profissão deveria ser reconhecida pelo Estado. Ser cidadão era para aqueles com vínculo formal de trabalho e, por isso, esse indivíduo era capaz de participar da sociedade. Dentro desse processo, aos não cidadãos cabem iniciativas marcadas pelo caráter do não-direito de atributo não contínuo e emergencial, rendida a vontade política dos governantes, tendo na primeira-dama a figura representativa das boas ações, associada às ações caritativas da igreja e da sociedade civil.

[...] o público da assistência permanece à mercê da vontade política dos governantes e dos políticos [...]. Essa versão [...] se conecta e por isso corrobora não só com o *status quo* mas também revive atualizando os conteúdos da tradição colonial escravista, pois afirma a exclusão econômica do homem pobre e livre, deixando-o como massa de manobra dos interesses particularistas que predominaram na memória política autoritária brasileira em diferentes contextos históricos. (Ibidem, p. 131).

O cunho assistencialista adotado para as práticas da assistência social materializa o viés do favor no âmbito das ações públicas do estado no que se refere ao trato para com o trabalhador pobre. O homem periférico se livrou da escravidão, mas diante da sua pobreza extrema, se mantém no estigma dos sem-direitos, dependente e vulnerável a caridade seja do Estado ou de um ente privado. Numa estrutura social e econômica que prevê o desemprego como estrutural e um mercado de trabalho marcado pela informalidade, o homem pobre e livre se vê fora da esfera da cidadania, carecendo do favor de outros.

⁴¹ Essa expressão e conceito é de autoria de Wanderley Guilherme dos Santos apresentado na obra “Cidadania e Justiça: a política social na ordem brasileira”, de 1987.

⁴² Importante ressaltar que existem algumas críticas direcionadas ao conceito de cidadania regulada. Para tanto ver: MOREIRA, M. S. Cidadania regulada: a fortuna de um conceito e os dilemas da democracia brasileira. In: **41º Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais (ANPOCS)**, Outubro/2017. Disponível em: https://840537c0-2e70-4a41-a3f1-b21968539c72.filesusr.com/ugd/5bcaca_d69d13590bef4ab4b06a65a6a0ed9527.pdf. Acesso em Setembro/2020.

De acordo com Pereira (1996), a assistência social sofre de um estigma de seu uso político que lhe define como um fenômeno desagradável que expressa o fracasso do indivíduo em se inserir na dinâmica societária. A assistência social carrega para si uma conotação desagradável, sugerindo “[...] mediocridade, manipulação, consciência ingênua, deformação moral [...]” (Ibidem, p. 16). Nesse sentido, a autora prevê que há a ausência da mediação de uma abstração teórica que defina a existência/o entendimento da assistência social para além da descrição das suas manifestações fenomênicas.

Trata-se, pois, de uma visão que deixa de lado problemas e relações factuais importantes e enfatiza o óbvio aparente com toda sua carga de ilusão e imprecisão ideológica. Eis porque, diferentemente das demais políticas públicas, a assistência social passou a ser concebida e requerida como uma ação que se organiza e funciona não em torno de uma problemática, de uma proposta ou de um serviço, mas de uma clientela. (PEREIRA, 1996, p.17).

Seguindo com a referência da autora para análise da função da assistência social devemos buscar sua conceituação de forma crítica sem incorrer em equívocos. Esse movimento nos permitirá apreender a essência do fenômeno, pelo menos no que tange os seus fundamentos, para então entender melhor acerca da sua função na particularidade periférica.

De acordo com Pereira (1996) um dos equívocos que interfere na conceituação da assistência social é quando a iniciativa é tratada na ótica oposta à perspectiva do direito de cidadania, da política social, dentre outros. A existência da assistência social

[...] se deve à falta ou à fraqueza prática destas categorias e que estas, uma vez fortalecidas e efetivadas, dispensariam a assistência social. Dessa forma, a relação que a assistência social teria com essas categorias é apenas de antagonismo e não de reciprocidade. Como o seu objetivo é só – diz-se correntemente – o de “suprir, em parte, as dificuldades que a população de baixa renda enfrenta em virtude da oferta insuficiente ou inadequada de emprego e da injusta distribuição de renda” (Brasileiro, s.d.), ela não passa, de fato, de um arranjo de compensação parcial e provisório de injustiças e de deficiências políticas setoriais. (Ibidem, p. 21).

Esta passagem nos revela quanto tempo está sendo dedicado para desconstruir conceitualmente a assistência social como direito, visto que as críticas em torno da iniciativa – que são válidas – resumem-se em abordá-la no campo da sua herança vinculada a ótica do não-direito, levantando fatos que mantêm esse tipo de relação mesmo quando a política assume um novo status frente à proteção social. Neste sentido, perde-se a oportunidade de pensar o papel dessa iniciativa na dinâmica periférica, onde a assistência social assume um papel importante na reprodução da força de trabalho. As críticas são válidas, porque expõem as limitações, mas quais seriam as alternativas que dariam a esta política um caráter de direito considerando a especificidade da relação capital-trabalho na periferia, claro sem abrir mão da contradição que lhe é própria.

[...] a assistência social é vista como uma ação que não promove porque não libera o pobre da sua condição de privação. Pelo contrário, ela o estigmatiza e o aprisiona no que se convencionou chamar de “armadilha da pobreza”. Daí a sua falta de incompatibilidade com o processo de promoção social. (PEREIRA, 1996, p.22).

O debate sobre o caráter de direito que compõe a assistência social, portanto, deve incluir a sua relegação por parte do estado, dando a essa política uma característica pontual e seletiva, sendo, desta forma, coerente com a agenda de restrição de direitos própria do neoliberalismo. Neste caminho, o movimento que se assiste é de maior redução da prospectiva dos direitos de cidadania burgueses, ancorados nas ações reduzidas em torno da assistência social, acompanhada da mercantilização das demais frentes da proteção social. Dentro deste contexto, não devemos deixar de referenciar o processo de monetarização dos direitos sociais, o que inclui a assistência social.

A assistência social tem sua existência, suas protoformas, fundamentada na presença da pobreza. No entanto, sua atuação deve contemplar também as situações que envolvem a violação de direitos com caráter universal, dentre outros elementos, assim como previsto nas normativas brasileiras atualmente. Se considerarmos essa pobreza como aquela que determina a desigualdade social e econômica dentre todos os sujeitos sociais, a atuação da assistência social teria um escopo muito mais abrangente do que conhecemos, visto que seus critérios de elegibilidade atuais visa livrar seus usuários da situação de indigência e de miserabilidade, assim como atender aos indivíduos que tenham direitos violados ou em ameaça de violação.

As perspectivas de pobreza adotada como parâmetro para as iniciativas da assistência social é outro fator que colabora para o estigma da política e daqueles que se utilizam dela. Deste modo, a política de assistência social não contribui para atingir o cerne da questão, que é a origem dessa pobreza e, por isso, ficam fadadas ao cunho político e econômico presente na política de assistência social.

Colocando-se de lado o conceito de pobreza absoluta, por ser excrescente e destituído de poder de generalização para além dos países periféricos, o destinatário da assistência social deixa de ser o miserável para ser o relativamente pobre, isto é, o menos aquinhado, comparado tanto aos outros segmentos melhor situados na pirâmide social quanto ao padrão de vida e de riqueza da sociedade em que está inserido. (Ibidem, p. 28).

Para pensarmos, portanto, no papel que essa política tem para com a realidade periférica e dependente é importante situarmos os equívocos presentes na sua concepção, que distanciam a assistência social do *status* de política pública definindo suas ações como de caráter compensatório e emergencial. É necessário avançar nesse debate para que possamos alcançar não só sua função, mas também criar/pensar nas estratégias que colocariam a

assistência social como uma política que compõe a proteção social não de maneira marginal, mas integrada as demais políticas.

Um passo importante para analisarmos a função da assistência social é situá-la como uma política social, portanto, inserida no leque dos direitos de cidadania burgueses e, por isso, tem em seu fundamento a premissa da contradição. Isso significa dizer que enquanto política social nos marcos do capitalismo cabe à assistência social atender a rentabilidade econômica e dar atenção às necessidades sociais. Dois eixos, portanto, que se contrariam, mas também são recíprocos. A existência de um não impede a eficácia do outro, nos moldes da sociedade capitalista.

É o confronto sistemático e continuado entre esses dois princípios, com seus critérios e valores diferentes, que faz com que um imponha limites ao outro, levando-os a reavaliações constantes. Por isso, embora o princípio da rentabilidade seja o elemento central do modo de produção capitalista, ele não está totalmente livre de restrições impostas pelo princípio que lhe é contrário. É como se, atravessando a lógica da acumulação, demandas equalizantes problematisassem a sua tendência anti-social [*sic*] e lhe impusessem reorientações estratégicas em sentido inverso. (PEREIRA, 1996, p. 38).

A assistência social, dentro desta lógica, enquanto política não-contributiva, assume um papel de prover um mínimo de justiça social se suas ações forem baseadas na distribuição de recursos provenientes dos mais ricos. Se assim fosse, caminharia para um processo de redistribuição de recursos para atendimento das necessidades sociais de caráter mais progressivo.

A assistência social, segundo Pereira (1996), pode ser cooptada para atender apenas aos interesses da rentabilidade econômica do capital, perdendo a perspectiva do atendimento das necessidades sociais. Neste caso, a assistência social assume iniciativas de caráter emergencial baseado no atendimento à pobreza absoluta. Tem uma conotação distanciada da esfera dos direitos fundamentada num assistencialismo. Nessa ótica, a assistência social pode ter um caráter distributivo, em que a própria classe trabalhadora é responsável pelos recursos destinados ao atendimento das iniciativas.

[...] ela é extremamente funcional ao fortalecimento do chamado capitalismo “selvagem” porque não se constitui em arena real de conflitos entre interesses contrários e nem impõem limites ao princípio da rentabilidade econômica, que acaba transformando as políticas de bem-estar em pseudo direitos sociais. (Ibidem, p. 42).

De acordo com o que dissertamos até o momento é possível afirmar que uma das funções que a assistência social desempenha, mesmo considerando a contradição que lhe é inerente, é desvelar o conteúdo desigual na sociedade, objetivando minimizar as injustiças sociais. Claro se seu entendimento estiver associado ao seu conceito de política de direito e

não de ações pontuais voltadas a minimizar a pobreza absoluta associada a problemas individuais.

Para tal função, a assistência social deve ter a direção de que a pobreza é efeito da estruturação da sociedade capitalista e, por isso, suas ações têm o objetivo de promover um mínimo de justiça social estando, portanto, articulada as demais iniciativas de proteção social. Sendo assim, a assistência social assumiria como proposta a possibilidade de ações que visam redistribuir riquezas.

A perspectiva de assistência social com viés redistributivo seria possível, visto que suas ações foram previstas não só como uma política em si que compõe o tripé que materializa o sistema de seguridade social do Brasil, mas iniciativas que perpassam de forma transversal as ações de várias outras políticas. A esse respeito discorre Pereira (1996, p. 51):

Na Constituição Federal, a assistência social, por exemplo, extrapola a Seção IV do título da Ordem Social e vai insinuar-se na Seção da Saúde e Previdência, que formam, com ela, o capítulo da Seguridade Social. Mas, não termina aí a sua incursão. Insinua-se, também, nos capítulos da Educação, da Cultura e do Desporto; da Família, da Criança, do Adolescente e do Idoso e, até mesmo, nos capítulos da Política Urbana, da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária, que compõem o título da Ordem Econômica e Financeira. [...] evidências empíricas têm mostrado que a assistência social transpõe os muros das Instituições criadas especificamente para exercê-la [...] e vai alojar-se em quase todos os programas federais, estaduais, municipais, particulares que, direta e indiretamente, têm que lidar com a questão da pobreza e da desigualdade social.

De acordo com a autora, a assistência social ao perpassar pelas demais iniciativas de política social, adotando um caráter genérico no que diz respeito à atenção, assume uma natureza interdisciplinar e supra setorial. Nesse sentido, a assistência social para atender a necessidade de seu usuário concebe uma unidade de todas as políticas sociais, visando cobrir as várias dimensões de necessidade do demandante da ação. Sendo assim, a assistência social de acordo com a sua natureza e finalidade não se qualifica como complementar as demais políticas, mas um elo orgânico de articulação das demais políticas sociais.

Pereira (1996) revela outra característica importante da assistência social, seu caráter particularista. Mesmo que a iniciativa seja capaz de realizar a unidade entre as diferentes políticas sociais promovendo a universalização da atenção social aos cidadãos, ela é a única que tem destinatários exclusivos não se consolidando em si mesma como universal, mas propiciadora da universalidade. O fato de propiciar a universalidade, não limita a assistência social de adotar tal perspectiva no âmbito de suas ações. Por hora, o que identificamos é uma política direcionada a quem dela necessitar, como remonta a letra normativa brasileira, tendo

seu ingresso definido por critérios restritos, condicionalidades assim como a permanência de acesso à iniciativa ao exigir de seus usuários o cumprimento de elegibilidades.

A política de assistência social brasileira, no entanto, não tem caráter redistributivo e de justiça social previsto conceitualmente por Potyara Pereira (1996), conforme dissertamos anteriormente. Um dos elementos que promovem tal caráter está alicerçado na noção de pobreza colocada como alvo da política: a pobreza absoluta ou extrema. Adotar este parâmetro requer que os demandantes por assistência social esteja em situação degradante de vida, em que não se possui o necessário nem para a reprodução orgânica. A ação, portanto, passa a conceber um caráter de natureza compensatória, emergencial e imediatista, não contemplando a previsão de encobrir as injustiças sociais em que se tem como objetivo a redistribuição das riquezas sociais.

Esta perspectiva coloca os usuários da assistência social passíveis a relações de mendicância, escravidão, furto, roubo, dentre outras. Sob estes parâmetros, a assistência social serve como alívio imediato em que não se tem como horizonte a busca por justiça social, colaborando para uma perspectiva moralista e assistencialista desvinculada do caráter de direitos.

Pobreza absoluta constitui-se, assim, numa categoria analítica que legitima, estimula e perpetua ações emergenciais ou de pronto atendimento, em oposição à noção de pobreza relativa ou de desigualdade social, que requer estudos e pesquisas para informar as ações assistenciais, assim como planejamento, sistematicidade, continuidade e previsibilidade na provisão de benefícios, serviços e direitos. (PEREIRA, 1996, p.60).

Ao adotar como parâmetro a pobreza absoluta para as ações de assistência social projeta-se que a pobreza é de ordem natural e os indivíduos pobres o são por incapacidade própria de se inserirem na dinâmica societária. Por ser algo natural ou uma limitação do próprio indivíduo, o tratamento dado à pobreza não tem como previsão seu combate e o reconhecimento de que ela decorre da essência de desigualdade própria do capitalismo, o que estimularia provisões que objetivam a justiça social, dentro do que é possível nos marcos do capitalismo. E é sob este contexto que se inserem as ações da assistência social no Brasil.

De acordo com Pereira (1996), ter a pobreza absoluta como parâmetro das ações da assistência social, faz com que a política promova mais a exclusão do que a inclusão dos indivíduos pobres no circuito dos direitos. Isto porque seu objetivo não é redistribuir riqueza, mas atender algumas demandas de forma paliativa sem interferir na desigualdade social.

Ao limitar as ações da assistência social a atenção à pobreza absoluta, se constrói um critério de elegibilidade que tem como objetivo atingir o menor número possível de pobres.

Para tanto, adota-se muitas vezes critérios de caráter vexatório, dando ao usuário da assistência social um atributo estigmatizante. Nesta lógica, a assistência social não deve ser vista como um conforto/alento, mas medida em que o usuário quer se livrar o mais rápido possível visando preservar a sua autoestima.

[...] o estigma não constitui um elemento intrínseco à prática da assistência social [...] mas um recurso criado e cultivado pelo sistema capitalista para desencorajar a transferência de riqueza de áreas consideradas produtivas, relacionadas às demandas do capital e às exigências do mercado, para as áreas consideradas improdutivas, relacionadas às demandas do trabalho e das necessidades sociais. [...] o estigma não é um efeito perverso automático da prática da assistência social, mas uma forma intencional de controle de demandas por proteção social pública, controle este responsável, em grande parte, pelo agravamento da pobreza de vários segmentos que preferem passar necessidades do que sofrer humilhações e perder a autoestima. (PEREIRA, 1996, p. 62).

A dinâmica adotada coloca o demandante da assistência social numa situação em que sofre pelo estigma ao ser considerado elegível ao ser atendido pela política, ou ainda, coloca grandes contingentes populacionais desamparados porque, mesmo que sejam pobres foram inelegíveis para os critérios definidos. Ou seja, ao pobre a assistência social nesses moldes é sinônima de desmoralização pessoal e de desamparo tendo um destino definido por uma vida de privações, visto que, se insere num limbo inalcançável pelas iniciativas de política social pública.

Ao referenciar a pobreza como fenômeno descolado da lógica do modo de ser do capitalismo, ou seja, como elemento necessário e inerente para a manutenção deste modo de produção, a política de assistência social desconsidera a estrutura de classes que constitui a sociedade burguesa. Nesse sentido, de acordo com os ordenamentos da política concretizada no real, suas ações acabam por determinar a pobreza como carência dos usuários. Sendo assim, cabe à política atender as necessidades não satisfeitas dos indivíduos que não conseguem se inserir na dinâmica societária via mercado de trabalho (seja formal ou informal ou, ainda por incapacidade laborativa) e por isso encontram-se em situação de precariedade.

Sob este movimento a política cumpre um papel de obscurecer o movimento do modo de produção capitalista desconsiderando a lei geral de acumulação capitalista, em que a capacidade de produção de riqueza é proporcional à capacidade de produção da pobreza.

A função da assistência social, se considerado seu sentido mais amplo e fundamental, seria de promover o mínimo de justiça social, mas ao ser absorvida para atender as necessidades de maximização de lucros do capitalismo selvagem, adota uma concepção em que seu papel se limita a atender emergencialmente e paliativamente aos pobres empregados, desempregados e incapazes para o trabalho, visando o controle social e a preservação da

ordem burguesa. Este papel está diretamente vinculado à perspectiva de política econômica assumida pelo Estado que, mesmo sob os moldes burgueses, poderia optar por atender as necessidades sociais visando à justiça social.

Num contexto em que a política econômica adotada pelo Estado não tenha como objetivo atender de forma mais ampla os interesses da classe trabalhadora, certamente a política social como um todo não terá essa pretensão isoladamente. Política econômica e política social, portanto, estão articuladas, numa relação em que uma é determinante da outra. Isso significa dizer que se a política econômica não tiver como horizonte o aprofundamento de direitos não há condições objetivas que permitam uma política social que privilegie o atendimento das necessidades da classe trabalhadora.

A partir da cooptação do seu entendimento e do seu papel, a assistência social assume como objetivo final ser instrumento de monitoramento das tensões e conflitos sociais quando a “questão social”, no caso brasileiro, ainda era considerada como caso de polícia, numa aliança entre o Estado e a Igreja Católica. As ações da assistência social nas suas protoformas são instituídas pelo moralismo e pela lógica do valor, o que leva a uma influência subjetiva ao público atendido pelas suas iniciativas.

O papel religioso promovido pela Igreja tem como principal característica o cunho disciplinador o que colabora para a minimização das pressões populares impondo um controle social e ideológico sobre a sociedade.

Ao adotar um papel fundamentado numa direção conceitual e política, do nosso ponto de vista equivocado, associado exclusivamente às necessidades do capital, a assistência social passa a ser referenciada como iniciativa que atende ao socorro, provendo alívio imediato sendo, portanto, afastada do que poderia ser seu horizonte: sanar as problemáticas sociais visando à justiça social. Ocupa, portanto, o caráter paliativo e emergencial que compõe grande parte das ações, que constituem essa política social hoje, mesmo após assumir e afirmar seu caráter de política pública de direito.

Ao ser moldada para atender as máximas econômicas, a assistência social no capitalismo de moldes periféricos pode servir de instrumento de alívio imediato, mas também de permanência da exclusão de direitos, visto que deixa de cumprir seu papel de promoção da justiça social ao propiciar a universalidade através da articulação com as demais políticas sociais.

Na periferia, a assistência social ao conciliar suas ações com a dinâmica do mercado de trabalho característica da região – fundamentado na informalidade, precarização e

superexploração da força de trabalho – permite que a classe trabalhadora mantenha uma limitação no acesso ao leque de direitos de cidadania.

A assistência social cumpre na periferia o papel de dar conta, no imediato, do desalento dos pobres, sem desbridar, no entanto, o enlace desse pauperismo que está na própria função que ocupa a periferia no processo global de acumulação capitalista. Mesmo após assumir o caráter de política de direito, não consegue se livrar dessa herança fundamentada na esfera do favoritismo, no atendimento as necessidades de seus usuários. A assistência social como direito de cidadania continua sendo um mecanismo de alívio imediato da situação de miséria dos pobres, sem fazer a necessária conexão com o modo de ser do capitalismo dependente.

As políticas sociais de assistência, vistas pelo ângulo exclusivo da política, cumprem função – pela recusa de efetuar a crítica da economia brasileira – de fazer das políticas sociais públicas de assistência o substitutivo dos códigos que universalizam os sujeitos históricos aliviando a coerção explícita da superexploração do trabalho, pela institucionalização e ampliação da cobertura da assistência pública. (PEREIRA, 1996, p. 132).

Numa lógica em que a proteção social é garantida via inserção laboral, temos que a assistência social seria, em tese, a mediação necessária de política pública para a materialização da cidadania à parte da classe trabalhadora que vê negado o seu direito ao trabalho diante do caráter estrutural das relações entre capital e trabalho no capitalismo dependente. É a partir dessa premissa que se desenvolve a perspectiva de assistência social como instrumento garantidor da cidadania.

[...] as propostas de políticas sociais submetidas à crítica, têm focado essas políticas sob a ótica restrita da distribuição e da reprodução e, por isso mesmo, chega à errônea suposição de que direitos e cidadania estão ligados à expansão dos serviços assistenciais, ou seja, veem a cidadania através da cobertura das políticas sociais, principalmente as de assistência, e a consecução democrática se viabilizaria, assim, por meio do revigoramento dos padrões de proteção social. (Ibidem, p. 15).

Na periferia, portanto, a assistência social preserva o *status* de cidadania da população pobre ao responder, mesmo que pontualmente, algumas demandas para a reprodução cotidiana dos pobres. Além disso, pensando ainda na sua funcionalidade no espectro da sociedade capitalista dependente, esse tipo de iniciativa não comporta na sua tarefa de garantir a reprodução mínima dos pobres a prospectiva de redução das desigualdades. A assistência social ao atender as demandas dos trabalhadores submetidos pelo regime de exploração próprio do modo de ser do capitalismo dependente cumpre o papel de controle social sobre esse grupo, associado a um certo tipo de contenção da intensificação da luta de classes.

A assistência social na sua funcionalidade para a sociabilidade burguesa, em muitos contextos, se utiliza do moralismo e da religiosidade como estratégia de desmobilização da organização coletiva dos trabalhadores, que se enxergam dentro do estigma da pobreza como responsáveis pela sua situação de miséria.

[...] o avanço das políticas sociais terminam por ser menos a ação do Estado em prover a justiça social e mais o resultado de lutas concretas da população. Estas duas faces fazem parte da política social. De um lado, instrumento de superação (ou redução) de tensões sociais, forma de despolitizá-las e encaminhá-las para frentes menos conflitivas na relação capital-trabalho, de outro espaço de expressão de interesses contraditórios das classes sociais: luta pela determinação do valor da força de trabalho e atendimento às necessidades objetivas do capital. [...] as políticas sociais são mais que condições de reprodução das condições de vida do trabalhador: são formas de realização de direitos sociais e, conseqüentemente, de cidadania. (SPOSATI *et al*, 2014, p. 52).

O que se pode inferir dessa passagem é a que a política social de todo tipo, o que inclui a assistência social, tem pra si um caráter político que, no entanto, não está desarticulado da esfera econômica como sinalizamos linhas atrás, “[...] são fenômenos políticos enquanto expressão do confronto de interesses de classes.” (Ibidem, p. 53).

Na periferia, a expansão da assistência social é decorrente do intenso processo de pauperização da região, o que amplia o público alvo de intervenção da política, fato que também está associado ao próprio movimento do modo de produção capitalista em moldes neoliberais com sua necessidade histórica de reinvenção para sua sobrevivência. No entanto, na periferia as condições objetivas próprias da sua dinâmica de desenvolvimento do capitalismo permite um amplo espaço da assistência social dentro do espectro da proteção social pública.

Sua função, segundo Sposati *et al* (2014), para além de representar um instrumento de atenuação de conflitos sociais, deveria ser a de dar conta da reprodução de um contingente significativo da pobreza, dando a pobreza periférica um sentido coletivo, de massa, com o poder, portanto, de desmistificar o conteúdo individualizante e de culpabilização do indivíduo, que dão o tom das iniciativas de assistência social historicamente.

O social não significa a benesse da sociedade em promover a assistência. É social por dizer respeito a uma forma de se constituir em sociedade, nas relações sociais. Com isto, o social recebe uma conotação coletiva e não individualizante. E este coletivo se dá enquanto identidade de vivência de espoliação, de “carência” e da necessidade de subsistir. (Ibidem, p. 92).

As autoras fazem referência ao coletivo para dar ênfase à dimensão sociocultural e política, o que, necessariamente, determina que as iniciativas da assistência social devam ser ampliadas com a intensificação da luta de classes e do esforço coletivo da classe trabalhadora,

sem, no entanto, discorrer acerca do porquê essa política necessita ganhar dimensão na dinâmica da proteção social periférica. Elas defendem que o caminho coletivo é necessário para a garantia da autonomia, constituindo uma liberdade.

Para além do apontado pelas autoras, que concordamos, consideramos que a dimensão coletiva aponta também para o quantitativo de trabalhadores periféricos que necessitam da assistência social para ter garantido a sua reprodução mínima. O pauperismo compõe a realidade massiva dos trabalhadores que recorrem à assistência social e nem sempre são atendidos, visto que seu caráter não é universal, pois sua cobertura não acompanha as necessidades sociais, mas sim a disponibilidade orçamentária. A política, portanto, cumpre um papel de manutenção de um exército de reserva que tem pouquíssimas chances de ser chamado para repor a força de trabalho.

A partir do momento que as iniciativas da assistência social não são pensadas em torno da resolução de uma problemática, ela deixa de responder as necessidades que impõem a sua existência para responder de acordo com a disponibilidade orçamentária. A assistência social “[...] deve atender a pobreza (problema estrutural e substantivo), mas o critério que rege a sua ação é algo externo à pobreza, isto é, a disponibilidade de recursos (problema conjuntural e político).” (PEREIRA, 1996, p. 17).

Não esqueçamos que aos usuários da assistência social também se incorporam trabalhadores ativos que tem seus proventos tão abaixo do seu valor que necessitam recorrer à iniciativa para atender a sua reprodução e a de sua família. Nesses casos, a assistência social, pode-se inferir, tem o papel de garantir o preço abaixo do valor histórico-moral da força de trabalho, reduzindo ainda mais os custos para o capital. “A satisfação dos ‘pobres’ deve se dar de forma comedida e atenta ao uso que o beneficiário faz do serviço. Há que se garantir a neutralização de tensões, mas sem elevar plenamente as condições de vida, ou a plenitude do acesso aos serviços.” (Ibidem, p. 99).

Ao demarcarmos a funcionalidade da iniciativa para o capital, não significa que a assistência social não tenha um papel protagonista para o cotidiano dos seus usuários. Este instrumento público, muitas vezes, é o único meio de acesso a bens que seus usuários teriam direito.

A assistência à população [...] é decorrente de uma situação real, embora não deixe de ser uma forma do Estado mascarar a dívida social que possui para com a população. [...] a assistência é uma contingência que se coloca no trabalho do assistente social, e de outros profissionais, em razão da sobrevivência da população e por consistir na forma com que a lógica capitalista brasileira estende os bens e serviços às classes subalternizadas. (PEREIRA, 1996, p. 99).

A assistência social é uma medida que colabora para reduzir os efeitos da estrutura de exploração própria do capitalismo dependente de forma imediata, conjuntural, sem prever alterações na dinâmica das relações sociais capitalista. É, portanto, uma iniciativa que tem origem nos processos de acirramento das desigualdades sociais, atuando de forma emergencial e esporádica ou, ainda, com um caráter mais sistemático – no que tange a ação em si e não sua intervenção na vida do usuário, visto que, sob essa perspectiva não é possível visualizar uma atuação sistemática, mas sim de caráter temporário e focalizado –, como na atualidade com as medidas de transferência direta de renda visando o combate à pobreza extrema.

Ao estudarmos a política de assistência social, não devemos deixar de considerar a sua relação histórica com o trabalho, conforme inferimos em diversos momentos. Considerando esta relação e tensionamento centrais para a temática da política, nos debruçaremos no próximo item a discorrer acerca dessa vinculação e suas refrações na contemporaneidade.

3.5 A relação assistência social x trabalho na contemporaneidade dependente

Uma característica que faz parte da dinâmica da proteção social no contexto do capitalismo é a relação entre a assistência social e trabalho. Historicamente, a assistência social existe para dar conta das necessidades daqueles incapazes de prover o próprio sustento pela via do trabalho, por limitações de caráter físico, orgânico ou de idade. Isso significa dizer que o acesso à assistência social estaria condicionado a não inserção ao mercado de trabalho, tendo como objetivo a garantia da reprodução cotidiana dos sujeitos incapazes, temporária ou permanentemente, para trabalho.

O desenrolar do modo de produção capitalista, na tentativa de superar suas crises cíclicas e manter as taxas de lucros, inferiu uma nova dinâmica para a proteção social mais ampla, conquistada durante os anos dourados do modo de produção. A crise dos anos de 1970 exigiu uma nova posição do Estado em relação à questão social atingindo com maior impacto os países que viviam o auge do Estado Social ampliado. Essa nova dinâmica imprimiu alterações no conjunto da proteção social alterando os direitos conquistados pela classe trabalhadora. Essas modificações inferiram um novo processo para a assistência social no que diz respeito ao público alvo de suas ações, como também para o mundo do trabalho.

A conjuntura, portanto, que altera a configuração da perspectiva de proteção social na periferia tem um marco temporal diferente daquele dos países de capitalismo central. No

Brasil, por exemplo, sequer houve a possibilidade de desfrutar da prospectiva de proteção social inserida pela chamada Constituição cidadã, visto que grande parte do que favorecia a área social ficou pendente de lei complementar – em alguns casos, a lei complementar modificou a perspectiva traçada pela Constituição o que acabou por mutilar o direito previsto – e, mesmo aquilo que já estava assegurado pelo próprio documento, foi desconsiderado diante da ofensiva neoliberal que assolou o país já a partir da década de 1990. O neoliberalismo adentra na periferia também como consequência da crise global do capital.

A consolidação da perspectiva neoliberal decorrente da crise estrutural do capital trouxe mudanças na dinâmica da proteção social, assim como nos países centrais, também na periferia. Importante salientar que a dinâmica do mercado de trabalho na realidade periférica tem uma representatividade diferente daquela conhecida nos países centrais, ou seja, a informalidade é um pilar estrutural do mundo do trabalho na periferia. Deste modo, tomando como referência o caso brasileiro, os direitos sociais vinculados ao trabalho não são acessíveis a maior parte da população brasileira, cenário este que vem piorando nos últimos tempos devido à expansão da desocupação conforme os dados a seguir.

Tabela 3 – População de 14 anos ou mais de idade, ocupadas e desocupadas na semana de referência – Brasil (em 1000 pessoas)

População de 14 anos ou mais de idade, ocupadas e desocupadas na semana de referência - Brasil (em 1000 pessoas)							
Força de Trabalho	Ano						
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Ocupadas	89064,25	90302	91637,5	91685	89974,75	90293,5	91570,5
Desocupadas	7057,5	6923,75	6698,75	8531	11695,5	13176	12789,75

Fonte: IBGE.

A tabela 3 nos ajuda a visualizar a tendência crescente a partir de 2015 da força de trabalho considerada desocupada, ou seja, que vem buscando espaço para se inserir no mercado de trabalho e não consegue. O aumento da desocupação distancia ainda mais os trabalhadores dos direitos sociais resultados da relação de trabalho formal. Se adicionarmos esse elemento ao caráter precário do mercado de trabalho brasileiro, a distância desse rol de direitos é ainda maior.

É no cenário de aprofundamento da precarização do acesso ao trabalho, que a assistência social assume um novo *status* no âmbito da proteção social brasileira. Ainda na década de 1990, seguindo as orientações do Consenso de Washington e dos organismos internacionais, a assistência social, via transferência direta de renda, se transforma na

principal estratégia de combate à pobreza. Para tanto, em uma realidade que a informalidade e a precarização é a regra, as ações da assistência social ampliam o público alvo da sua atenção, mesmo que o acesso daqueles que historicamente não eram elegíveis para as iniciativas da política fosse temporário.

Diante dessa nova realidade, a assistência social nos governos do PT, que assume o poder com uma perspectiva de mudança no que diz respeito ao atendimento das demandas da classe trabalhadora, ganha possibilidades de expansão e solidez. A nova gestão promove toda uma mudança no caráter instrumental e normativo da política, o que constitui uma nova legitimidade e materialização no que se refere ao *status* de política pública da iniciativa.

O salto de qualidade dado à assistência social que consolida seu caráter de política pública de direito é considerado um avanço imensurável no âmbito das políticas sociais brasileiras, reforçando a importância da proteção social na reprodução cotidiana da classe trabalhadora.

Apesar desse avanço, ~~temos que~~ essas alterações também vieram a consolidar as orientações dos organismos internacionais, visto que a assistência social permaneceu como a principal estratégia do governo para o combate à pobreza que se consolida com o remanejamento e reorganização das ações de transferência de renda já em curso, dando lugar ao Programa Bolsa Família. Este se destaca, principalmente, pela extensão do público alvo que atende e pela possibilidade de proferir uma renda mínima àqueles considerados extremamente pobres, o que revela um novo traço para a política social brasileira: a criação de um benefício assistencial sem critérios de condicionalidade de acesso, ou seja, uma renda mínima para aqueles extremamente pobres. O PBF chega a atingir mais de 12 milhões de famílias brasileiras, o que significa que sua abrangência chega a quase 1/3 da população brasileira. Insere-se no público alvo do PBF os desempregados, os incapazes para o trabalho, os subempregados, os trabalhadores informais e precarizados, enfim, os usuários do programa correspondem a perspectiva de proteção social traçada pelos organismos internacionais para a periferia desde a década de 1990 (STEIN, 2006).

A expansão da transferência de renda associada ao estímulo ao crédito, ao crediário e a valorização do salário mínimo, constitui plataformas de política social quem tem na renda a base de consolidação dos direitos e do acesso à cidadania. Diante disso, podemos dizer que o acesso ao consumo se torna um dos pilares da cidadania, como já nos alertara Mota (2015) com a definição do “cidadão consumidor”.

Num contexto em que a reprodução social da classe trabalhadora na realidade periférica e brasileira passa a estar cada vez mais desvinculada da proteção social decorrente do trabalho formal, uma vez que o cenário é composto por intensificação e aprofundamento do desemprego, da informalidade e da precarização das relações de trabalho, tendo como consequência a presença cada vez mais escassa da proteção social oriunda do trabalho formal, a indagação que nos cabe é pensar/dissertar acerca da relação entre assistência social e trabalho em contexto de aprofundamento do neoliberalismo, com base em autores da área de Serviço Social.

Mota (2009) defende a existência de uma assistencialização da proteção social, fenômeno que compõe a necessidade de acumulação e dos interesses gerais do capital. Por isso, de acordo com a autora, a assistência social na periferia assume uma posição central no que tange a reprodução da classe trabalhadora. Isso significa que além de reduzir os custos do capital com o trabalho, as ações da assistência social garantem a reprodução mínima da classe trabalhadora, que mantém o consumo de mercadorias, o que também favorece o capital. A assistencialização se concretizaria porque a ampliação da assistência social também vem acompanhada do desmonte e da precarização e mercantilização das demais políticas sociais como a saúde, educação, previdência, dentre outras.

A ideia de assistencialização da proteção social, proferida pela autora, nos últimos tempos se dá pelo fato da PAS assumir essa centralidade para a garantia da reprodução social da classe trabalhadora. E não só, essa dinâmica indica que a assistência social não ocupa mais o lugar de política integradora da proteção social, mas estruturadora. Além disso, ganha destaque o papel que a assistência vem assumindo historicamente enquanto instrumento para atender aqueles indivíduos tidos como capazes para o trabalho e que se encontram fora do mercado de trabalho.

A ampliação do papel da PAS na reprodução da classe trabalhadora fomenta a discussão sobre a relação existente entre assistência social e trabalho em tempos de neoliberalismo. Será que assistência social e trabalho mantém, diante dos novos arranjos da política de assistência social, sua histórica relação de reciprocidade e tensão?

Para Boschetti (2015) a relação de tensão entre assistência social e trabalho não desaparece, pois mesmo que a PAS passe a atender aos indivíduos com relações precárias de trabalho ou mesmo os informais, a direção do primado do trabalho não se perde. Para a autora, mesmo na realidade periférica, que dita novas condições para a atuação da assistência social como instrumento de combate à pobreza e reprodução da classe trabalhadora, a

centralidade da proteção social ainda se encontra no trabalho e, portanto, permanece a relação de tensão. A tensão se mantém e a assistência social passa a participar mais ativamente da reprodução ampliada da classe trabalhadora num papel estruturador.

Já Sitcovsky (2012) reconhece a expansão dos programas de transferência de renda como iniciativa predominante da assistência social alterando, assim, a relação desta com o trabalho. Tal posição tem como fator determinante a inserção não só dos inaptos ao trabalho, mas os desempregados, precarizados, miseráveis, dentre outros. Esta inclusão decorre, segundo o autor, da impossibilidade de garantia do direito ao trabalho. Este processo coloca para a assistência social o papel de política estruturadora da proteção social brasileira, uma vez que se articula com as formas de trabalho precário.

Paiva (2014) defende que é uma utopia acreditar na universalização do trabalho assalariado na América Latina. A realidade periférica e dependente não comporta os direitos decorrentes do trabalho assalariado como principal garantia de reprodução da classe trabalhadora, visto que este fato se apresenta cada vez mais irrealizável nesta conjuntura.

É próprio do movimento do capitalismo na periferia o desmonte dos direitos do trabalho formal para a garantia da acumulação do capital. E, além disso, é necessário ao capital interno a superexploração do trabalhador, que tem negado o necessário para repor o seu desgaste, com o objetivo de compensar o intercâmbio desigual de mercadorias com o mercado externo. Para garantir a acumulação é retirado do trabalhador e da sua família até mesmo o que comporá a sua reprodução física/orgânica.

A autora aponta ainda que a precarização é a regra e não a exceção para o capitalismo dependente. Por isso, considera que a relação entre assistência social e trabalho, como elementos integradores ou complementares, na realidade periférica deve ser uma agenda abandonada. Portanto, defende uma universalização do SUAS e acredita que a transferência de renda baseada no salário mínimo, sem seletividade, deveria ser adotada como a política social garantidora da reprodução social de todos que se encontram na informalidade.

Para Paiva (2014), a PAS hoje é quem garante aos trabalhadores da América Latina um mínimo rendimento na velhice diante da informalidade exponencial. Por isso, defende a política de assistência social como a bandeira de luta para que a classe trabalhadora latino-americana garanta a sua reprodução, visto que o pleno emprego ou a política de ampliação da cidadania não fazem parte da realidade histórica do continente. Portanto, advoga a favor do papel estruturador da assistência social na proteção social brasileira, adotando como centralidade o enfrentamento da superexploração.

Pereira (2015) ao discorrer acerca da relação entre política social e trabalho descreve uma articulação entre ambos, onde a primeira é um componente necessário para garantir a acumulação do capital e manter o controle da força de trabalho, ou seja, o trabalho articulado à política social permite a expansão do modo de ser do capital e a maximização dos lucros via maior exploração do trabalhador.

Na sua perspectiva, destaca a amálgama presente na relação entre política social e trabalho, sendo este considerado item central para a subsistência da classe trabalhadora. Por isso, a estratégia adotada para suprir os efeitos sociais decorrentes da nova estrutura de produção capitalista foram as políticas que visavam a ativação para o mercado de trabalho⁴³. Nesta perspectiva se insere a assistência social, que passa a assumir aqueles que historicamente não comporiam o público alvo da iniciativa, os considerados capazes para o trabalho. Por meio da assistência social, portanto, busca-se, ainda que retoricamente, inserir os desempregados no mercado de trabalho e, para os incapazes para o trabalho, a saída é a adoção de políticas focalizadas que possibilitam o alívio imediato da pobreza. Encontrou-se, portanto, uma forma de atender aos preceitos do neoliberalismo.

A estratégia assinalada por Pereira (2015), da adoção de uma política de ativação para o trabalho, demonstra seu posicionamento afirmativo no que diz respeito à centralidade do trabalho para a reprodução social da classe trabalhadora. Nesse sentido, perde-se a ideia de responsabilidade do Estado acerca de uma proteção pública para endossar a concepção de culpabilização do indivíduo pobre acerca das suas condições econômicas e sociais. Os pobres devem se deslocar ao mercado para garantir sua subsistência. Numa conjuntura marcada pela intensificação do desemprego e da precarização, cabe à política pública destruir ou amenizar os obstáculos para garantir a flexibilidade do mercado de trabalho.

Todos os autores convergem no fato de que a PAS assume um papel estruturador na proteção social brasileira hoje, no entanto, chegam a tal conclusão a partir de diferentes interpretações e posicionamentos. Boschetti (2015) afirma que é estruturadora, porém a relação de tensão com o trabalho se mantém, visto que ainda é nele que está a centralidade da proteção social. O que ocorre é que a assistência social se torna mais participativa na reprodução social ampliada da classe trabalhadora. Mota (2010) defende que a assistência social se tornou o principal mecanismo de proteção social hoje, afirmando o seu caráter

⁴³ As políticas de ativação para o mercado de trabalho consistem em uma transferência de renda dada pelo Estado condicionada à procura por trabalho remunerado, tendo que ser cumprido num determinado espaço de tempo.

estruturador no âmbito da proteção social brasileira, e, por isso, há uma alteração nessa relação de tensão ao incluir no âmbito do seu público alvo indivíduos que são capazes ao trabalho. Sitcovsky (2012) destaca que diante dessa dinâmica o que se observa na relação entre assistência social e trabalho é uma complementariedade e não propriamente uma tensão, por isso, o que se verifica é que a assistência social se torna o principal mecanismo de proteção social junto a franjas da classe trabalhadora. Paiva (2014), por sua vez, defende que a pauta da relação entre assistência social e trabalho deve ser abandonada, visto que, na periferia a informalidade é a regra, portanto, não há para grande parte da população proteção social decorrente do trabalho formal. E, por fim, Pereira (2015) aponta que a relação entre política social e trabalho, existe em decorrência da garantia da ampliação da acumulação e, diante do processo de degradação do trabalho após o processo de reestruturação produtiva, seu papel é de manter uma reprodução mínima do trabalho para que se assegure a perpetuação do sistema, via controle dessa força de trabalho através de ações compensatórias. Política social/assistência social e trabalho mantêm, nesse contexto, uma relação de complementariedade para asseverar a máxima acumulação.

A partir dessas diferenças, é importante apresentar as tendências que os autores apontam acerca do papel da política de assistência social na reprodução da força de trabalho. Para Boschetti (2015), a assistência social, no contexto de precarização, informalidade e desemprego, se torna o principal mecanismo de proteção social, por isso, integra mais ativamente a reprodução da força de trabalho. Para Mota (2010), a assistência social cumpre um papel central na proteção social atualmente, e, por isso, discorre acerca da assistencialização da proteção social, uma vez que esta passa a ser política estruturadora. Para Sitcovsky (2012), a assistência social cumpre um papel central de principal mecanismo de proteção social para frações da classe trabalhadora, atuando de forma complementar ao trabalho precário. Incorporando essa ideia, todos compreendem que a assistência social além de ser a proteção social central, ela cumpre a função de substituir ou complementar o rendimento do trabalho, o que representa um papel importante na garantia da reprodução da força de trabalho. Paiva (2014), por sua vez, define que o papel da assistência social na reprodução da força de trabalho na periferia é o de enfrentar a superexploração. Por isso, defende que esta deveria se configurar como a política social própria para a América Latina, devendo as transferências de renda serem expandidas. Pereira (2015), credita à iniciativa o papel de garantir a mínima subsistência da força de trabalho, num cenário de precarização,

informalidade e desemprego, colaborando diretamente para a garantia da acumulação do capital.

Fica claro, de acordo com o que dissertamos até aqui, que a lógica que compreende hoje a proteção social, dando centralidade à assistência social, é uma direção prevista desde a década de 1970, quando da inflexão do neoliberalismo, guardando as particularidades de cada país no que concerne o período. A proteção social, da forma como está conformada hoje, acentua o seu papel – não podemos esquecer que esse papel é duplo ao passo que também atende aos interesses da classe trabalhadora – estratégico de contribuir, ainda que indiretamente, para a ampliação da acumulação do capital e, no caso da periferia que possui ampla oferta de mão-de-obra a valores muito baixos, pouco importa como sua reprodução será assegurada. A maneira compensatória adotada pelas ações da assistência social nesse contexto consegue dar conta do mínimo para a subsistência do trabalhador e cumpre com êxito a sua função de controle da força de trabalho ao promover alívio imediato e garantir a atenuação do conflito entre classes.

Diante disso, nos parece importante questionar não só o seu papel imediato no âmbito da reprodução da classe trabalhadora, mas o papel prático-ideológico que a PAS vem empregando tanto para com os seus usuários como para a classe trabalhadora, que diante do cenário de pauperização, acentuado pelo processo de reestruturação produtiva, se vê obrigada a aceitar quaisquer condições impostas pela relação capital trabalho para garantir a subsistência orgânica sua e da sua família. Isso significa problematizar que quando a PAS passa a assumir não só aqueles inaptos ao trabalho, mas também os precarizados, desempregados e informais, rompendo e ampliando, assim, sua função social e histórica, ela pode possibilitar a intensificação ou atenuação dos elementos que determinam a superexploração da força de trabalho.

Os mecanismos de reprodução da força de trabalho, no âmbito dos direitos do trabalho formal, foram em parte desconstruídos no contexto da crise dos anos de 1970 nos países centrais, que desfrutavam de um Estado Social fundamentado no pleno emprego e em políticas sociais amplas para atender a classe trabalhadora, sem deixar de considerar as particularidades de cada país e região. No Brasil, por exemplo, o processo de desmonte e flexibilização dos direitos vinculados ao trabalho formal ocorre anos mais tarde, visto que os anos de 1980 tem, ainda, como marco histórico e legal a ampliação destes direitos no país. Apesar disso, é importante referenciar que o marco formal-normativo que prevê uma proteção social baseada nos direitos do trabalho formal na prática se revela como algo pontual para a

realidade brasileira, visto que a maior parte da população economicamente ativa do país está inserida em relações informais de trabalho.

Considerar o desemprego como elemento estruturante do mercado de trabalho, associado à precarização e informalidade é determinante para analisarmos a relação entre assistência social e trabalho na realidade brasileira e periférica. Num contexto em que a transferência de renda, e por sua vez a assistência social, assume um papel mais integrativo na reprodução da classe trabalhadora ao expandir seu público alvo, é possível inferir que a relação entre trabalho e assistência social no Brasil e na periferia não pode ser o mesmo cumprido nos países centrais.

Mesmo que o horizonte do trabalho não desapareça, visto que as ações da assistência social preveem as chamadas “portas de saída” que representam nada mais que previsão do retorno dos usuários ao mercado de trabalho e, para tanto, adotam como condicionalidade cursos de caráter profissionalizante, devemos refletir que tipo de trabalho é este e se existe emprego. É possível observar que no tocante dessas ações não há a perspectiva de uma direção que privilegie a inserção no mercado formal, aquele garantidor da proteção social fundamentada no trabalho. Ao contrário, os cursos oferecidos possuem um caráter pouco qualificado, tendo como horizonte uma visão baseada no empreendedorismo, reforçando, portanto, a prospectiva da informalidade estruturante do mercado de trabalho brasileiro.

Nesse sentido, podemos observar que para ser usuário da assistência social não há que se ter como premissa a negação do trabalho, seja ele formal ou informal, pelo menos não na realidade periférica. O que se observa é um movimento de enxugamento cada vez maior de direitos e, para tanto, cria-se alternativas para possibilitar um mínimo de alento à classe trabalhadora e garantir os interesses do capital. Desse modo, trabalho (precário, informal) e assistência social passam a se complementarem ao colaborar para a redução do custo da força de trabalho para o capital e garantir a reprodução cotidiana do trabalhador e sua família, ainda que em patamares mínimo.

A complementariedade entre trabalho e assistência social reflete, portanto, a necessidade de criação de novas medidas de reprodução para os desempregados, precarizados e informais, já que a alternativa do salário como expressão de valor que garanta a subsistência do trabalhador e de sua família, no sentido social, histórico, econômico e moral, não compõe um horizonte presente para a classe trabalhadora da periferia, vide a superexploração da força de trabalho que faz parte da dinâmica do mercado de trabalho da região. Esta realidade se irradiou, com intensificações, até os dias atuais, exigindo do Estado ações que garantissem

minimamente esta subsistência porque, afinal de contas, é da força de trabalho que advém a acumulação do capital. Nesse sentido, “[...] as condições mínimas garantidas pelo Estado brasileiro têm sido materializadas via transferência de renda [...]”. (TAVARES; SITCOVSKY, 2012, p. 197).

É sabido que as ações de transferência de renda, em geral, possuem caráter provisório, determinado pelo leque de condicionalidades a que estão submetidos os usuários, principalmente aqueles considerados capazes ao trabalho. No que tange as garantias de reprodução da força de trabalho, entendemos que as ações da assistência social de caráter imediato e compensatório colaboram diretamente para a manutenção da estrutura de trabalho precário, como pode ser observado no referencial bibliográfico percorrido. Ou seja, para atender aos preceitos do neoliberalismo, foi necessária a conformação de um novo padrão de proteção social que prevê a mercantilização de direitos sociais já conquistados combinada a ampliação de ações direcionadas à extrema pobreza (TAVARES; SITCOVSKY, 2012, p. 199). É sobre este parâmetro que os programas de transferência de renda passam a corresponder uma das principais alternativas de reprodução da força de trabalho.

Sitcovsky (2010) demonstra que na medida em que cresce o desemprego e se reduzem os postos de trabalho formais, os sistemas de seguridade social são reestruturados e se desenvolve a tendência à expansão dos programas assistenciais de transferência de renda. [Revela-se então] a unidade entre trabalho precário e o Programa Bolsa Família. Este programa ora cumpre funções econômicas, à medida que complementa os baixos rendimentos, ou se constitui na única renda, com a qual seus beneficiários têm acesso a bens de consumo, ora cumpre funções políticas, uma vez que, em alguns casos, permite aos trabalhadores recusarem remunerações de miséria, historicamente pagas, nas regiões mais pobres do país, sobretudo na zona rural. (Ibidem, p. 203-204).

Os autores defendem que mecanismos de reprodução da força de trabalho como o PBF, nas regiões mais pobres do país marcadas por relações coronelistas – um exemplo seria a região Nordeste – se consolidam como alternativas que protegem a classe trabalhadora de uma relação de exploração exacerbada, possibilitando assim, a “[...] redução [d]o poder do capital sobre o trabalho, ao menos nas relações baseadas na superexploração [...]”. (TAVARES; SITCOVSKY, 2012, p. 210). Seguindo essa linha de raciocínio, os autores destacam que nessas regiões, quando não se tinha a segurança da renda propiciada pelo programa, os trabalhadores eram expostos a uma exploração do trabalho combinada com um processo de degradação humana. Nesse sentido, o PBF além de cumprir um papel importante na garantia da reprodução da força de trabalho, ele garantiria o acesso à condição de dignidade humana.

Sabemos do papel importante que mecanismos de transferência direta de renda, como o PBF, cumprem para a classe trabalhadora pauperizada. Entretanto, não devemos deixar de elaborar uma reflexão crítica sobre esta ação. Isto porque não se deve deixar de incorrer nas causas que tornaram a transferência de renda e, a assistência social, como principal medida de proteção social para os trabalhadores. Ambas são estratégias adotadas pelo Estado para compensar a dinâmica imposta pelas consequências da degradação do trabalho. Estratégias estas que não suprem as necessidades da classe trabalhadora de forma a se consolidar como um valor que reflita as necessidades históricas e morais dos trabalhadores de acordo com a particularidade de cada região. Por isso, seu caráter é de compensação e não se iguala ao leque de direitos de uma proteção social que tem na sua composição ações e benefícios decorrentes da relação formal de trabalho.

Os dois principais argumentos críticos às políticas sociais focadas apresentados neste debate têm sido: (a) a desproporção entre os valores do Bolsa Família [...] e o oceano de miséria que há no país, que impede que este programa garanta, mesmo que em uma longuíssima duração, uma redução da desigualdade social[...]; (b) o modelo assistencialista que perpetua a dependência dos beneficiados, e estabelece uma divisão na classe trabalhadora entre os que recebem e os que não recebem sem trabalhar, aceitando a premissa neoliberal que afirma que o Estado não teria a obrigação de garantir trabalho para todos. (ARCARY, 2006, p.3).

É possível perceber que por mais impacto que cause no cotidiano da população pauperizada, os programas de transferência de renda não reduzem a desigualdade, que permanece exponencial no Brasil. Não se configura como um mecanismo de redistribuição de riquezas, mas sim de distribuição da classe trabalhadora para si mesma. Distribuição esta que em valores quando comparado ao montante de recursos repassados ao capital se revela como uma verdadeira migalha.

Ainda sobre a dinâmica estabelecida na relação assistência social e trabalho e, por sua vez, com a reprodução da força de trabalho, não podemos deixar de recolocar a ideia do mito social impetrado a esta política, como destaca Mota (2009), quando promove o ocultamento do lugar que a precarização do trabalho e o aumento da superpopulação relativa ocupa no processo de reprodução social capitalista.

A hipertrofia que a assistência social atinge hoje na proteção social no Brasil representa o movimento do capital nacional e internacional para atender a seus próprios interesses. Ela é resposta da necessidade de acumulação do grande capital.

As diversas investidas das forças representantes da pós-modernidade não nos fez crer que está encerrada a centralidade que o trabalho ocupa neste modo de produção. No entanto, diante das posições teórico-analíticas aqui expostas, tendemos a afirmar que a relação de

tensão entre assistência social e trabalho, pelo menos na realidade brasileira não corresponde, como assinalamos linhas atrás. Tal fato não ocorre apenas pela inclusão de sujeitos sociais que historicamente não seriam o público alvo da assistência social, devido sua capacidade para o trabalho. Trabalho e assistência social se tornam complementares devido à precarização e a informalidade, conforme destacou Sitcovsky (2012). A centralidade do trabalho no capitalismo periférico é de um trabalho informal e precário, o que significa que não tem como horizonte nenhuma perspectiva de direito, ou seja, não há uma previsão de proteção social para estes trabalhadores que esteja vinculada a inserção laboral.

Adotam, portanto, assistência social e trabalho, uma dinâmica de atração, onde a presença de um não exclui a do outro. Essa relação segue as orientações dos organismos internacionais uma vez que, diante do contexto de crise, foi necessária para garantir consumo, crédito e manutenção da reprodução da força de trabalho, sem a necessidade de onerar o capital. Não por acaso os organismos internacionais defendem a informalidade para garantia do desenvolvimento econômico na periferia. Isso significa dizer que, a redução dos custos sociais decorrentes dos encargos do trabalho formal, promoveria um incremento ao desenvolvimento econômico interno. Desta forma, os trabalhadores periféricos teriam garantido sua subsistência imediata, mas para tanto teriam que deixar de conviver com a premissa de uma proteção social. O desmantelamento dos direitos próprio desse contexto de expansão da assistência social promoveu uma economia para o capital no que diz respeito aos custos do trabalho.

Quanto à relação entre emprego e previdência, especificamente, afirma [o Banco Mundial] que as políticas de mercado de trabalho – salário mínimo, regulamentação sobre segurança no trabalho e seguridade social – visam, geralmente, aumentar o bem-estar ou reduzir a exploração. Mas, na realidade, elas redundam no aumento do custo da mão de obra no setor formal e reduzem a demanda de mão de obra. “Na maioria dos países em desenvolvimento o setor informal desempenha um papel proeminente na geração de emprego e de rendas” (1990, p.65), razão pela qual o Banco Mundial defende a expansão do setor informal, quando diz que é necessário “eliminar distorções em favor de grandes empresas, fazer uma regulamentação simplificada, aliada à provisão da infraestrutura urbana apropriada, é o melhor caminho para facilitar o crescimento do setor informal”. (MOTA, 2015, p. 231).

A impossibilidade da garantia aos direitos vinculados ao trabalho é própria da realidade da América Latina, conforme nos chamou a atenção Paiva (2014). Por isso, concordamos que o trabalho assalariado formal e, por extensão, o modelo de proteção social que nasce dessa relação não condiz com a realidade da grande maioria do povo latino-americano e, por sua vez, brasileiro. A atual conjuntura só afirma isso. Tal fato, no entanto, não nos leva a defesa da manutenção da hipertrofia dessa política, creditando a ela o papel da

universalização da proteção social e da garantia da reprodução social dos trabalhadores precarizados e informais. Não se trata apenas de renda mínima, afinal a pobreza é definida como fator multidimensional, de acordo com os organismos internacionais. Sob a perspectiva marxista, isso significa dizer que, de acordo com a lei geral de acumulação capitalista, no modo de produção capitalista, quanto maior a riqueza maior será a pobreza. Por isso, a pobreza é um fator inerente ao movimento do capitalismo, ela é necessária para sua perpetuação. Para tanto, o enfrentamento das suas expressões não pode conter como saída apenas a estipulação de uma renda mínima. Há que se ter outras frentes de ação que promovam a quebra do ciclo geracional da pobreza, que possibilite o aprofundamento da democracia, esta nos limites de seu caráter político, a única possível nos marcos da sociedade burguesa.

Para finalizar, é importante destacar que a centralidade e expansão aludidas à assistência social, que passa a atingir enormes contingentes da população brasileira não representa um volume de recursos que coloque essa iniciativa como substituta das demais frentes da proteção social. Isso significa dizer que a expansão da assistência social em detrimento das demais políticas que compõem o tripé da seguridade social, quando se observa os recursos que lhes são destinados é possível aferir o quanto é mais barato investir nesse tipo de política social. Mesmo em um cenário de deterioração, precarização e desmonte da saúde e da previdência social, se se considerar o volume de recursos, estão à frente da assistência social. Mesmo considerando que esta tem tido seus recursos acrescidos na ordem de quase 300% nos últimos anos (SALVADOR, 2015).

O que se pode concluir, portanto, é que a assistência social se revela como uma política social que toma um lugar central sem exigir dos cofres públicos recursos equivalentes ao *status* que ocupa, ou seja, não tem como pretensão dar conta da reprodução da força de trabalho considerando seu valor histórico e moral. É uma estratégia barata com grande retorno político que colabora infinitamente para o processo de acumulação do capital.

4 POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: COLABORA OU ATENUA PARA SUPEREXPLORAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO?

Neste capítulo objetivamos discutir o papel da Política de Assistência Social (PAS) na reprodução da força de trabalho tendo como intuito responder se essa política contribui para a diminuição ou intensificação da superexploração da força de trabalho. Para tanto, discorreremos acerca das tendências e características históricas determinantes do mercado de trabalho no Brasil.

Após ilustrar as características históricas do mercado de trabalho brasileiro, ou seja, o perfil dos trabalhadores e das relações de trabalho no Brasil, buscaremos ilustrar brevemente como está esse mercado de trabalho na atualidade. Para tanto, nos utilizaremos de dados sobre formalidade e informalidade e outras formas de precarização.

A partir da identificação da relação de precarização do mercado de trabalho brasileiro, buscaremos responder se os rendimentos do trabalho são suficientes para garantir a reprodução da força de trabalho. Para isso, buscaremos dados que demonstrem a composição dos rendimentos das famílias brasileiras, segregando o que é oriundo do trabalho e o que advém de outras fontes.

Para avaliar se os rendimentos do trabalho são suficientes para a reprodução da força de trabalho, adotaremos como parâmetro o salário mínimo necessário (SMN) definido pelo DIEESE.

Para complementar a análise, visando demonstrar a intensa desigualdade no contexto brasileiro, apontaremos o tamanho da riqueza apropriada pelos mais ricos em comparação com aqueles que vivem da venda da força de trabalho.

O segundo tópico deste capítulo tem como objetivo sinalizar o papel que a PAS tem para a reprodução da força de trabalho, adotando como parâmetro para a análise a transferência direta de renda, especificamente, o Programa Bolsa Família (PBF).

No que tange ao PBF buscaremos caracterizar seu público alvo o que demonstrará a abrangência do Programa. Isso será possível a partir da coleta das informações do CadÚnico e da relação dos beneficiários do PBF considerando o corte de renda.

Para analisar a participação da transferência de renda na reprodução da força de trabalho beneficiária do PBF analisaremos a porcentagem de participação da transferência de renda nos rendimentos das famílias e a inserção laboral dos beneficiários do programa, verificando a inserção formal e informal. A inserção laboral nos permitirá verificar se este

tipo de iniciativa ocorre de forma complementar aos rendimentos do trabalho, demonstrando sua insuficiência.

O terceiro e último tópico tem por objetivo responder a pergunta da pesquisa proposta, ou seja, verificar a influência da PAS na speredexploração da força de trabalho no Brasil. Para atender a tal indagação, faremos uma sistematização dos dados apresentados no decorrer do trabalho, assim como dos elementos conceituais e teóricos que fundamentaram a pesquisa apresentada.

4.1 Reprodução da força de trabalho: de onde vem o rendimento das famílias brasileiras?

4.1.1 As tendências e características históricas do mercado de trabalho no Brasil

Para esta pesquisa tomaremos como premissa o entendimento de que o trabalho é fundante do ser social. É através do trabalho que se estabelece as relações no modo de produção capitalista, conforme nos sinalizou Marx em a “Contribuição à crítica da Economia Política”. Nesse sentido, o trabalho humano, é possível dizer, tem a capacidade de estruturar a sociabilidade sendo um dos determinantes do modo de vida da sociedade.

O trabalho, enquanto expressão da transformação da natureza pelo homem, se torna elemento essencial para a sobrevivência humana, visto que através dele a humanidade produz os elementos que atendem suas necessidades.

No modo de produção capitalista o trabalho passa a não ser apenas meio de produção de necessidades, mas de produção de riquezas quando se materializa no trabalho assalariado. Trabalho humano se transforma em mercadoria no capitalismo e é determinante do valor das mercadorias que produz. Quando a força de trabalho se materializa como mercadoria estamos diante de uma nova forma de trabalho, o trabalho assalariado que foi impulsionado pelo desenvolvimento industrial.

A inserção do mercado de trabalho assalariado no Brasil ocorre com grande participação do Estado. Sua constituição decorre do desenvolvimento urbano-industrial da economia brasileira sendo possível graças a função que o Estado assume de agente econômico do processo produtivo.

A persepctiva de constituição de um padrão de acumulação baseado em atividades econômicas de caráter urbano-industrial mudou os horizontes da atuação estatal. Para dar conta da nova realidade houve uma reformulação de todo o aparelho estatal, assim como

novas regulamentações/normativas que atendessem as necessidades da nova conjuntura econômica que estava se instalando, seja ela de caráter trabalhista ou de regulação do mercado.

É sob este contexto que se vê a necessidade de criação de uma regulamentação que contemple a relação capitalxtrabalho, visto que esta cumpriria um papel importante no processo de acumulação, tal como reduzir o custo de produção para o capital já que reduzia o valor da força de trabalho. Neste sentido, a instituição do salário mínimo é um bom exemplo de preservação de um valor nivelado da força de trabalho, sem que o capital corresse o risco de disparidades salariais e, portanto, de ter um aumento variável no seu custo de produção.

Esse nivelamento dos salários beneficiou a acumulação, pois se os valores dos salários fossem condicionados ao “mercado livre” algumas categorias operárias especializadas alcançariam valores mais elevados. Portanto, medidas como a instituição do salário mínimo na década de 1930 e sua implantação na década subsequente tiveram função relevante na acumulação do capital, corroborando para a concentração da riqueza nas mãos dos capitalistas. (LOPES, 2011, p. 174)

De acordo com a autora, o mercado de trabalho brasileiro amplia sua estruturação durante o governo Vargas que ao objetivar um novo padrão de acumulação para o país impulsionou as novas normativas para regulamentação do trabalho assalariado. Importante destacar, no entanto, conforme a autora, que as novidades implementadas pelo governo Vargas não alterou as características estruturais das relações de trabalho no país, tais como: baixo nível de escolaridade, salários precários, baixa qualidade dos postos de trabalho, informalidade, queda na participação da renda nacional, rotatividade da mão de obra e inexistência de políticas de emprego.

Santos (2008) destaca que a conformação do mercado de trabalho brasileiro representa, principalmente entre 1930 e 1970, traços que demarcam o subdesenvolvimento expresso num padrão de sociedade salarial incompleto, visto que sua estrutura é composta por um grande contingente vinculado a relações de trabalho informais, trabalhadores não assalariados e baixos salários. Além disso, consolida tal perspectiva o êxodo rural e a presença de um excedente de força de trabalho que não usufrui dos resultados do crescimento econômico.

Importante destacar que as considerações da autora parte da premissa de afirmação da existência de um atraso na composição do modo de produção capitalista no Brasil, discorrendo que o processo de desenvolvimento do capitalismo brasileiro é de caráter retardatário, porque ao consolidar a fase monopolista do modo de produção o país o faz sem

realizar algumas alterações consideradas estruturais e mantendo o latifúndio de monocultura como principal propulsor econômico.

Sendo assim, o capitalismo monopolista brasileiro se consolida mantendo as bases econômicas estruturais do período anterior, até porque elas seriam necessárias para o sucesso do desenvolvimento monopolista (SANTOS, 2008). Isso associado ao fato da transição a fase dos monopólios não adotar a via clássica, como a que compreende o processo nos países centrais, dá ao capitalismo brasileiro um caráter retardatário. Além disso, a autora adota como referência a ideia de que o período colonial é determinado como uma fase pré-capitalista, ou seja, de acumulação primitiva.

Não concordamos com tal perspectiva como foi possível observar no decorrer dessa pesquisa diante do referencial teórico adotado. No entanto, as características destacadas são válidas por fazerem parte da forma como se compõe historicamente o mercado de trabalho no país, não por ser retardatário, mas pela peculiaridade que compõe o processo de desenvolvimento do capitalismo na periferia que para triunfar tem como premissa um mercado de trabalho fundamentado na informalidade, dentre outras características, e um extenso número de mão de obra excedente determinante do baixo valor pago à força de trabalho.

Portanto, de acordo com os apontamentos da autora, é em meados da década de 1940 que se consolida o sistema de relações de trabalho do mercado de trabalho brasileiro. Nesse contexto, considerando as regulamentações que vinham ocorrendo desde os anos de 1930, já é possível contar com a presença de muito trabalhadores rurais nos centros urbanos. A atração dos trabalhadores rurais para os centros urbanos no entanto, não significou a absorção dessa mão de obra sob a lógica do assalariamento e formalização. De acordo com a autora, o perfil de trabalhador sem direitos, com baixos salários se reproduz também nos centros urbanos, diante da extensa oferta de mão de obra excedente.

Uma característica que marca a história das relações de trabalho no Brasil, o que acaba por ser determinante também do perfil da força de trabalho empregada, é a herança escravista associada ao teor antidemocrático da esfera política do país. O caráter autoritário perpassava inclusive pelas esferas organizativas da classe trabalhadora que tinha o enlaçamento direto com o Estado. Não por acaso, a resposta do Estado em relação as expressões da questão social não perdeu seu caráter repressivo, mesmo quando reconhecida como legítima politicamente.

Os anos de 1950 marca o crescimento massivo do operariado brasileiro, de acordo com Santos (2008), no entanto, o perfil desse operariado não é combativo, ou seja, adere aos direcionamentos econômicos e políticos do governo de plantão.

Cresce também a classe operária, principalmente na região do ABC paulista, onde, pelo perfil dos operários, o sindicalismo teve dificuldades de penetrar tendo em vista o “encantamento” de muitos deles diante das possibilidades de “benefícios” oferecidos pelas multinacionais. Cerqueira Filho (1982) sublinha essa dificuldade que empurra os sindicatos cada vez mais para a órbita do Estado, uma vez que mobilizavam, de modo mais expressivo, apenas os trabalhadores de setores industriais por ele monopolizados. Com isso, afirma o autor que as lideranças sindicais acabavam por se “enredar no jogo do populismo”, sem compreender adequadamente seus traços manipuladores e autoritários. (SANTOS, 2008, p. 114).

Diante desse cenário o que se tem é uma classe trabalhadora que não goza de maneira universal dos direitos relativos ao trabalho assalariado formal e com dificuldades organizativas não só pela herança de uma cultura escravista, mas também pelo caráter autocrático do Estado brasileiro, mesmo nos momentos em que eram definidos como democrático. A autora assinala um outro elemento importante para refletir acerca da dificuldade organizativa da classe trabalhadora, o regime político republicano, porém, de caráter oligárquico, o que limitava a participação política de parte significativa da sociedade.

Na década de 1960 as principais regulamentações do trabalho no Brasil já estão consolidadas, no entanto, a desigualdade e a pauperização é o que reflete a classe trabalhadora no país. Nesse contexto, Santos (2008) assinala que o êxodo rural tem um papel importante na dinâmica da inserção laboral e informal ao formar um exército de reserva extenso, o que intensifica o rebaixamento salarial.

Ele – *o êxodo rural* - é um dos determinantes da reprodução de uma dualidade já conhecida no regime de trabalho brasileiro: a que se expressa entre o emprego formal e o informal, com as repercussões que este último traz em termos de precariedade e “desproteção” social. Nessa mesma direção e, portanto, reforçando a informalidade/precariedade nas relações de trabalho, há que mencionar ainda a sazonalidade dos empregos agrícolas que, se colocando como um problema estrutural nessas regiões (SOUZA In: BELLUZZO E COUTINHO (orgs.), 1998), deixa, sistematicamente, uma grande proporção de trabalhadores sem ocupação durante grande parte do ano. (Ibidem, p.124).

Para colaborar com o contexto de intensificação da pauperização temos o Estado que adota a política de arrocho salarial como elemento estratégico da política econômica praticada pelos governos militares. Tal medida colabora para o aprofundamento da desigualdade no país (SANTOS, 2008).

Dados do IBGE mostram que 1% da população ativa mais rica no Brasil concentrava, em 1960, 11,9% da renda. Esse mesmo percentual da população teve sua participação na renda elevada para 14,7% em 1970 e 16,9% em 1980. A situação se agrava se observarmos que os 10% mais ricos concentravam em 39,6% da renda em 1960 e passaram a 50,9% em 1980. (Ibidem, p. 122).

Um elemento que merece destaque trazido por Santos (2008), ao discorrer acerca da flexibilidade e precariedade do regime de trabalho no Brasil, é a forma como o Estado é o principal protagonista no âmbito das relações entre capital e trabalho. É o Estado autoritário quem dita as condições da relação de trabalho, uma vez que a repressão cumpre o papel de enfraquecer a organização dos trabalhadores. Essa função do Estado se faz presente desde o início das regulações do trabalho durante o governo Vargas e se mantém no período democrático, assim como na ditadura cívico militar iniciada em 1964. O que chama a atenção é que mesmo num contexto de intenso crescimento econômico e altas taxas de lucro do capital – o que ocorre com o incremento industrial nos anos de 1950 e durante a ditadura militar – a classe trabalhadora é assolada pela intensificação da pobreza diante de uma política que restringe direitos do trabalho, promove a informalidade e expande a exploração.

Essa dinâmica, definida pela autora como “fordismo à brasileira”, demonstra que o mercado de trabalho brasileiro se materializa sob a condição da informalidade, dos baixos salários, do desemprego estrutural, da rotatividade, da baixa qualificação, do corporativismo e do braço repressivo do Estado. As condições precárias das relações de trabalho refletem a concentração de riquezas por poucos o que leva o Brasil a intensa desigualdade.

A crise e recessão que assola o capital nos anos de 1970 trouxe reflexos significativos ao mundo do trabalho globalmente. No Brasil, como na maior parte dos países periféricos, os efeitos da crise se concretiza na década de 1980 o que reflete no mercado de trabalho com estagnação da formalização das relações salariais e aumento da informalidade.

De cada cem empregos assalariados gerados entre 1980 e 1991, cerca de 99 foram sem registro e apenas um tinha registro. O saldo total os empregos assalariados representou 68% do universo de ocupações criadas no mesmo período, significando que, de cada dez ocupações, oito eram provenientes do segmento assalariado. (POCHMANN, 2002, p. 72-73).

Diante da conjuntura de crise e estagnação Lopes (2011), nos sinaliza que as mudanças no mundo do trabalho tiveram efeitos avassaladores para o mercado de trabalho brasileiro principalmente via aumento das taxas de desemprego e informalidade, queda do valor do salário real, precarização das relações e condições de trabalho. O que se pode concluir de tal contexto é que o ônus da crise do capitalismo sempre recai sobre a classe trabalhadora.

A crise estrutural é o gatilho que desencadeia o processo de reestruturação produtiva no Brasil, o que impacta diretamente no mundo do trabalho. As características estruturais do mercado de trabalho brasileiro só se aprofundam através da regressão de direitos, da

intensificação do desemprego e da informalidade. A crise promove uma desigualdade ainda maior entre os setores mais ricos e os mais pobres da sociedade brasileira.

[...] com condições de trabalho deterioradas, por terem se tornadas informais, com empregos de curta duração, salários descontínuos e sem proteção social previdenciária, a condição estrutural do trabalho no país afetou o cotidiano dos trabalhadores. (LOPES, 2011, p. 203).

O que se observa portanto, é que relações de trabalho baseadas na flexibilidade, na desregulamentação, informalidade, precariedade, instabilidade e perda de direitos é uma condição hegemônica na etapa neoliberal e que sempre se fez presente nos contextos periféricos. Como já sinalizamos, a realidade laboral brasileira está diretamente ligada com o contexto social e histórico do desenvolvimento do capitalismo no país e com o papel que o Estado cumpre para a promoção do modo de produção, ou seja, seu caráter autoritário, principalmente no que tange aos movimentos organizativos da classe trabalhadora.

[...] a intensidade e magnitude da heterogeneidade e a desigualdade dos processos de trabalho, sócio laborais e organizacionais, dependerão dos processos estruturais determinados pelo nível do desenvolvimento da composição orgânica de capital e da incorporação de tecnologia; da estabilidade ou da crise do sistema econômico; das características do Estado e, finalmente, do grau de coesão, organização e luta dos trabalhadores e das classes exploradas da sociedade na defesa e melhora de suas condições de vida e de trabalho. (VALENCIA, 2016, p.13).

Como efeito da crise estrutural do capital da década de 1970, as mudanças que ocorrem no mundo do trabalho tem recorte mundial. Neste sentido, a relação de trabalho precarizada deixa de ser exclusividade da periferia e avança as barreiras dos países centrais que passam a conviver com o desmonte dos direitos voltados ao trabalho. A dinâmica do mercado de trabalho periférico, portanto, passa a ser a mesma no restante do mundo.

Sobre este aspecto, Linden (2017) nos alerta que na dinâmica do capitalismo o “emprego padrão” experimentado durante os “anos gloriosos” da ordem burguesa e tomado como regra na verdade expressa uma exceção, se tratando, assim, de uma anomalia histórica.

Mesmo concordando que a precarização é uma realidade que atinge atualmente todo o globo, é importante estimar que o dimensionamento da precarização não é o mesmo nos países centrais e periféricos. A precarização é uma condição estrutural para o desenvolvimento do capitalismo na periferia, ela faz parte da lógica de acumulação periférica dentro da dinâmica da divisão internacional do trabalho. Neste sentido discorre Mattos e Terra (2017):

Ainda que as regulações laborais conquistadas pela classe trabalhadora nas economias centrais fossem muito mais amplas do que as incorporadas na periferia do capitalismo, as políticas de retiradas de direitos, encetadas desde a década de 1980, promoveram uma ampliação da insegurança estrutural dos trabalhadores e trabalhadoras frente ao mercado de trabalho. Mesmo assim, permanecem sendo

profundas as diferenças entre as relações laborais nas economias capitalistas centrais e periféricas, o que se reflete também em diferentes graus de precariedade. (Ibidem, p. 206).

Assiste-se, portanto, o avanço das relações precarizadas de trabalho de formas diferenciadas entre centro e periferia. Neste sentido, surgem novas formas de garantir a flexibilização das relações de trabalho no mundo, acomodando as necessidades de máxima acumulação do capital.

Mesmo considerando que o mercado de trabalho brasileiro tem, historicamente, o desemprego como elemento estrutural, é inegável que ao longo da primeira década dos anos 2000 houve uma ampliação do mercado formal de trabalho. O aumento da formalização, no entanto, não descarta a precarização das condições de trabalho que compõe o padrão hegemônico das relações de trabalho no neoliberalismo.

Por um lado, a precarização da ocupação se reduz na década em algumas de suas formas mais tradicionais, como o assalariamento sem carteira, mas, por outro, assume novas formas, sendo uma delas a expansão do processo de terceirização das atividades produtivas para todos os setores econômicos (DIEESE, 2012, p.51 apud MEIRELLES 2014, p.326).

A informalidade, portanto, é uma das muitas formas de precarização das relações de trabalho na periferia. Associa-se a ela o subemprego, a terceirização, o contrato temporário, o trabalho intermitente, para citar exemplos. Neste sentido, referenciando a manutenção das características históricas do mercado de trabalho brasileiro mesmo num contexto em que se tem o aumento da formalidade nas relações de trabalho, ainda destaca Meirelles (2014, p.336):

Em termos de taxas de desemprego o cenário se alterou na década de 2000, mas tal mudança, que ampliou as taxas de emprego, ocorreu através da flexibilização do trabalho, a qual ampliou a exploração da mais-valia absoluta de forma combinada com a mais-valia relativa. Em outras palavras, há um aumento da empregabilidade a custa da precarização das relações de trabalho, da informalização e da superexploração capital/trabalho.

A autora ainda nos chama a atenção para o fato de que em termos relativos além do crescimento da formalidade há a redução da informalidade. No entanto, em termos absolutos houve um crescimento dessa modalidade de inserção laboral, o que nos revela a funcionalidade que possui a precarização para a acumulação do capital na periferia, estando presente massivamente mesmo em um contexto de governo mais aberto, aparentemente, as demandas da classe trabalhadora.

[...] essa significativa expressão da informalidade reinante revela a função da informalidade como expediente de flexibilização da força de trabalho, com vistas ao rebaixamento dos custos por meio da sonegação dos encargos trabalhistas. (DIEESE, 2012, p.170 apud MEIRELLES 2014, p. 339).

Isso nos leva a concluir que o desemprego de caráter estrutural, próprio da dinâmica do mercado de trabalho brasileiro, é um elemento central que propicia o desencadeamento do avanço da precarização das relações de trabalho no país, visto que o grande exército de reserva favorece, por exemplo, o rebaixamento do valor da força de trabalho e os desdobramentos decorrentes disso.

De acordo com o referencial bibliográfico apresentado neste ponto, podemos apreender que o mercado de trabalho brasileiro carrega características que fazem parte do seu surgimento histórico e social. A precarização nas relações de trabalho no Brasil compõe um dos pilares necessários ao desenvolvimento do capitalismo no país, que se insere na divisão internacional do trabalho como país periférico e dependente incubido de repassar parte da sua acumulação/apropriação de riquezas adquiridas no processo produtivo para os países centrais. Para tanto, a manutenção dessa dinâmica tem como condição a superexploração da força de trabalho que no modo de produção capitalista permanecerá tendo como certeza uma maioria desempregada ou inserida numa relação de precarização e desemprego estrutural.

Por fim, podemos verificar que a estrutural laboral precária compõe a espinha dorsal das relações de trabalho no Brasil, ou seja, faz parte do princípio, do modo de ser do mercado de trabalho do país. Portanto, mesmo que as relações de trabalho caracterizadas como precárias sejam hegemônicas no capitalismo contemporâneo diante das metamorfoses no processo de acumulação capitalista desde a crise da década de 1970, na periferia esse processo é permanente, desde as protoformas.

4.1.2 O espelho da classe trabalhadora no Brasil hoje

Dissertar acerca do caráter histórico do mercado de trabalho no Brasil, demarcando suas características estruturais, nos coloca a necessidade de apreendermos o movimento contemporâneo da classe trabalhadora brasileira, ou seja, a conformação da força de trabalho no país atualmente. Para atender tal prospectiva nos debruçaremos nas análises de Lanes (2019) quando analisa a juventude da classe trabalhadora no Brasil, tomando como referencial o capitalismo dependente e a superexploração da força de trabalho. Como suporte e complementariedade a este referencial teórico nos debruçaremos sobre os dados que demonstram a dimensão da precarização das relações de trabalho no Brasil a partir da descrição da informalidade e formalidade.

Caberá também a esta parte da pesquisa como objetivo de identificar o reflexo da classe trabalhadora atualmente a composição dos rendimentos da força de trabalho, buscando apreender não só a sua fonte – se proveniente do trabalho ou de outras relações, como as transferências diretas de renda, por exemplo – mas a sua capacidade, mediante venda da força de trabalho, de adquirir o básico necessário a sua reprodução. Para fazer tal mediação, consideraremos como parâmetro o Salário Mínimo Necessário (SMN) desenvolvido pelo DIEESE que considera esse ser o valor básico para uma família ter acesso aos bens descritos na cesta básica definido pelo decreto lei nº 399 e pela Constituição Federal de 1988.

Para finalizar a descrição da classe trabalhadora brasileira hoje e, por sua vez suas possibilidades de reprodução, demonstraremos o nível de desigualdade do país ao discorrer acerca do percentual de riqueza apropriada pelos mais ricos.

De acordo com Lanes (2019), é possível evidenciar a transformação do perfil da classe trabalhadora no Brasil na atualidade, quando comparado ao início da sua consolidação nos anos de 1930, por ser hoje majoritariamente urbana conforme destacamos linhas atrás. Sendo assim, o que se observou é que o setor de serviços é o que concentra a maior parte da força de trabalho, seguido pelas atividades industriais e, por fim, as atividades agrícolas. A classe trabalhadora, portanto, hoje é concentrada na área urbana e integrada ao setor de serviços.

A contemporaneidade mantém, portanto, no mercado de trabalho brasileiro a precarização como elemento central, porém, tecida de novos contornos. Isto confirma a perspectiva de que a precarização é elemento estrutural a dinâmica do trabalho no país.

O aumento do emprego formal e, por sua vez, a queda da taxa de desemprego no primeiro decênio dos anos 2000 não tem como fator determinante uma política de estímulo ao emprego. De acordo com Raposo (2015), fundamentada em Filgueiras e Gonçalves (2007), o cenário favorável ao emprego formal está relacionado ao crescimento das exportações e ao aumento do PIB. Isso significa dizer que este contexto foi beneficiado pelo quadro econômico internacional favorável às exportações.

Não por acaso, nos alerta a autora, que nesse período, determinado pelo predomínio do capital financeiro, o aumento do emprego formal vem acompanhado de um processo generalizado de precarização das relações de trabalho, mantendo, portanto, o caráter histórico das relações de trabalho no Brasil e em toda a periferia.

[...] convém esclarecer que, na atualidade, situações de emprego consideradas atípicas passaram a ser típicas e, dessa maneira, a precariedade expressa um processo de institucionalização da instabilidade no emprego e no trabalho. (RAPOSO, 2015, p. 125).

Linden (2017), como escrito linhas atrás, defende que as relações de trabalho fundamentadas no contexto dos anos de glória do capitalismo nos países centrais, tendo na política de pleno emprego e de expansão dos direitos trabalhistas a garantia da reprodução da força de trabalho, devem ser consideradas de caráter excepcional, portanto, atípicas. Isso significa dizer que as relações precárias são aquelas típicas ao modo de produção capitalista, visto que, o Estado Social do pós-guerra é uma realidade pertencente a uma parte pequena do globo, além de ser considerado um período muito pequeno se considerarmos o marco temporal de surgimento, desenvolvimento e materialização do modo de produção capitalista. É com essa perspectiva que concordamos, entendendo que esta visão compreende um olhar não eurocêntrico para análise da dinâmica do mercado de trabalho.

Cabe relembrar, no entanto, que mesmo considerando como típica a precarização na dinâmica das relações de trabalho no capitalismo, isso não iguala as variações de precariedade que ocorrem no mundo do trabalho do centro e da periferia. A periferia guarda particularidades na consolidação do desenvolvimento do seu mundo do trabalho que está diretamente relacionada com a forma como se processou o capitalismo na região, quais seja o seu caráter dependente.

De acordo com Mattos e Terra (2017) é possível evidenciar um processo de proletarização no primeiro decênio dos anos 2000 decorrente do aumento da formalidade laboral, como destacado anteriormente, e também constatado no aumento do percentual de assalariados no total da força de trabalho. No entanto, os postos de trabalho criados são marcados, em sua maioria, por baixos salários, fator que caracteriza historicamente o mercado de trabalho brasileiro. Discorre os autores:

Em termos de trabalhadores assalariados que produziam para o mercado [...], é possível verificar um aumento ao longo do período estudado, de 15,75% em 1970 a 29,7% em 2010. Deve-se destacar o aumento dessa relação de trabalho na primeira década do século XXI (de 23,56%, em 2000, a 29,7%, em 2010). (Ibidem, 2017, p. 197).

Outro elemento, de acordo com os autores, além dos baixos salários, que persiste no período de crescimento da inserção laboral de caráter formal é a terceirização que se converte em mais uma forma de precarização das relações de trabalho, visto que é um tipo de contrato que além de conferir menores salários à força de trabalho oferece uma menor cobertura de direitos.

A primeira grande siderúrgica do Brasil era uma empresa estatal no momento da sua criação em 1940 até sua privatização no início da década de 1990. Em 1989, antes

da privatização, a companhia empregava 23.000 trabalhadores, vinte anos depois ela empregava cerca de 8.000. Contudo, existiam outros 9.000 trabalhadores empregados por companhias terceirizadas que prestavam serviço para a CSN, à parte de outros contratos de provisão de serviços e manutenção que transferiram para as terceirizadas as atividades antes feitas dentro da companhia. (MATOS; TERRA, 2017, p. 200).

Os novos contornos dados a precarização das relações de trabalho no Brasil decorrem do processo de reestruturação produtiva no país, que impõe novas formas de organização e relação de trabalho. A busca por maior produtividade e lucratividade propiciou o surgimento de formas de contratação do trabalho cada vez mais precárias baseadas na subcontratação e nas terceirizações, principalmente. Tal perspectiva se concretiza através das novas formas de gestão e organização da força de trabalho associadas a novas técnicas de contratação (terceirização, just-in-time, andon, etc) próprias do regime de acumulação flexível. Através dessas inovações foi possível intensificar a

[...] extração intensificada do trabalho, a captura da subjetividade operária e a inserção subordinada do país no concerto das nações, enquanto base para a renovação da relação de subordinação capital-trabalho. (ANTUNES, 1999; ALVES, 2000 apud RAPOSO, 2015, p. 160).

Uma relação de trabalho precária, portanto, envolve várias atividades que tem a instabilidade como espinha dorsal, materializada na incerteza da renda e do emprego. Geralmente o trabalho precário tem caráter temporário, podendo ser de natureza formal ou informal.

Diante desse cenário, foi possível constatar, de acordo com Lanes (2019), que a partir de 2014 o contexto de avanço da formalidade começa a se inverter no Brasil, como efeito da crise de 2007/2008. Em 2015 a autora assinala que há uma estimativa de que 44% dos trabalhadores urbanos eram informais.

Nos anos seguintes 2016 e 2017 a autora identifica que há uma tendência crescente da média da taxa de desocupação, demarcando uma situação de desemprego e emprego precário associado a um cenário de ausência de direitos como expressão da informalidade que representa formas de trabalho desprovida de direitos.

Como assinalamos, o mundo do trabalho no Brasil é composto, na atualidade, por trabalhadores urbanos inseridos no setor de serviços, tendo na ampliação da terceirização o grande marco de modernização das relações de trabalho. A nova dinâmica do capital sob os ditames da acumulação flexível promove um perfil mais abrangente de trabalhadores criando, portanto, novas frações da força de trabalho que se inserem em novos ramos. Dentre estes podemos destacar, de acordo com Lanes (2019), os trabalhadores de telemarketing e call center, de fast food, hipermercados, motoboys, ubers, dentre outros.

Essas novas frações além de expressarem uma nova modalidade de trabalho e, portanto, de produção de mais valia, desencadeiam as relações de precarização ainda mais. Não por acaso, como destaca Lanes (2019), como consequência da precarização e das novas modalidades de trabalho, que tem na individualização um dos traços marcantes, temos o aumento do adoecimento físico e mental dos trabalhadores. Os novos postos de trabalho se caracterizam principalmente pela maior intensidade do trabalho visando a obtenção de crescimento dos índices de produtividade, tornando a atividade laboral um desencadeador de doenças físicas e mentais na força de trabalho.

Os anos de 2015 e 2017 marcaram o mundo do trabalho no Brasil por determinar mudanças nas relações de trabalho: a liberalização da tercerização para todas as atividades (fim e meio) e alterações na legislação trabalhista que favorece mais a flexibilização. A contrarreforma trabalhista promove impacto significativo nas condições laborais da força de trabalho como o aumento de 47% nas admissões através do trabalho intermitente e 67% no contrato por tempo parcial (LANES, 2019).

Para complementar as informações acerca da conformação e das condições dos trabalhadores no Brasil na contemporaneidade, traremos alguns dados dos principais institutos de pesquisa que tem como referencial traçar as informações sociais do país.

O primeiro dado a ser apresentado é sobre a formalidade e informalidade no mercado de trabalho. Para nossa proposta de pesquisa delimitamos como marco temporal o período entre 2008 e 2018. No entanto, nesta breve síntese que faremos acerca do mercado de trabalho brasileiro adotaremos o período 2012-2018, pelo menos no que se refere a população inserida no mercado de trabalho e seu tipo de relação: se formal ou informal, visto que o banco de dados utilizado é a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD contínua) produzida pelo IBGE tendo seu início em 2012. A PNAD contínua substituiu a Pesquisa por Amostra de Domicílios (PNAD) e se diferenciam pelo corte de idade daqueles aptos ao trabalho: enquanto a primeira considera como apto ao trabalho pessoas com idade a partir dos 14 anos a segunda considerava a partir dos 10 anos. É devido a essa diferença que o nosso corte temporal de análise do tipo de inserção no mercado de trabalho será a partir de 2012.

Sendo assim, de acordo com os dados da PNAD contínua, podemos dizer que o mercado de trabalho brasileiro em 2018 era composto por cerca de 104 milhões de pessoas trabalhando ou em vias de estar⁴⁴. Destes cerca de 54 milhões, aproximadamente 58%,

⁴⁴ De acordo com o IBGE compõem a força de trabalho as pessoas a partir de 14 anos de idade ocupadas ou desocupadas (aquelas sem trabalho na semana de referência, mas que tomariam providência efetiva para

estavam numa relação de trabalho considerada formal, o que para o IBGE equivale a empregados com carteira de trabalho assinada, trabalhadores domésticos com carteira de trabalho assinada, funcionários públicos estatutários, militares, trabalhadores por conta própria e empregadores que contribuem para a previdência social.

Entre 2012 e 2014 há um aumento de 5% dos trabalhadores com carteira assinada, enquanto que entre 2014 e 2018 há uma queda de 9% do mesmo grupo, consequência, provavelmente, da crise econômica. Dos integrantes do grupo de empregados com carteira assinada vale destacar o movimento que ocorre entre o trabalhadores domésticos. Até 2015 há um aumento de 5% dos trabalhadores domésticos com carteira assinada, fato que acreditamos ser consequência da normatização que previa o desconto no imposto de renda do valor pago de contribuição à previdência social pelo empregador. Essa medida foi estabelecida pelo governo federal logo após a regulamentação do trabalho doméstico. Não por acaso, no período entre 2015 e 2018 houve queda de 13% nesse tipo de relação laboral formal, que podemos creditar a crise econômica, mas também ao fim do incentivo através do desconto no imposto de renda. Não há dúvida que a medida não tinha um caráter progressivo, porque desonerava as faixas maiores de renda, mas por outro lado, possibilitou o avanço da formalização desses trabalhadores que historicamente sofrem no Brasil com uma relação de trabalho sem qualquer tipo de regulação e fiscalização reproduzindo práticas próprias da herança e cultura escravocrata ainda presente no país.

Dos trabalhadores considerados ocupados cerca de 25% são considerados por conta própria e destes apenas cerca de 7% é contribuinte, os demais entram na fila da informalidade. Os trabalhadores por conta própria são assim qualificados porque trabalhavam explorando o seu próprio empreendimento, individualmente ou com sócio, sem, no entanto, ter empregados e contando, ou não, com a ajuda de trabalhador familiar auxiliar⁴⁵. Diante da dinâmica do capitalismo no período neoliberal associado as particularidades do seu desenvolvimento na periferia, o trabalho por conta própria pode indicar uma forma de precarização, decorrente do incentivo ao empreendedorismo, o que leva muitos trabalhadores a serem ainda mais explorados porque no geral as atividades desempenhadas por este ramo estão relacionadas a prestação de serviços, trabalho por peça, dentre outros. Sendo assim, os

conseguir no período de 30 dias ou que já haviam conseguido trabalho com previsão de início em menos de 4 meses) na semana de referência da pesquisa.

⁴⁵ O trabalhador familiar auxiliar, de acordo com o IBGE, é aquele que trabalhou sem remuneração em ajuda na atividade econômica de membro da unidade domiciliar ou de parente que residia em outra unidade domiciliar.

trabalhadores por conta própria representam, na verdade, uma forma de precarização e flexibilização das relações de trabalho.

Soma-se a isso o fato de que a maioria dos trabalhadores por conta própria, cerca de 17%, não é contribuinte. Ou seja, são trabalhadores que apesar de atuarem no próprio negócio, como se este fosse um elemento vantajoso, estão sem nenhum tipo de proteção e, muito provavelmente, o rendimento que adquire de seu trabalho não lhes permitem qualquer tipo de poupança para velhice ou para qualquer eventualidade.

Dos trabalhadores com relação laboral formal cerca de 36% possuíam carteira assinada, em 2018, o que nos leva a apreender que esse é o número que estava amparado pela CLT, mesmo considerando as contrarreformas que sofreu após o golpe jurídico, midiático e parlamentar de 2016 que representou uma teia de perda de direitos para a classe trabalhadora. Militares e funcionários públicos entram na estimativa de trabalhadores formais representando cerca de 8% desse grupo.

Colabora para o aumento do número de trabalhadores formais o chamado empregador contribuinte, representando 3,4% do grupo. A diferença do empregador contribuinte para o trabalhador por conta própria é que o primeiro trabalha explorando o seu próprio empreendimento com pelo menos um empregado. Nesta característica se encaixam os microempreendedores individuais (MEI) que, de acordo com Teixeira e Neves (2018, p. 146), “[...] serviu tanto para formalizar diversas formas de trabalho que são realizadas fora do mercado de trabalho formal, como para estimular ainda mais o trabalho por conta própria e autônomo.”. Apesar da denominação de empregador contribuinte o MEI é na verdade o trabalhador autônomo que diante da nova figura jurídica se formaliza como empresário individual (Ibidem) que contrata um outro trabalhador pelo valor de um salário mínimo.

Pode-se dizer que o MEI foi uma forma encontrada pelo Estado de ampliar a formalização dos trabalhadores, visto que, de acordo com as autoras, grande parte do público que o compõe era de trabalhadores informais. No entanto, as autoras destacam que o MEI influencia no processo de terceirização ou de substituição do emprego formal, via CLT, pela prestação de serviços o que pode revelar a limitação do seu potencial de formalização dos postos de trabalho, ou mesmo, de uma pretensa proposta de ampliação de direitos.

Tanto o MEI quanto as formas de trabalho por conta própria, mesmo que haja contribuição, livra o capital dos custos do trabalho, visto que o trabalhador continua a produzir valor, mas já não lhe é mais pago os custos de sua força de trabalho conforme o previsto para aquele trabalhador antes contratado diretamente pelo capitalista. Isso significa

que não cabe mais ao capital os custos com salário, 13º salário, férias remuneradas, descanso semanal remunerado, horas extras, transporte, dentre outros. Nessa nova dinâmica de produção o capitalista também se livra de dispor de alguns instrumentos necessários à produção de certas mercadorias, agora sob responsabilidade dos trabalhadores por conta própria ou dos MEIs (um exemplo disso é no setor têxtil em que muitas costureiras deixaram a fábrica e passaram a trabalhar em casa por peça: sem direitos, oferecendo seus próprios instrumentos de trabalho, sem limites de jornada de trabalho). Isso nos leva a apreender que as novas formas de regularização do trabalho, ou seja, as medidas adotadas para ampliação do trabalho formal favorecem em larga medida o aumento da acumulação do capital.

Ao entendermos, portanto, que algumas formas de trabalho formal podem ser consideradas como materializações da precarização do trabalho associado ao favorecimento da acumulação do capital, passemos a identificar o grupo definido pelo IBGE como informal. Neste grupo inserem-se os empregados sem carteira, trabalhadores domésticos sem carteira, trabalhadores por conta própria não contribuintes, empregadores não contribuintes e trabalhador familiar auxiliar. De acordo com o IBGE, em 2018 o grupo informal representava cerca de 41% das pessoas ocupadas no Brasil. No período demarcado observa-se que a informalidade tem tendência crescente, o que pode ser consequência da conjuntura de crise, visto que os níveis de formalidade seguem caminho inverso, como é possível notar no quadro que segue. Além da crise a tendência crescente da informalidade, componente estrutural do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, pode ser um efeito das modificações na legislação trabalhista, mediante ampliação das formas de flexibilização.

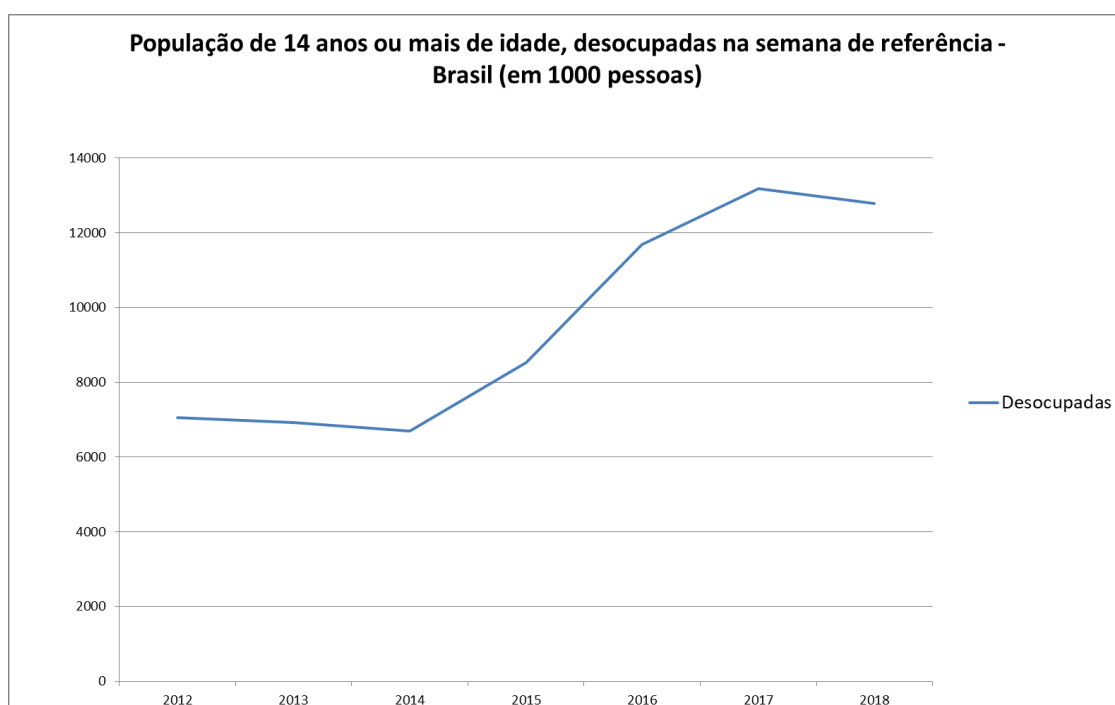
Tabela 4 – Pessoas de 14 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência, segundo posição na ocupação e trabalho formal ou informal – Brasil (1.000.000 pessoas)

Tabela 4 – Pessoas de 14 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência, segundo posição na ocupação e trabalho formal ou informal – Brasil (1.000.000 pessoas)							
Posição na ocupação e trabalhos formais e informais	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Total	89,233	90,715	91,945	92,163	90,776	91,073	92,333
Formal	52,212	54,153	56,040	56,245	55,366	53,986	54,039
Informal	37,021	36,562	35,906	35,918	35,410	37,087	38,294

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2018, consolidado de primeiras entrevistas.

A contrarreforma trabalhista, que modificou a CLT, foi instrumentalizada pela lei nº 13.467 de 2017, tendo por objetivo combater o desemprego e a crise econômica que assola o Brasil, principalmente, a partir de 2014. Antecede a contrarreforma da CLT a Lei da Terceirização, sancionada em 31 de março de 2017, que prevê a incidência dessa prática de contratação laboral em todos os níveis de atividades. Podemos fazer os seguintes destaques da contrarreforma: o fim da obrigatoriedade da contribuição sindical; a liberação da pactuação via acordo individual do banco de horas; flexibilização no fim do contrato de trabalho no que diz respeito ao pagamento das rescisões trabalhistas – aviso prévio e multa sobre o saldo do FGTS; flexibilidade de negociação do intervalo dentro da jornada de trabalho entre trabalhador e empregador; liberação de trabalho de gestantes em ambientes insalubres; ampliação da jornada diária de trabalho para até 12h; liberação da obrigatoriedade de não pagamento da remuneração abaixo do salário mínimo; legitimação do trabalho intermitente, dentre outros. Os argumentos utilizados pelo governo para efetivação das contrarreformas não se mostraram pertinentes, visto que o que assistimos no decorrer do período foi a manutenção da tendência de aumento do desemprego e da informalidade. Quanto ao desemprego é possível observar, no gráfico abaixo (Figura 11), seu crescimento a partir de 2014 e uma leve tendência a queda em 2018.

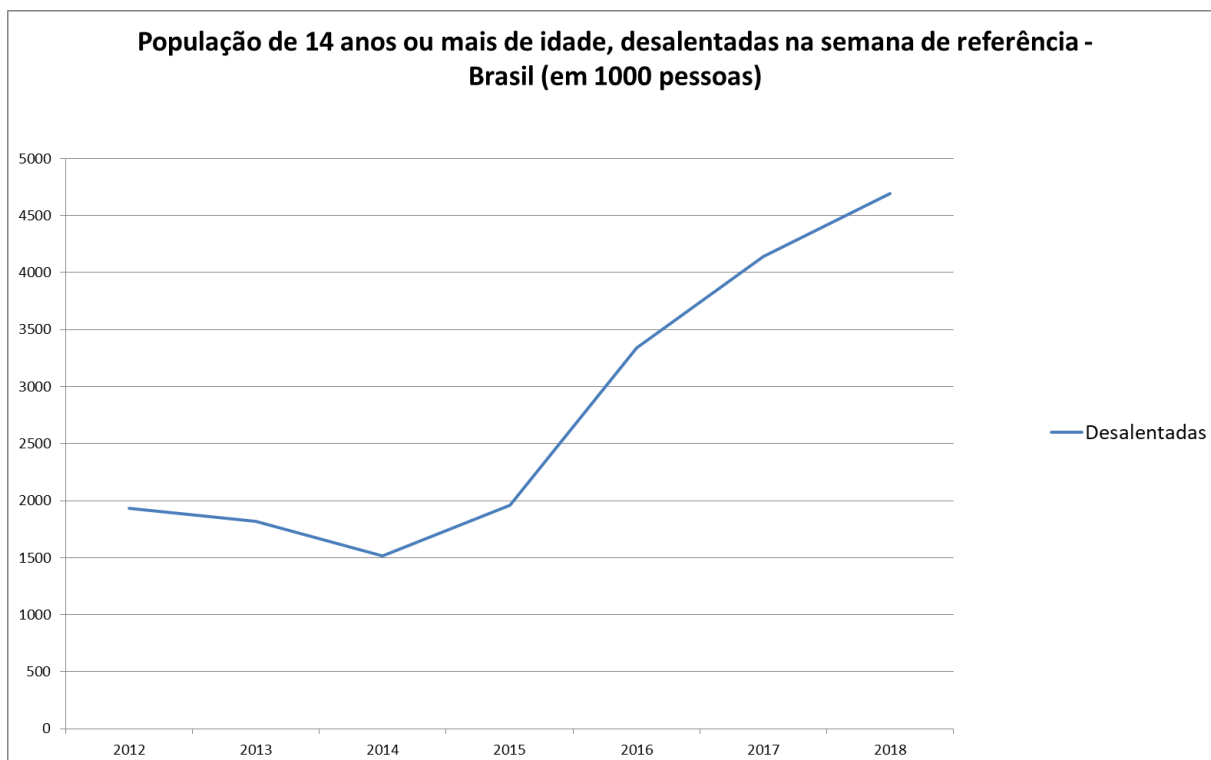
Figura 15 – Gráfico População de 14 anos ou mais de idade, desocupadas na semana de referência – Brasil (em 1000 pessoas)



Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

O número de desempregados chega a cerca de 13 milhões de pessoas em 2017 e não sai dessas cifras mesmo com a tendência a queda em 2018. Se considerarmos o que o IBGE denomina como desalentados, que nada mais é que desempregados que teriam desistido de procurar emprego, esse número cresce ainda mais, vejamos no gráfico a seguir (Figura 12).

Figura 16 – Gráfico População de 14 anos ou mais de idade, desalentadas na semana de referência – Brasil (em 1000 pessoas)

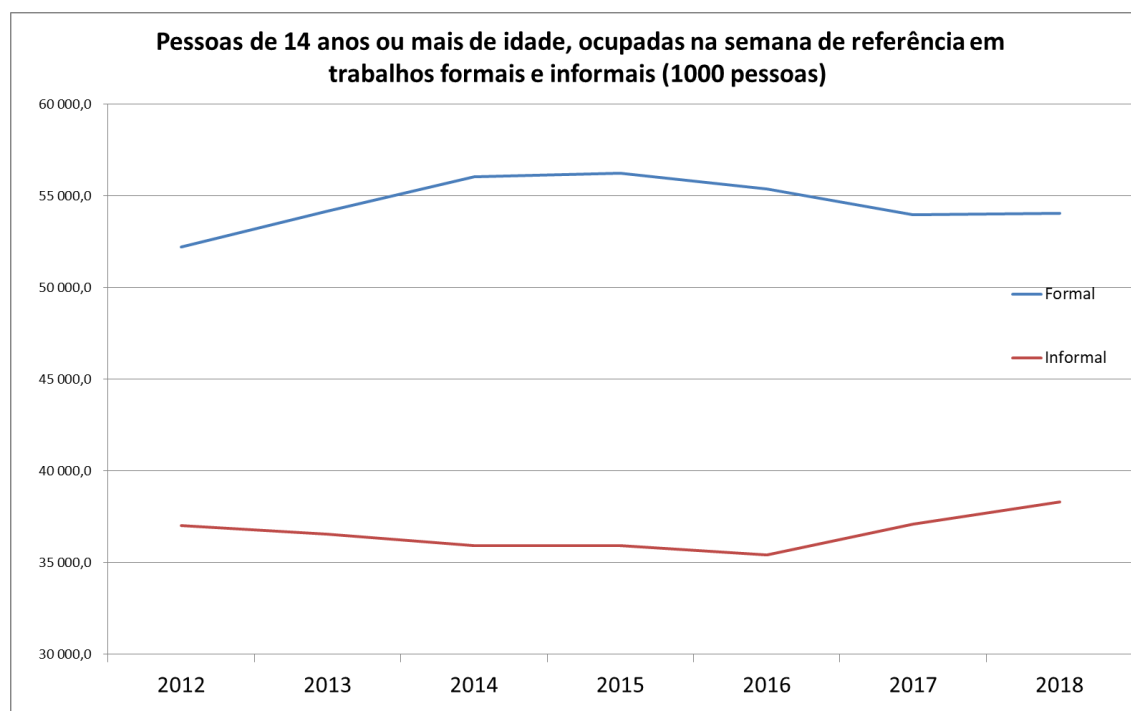


Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

De acordo com a pesquisa os considerados desalentados chegam a mais de 4,5 milhões de pessoas e, ao contrário do gráfico dos desocupados, sua tendência é crescente no ano de 2018. Se considerarmos os dois grupos, temos uma tendência exatamente contrária daquela que justifica a contrarreforma dos direitos do trabalho. O cenário nos mostra que o exército de reserva no contexto brasileiro tende a ser maior, o que facilita a intensificação das formas de exploração e superexploração da força de trabalho, característica estruturante do desenvolvimento do modo de produção capitalista no Brasil e em toda a periferia dependente.

Apesar da tendência crescente da informalidade, entre 2012 e 2014 houve uma diminuição de cerca de 3%, seguida de um aumento entre 2014 e 2018 de 7%, conforme o gráfico (Figura 13) demonstra.

Figura 17 – Gráfico Pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência em trabalhos formais e informais (1000 pessoas)



Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2018, consolidado de primeiras entrevistas.

Mesmo que os trabalhadores informais de acordo com os dados não representem a maioria no mercado de trabalho brasileiro isso não desqualifica seu histórico de precarização. O fato de termos a maior parte dos trabalhadores numa relação formal não exime a realidade de que o mercado de trabalho brasileiro é conformado por relações precárias e pela superexploração. Prova disso, é a adoção de formas “modernizadas” de relação de trabalho que vem crescendo nos últimos tempos que adotam o caráter formal, mas é permeado de formas de intensificação do trabalho, de relações flexíveis que limita os direitos e mantém os salários muito baixos.

A informalidade está presente no Brasil, em muitas atividades econômicas, mas algumas possui uma representação histórica como a Agropecuária. Este grupo concentra, de acordo com a PNAD contínua, em 2012 11,5% as pessoas ocupadas no período, sendo a sua maioria, 8,5%, com vínculo informal. Interessante observar que este setor entre 2012 e 2018 diminui o número de pessoas empregadas no decorrer desse período fato que pode estar associado a crise econômica ou mesmo ao processo migratório entre campo e cidade.

Como vimos o setor de serviços é o que mais emprega os trabalhadores no Brasil. Neste a informalidade também se faz presente, em 2012, de acordo com a PNAD contínua entre os cerca de 18% de trabalhadores do setor 7,5% eram informais. No período analisado

(2012 a 2018) observou-se a diminuição da informalidade no setor, que volta a se tornar crescente a partir de 2017.

Um elemento interessante reportado a informalidade é o nível de instrução. De acordo com a PNAD contínua, dos 33,2% de trabalhadores sem nenhum tipo de instrução ou com apenas o ensino fundamental incompleto em 2012, 20,5% eram informais. Dos trabalhadores com ensino fundamental completo ou médio incompleto, ou seja, 17,3%, 8,1% eram informais. É possível observar que quanto menor o grau de instrução maior a incidência da informalidade. Esta é uma tendência que acompanha todo o período analisado.

Ao observarmos os rendimentos dos indivíduos ocupados no Brasil, de acordo com a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS)⁴⁶ notamos que em 2018 cerca de 66% ganham entre 1 e 3 salários mínimos mensais. Tal atributo se mostra como uma tendência do mercado de trabalho brasileiro, como é possível observar em outros anos, (2008-2018), de acordo com a tabela a seguir.

Tabela 5 – Indivíduos (em %) ocupados pela faixa de remuneração em salários mínimos – Brasil (2008-2018)

Indivíduos ocupados pela faixa de remuneração em salário mínimos - Brasil													
Ano	Faixa de Remuneração em Dezembro												Total
	Até 0,50	0,51 a 1,00	1,01 a 1,50	1,51 a 2,00	2,01 a 3,00	3,01 a 4,00	4,01 a 5,00	5,01 a 7,00	7,01 a 10,00	10,01 a 15,00	15,01 a 20,00	Mais de 20,00	
2018	0.71%	5.29%	26.60%	20.61%	19.03%	8.86%	5.10%	5.41%	3.67%	2.48%	1.02%	1.22%	100.00%
2017	0.67%	5.30%	27.69%	20.31%	18.72%	8.74%	5.01%	5.33%	3.60%	2.44%	0.99%	1.21%	100.00%
2016	0.66%	5.22%	26.90%	20.27%	19.00%	8.89%	5.08%	5.42%	3.70%	2.53%	1.06%	1.28%	100.00%
2015	0.62%	5.04%	25.17%	20.38%	19.51%	9.16%	5.23%	5.77%	3.89%	2.70%	1.11%	1.42%	100.00%
2014	0.56%	5.11%	25.35%	19.85%	19.52%	9.20%	5.38%	5.84%	3.96%	2.69%	1.11%	1.43%	100.00%
2013	0.54%	5.22%	27.03%	19.17%	18.93%	9.07%	5.30%	5.72%	3.86%	2.61%	1.14%	1.40%	100.00%
2012	0.58%	5.29%	27.63%	19.35%	18.28%	8.88%	5.30%	5.62%	3.85%	2.61%	1.17%	1.43%	100.00%
2011	0.52%	5.35%	25.94%	19.57%	18.79%	8.97%	5.34%	5.87%	4.00%	2.75%	1.24%	1.67%	100.00%
2010	0.51%	5.83%	27.58%	19.33%	18.00%	8.77%	5.12%	5.56%	3.80%	2.66%	1.20%	1.65%	100.00%
2009	0.49%	5.81%	27.90%	18.72%	17.93%	8.91%	5.18%	5.75%	3.79%	2.64%	1.17%	1.70%	100.00%
2008	0.44%	5.69%	25.99%	18.63%	18.39%	9.11%	5.41%	6.18%	4.21%	2.80%	1.29%	1.85%	100.00%

Fonte: MTE - RAIS

De acordo com os dados apresentados até agora temos que o mercado de trabalho brasileiro é composto em sua maioria por trabalhadores inseridos em uma relação laboral

⁴⁶ Todos os dados da RAIS referentes à renda foram deflacionados para os preços reais de 2018.

formal com rendimentos que variam de 1 a 3 salários mínimos, se localizam majoritariamente na área urbana e estão inseridos no setor de serviços. A maioria, no entanto, tem seus proventos concentrados entre 1 e 2 salários mínimos. Este cenário nos demonstra o nível de precarização no que diz respeito ao atendimento das necessidades de reprodução dessa classe trabalhadora. O trabalho formal brasileiro, associado ao rendimento em torno de 2 salários mínimos não dão a estes trabalhadores aquilo equivalente ao seu valor histórico e moral⁴⁷.

Para fundamentarmos nossa assertiva de que o salário pago aos trabalhadores não é suficiente para a reprodução básica do trabalhador e sua família, utilizaremos como referência o SMN desenvolvido pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE).

O cálculo do salário mínimo necessário segundo o DIEESE, tem como base o que foi determinado pelo Decreto Lei nº 399/1938 e pela Constituição Federal de 1988. O Decreto Lei nº 399/1938 determina que o trabalhador deva receber um salário mínimo e que este seja capaz de satisfazer, em determinada época e região do país, às suas necessidades normais de alimentação, habitação, vestuário, higiene e transporte. Este decreto lei também determina que o salário mínimo não possa ser inferior ao preço da cesta básica de alimentos que é composta por: seis quilogramas de carne, quinze litros de leite, quatro quilogramas e meio de feijão, três quilogramas de arroz, um quilograma e meio de farinha, seis quilogramas de batata, nove quilogramas de legumes (tomate), seis quilogramas de pão francês, seiscentos gramas de café em pó, noventa unidades de frutas (bananas), três quilogramas de açúcar, um quilograma e meio de óleo ou banha e novecentos gramas de manteiga. Já a Constituição Federal de 1988 determina que o salário mínimo deva ser capaz de atender as necessidades vitais básicas do trabalhador e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social.

A partir da Constituição de 1988 e do decreto lei, o DIEESE desenvolve o cálculo do SMN, que corresponde à quantidade monetária necessária para manter a cesta básica mais cara das dezoito capitais do país. O referencial da cesta básica de alimentos é a mais cara porque o salário mínimo deve cobrir uma mesma cesta para todo o país. Como a Constituição determina que o salário mínimo deve manter toda a família, o DIEESE pressupõe que uma família tem dois adultos e duas crianças, e que as duas crianças equivalem a um adulto. Dessa

⁴⁷ No primeiro capítulo desta pesquisa, nos debruçamos sobre as categorias e conceitos que definem e expressam o valor da força de trabalho, por isso, não retomaremos aqui.

forma se chega ao resultado de que CFA (Custo Familiar da Alimentação) é igual a três vezes o C.C (custo da cesta básica de maior valor). De forma esquemática temos:

$$CFA = 3 \times C.C$$

Como a Constituição determina também que a renda do salário deve cobrir as outras despesas básicas do trabalhador, o DIEESE vai utilizar o cálculo da pesquisa orçamentária familiar da cidade de São Paulo de 1994, feito pela própria instituição, para saber quanto da renda de quem recebe até dois salários mínimos é utilizada para a compra de alimentos, que pela pesquisa foi encontrado que o valor de 0,3571 ou 35,71%. A partir disso será feita uma relação de que se o custo familiar de alimentação é igual a 35,71%, o custo básico total do trabalhador é igual a 100%. De forma esquemática temos:

$$\frac{CFA}{x} = \frac{0,3751}{1}$$

$$x = \frac{CFA}{0,3751}$$

Deste modo, de acordo com o DIEESE, o SMN para no ano de 2018 atender as necessidades de uma família de 4 pessoas (2 adultos e 2 crianças) seria de 3829,23 reais. No entanto, de acordo com o que observamos, cerca de 47% dos trabalhadores formais em dezembro de 2018 ganhavam entre 1 e 2 salários mínimos o que equivale a 1908,00 reais, ou seja, pouco menos de 50% do necessário para cobrir as necessidades de uma família de 4 pessoas. É possível verificar a comparação entre 2008-2018 do SMN com o salário mínimo nominal na tabela que segue:

Tabela 6 – Salário mínimo real e necessário (em R\$) a preços de 2018 (2008-2018)

Salário Mínimo Real e Necessário a preços de 2018		
Período	Salário Mínimo Nominal (R\$)	Salário Mínimo Necessário (R\$)
12/2008	703.50	3,629.51
12/2009	757.14	3,249.85
12/2010	779.95	3,406.58
12/2011	785.70	3,358.12
12/2012	844.36	3,477.18
12/2013	871.90	3,556.33
12/2014	876.45	3,602.12
12/2015	857.24	3,827.65
12/2016	898.22	3,936.05

12/2017	937.00	3,585.05
12/2018	954.00	3,829.23
Fonte: DIEESE		

A informação anterior nos dá uma boa base para demonstrar o quanto a classe trabalhadora vive com muito menos que o necessário, mesmo entre aqueles que estão empregados formalmente. A situação dos demais é muito mais precária, considerando as tendências analisadas até aqui.

A limitação de como os ganhos do trabalho são insuficientes para cobrir aquilo definido como necessário ao trabalhador e sua família também pode ser visualizada quando identificamos a média de distribuição das despesas das famílias que recebem até meio salário mínimo *per capita*, ou seja, até 2 salários mínimos, se considerarmos uma família de 4 pessoas. Essa seria, de acordo com as referências utilizadas até aqui, a realidade da maior parte dos trabalhadores assalariados formais do Brasil.

Observamos os dados do caderno de estudos nº34 da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação do Ministério da Cidadania que trata, dentre outras coisas, da cesta de consumo e inflação das famílias de baixa renda. O objetivo deste estudo é propor um Índice de Preços ao Consumidor focado nas famílias de baixa renda, visto que não existem indicadores para monitorar o comportamento dos preços dos produtos consumidos pelos indivíduos de renda mais baixa. O foco nessa população é que permite aos pesquisadores identificar a cesta de produtos e serviços consumidos pelas famílias de baixa renda. Desta maneira, é possível mensurar com mais precisão a inflação que acomete este grupo societário, de acordo com o estudo, a partir do momento em que se conhece o que esta fração da sociedade consome.

De acordo com este estudo, os alimentos e as tarifas públicas é o que mais pesa no orçamento das famílias de baixa renda, ou seja, aquelas que ganham até ½ salário mínimo *per capita*.

[...] as famílias de menor renda dedicam parcelas maiores de seus gastos à alimentação, enquanto as que se situam nos estratos superiores despendem frações elevadas de seus orçamentos com educação, saúde e lazer. Em outras palavras, ao passo que aumenta o rendimento, a elasticidade da procura de bens de primeira necessidade tende a zero. (BRAZ; LINO, 2019, p. 26).

É importante dizer que as famílias da faixa de renda a qual se refere a pesquisa são também aquelas com perfil elegível para inscrição no Cadastro Único (CadÚnico). Essa é uma referência importante para nossa pesquisa que tem como objeto os usuários do PBF, os quais todos necessariamente compõem o CadÚnico.

De acordo com o estudo, desenvolvido por Braz e Lino (2019), nas famílias com renda de até meio salário mínimo *per capita* o peso com alimentação é de cerca de 40%. Peso também considerável no orçamento dessas famílias, cerca de 18%, são as chamadas tarifas públicas que compreendem ônibus urbano, energia, gás de bujão e água e esgoto residencial. Os autores não consideram o peso com habitação que, como se sabe é o mais oneroso para os mais pobres, como demonstraremos mais adiante.

Os autores afirmam que no geral, as famílias mais pobres são mais intensamente acometidas pela inflação, mesmo esta sendo menor se comparado a que atinge as outras camadas sociais. O problema da alta da inflação para os mais pobres decorre do fato de não haver mecanismos econômicos que proteja a alta dos preços dos produtos mais consumidos pelos mais pobres. Esse dado tem como referência os índices criado pelos autores.

Semelhantemente, sob a perspectiva de longo prazo, na última década – de dezembro de 2008 a dezembro de 2018 – a inflação acumulada para o grupo de mais baixa renda, apurada pelo IPC-PCU, foi de 72%, abaixo de todos os outros índices para o mesmo período. Isso evidencia que as famílias mais pobres sofrem mais intensamente com a inflação, não pelo fato de que a inflação para esta camada social seja maior – e de fato não é, conforme o índice aqui calculado – mas sim pela falta de mecanismos econômicos para protegê-los da alta nos preços. Produtos financeiros são, em sua maioria, restritos a pessoas de maior renda. Os mais pobres dificilmente buscam aplicações financeiras, seja por falta de acesso ao setor financeiro ou por desconhecimento, ou simplesmente por não ser possível reservar uma parte de seu salário. (BRAZ; LINO, 2019, p. 34).

Os dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) 2017/2018 nos permite analisar os dados da distribuição das despesas de rendimentos das famílias de até 2 salários mínimos mais atualizados do que os demonstrados na pesquisa referenciada (que tem como referência $\frac{1}{2}$ salário mínimo *per capita*, tendo como base a POF 2008/2009). Mas as tendências são as mesmas como podemos observar na tabela:

Tabela 7 – Distribuição das despesas monetária e não monetária média mensal familiar, por classes de rendimento total e variação patrimonial mensal familiar, segundo os tipos de despesa – Brasil (2017-2018)

Distribuição das despesas monetária e não monetária média mensal familiar, por classes de rendimento total e variação patrimonial mensal familiar, segundo os tipos de despesa – Brasil (2017-2018)

Tipos de despesa	Distribuição das despesas monetária e não monetária média mensal familiar (%)							
	Total	Classes de rendimento total e variação patrimonial mensal familiar (R\$)						
		Até 2 Salário	Mais de 2 a 3 salários mínimos	Mais de 3 a 6 salários mínimos	Mais de 6 a 10 salários mínimos	Mais de 10 a 15 salários mínimos	Mais de 15 a 25 salários mínimos	Mais de 25 salários mínimos
Despesa total	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0
Despesas correntes	92.7	96.5	95.5	94.7	93.8	92.9	89.2	87.0
<i>Despesas de consumo</i>	81.0	92.5	89.8	86.9	82.9	78.2	72.8	65.9
Alimentação	14.2	22.0	19.1	17.1	13.8	12.2	9.9	7.6
Habitação	29.6	39.0	36.6	32.5	28.3	27.3	25.3	22.7
Vestuário	3.4	4.2	3.9	4.1	3.7	3.2	2.6	2.4
Transporte	14.6	9.5	11.3	14.2	17.0	15.9	16.1	14.8
Higiene e Cuidados Pessoais	2.9	5.0	4.3	3.8	3.0	2.3	1.6	1.0
Assistência a saúde	6.5	5.9	7.0	6.5	6.7	7.1	6.5	5.6
Educação	3.8	1.9	2.4	3.1	4.1	4.4	4.6	5.1
Recreação e cultura	2.1	1.7	1.7	1.9	2.2	2.2	2.2	2.3
Fumo	0.4	0.7	0.6	0.5	0.4	0.2	0.2	0.1
Serviços pessoais	1.0	1.0	1.0	1.1	1.1	1.1	1.0	0.8
<i>Despesas diversas</i>	2.4	1.5	1.8	2.0	2.5	2.4	2.8	3.5
<i>Outras despesas correntes</i>	11.7	4.0	5.7	7.7	10.9	14.7	16.4	21.1
Aumento do ativo	4.1	1.4	1.7	2.4	2.7	3.4	7.0	9.7
Diminuição do passivo	3.2	2.1	2.8	2.9	3.6	3.7	3.8	3.3
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018.								
Salário Mínimo = R\$ 954,00								

De acordo com os dados da POF 2017/2018 habitação e alimentação seriam os que mais pesam nas despesas das famílias que ganham até 2 salários mínimos. Quanto menor a renda maior o gasto com alimentação e habitação, o que no caso do grupo destacado equivalem a 61% da renda familiar. Outro item que tem maior peso no grupo familiar de até 2 salários mínimos é transporte que consome 9,5% da renda familiar. Interessante observar que quanto maior a faixa de renda, maior é a despesa com transporte, muito provavelmente essa

informação está relacionada com o uso do transporte particular pelas faixas de renda mais altas.

Da tabela 7 é possível observar a baixa capacidade das famílias que recebem até 2 salários mínimos de constituir um patrimônio. Quanto maior a renda maior é o aumento do ativo. Quanto maior a renda maior é o pagamento das dívidas, ou seja, as famílias de maior rendimento conseguem diminuir mais o passivo.

A POF também nos ajuda a visualizar a origem dos rendimentos das famílias de acordo com a faixa de renda. Do rendimento total, de acordo com a POF 2017-2018, 57,5% são considerados rendimentos do trabalho, das relações de trabalho, que envolve compra e venda da força de trabalho. Rendimentos do trabalho é a forma mais agregada possível para unir tudo que vem de uma relação de trabalho, é a remuneração monetária bruta proveniente do trabalho de empregado (público, privado ou doméstico), empregador e conta própria.

As classes de rendimento total mensal familiar de até 2 salários mínimos tem 41% da sua renda advinda do rendimento do trabalho, sendo 27,3% advindo da condição de empregado e 11% do trabalho por conta própria. No grupo familiar de rendimentos maiores que 2 salários mínimos até 3 salários mínimos 44,8% da sua renda advém do rendimento do trabalho, sendo 31,7% decorrente da condição de empregado e 12,4% da condição de trabalhador por conta própria.

Do primeiro grupo destacado 15,5% dos rendimentos são advindos de aposentadoria e pensão do INSS e 6,3% dos programas sociais federais de transferência. Para as famílias de rendimentos maiores que 2 salários mínimos e máximo de 3 salários mínimos, no que tange as transferências, 18,8% são decorrentes de aposentadoria e pensão do INSS e 2,9% são de programas sociais do governo federal. Diante do apresentado é possível perceber a importância dos programas de transferência no orçamento das famílias mais pobres. Por outro lado, nota-se o quanto seus valores são baixos e, por isso, incapaz de propiciar o rendimento necessário para que essas famílias tenham acesso ao básico, de acordo com o referencial do SMN desenvolvido pelo DIEESE. As transferências de programas sociais são, portanto, insuficientes para garantir, mesmo que de maneira complementar aos rendimentos do trabalho, o acesso ao básico quiçá para fazer com que esses indivíduos beneficiários deixem de buscar postos de trabalho. O “efeito preguiça” muitas vezes atribuído a estas iniciativas não passa de uma falácia e só demonstra a intensa desigualdade e pobreza a que estão expostos os indivíduos periféricos.

Tabela 8 – Distribuição do rendimento total e variação patrimonial médio mensal familiar, por classes de rendimento total e variação patrimonial mensal familiar, segundo os tipos de origem do rendimento – Brasil (2017-2018)

Distribuição do rendimento total e variação patrimonial médio mensal familiar, por classes de rendimento total e variação patrimonial mensal familiar, segundo os tipos de origem do rendimento – Brasil (2017-2018)								
Origem do rendimento das famílias	Rendimento total e variação patrimonial médio mensal familiar (R\$)							
	Total	Classes de rendimento total e variação patrimonial mensal familiar						
		Até 2 Salário	Mais de 2 a 3 salários mínimos	Mais de 3 a 6 salários mínimos	Mais de 6 a 10 salários mínimos	Mais de 10 a 15 salários mínimos	Mais de 15 a 25 salários mínimos	Mais de 25 salários mínimos
Rendimento total e variação patrimonial	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0
Rendimento total	93.8	98.6	98.2	97.2	95.6	94.4	92.4	85.1
<i>Rendimento do trabalho</i>	57.5	41.0	44.8	56.3	61.0	62.4	61.1	60.1
Empregado	39.7	27.3	31.7	42.0	44.3	44.3	43.7	33.9
Empregador	6.7	0.4	0.7	1.7	4.0	6.7	8.2	18.8
Conta própria	11.0	13.3	12.4	12.5	12.7	11.4	9.3	7.4
Transferência	19.5	28.6	29.9	21.0	18.5	18.2	18.1	13.1
Aposentadoria e pensão do INSS	10.7	15.7	22.0	14.9	11.7	8.5	6.2	3.1
Aposentadoria, pensão da previdência pública	5.0	0.8	1.2	2.2	4.2	7.1	9.3	7.7
Aposentadoria, pensão da previdência privada	0.7	0.0	0.1	0.1	0.4	1.0	1.3	1.7
Programas sociais federais	1.0	7.6	3.2	1.3	0.3	0.1	0.1	0.0
Pensão alimentícia, mesada ou doação	0.9	2.2	1.4	1.1	0.9		0.5	0.3
Outras transferências	1.1	2.2	2.0	1.5	1.0	0.9	0.8	0.2
Rendimento de aluguel	1.6	0.3	0.5	0.8	1.1	1.9	1.9	3.8
Outras rendas	0.7	0.6	0.7	0.8	0.7	0.6	1.1	0.2
Rendimento não monetário	14.5	28.0	22.2	18.3	14.3	11.4	10.2	7.8
Variação patrimonial	6.2	1.4	1.8	2.8	4.4	5.6	7.6	14.9

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018.

Salário Mínimo = R\$ 954,00

Uma outra categoria referenciada pela POF 2017/2018 que nos chama a atenção é o denominada rendimento não monetário, que tem peso significativo nos rendimentos das famílias que ganham até 3 salários mínimos, cerca de 28%. Esse tipo de rendimento, segundo

a pesquisa, se refere a atividades prestadas em troca de algum meio de subsistência ou produtos em que não se envolve troca monetária, são despesas provenientes de produção própria, retiradas do negócio, troca, doação e outras formas de obtenção que não envolveram pagamentos monetários.

De acordo com PNAD contínua a desigualdade segue dando o comando na dinâmica societária brasileira. Enquanto que em 2018 a renda média mensal domiciliar *per capita* dos 10% mais pobres era 174 reais por mês, a dos 1% mais ricos era de 16.347 reais. É possível observar ainda que entre os anos de 2015 e 2018, com exceção dos 10% mais ricos, os demais domicílios perdem renda *per capita*. Além de representar o efeito da crise econômica, é possível observar qual fração da sociedade o golpe jurídico, midiático e parlamentar atingiu, os mais pobres. Em 2012, o rendimento *per capita* dos domicílios até 10% mais pobres era de 120 reais, esse valor em 2018 desce para 107 reais, tendo chegado em 2014 a 144 reais. Do outro lado, os domicílios com rendimentos *per capita* dos 1% mais ricos em 2012 era de 15.258 reais e, em 2018, 16.347 reais. No entanto, nos anos de 2013 a 2017 essa fração sofre perda de renda que volta a subir apenas em 2018.

Tabela 9 – Rendimento médio mensal real domiciliar *per capita*, a preços médios do último ano – Brasil (2012-2018)

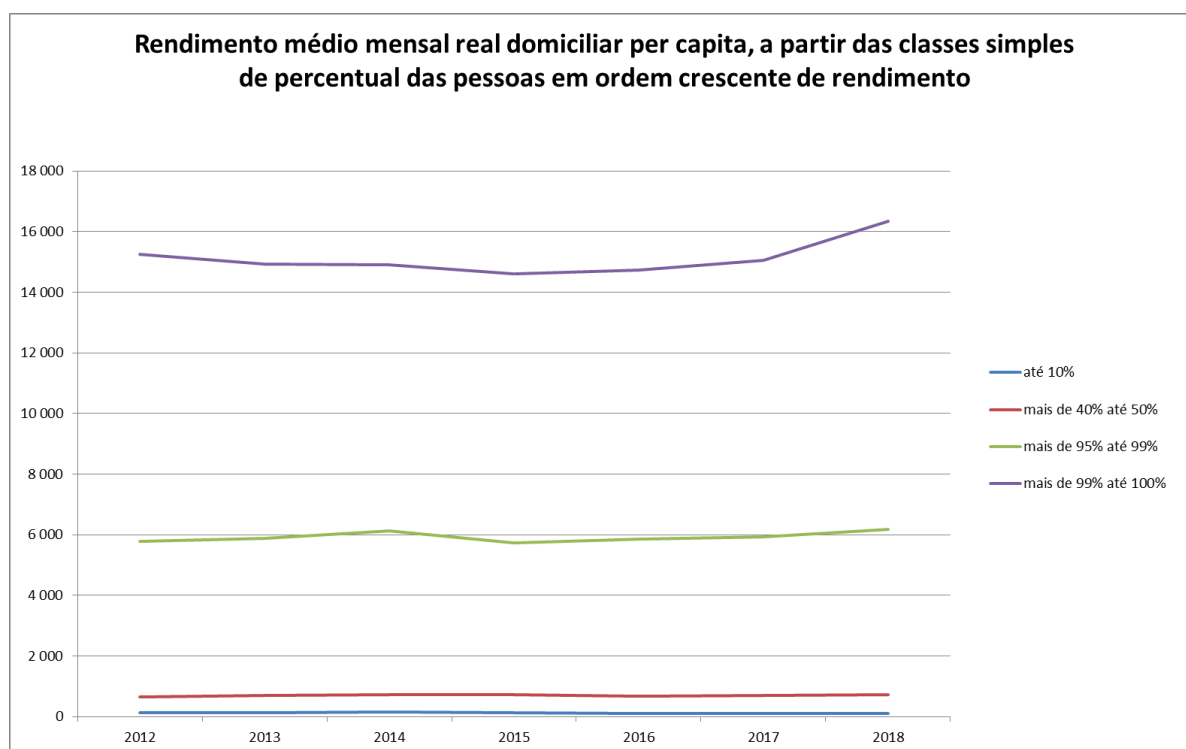
Rendimento médio mensal real domiciliar <i>per capita</i> , a preços médios do último ano - Brasil (INPC)							
Classes simples de percentual das pessoas em ordem crescente de rendimento	Ano (R\$)						
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Total	1 251	1 290	1 341	1 289	1 275	1 285	1 341
até 5%	66	75	84	77	61	53	51
mais de 5% até 10%	174	188	205	195	174	165	164
até 10%	120	132	144	135	117	109	107
mais de 10% até 20%	276	290	313	302	280	279	283
mais de 20% até 30%	396	418	444	430	408	409	418
mais de 30% até 40%	518	548	579	563	534	538	552
mais de 40% até 50%	662	696	737	714	685	692	713
mais de 50% até 60%	838	877	909	890	869	884	910
mais de 60% até 70%	1 024	1 066	1 114	1 083	1 047	1 063	1 096
mais de 70% até 80%	1 345	1 392	1 454	1 408	1 380	1 387	1 444
mais de 80% até 90%	1 949	2 021	2 105	2 028	2 017	2 020	2 103
mais de 90% até 100%	5 379	5 465	5 604	5 342	5 412	5 472	5 782
mais de 90% até 95%	3 081	3 230	3 333	3 180	3 201	3 182	3 349

mais de 95% até 99%	5 781	5 890	6 119	5 727	5 847	5 938	6 181
mais de 99% até 100%	15 258	14 931	14 894	14 609	14 731	15 055	16 347

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2012 – 2018.

A tabela 9 nos mostra o fosso da distribuição dos rendimentos entre a maior parte da população brasileira e os 1% mais ricos. A desigualdade é um elemento estrutural, faz parte do modo de ser do capitalismo. No entanto, a concentração de renda aplicada na periferia é o principal fator para desencadear o empobrecimento da população a níveis em que a própria reprodução orgânica pode ficar comprometida. A disparidade de rendimentos é grande mesmo entre os 4% mais ricos e o 1% mais rico, como pode ser observado no gráfico a seguir.

Figura 18 – Gráfico Rendimento médio mensal real domiciliar per capita, a partir das classes simples de percentual das pessoas em ordem crescente de rendimento (2012-2018)



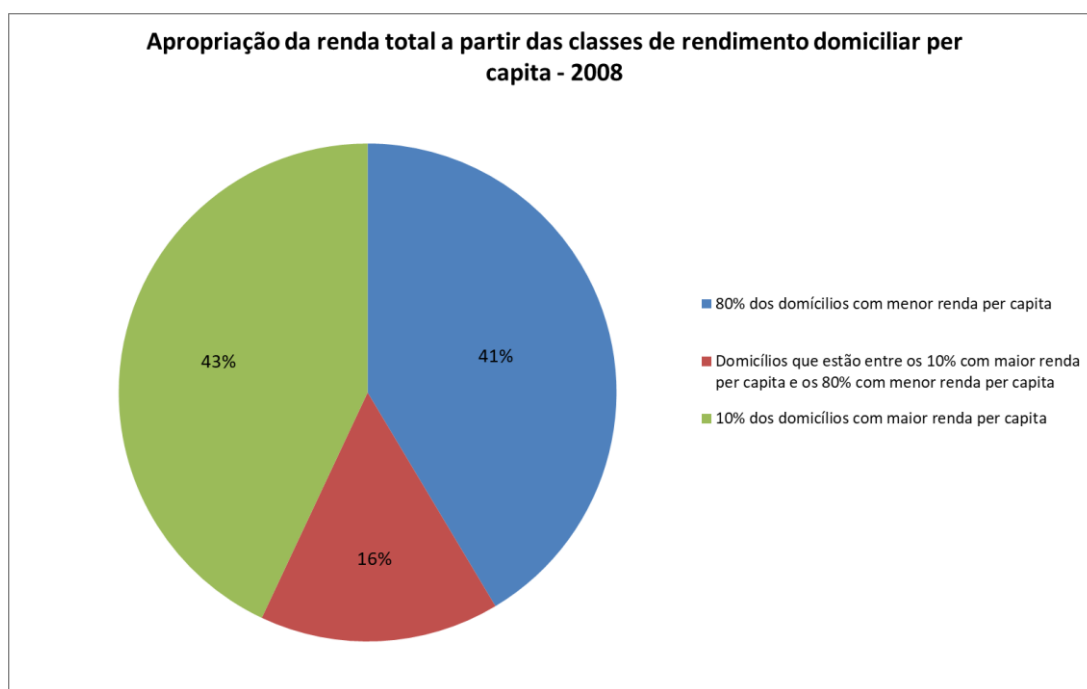
Fonte:IBGE

No período analisado é possível perceber tanto pelo gráfico, quanto pela tabela que há oscilações entre as rendas dos mais pobres, tendo uma tendência crescente até 2015 e depois segue em queda. No entanto, são oscilações muito tênues – quase imperceptíveis vista no gráfico – se comparadas ao percurso do 1% mais rico. Isso significa que mesmo em um

contexto de perda de rendimentos dos mais ricos e ganhos dos mais pobres a distância é tão grande que estatisticamente se torna irrelevante a perda de renda dos ricos.

O gráfico a seguir nos mostra que 80% dos domicílios com menor renda *per capita* se apropriam de cerca de 41% do total dos rendimentos. Enquanto que 10% dos domicílios de maior renda *per capita* se apropriam de 43% do total de rendimentos. Esses números demonstram que existem “dois brasis” com realidades e necessidades sociais completamente diferentes. Além disso, só reforçam a trajetória histórica e social do país mantendo o distanciamento social e a profunda desigualdade entre uma elite branca representante de um percentual ínfimo da população e uma massa populacional que vive em condições que desafiam a sobrevivência.

Figura 19 – Gráfico Apropriação da renda total a partir das classes de rendimento domiciliar *per capita* - 2008



Fonte: IBGE

De acordo com as análises feitas acerca do perfil da classe trabalhadora brasileira e as características das condições do mercado de trabalho brasileiro na atualidade temos que a maior parte do rendimento dos trabalhadores e, portanto, da sua reprodução, vem do trabalho. A média salarial é insuficiente para que o trabalhador tenha acesso aquilo considerado necessário para si e sua família. Isso significa que mesmo com políticas paliativas de combate a pobreza, como as transferências de renda condicionadas no molde em que estão postas na

contemporaneidade, os trabalhadores não conseguem adquirir com o seus rendimentos o necessário para sua vida cotidiana.

A relação de trabalho formal é predominante no mercado de trabalho brasileiro, mas as várias formas de precarização expressas também na informalidade - que não fica a números muitos distantes da taxa de formalidade – são elementos definidores das condições laborais. Isso significa dizer que apesar da predominância do trabalho formal a maior parte da classe trabalhadora brasileira está sem acesso aos direitos trabalhistas, ou com estes bem limitados devido as várias investidas e conquistas de desmonte dos direitos vinculados ao trabalho, demonstrando, portanto, a prevalência da superexploração que, como já dissemos várias vezes, é estruturante do capitalismo no Brasil.

Por fim, visualizamos que a desigualdade, estruturante do modo de ser do capitalismo, dá a órbita da relação social brasileira, espelhando não só as condições de pobreza do país, mas também demonstrando o abismo social existente entre 90% da população e os 10% mais ricos que se apropriam de 59% da riqueza do total dos rendimentos.

4.2 O papel da Política de Assistência Social na reprodução da força de trabalho via programas de transferência de renda: o impacto do Programa Bolsa Família

4.2.1 Participação do Bolsa Família na população pobre

A PAS vem ocupando um papel importante na reprodução da força de trabalho no Brasil nos últimos anos, principalmente através das medidas de transferência direta de renda. Não por acaso, esse vem sendo tema de amplas discussões e debates dentro e fora do meio acadêmico, principalmente diante da conjuntura de desmonte de direitos que assola não só a periferia, mas todas as sociedades compostas pelo modo de produção capitalista.

No caso brasileiro, desde 2005 a PAS tem como marco a constituição de um Sistema Único de Assistência Social (SUAS)⁴⁸ que dá a política a legitimação normativa enquanto direito social que compõe o sistema de seguridade social do país junto da Saúde e da Previdência Social. A institucionalização do SUAS tem como horizonte o rompimento, via normativa, com a herança histórica da assistência social fundamentada na benesse e na filantropia.

⁴⁸ Importante referenciar que antecede a constituição do SUAS a Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004) que prevê a necessidade de todo o arcabouço normativo a ser construído depois. A PNAS de 2004, portanto, é outro marco central para a guinada da assistência social no seu reconhecimento e legitimidade como política pública e direito social que compõe a Seguridade Social brasileira.

Do ponto de vista da concepção de assistência social, é inegável que a institucionalidade do SUAS tenta retirar a assistência social do arcabouço da filantropia, criando diretrizes, critérios e forte arcabouço legal, antes inexistente e de difícil estruturação em uma nação federada, com fortes disparidades nacionais e locais. A definição conceitual de assistência como política de proteção social, presente na PNAS e no SUAS, amplia suas feições e funções ali determinadas, rompendo com a histórica nomenclatura até então existente. (BOSCHETTI; OLIVEIRA; SALVADOR, 2013, p. 21).

A nova dinâmica econômica do modo de produção capitalista condicionada pelos preceitos neoliberais prevê intervenções estatais no que diz respeito às expressões da questão social de caráter esporádico, pontual e emergencial. Sob este panorama a assistência social passa a ser atribuída como iniciativa responsável pelo combate à pobreza, em diferentes estados nacionais, principalmente através de iniciativas de transferências de recursos para os considerados mais pobres.

De acordo com Sitcovsky (2010), o surgimento de políticas de renda mínima tem como transmissor o desemprego e a recessão econômica, estes seriam os desencadeadores da necessidade da transferência de renda como medida de manutenção da ordem social vigente. No entanto, a ampliação dessas iniciativas tem articulação direta com as modificações do padrão dos diferentes modelos de proteção social motivadas pelos momentos de crise do modo de produção capitalista que, de acordo com o autor, produzirá uma forte recessão econômica e o desemprego de longa duração. Para nós, esta assertiva é pertinente, principalmente se a associarmos a dinâmica do desenvolvimento do capitalismo nos países centrais que, após o fim do Estado Social ampliado que inclui o horizonte do pleno emprego, sofrem com a retração das políticas sociais, com a perda de direitos e com o processo de precarização das relações de trabalho. No entanto, a dinâmica periférica guarda como particularidade do seu desenvolvimento capitalista a presença permanente do desemprego em grande escala, tendo este um caráter estrutural. Na periferia, a lógica do mercado de trabalho é baseada no extenso exército de reserva que cumpre o papel de rebaixar o valor da força de trabalho, dentre outros. Sobre esta questão vale a pena abrir um parêntese acerca da superpopulação relativa a qual está baseada a superexploração da força de trabalho, categoria chave da nossa pesquisa. O exército industrial de reserva (EIR) é importante e central para um referencial teórico baseado na teoria marxista da dependência proposta por Marini (2011) e, norteador da nossa pesquisa.

O EIR é um fenômeno que está diretamente ligado ao processo de acumulação capitalista e, na periferia, essa dinâmica é permedada por especificidades que são determinantes do modo de ser do capitalismo na região. Sabe-se que o EIR é resultado do

progresso da acumulação de capital no qual se tem o aumento do capital constante e redução do capital variável no processo produtivo. Esse relação se dá como decorrência do aumento da produtividade própria do progresso tecnológico do processo produtivo, ou seja, o aumento da produtividade do trabalho social ao invés de livrar o trabalhador das muitas horas de trabalho promove a redução da sua necessidade para a produção.

Quanto maior a acumulação, quanto maior o desenvolvimento da produtividade do trabalho social, maior a mudança na composição do capital, com maior importância da sua parte constante em detrimento da sua parte variável. (FELIX, 2017, p. 113).

Este movimento do capital propicia um aumento cada vez maior de uma população que não adentra no processo produtivo, movimento que compõe o processo de valorização de capital visto que colabora para redução do custo da força de trabalho, dentre outros fatores.

A produção e a existência de uma superpopulação relativa disciplina regimes e dinâmicas de trabalho do exército ativo de trabalhadores, seja no sentido de capitalista exigir a intensificação e/ou a extensão do seu trabalho, seja no sentido de impor o preço da força de trabalho, o salário ou outros ditames do capital. (Ibidem, p. 114).

É essa dinâmica que na periferia sustenta a superexploração da força de trabalho como elemento estrutural para o desenvolvimento do modo de produção capitalista. O capitalismo dependente possui processos próprios para uma constituição ainda mais ampliada do EIR o que dá sustentação à superexploração que lhe é estruturante. De acordo com Felix (2017), fundamentado nos estudos de Marini, um dos processos determinantes do amplo EIR na periferia tem como base a participação do capital estrangeiro em todo processo de produção. O ciclo do capital na periferia desde sempre depende do investimento estrangeiro, inclusive para sua realização. Essa dependência externa esta articulada desde a inserção de tecnologias e maquinaria a recursos para incremento das atividades produtivas. No capitalismo dependente a produtividade intensifica a expansão do EIR tendo como traço peculiar o agravamento das contradições próprias ao capitalismo. Ou seja, o aumento da produtividade na periferia aprofunda a superexploração, intensificando as formas de exploração da mão de obra ocupada o que diretamente provoca o aumento de forma muito lenta dos trabalhadores empregados e uma expansão acelerada do EIR.

O aumento da produtividade na periferia é um desencadeador da expansão do EIR, e a superexploração é um fator central para a manutenção da mais valia absoluta como dominante na relação capital trabalho da região. Isto porque no capitalismo dependente não tem como objetivo a redução do valor da força de trabalho, mas sim o aumento da massa de valor

produzida, visto que o resultado do processo produtivo não tem como destino o consumo dos trabalhadores internos, não de forma massiva como no capitalismo central.

[...] o aumento da produtividade provoca essa desvalorização dos bens-salários, mas isso não ocorre necessariamente. E é justamente isso o que faz com que, nas economias dependentes, por exemplo, haja a produção de mais valia extraordinária e, nesse sentido, aumento da intensidade e da produtividade do trabalho, sem que haja, predominantemente, produção de mais valia relativa. (FÉLIX, 2017, p. 120).

Compõe ainda a lista de elementos que promovem o EIR ampliado nas formações sociais dependentes o processo de concentração e centralização de capital comandado pelo capital estrangeiro. O processo de industrialização desencadeado com a participação do capital estrangeiro teria promovido uma baixa criação de empregos colaborando para engordar as filas do EIR. Aliado ao referenciado há o “processo de absorção das estruturas pré-capitalistas” para contribuir na ampliação do EIR. Este elemento tem razão direta com o processo de migração campo-cidade que acaba por determinar os bolsões de miséria dos centros urbanos periféricos limitados a absorver tamanha disponibilidade de mão-de obra.

[...] nas formações dependentes, além do movimento já descrito por Marx de diminuição relativa do capital variável e aumento do EIR, há também compressão do exército ativo de trabalhadores (concentração e centralização do capital peculiares), um regime de superexploração do trabalho e um aumento da produtividade que, nestas condições, junto a um lento processo de proletarização, redundam em um EIR ampliado. (Ibidem, p. 124).

Ter um EIR ampliado sustenta a superexploração da força de trabalho, tendo um papel político importante no movimento de acumulação do capital, visto que mantém os baixos salários e a expansão da mais valia via intensificação do trabalho dos trabalhadores ocupados, permite alta rotatividade da força de trabalho, enfraquecendo as possibilidades de reivindicação da classe trabalhadora. Importante salientar que a ampliação do EIR faz parte do próprio movimento do modo de produção capitalista na sua dinâmica de maximização de lucros, por isso sua oscilação acompanha os períodos de expansão e de desaceleração do processo de acumulação.

O parêntese aberto para discorrermos acerca do EIR é importante para nosso trabalho por considerarmos que essa população sobrando é necessariamente elegível para as iniciativas de transferência de renda, ou mesmo os trabalhadores ocupados diante do processo cada vez mais intenso de precarização do trabalho. Esse diálogo colaborará ainda para a análise do papel da transferência de renda, no caso PBF, na superexploração da força de trabalho, nossa questão de pesquisa.

A abordagem sobre as políticas de transferência de renda, também nos faz considerar como relevante abrir um parêntese para dissertar brevemente sobre as ideias de “renda

mínima” e “renda básica” universal, visto que são destas perspectivas que se constroem iniciativas com o caráter do PBF que têm como projeção possibilitar a garantia das condições mínimas de sobrevivência e consumo de todos os indivíduos elegíveis a terem acesso ao Programa.

A renda básica, de acordo com Vanderporgh apud Silva (2015), é uma renda paga pelo Estado para todos os indivíduos, individualmente, sem a necessidade de comprovação de renda ou de contrapartidas. A renda básica é paga em dinheiro, sendo um complemento as demais prestações e serviços materializados nas políticas sociais, como educação e saúde, e tem como característica a liberdade da sua utilização pelo cidadão beneficiário (SUPLICY apud SILVA, 2015). De acordo com o mesmo autor a renda básica tem como princípio a divisão da riqueza social, evitando miséria e desigualdades profundas.

A diferença entre renda básica e renda mínima, de acordo com Silva (2015), é que esta última é paga para alguns cidadãos geralmente pautada em critérios e condicionalidades. No caso da renda mínima, a intenção não seria a distribuição ou redistribuição da riqueza socialmente produzida, mas apenas uma forma paliativa de atender as necessidades dos mais pobres, obscurecendo a essência da pobreza como estruturante do sistema e garantindo a manutenção da ordem social.

É nesse contexto que diferenciamos renda básica e renda mínima, paga para alguns cidadãos, sob determinados critérios e condicionalidades. Seria o papel do Estado prover condições mínimas de existência aos cidadãos? No sistema capitalista, não. Quando falamos de políticas sociais nesse sistema, elas vêm com o sentido da criação de uma política ou uma ação para por limites, para regular e estabelecer direitos sociais, a fim de reduzir a voracidade do capitalismo, a fim de maquiagem a pobreza que o próprio sistema gera. (SILVA, 2015, p.53).

As iniciativas de transferência de renda adotadas na periferia que, no caso brasileiro tem no PBF a sua expressão mais significativa devido ao número de beneficiários que assiste, estão mais próximos do que foi definido como renda mínima, diante dos seus critérios e condicionalidades para acesso e do seu caráter residual e focalizado. De acordo com Sposati apud Silva (2015), os programas de transferência de renda são uma política de caráter residual ao se ocuparem com os pobres e não com a pobreza numa dinâmica societária marcada pela desigualdade socioeconômica e baixa cobertura de direitos sociais. Além disso, as iniciativas de transferência de renda como o PBF, portanto, renda mínima, têm sua existência condicionada a disponibilidade orçamentária do governo de plantão, o que revela sua baixa efetividade na prioridade de atendimento das necessidades sociais de seus usuários.

Os programas de transferência de renda surgem como tendência de política social de combate à pobreza na periferia ainda na década de 1990. Essas iniciativas foram alternativas

de atendimento às necessidades sociais ditadas pelos organismos internacionais, FMI e Banco Mundial, para enfrentamento da pobreza que se intensifica a partir da ofensiva neoliberal como resultado da crise do próprio modo de produção capitalista. Pode-se dizer que as iniciativas de transferência de renda sugeridas pelos organismos internacionais foram uma forma de conter os efeitos políticos provocados pelas ações de ajustes estruturais propostas por eles mesmos diante do processo de reestruturação produtiva do capitalismo. Não por acaso, seus discursos

[...] tentaram justificar as privatizações e a redução dos gastos sociais como estratégia para alcançar maior equidade, uma vez que ao economizarem recursos de possíveis programas de caráter universal, o Estado poderia usar o investimento para financiar programas sociais básicos para os mais pobres. (JESUS, 2018, p. 102).

Por serem alternativas que não têm como objetivo romper com as características de política social decorrente dos preceitos neoliberais, as propostas de transferência de renda estão fundamentadas na focalização visando atingir aos mais pobres e, assim, manter a perspectiva de redução dos gastos sociais.

As medidas de transferência de renda, portanto, seriam uma forma de garantia da ordem social vigente, visto que responderia as necessidades sociais dos mais pobres sem, no entanto, alterar a dinâmica social e econômica fundamentada no neoliberalismo.

Além da focalização nos mais pobres, as políticas de transferência de renda também exigem critérios/condicionalidades para que aqueles que necessitem tenham acesso. Na década de 1990, as transferências de renda eram caracterizadas, principalmente, por critérios e condicionalidades que acabam por limitar ao máximo o número de beneficiários. No Brasil dos anos 2000, a partir do primeiro governo Lula, a transferência de renda se concentra no Programa Bolsa Família (PBF) e passa a ter um caráter mais massivo.

O PBF ao unificar os programas de transferência de renda existentes no âmbito do governo federal equaliza a ação em âmbito nacional. O Programa inova ao dar a possibilidade de acesso a transferência de renda sem condicionalidade àqueles considerados abaixo da linha da pobreza, materializado no benefício básico, e dar autonomia às famílias quanto ao uso do dinheiro recebido (OLIVEIRA, 2015).

Os programas de transferência de renda atendem aos incapazes para o trabalho e também àqueles indivíduos que estão permanente ou temporariamente expulsos do mercado trabalho, situação estrutural do caráter do desenvolvimento do modo de produção capitalista na periferia e que se agrava ainda mais com as novas formas de flexibilização do mercado de trabalho, em que se destacam: a terceirização, subcontratação, alta rotatividade, informalidade

e desemprego. Diante deste público alvo, tem-se a transferência de renda como medida de combate à pobreza e, por sua vez, como instrumento de melhoria das condições gerais de vida dessa fração da classe trabalhadora.

O PBF, portanto, colabora para a reprodução da força de trabalho, mesmo se considerarmos que seus valores sejam ínfimos. É um programa que atende as necessidades imediatas da força de trabalho e, contraditoriamente como toda política social, colabora para o processo de acumulação do capital. Na era do capital financeiro esse tipo de política social movimenta recursos via operações bancárias o que revela um nicho que colabora para a rentabilidade do capital portador de juros. O PBF ainda colabora para a realização da mais valia através do consumo de bens e serviços por parte dos beneficiários do Programa, fechando assim o seu papel na dinâmica econômica. Sob este aspecto discorre Jesus (2018, p. 103)

Outro viés para se pensar a emergência desses programas, consistiria na identificação da estratégia da transferência de renda para o combate à pobreza como mais um negócio disponível para propiciar lucratividade ao capital. Nessa conjuntura, onde a lógica da financeirização tende a se espriar por diversos aspectos da realidade social, a política de assistência social se torna mais um nicho rentável ao capital portador de juros, pois, atualmente, até o extrato mais pauperizado da classe trabalhadora, passa a despertar o interesse do capital financeiro, uma vez que a gestão dos recursos decorrentes das transferências monetárias lhe permite movimentar consideráveis cifras em operações bancárias. Fato que possibilita que as instituições bancárias operacionalizem milhões de reais em transações, que posteriormente serão empregados no consumo de bens e serviços pelos beneficiários dos PTRs [...].

De acordo com as considerações da autora, o capital sob este novo paradigma de proteção social próprio da era neoliberal só aprimora seus ganhos, diante da criação de novos nichos de acumulação. No caso da transferência de renda, mais especificamente o PBF, nosso objeto de estudo, o capital completa seu ciclo de acumulação na periferia não só pela extensa população sobrente que é uma das condições necessárias ao desenvolvimento do capitalismo no Brasil, mas também pela materialização da iniciativa que além de promover o aumento do consumo do seu público alvo contempla a esfera financeira via gestão de recursos pelas instituições bancárias (JESUS, 2018). Desta maneira, iniciativas como o PBF de caráter residual, compensatório, focalizado e seletivo é um padrão de intervenção do Estado, na era neoliberal, para responder pontualmente a questão social de forma compatível com as exigências de acumulação contemporâneas do capital.

Dessa forma, diríamos que esta dupla funcionalidade de favorecimento para o capital, a partir da existência de uma população sobrente que também é beneficiária dos PTRs, propicia uma potente tacada de mestre [...]. (JESUS, 2018, p. 104).

Ainda sobre a ideia de que as alternativas de transferência e, portanto, o PBF, colaboram para o processo de acumulação do capital financeiro, Kern (2018), destaca a

necessidade que estes programas têm de inserirem seus usuários na esfera do consumo, mas também do mercado criar formas de atendimento dessa população. Diante dessa perspectiva, cria-se as várias possibilidades de crédito para a população pobre usuária das medidas de transferência direta de renda, como o crédito consignado. A participação das instituições bancárias no acesso ao benefício, não ocorre por acaso. Ela serve também como porta de entrada das populações mais pobres a segmentos mais sofisticados do mercado financeiro, como o crédito e o seguro. A inclusão financeira, de acordo com a autora, dos beneficiários do programa é materializada em maio de 2016 com a transformação do PBF em uma conta poupança com cartão de débito. Esse é mais um caráter que destaca a contraditoriedade do PBF que assim, como toda política social, atende aos interesses da classe trabalhadora e aos do capital em suas diferentes esferas.

Cabe ressaltar que a promoção das ações de transferência de renda são sugeridas pelos organismos internacionais com base numa concepção de pobreza caracterizada pela incapacidade de garantia de um padrão de vida mínimo. De acordo com Ugá apud Jesus (2018) esse padrão também é referenciado pela capacidade de consumo no âmbito nutricional, necessidades mínimas acrescido da possibilidade de participação no cotidiano da sociedade. Isso significa que, na década de 1990, a pobreza era caracterizada a partir da variável renda, por isso a solução para seu enfrentamento/combate era referenciada nas transferências de valores para aqueles creditados como pobres. Na década seguinte, no entanto, essa concepção ganha uma nova qualificação passando a ser considerada

[...] como fenômeno multifacetado, proveniente de “múltiplas privações produzidas por processos econômicos, políticos e sociais que se relacionam entre si. Assim, além da forma monetária da pobreza, ela é considerada como ausência de capacidades, acompanhada da vulnerabilidade do indivíduo e sua exposição ao risco”. (UGÁ apud JESUS, 2018, p. 111).

Sob tal perspectiva temos que para resolver o problema da pobreza, basta estimular a capacidade individual dos pobres, dando-lhes oportunidades. Diante disso, perde-se o caráter da dinâmica do desenvolvimento do modo de produção capitalista, que tem a pobreza inerente à sua lógica de ser, e mais, no caso dos países periféricos como o Brasil, se esquece do patamar estrutural no qual se materializa o capitalismo e como se conforma o mercado de trabalho, que tem no seu alicerce a superexploração da força de trabalho.

No caso do PBF, há três principais eixos de ação o complemento da renda, objetivando o alívio imediato da pobreza; a garantia de acesso aos serviços sociais básicos de saúde, educação e assistência social através das condicionalidades com o objetivo de quebrar o ciclo intergeracional da pobreza; e, por fim, os diversos programas complementares que objetivam

o desenvolvimento das famílias visando a superação da situação de vulnerabilidade (KERN, 2018).

Kern (2018) destaca alguns aspectos no que diz respeito ao impacto do PBF na dinâmica das famílias beneficiárias. Dentre eles a autora salienta o impacto que a iniciativa promove na restrição orçamentária familiar, que através da transferência monetária, passa a ter os rendimentos um pouco maiores. Além disso, as condicionalidades impostas pelo programa interferem para o aumento da demanda por serviços de educação e saúde por parte dos beneficiários. A autora ainda coloca que a iniciativa reduz a percepção de insegurança alimentar, principalmente na população mais pobre atendida pelo programa.

O PBF provoca um impacto no que diz respeito ao consumo, colocando as famílias beneficiárias no ciclo de circulação de mercadorias. É sob este aspecto que Mota (1995) caracteriza a figura do cidadão consumidor, sob a justificativa que as políticas de transferência de renda mudariam o status de cidadania quando adotam como solução para combate à pobreza o quesito renda necessária para acessar o consumo, sem considerar que a pobreza tem seus determinantes na própria lógica de funcionamento do modo de produção capitalista.

A adoção da perspectiva do consumo como item que materializa a noção de cidadania colabora para a composição de uma nova alternativa de proteção social, que passa a ser mercantilizável e não mais um bem público. Sendo assim cresce o desmonte das demais iniciativas de política social, como previdência e saúde, associado ao aumento da oferta desses serviços públicos no setor privado. Sob este aspecto exemplifica Kern (2018, p. 40)

A oferta de serviços públicos como esgoto e telecomunicações, por exemplo, é parte da possibilidade de políticas ainda por focalizar nas populações mais pobres, enquanto as dinâmicas ligadas ao financiamento habitacional exemplificam o potencial de uso do PBF e do CadÚnico na oferta de subsídios financeiros para que os mais pobres possam adquirir bens relevantes.

São várias as críticas passíveis a serem feitas as iniciativas de transferência de renda fundamentadas na perspectiva da renda mínima, como é o caso do PBF. No entanto, é inegável que essas medidas causam impacto significativo no cotidiano dos seus beneficiários e, portanto, na reprodução da classe trabalhadora. Não por acaso, diante do contexto das condições de reprodução cotidiana da classe trabalhadora brasileira, a demanda para ter acesso ao PBF é muito grande. Vejamos.

Como já sinalizamos, todos aqueles que são beneficiários do PBF devem estar inscritos no Cadastro Único (CadÚnico). O Cadastro Único tem como objetivo identificar e caracterizar as famílias de baixa renda no Brasil dando, portanto, informações e subsídio aos

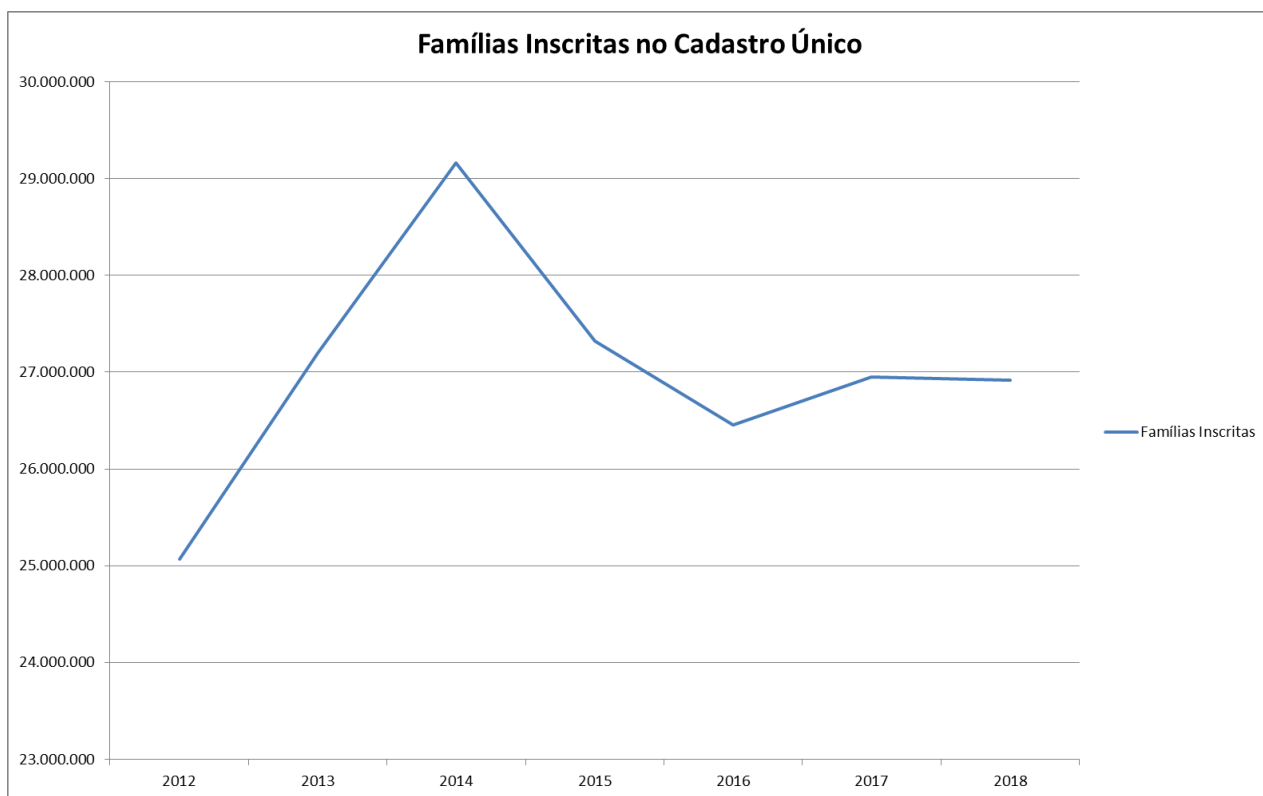
programas e políticas sociais que tem como foco esse grupo de pessoas. Foi criado para ser um instrumento que unifica informações para concessão de programas focalizados em nível federal. Importante referenciar que as informações contidas no CadÚnico são autodeclaradas pelas famílias nele inseridas.

De acordo com os dados disponíveis no VIS DATA do Ministério da Cidadania, em 2012 haviam cerca de 25 milhões de pessoas inscritas no cadastro único, número que só aumentou com o passar dos anos. 2014 é o ano de maior número de famílias inscritas no cadastro único, pouco mais de 29 milhões de pessoas. A tendência de crescimento de inscritos inicia em 2013, com cerca de 27 milhões de famílias. Esse aumento coincide com o período de queda dos rendimentos das famílias mais pobres e também com as consequências da crise econômica. Estes dois fatores podem explicar o aumento dos inscritos do CadÚnico nos anos de 2013 e 2014.

De acordo com Chaves et al. (2018) o crescimento das famílias cadastradas depois de 2012 é resultado da ênfase dada pela iniciativa do Brasil Sem Miséria através da busca ativa de famílias e ampliação do número de programas que passaram a utilizar as informações do Cadastro Único.

Os anos seguintes, até 2018, são de decréscimo de inscritos chegando a mais de 26 milhões de famílias. Apesar da queda sinalizada, o número de famílias inscritas no CadÚnico nunca mais chegou aos patamares de 2012 – menor quantidade da série -, o que pode ser um sinal da queda de rendimentos e, por sua vez, o aumento do empobrecimento da população. Essas observações podem ser vistas no gráfico que segue.

Figura 20 – Gráfico Famílias inscritas no Cadastro Único (2012-2018)



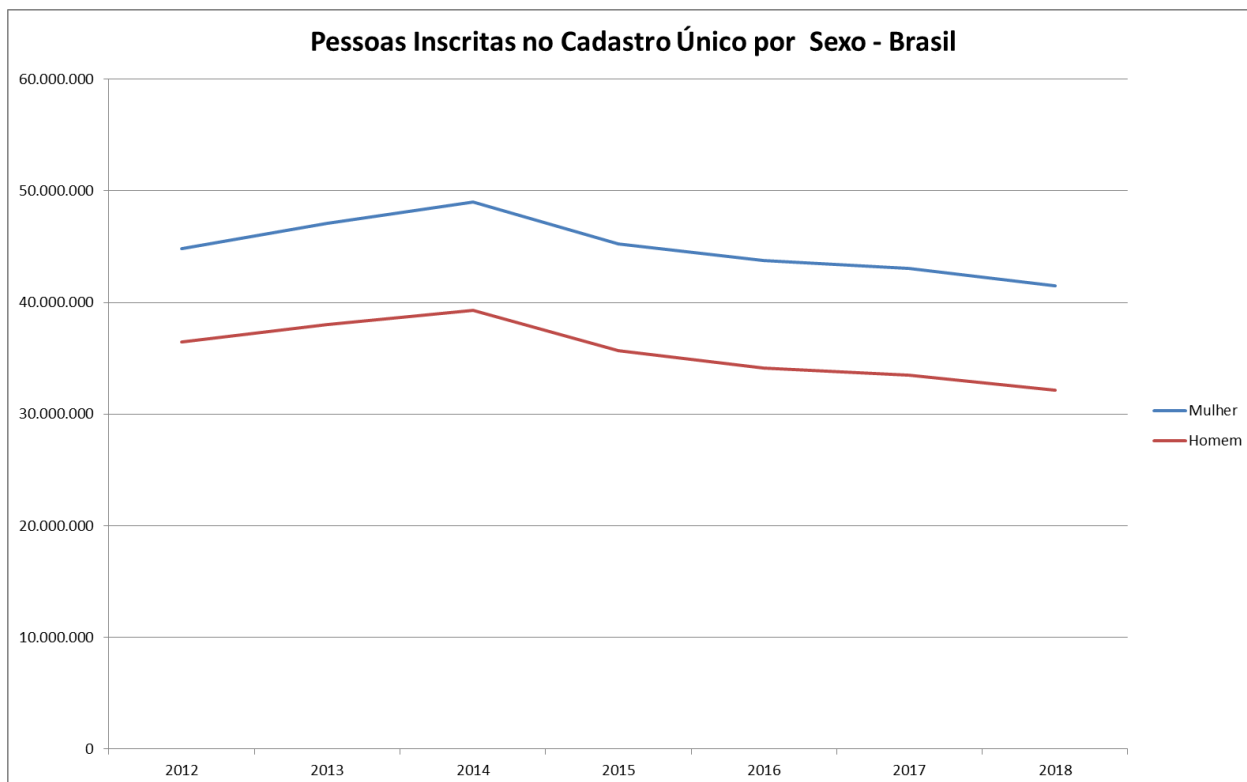
Fonte: Ministério da Cidadania – VIS DATA.

Obs.: Todos os dados utilizados são referentes ao mês de dezembro de cada ano.

A definição de família pelo CadÚnico, de acordo com o decreto nº 6.135/2007, é unidade familiar composta por um ou mais indivíduos, podendo ser ampliada por outros indivíduos que passem a contribuir com rendimentos ou tenha suas despesas custeadas pela unidade familiar de referência do cadastro, sendo todos moradores do mesmo domicílio. As famílias cadastradas no CadÚnico são aquelas consideradas como de baixa renda, ou seja, com rendimentos de até meio salário mínimo *per capita* ou com renda mensal de até 3 salários mínimos. Sendo assim, o número de pessoas indiretamente envolvidas no CadÚnico pode variar, visto que o número de membros das famílias não são uniformes.

O decreto referenciado ainda coloca que o Responsável pela Unidade Familiar a ser cadastrada deve ser preferencialmente mulher. Essa direção explica o porquê do número maior de mulheres inscritas no CadÚnico, sendo esta uma perspectiva já prevista para o PBF, visando dar maior autonomia às mulheres nos diferentes núcleos familiares, além de reforçar o papel delas no espaço doméstico. É possível observar esse movimento no gráfico a seguir.

Figura 21 – Gráfico Pessoas inscritas no Cadastro Único por sexo – Brasil (2012-2018)



Fonte: Ministério da Cidadania – VIS DATA.

Obs.: Todos os dados utilizados são referentes ao mês de dezembro de cada ano.

Dado interessante de ser observado no caráter das famílias cadastradas no CadÚnico é com relação ao nível de instrução. No período analisado (2012-2018), a oscilação de inscritos considerados sem nível de instrução é muito pequena no decorrer do tempo. Assim como ocorre com os inscritos com ensino fundamental completo e ensino médio incompleto. Movimento diverso ocorre nos inscritos de nível superior completo e incompleto, que no período cresce de forma expressiva. Este movimento pode ser explicado, por exemplo, pelo aumento da escolaridade das famílias consideradas de baixa renda ou, ainda, uma indicação da queda dos rendimentos, o menos provável de estar interferindo. As pessoas de ensino médio completo tem um movimento crescente, mas não na intensidade do ensino superior completo e incompleto. Ambos os movimentos, de todo modo, podem sinalizar esse aumento da escolaridade entre as famílias de baixa renda, fato que pode estar associado às políticas sociais voltadas tanto para a ampliação do acesso ao ensino superior quanto para o ensino técnico/profissionalizante. A tabela a seguir nos mostra o movimento descrito.

Tabela 10 – Pessoas inscritas no Cadastro Único por nível de instrução – Brasil (2012-2018)

Pessoas Inscritas no Cadastro Único por Nível de Instrução – Brasil						
Ano	Sem instrução	Ensino Fundamental Incompleto	Ensino Fundamental Completo	Ensino Médio Incompleto	Ensino Médio Completo	Superior Completo ou Incompleto
2012	15.985.124	38.354.761	5.448.093	4.849.076	4.519.208	402.645
2013	16.821.823	39.188.000	5.960.549	5.365.976	6.714.332	542.838
2014	17.542.275	39.427.563	6.379.112	5.815.255	8.561.764	704.815
2015	16.179.343	34.766.790	6.002.196	5.593.683	9.975.708	799.472
2016	15.797.049	32.029.043	5.820.510	5.555.907	10.578.225	871.316
2017	15.962.766	30.435.328	5.686.822	5.520.414	10.761.113	992.661
2018	15.584.118	28.173.695	5.392.856	5.308.308	10.821.033	1.277.560

Fonte: Ministério da Cidadania - VIS DATA 3 beta

Obs.: Todos os dados utilizados são referentes ao mês de dezembro de cada ano.

No período 2012-2018, 2012 é o ano em que se tem o menor número de famílias cadastradas no CadÚnico e, por sua vez, proporcionalmente, é maior os contemplados pelo PBF. 2013 e 2014, conforme podemos observar na tabela abaixo, há um significativo aumento de famílias inscritas no cadastro, dinâmica que não se repete em número de famílias beneficiárias do PBF, que aumenta mas não atinge a proporção de 2012. O ano de 2016 nos chama a atenção pela redução significativa das famílias beneficiárias do PBF, fato que pode estar relacionado com o golpe que empossa Temer na presidência. O golpe jurídico-midiático-parlamentar traz como consequência uma participação do Estado ainda mais residual no que tange as políticas sociais.

Sendo assim, a redução das famílias beneficiárias inferimos estar relacionada com o contexto de cortes orçamentários, dentre outras estratégias que restringem o acesso a bens e serviços públicos e ampliam a desresponsabilização do Estado para com as demandas sociais, próprias da dinâmica que apoia e consolida o golpe.

Tabela 11 – Comparativa da quantidade de famílias inscritas no Cadastro Único X famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (2012-2018)

Tabela Comparativa da quantidade de famílias inscritas no Cadastro Único X famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família			
Ano	Famílias Inscritas no Cadastro Único	Famílias Beneficiárias do Programa Bolsa Família	Proporção de Famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família em relação ao Cadastro Único
2012	25.063.802	13.902.155	55,5%

2013	27.194.588	14.086.199	51,8%
2014	29.164.446	14.003.441	48,0%
2015	27.325.069	13.936.791	51,0%
2016	26.456.063	13.569.576	51,3%
2017	26.946.898	13.828.609	51,3%
2018	26.913.731	14.142.764	52,5%

Fonte: Ministério da Cidadania - VIS DATA 3 beta/ VIS DATA

Obs.: Todos os dados utilizados são referentes ao mês de dezembro de cada ano.

Se considerarmos que as famílias beneficiárias do PBF são em torno de 13,7 milhões, isso significa que a abrangência do Programa gira em torno de 54 milhões de pessoas, mais de 20% da população brasileira, considerando que a média de moradores nos domicílios que recebem o benefício é de 4 pessoas, conforme dados da PNAD contínua.

Tabela 12 – Número médio de moradores nos domicílios particulares permanentes que recebem o benefício Bolsa Família, por região (2012-2018)

Número médio de moradores nos domicílios particulares permanentes que recebem o benefício Bolsa Família						
Ano	Brasil	Norte	Nordeste	Sul	Sudeste	Centro-oeste
2012	4	5	4	4	4	4
2013	4	5	4	4	4	4
2014	4	5	4	4	4	4
2015	4	5	4	4	4	4
2016	4	5	4	4	4	4
2017	4	5	4	4	4	4
2018	4	5	4	4	4	4

Fonte: IBGE - PNAD Contínua.

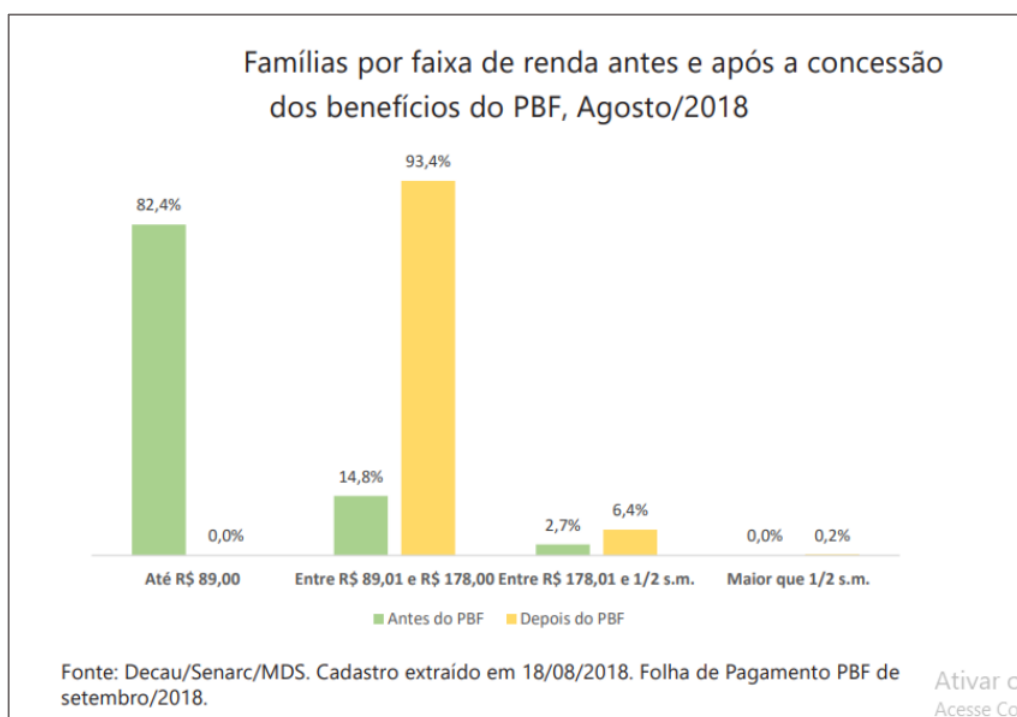
Apenas a título de amostragem do perfil das pessoas que acessam o PBF, visto que não foi possível recolher essas informações no âmbito do banco de dados do Ministério da Cidadania para o período destacado da pesquisa, passemos a descrever acerca de informações relacionadas a inserção laboral dos usuários do Programa a partir de alguns dados secundários.

O PBF é direcionado àqueles considerados pobres ou extremamente pobres, ou seja, famílias que possuem renda *per capita* entre 89 e 178 reais. A partir desse corte temos que, de acordo com Chaves *et al.* (2018), verifica-se que cerca de 82%, em agosto de 2018, dos beneficiários do Programa eram extremamente pobres. A concentração desse público está nas

regiões norte e nordeste do país o que reforça a dinâmica existente da desigualdade regional histórica do país.

O efeito do PBF no público extremamente pobre é tirar esses indivíduos da situação de extrema pobreza e colocá-los como pobres. Este movimento pode ser visto no gráfico elaborado pelos autores (CHAVES *et al.*, 2018, p. 141).

Figura 22 – Gráfico Famílias por faixa de renda antes e após a concessão dos benefícios do PBF em agosto de 2018 (em %)



É importante dizer que o PBF contempla para acesso ao benefício os extremamente pobres e os pobres, este é um critério para ingresso ao Programa, mas não para permanência. Isto porque no âmbito do PBF há o tempo de permanência que garante a manutenção da transferência de renda por dois anos. Diante da volatilidade da renda dos mais pobres para mais ou para menos, durante esse tempo os beneficiários podem estar momentaneamente fora dos critérios de rendimentos necessários para acessar o PBF. A cada 2 anos as informações cadastrais são atualizadas e o período de 2 anos de garantia de recebimento do benefício reinicia. Sendo assim, de acordo com Souza *et al.* (2018), torna-se difícil estimar a população elegível impedindo o cálculo de sua cobertura literalmente, “[...] todas as famílias que normalmente têm renda abaixo de meio salário mínimo, e cuja a renda em algum momento

ficou menos que as linhas de elegibilidade, poderiam ter ingressado no PBF.” (Ibidem, p. 164).

No que tange ao mercado de trabalho dos usuários do PBF Nunes e Sousa (2018) trazem contribuições relevantes a partir de dados de 2016 e 2017 da PNAD contínua ao sumarizarem os principais indicadores de mercado de trabalho da pesquisa objetivando demonstrar que o Programa não promove o desincentivo ao trabalho.

De acordo com a pesquisa dos autores 60,9% dos beneficiários do PBF estão na força de trabalho. Para tal cálculo os autores alertam que não se pode dissociar das taxas de participação no mercado de trabalho as alterações inseridas pela PNADc no que diz respeito ao conceito de ocupação o qual não inclui mais as atividades ligadas a agricultura, pecuária, silvicultura, pesca, dentre outros com objetivo de produção para consumo do próprio domicílio. Neste cômputo, portanto, estariam fora da força de trabalho 39,1% dos beneficiários.

Diante desse cenário, considerando as taxas de subocupados definida como elevada, os autores inferem que há um maior quadro de precariedade de inserção laboral na PNADc para os usuários do PBF, quando não estão fora da força de trabalho.

Não por acaso, as taxas de ocupação entre os beneficiários é alta, em torno de 80,4%, mas acompanhada de uma de inserção laboral informal de 73,7%. Esse quadro de desproteção do trabalhador entre os usuários do PBF é mais acentuado quando se trata das mulheres, 79,9% são trabalhadoras informais, sendo elas majoritariamente consideradas como Responsável pela Unidade Familiar referenciada pelo Programa.

De acordo com os dados do Ministério da Cidadania, em Junho de 2020 cerca de 18% das pessoas em famílias beneficiárias do PBF declararam estar em relações laborais precarizadas definidas como trabalho por conta própria, trabalho rural temporário, empregado sem carteira assinada, dentre outros. Ainda neste mesmo cenário, deixaram de responder sobre sua função principal 79,55% das pessoas inseridas em famílias beneficiárias do PBF. Este número reflete o receio dessas famílias no que diz respeito a possibilidade da perda do benefício diante dos critérios de condicionalidades para permanência no Programa. Além do risco da perda, podemos inferir que ausência de estabilidade de renda ou inserção laboral levam essas famílias a creditarem ao PBF sua garantia de renda mensal, não podendo, portanto, correr o risco de não ter mais acesso. Tal dinâmica reitera a ideia da atuação da transferência de renda como elemento complementar aos baixos salários e sua importância para a reprodução cotidiana das famílias.

Tabela 13 – Pessoas em famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família a partir da função principal em junho de 2020, por região (em %)

Pessoas em Famílias Beneficiárias do Programa Bolsa Família a Partir da Função Principal em Junho de 2020						
Função principal	Região (%)					Brasil (%)
	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro - Oeste	
Trabalhador por conta própria (bico, autônomo)	2,17	6,29	3,58	0,78	0,77	13,58
Trabalhador temporário em área rural	0,54	3,37	0,37	0,10	0,04	4,41
Empregado sem carteira de trabalho assinada	0,05	0,19	0,09	0,04	0,04	0,41
Empregado com carteira de trabalho assinada	0,05	0,19	0,29	0,09	0,07	0,69
Trabalhador doméstico sem carteira de trabalho assinada	0,05	0,17	0,08	0,05	0,03	0,38
Trab. doméstico com cart. de trab. assinada	0,00	0,01	0,02	0,01	0,00	0,04
Trabalhador não-remunerado	0,07	0,64	0,03	0,01	0,00	0,76
Militar ou servidor público	0,03	0,04	0,02	0,00	0,01	0,10
Empregador	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Estagiário	0,00	0,01	0,01	0,00	0,00	0,03
Aprendiz	0,00	0,01	0,02	0,01	0,00	0,05
Sem Resposta	11,51	37,66	21,23	5,13	4,01	79,55
Total	14,47	48,59	25,74	6,21	4,99	100,00

Fonte: Ministério da Cidadania - CECAD 2.0

De acordo com Junior *et al.* (2019), ao pesquisarem acerca dos impactos do PBF no mercado de trabalho dos municípios brasileiros, o PBF colabora para o aumento dos salários ao equilibrar a economia dos municípios. Segundo os autores, o PBF se associa positivamente ao trabalho formal dos municípios brasileiros no que diz respeito ao aumento do pessoal ocupado assalariado, assim como dos salários e outros rendimentos. A melhoria apontada pelos autores não considera os efeitos da informalidade para os beneficiários do PBF, ou seja, a pesquisa tem como parâmetro apenas aqueles que estão numa relação laboral formal. De fato, se for desconsiderado as formas de precarização do trabalho, o acesso ao PBF possibilita às famílias pobres melhoria de renda e, em alguns casos, a negação ao trabalho análogo ao escravo ainda presente em algumas regiões do país.

As pesquisas utilizadas para a construção deste item nos subsidiaram para ter um panorama geral do retrato do PBF nos últimos anos. Foi possível nos aproximar de

características gerais acerca do nº de beneficiários e sua proporção na população brasileira, breves aspectos acerca da sua inserção laboral que apontaram a inexistência do chamado “efeito preguiça” além do predomínio da precariedade nas relações de trabalho dos usuários do PBF. Nesta sessão ficou latente a confirmação do efeito desse Programa para os extremamente pobres. Além disso, colaborou para assinalarmos a importância do Cadastro Único para a assistência social como um todo, principalmente para a abrangência do PBF.

Entendemos o lugar do PBF no enfrentamento da pobreza e podemos inferir a sua paliatividade para atender as necessidades cotidianas dos pobres. A transferência de renda se configura como estratégia para controle social e manutenção dos preceitos neoliberais na dinâmica política, econômica e social. Apesar do seu efeito imediato e paliativo, ainda nos cabe responder seu efeito sob a dinâmica da superexploração da força de trabalho, pergunta chave de nossa pesquisa. Após referenciar as características mais gerais sobre o público alvo do PBF passemos, na próxima sessão a tratar unicamente da sua influência sobre a superexploração da força de trabalho.

4.2.2 A influência do Programa Bolsa Família para a Superexploração da força de trabalho: um estudo empírico

Diante da dificuldade na busca pelos dados necessários para fazer a relação entre os programas de transferência direta de renda, no caso o Programa Bolsa Família (PBF), e a superexploração da força de trabalho no período proposto para pesquisa, 2008-2018, a saída encontrada foi, a partir de variáveis existentes nos bancos de dados oficiais, elaborar um modelo econométrico capaz de nos fornecer as repostas necessárias.

Cabe reforçar que não encontramos nos bancos de dados oficiais dados sobre a dinâmica do mercado de trabalho para os usuários do PBF, tais como: formalidade/informalidade das relações laborais, jornada de trabalho e total de rendimentos. Por isso, as variáveis sobre a dinâmica laboral que foram utilizadas para a construção do modelo econométrico são referentes aos números dos Estados.

O objetivo deste item é nos debruçarmos na estratégia empírica encontrada para nos dar subsídios à resposta da pergunta de pesquisa. Para tanto, descreveremos quais variáveis foram utilizadas e o modelo econométrico adotado. A partir disso, partiremos a dialogar a cerca das observações dos resultados do estudo.

4.2.2.1 Dados para o estudo empírico

Em decorrência da falta de informações acerca da inserção laboral dos usuários do PBF, decidimos usar apenas as três informações disponíveis em todo o espaço nacional que pudessem ser usadas como indicadores da precariedade do trabalho, são elas: a jornada de trabalho, a formalização do trabalho e a renda. Importante reforçarmos que quando se fala em precariedade das relações de trabalho estão expressas nessa referenciação todo e qualquer elemento que implica em flexibilizações na dinâmica capital trabalho que tem como consequência a redução de direitos, do valor da força de trabalho, aumento da exploração, a informalidade.

A base de dados oficial utilizada para medir essas variáveis é a PNAD, até 2015, e a PNAD contínua a partir de então. Mesmo tendo iniciado em 2015, o IBGE, utilizando dados da PNAD, retroagiu o método da PNAD contínua até 2012.

Como se sabe, quanto mais informações tem um estudo estatístico, melhor sua acuidade, ou seja, sua aproximação com a realidade. Por isso, o mais interessante para nossa proposta seria usar dados em nível municipal. Porém, na PNADC e PNAD não está disponível informações a nível municipal apenas a nível estadual. Apesar dessa limitação, a PNAD e a PNADC é a principal base de dados que agrega as três informações destacadas: jornada de trabalho, formalização do trabalho e a renda. Deste modo, mesmo que analisando apenas em nível estadual, teríamos as três informações numa mesma base de dados sem grandes diferenças metodológicas.

No que tange essas diferenças metodológicas entre a PNAD e a PNADC é possível mensurá-las no quadro a seguir.

Figura 23 – Quadro Diferenças metodológicas entre PNAD e PNAD Contínua

Diferenças metodológicas entre PNAD e PNAD Contínua		
CARACTERÍSTICAS	PNAD	PNAD CONTÍNUA
Abrangência de coleta da Informação	Nacional (Amostra de 1100 municípios)	Nacional (Amostra de 3500 municípios)
Abrangência de divulgação dos resultados	Brasil, Grandes Regiões, Unidades da Federação e 9 Regiões Metropolitanas (Belém, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio Janeiro, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre)	Brasil, Grandes Regiões, Unidades da Federação, Regiões Metropolitanas que incluem os municípios das capitais e Municípios

		das capitais
Periodicidade	Anual	Trimestral, Anual e ensal, por meio de trimestres móveis, para um conjunto restrito de indicadores de trabalho para Brasil.
Semana de referência	Última semana completa de setembro.	Semana imediatamente anterior à definida como de entrevista.
População Investigada para o tema trabalho	Pessoas de 10 anos ou mais de idade	Pessoas de 14 anos ou mais de idade

Fonte: IBGE.

A maior descontinuidade metodológica entre essas duas pesquisas, que afeta nosso estudo, foi a mudança da idade mínima da população investigada para o tema trabalho, que passa de 10 para 14 anos. Porém, fizemos alguns ajustes nos dados e nas regressões, como variáveis *dummy* de tempo⁴⁹, para que possamos ter uma série contínua confiável entre 2008 e 2018, apesar dessas mudanças metodológicas. E assim fizemos nossas mensurações, apesar da diferença metodológica, de forma contínua em todo período assinalado.

Vejamos a seguir as especificidades de cada uma das variáveis escolhidas.

a) Jornada de trabalho

No caso da jornada de trabalho a PNAD e a PNADC nos dá três opções de dados que poderiam colaborar para nosso estudo: pessoas que trabalharam acima de 44 horas semanais, pessoas que trabalharam acima de 49 horas semanais ou alguma média ponderada arbitrária entre 48 e 49 horas semanais nos Estados. Todas as três possibilidades são consideradas válidas e ao mesmo tempo arbitrárias.

⁴⁹ As variáveis *dummy* são criadas para representar uma variável com duas ou mais categorias. No caso a variável *dummy* de tempo permite diferenciar o comportamento de um fenômeno – no nosso caso jornada de trabalho, formalidade e renda – em períodos de tempo com diversas características. Ela indica a ocorrência ou não de um fenômeno ou mesmo sua presença ou ausência.

Decidimos escolher o segundo caso, porque caracterizaria melhor uma jornada excessiva, visto que é uma proxy – uma aproximação – do efeito jornada de trabalho excessiva.

Em todas as situações estão expressas jornadas acima da prevista pela legislação trabalhista, a escolha por mais de 49 horas semanais se deu por considerarmos a opção que excede mais ao previsto pela normativa.

b) Formalidade e Informalidade

A tabela da ocupação, que prevê a formalidade e informalidade da população ocupada, está disponível na base de dados da PNAD, entre os anos de 2008 e 2015. Essa pesquisa avalia a ocupação das pessoas de 10 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência. Ela está disponível por unidades da federação.

Nessa pesquisa – PNAD –, as principais ocupações dos entrevistados estão divididas nas seguintes posições:

- Emprego público
 - Com carteira de trabalho assinada
 - Militar ou funcionário público estatutário
 - Outros
- Trabalhadores
 - Com carteira de trabalho assinada
 - Sem carteira de trabalho assinada
- Outras categorias
 - Conta própria
 - Empregador
 - Trabalhadores na produção para o próprio consumo
 - Trabalhadores na construção para o próprio uso
 - Não remunerados

Vamos considerar como trabalhadores em ocupações formais, as seguintes categorias na PNAD:

- Emprego público
 - Com carteira de trabalho assinada
 - Militar ou funcionário público estatutário
 - Outros
- Trabalhadores
 - Com carteira de trabalho assinada
- Outras categorias
 - Empregador

Para complementar os dados de todo o período proposto para análise, utilizamos os dados da PNAD Contínua a partir de 2015. Nesta, a tabela da ocupação, que prevê a formalidade e informalidade da população ocupada, está disponível na base de dados os anos entre 2015 e 2018. Essa pesquisa avalia a ocupação das pessoas de 14 anos ou mais de idade, ocupadas na semana de referência. Ela está disponível por unidades da federação.

Na PNADC as principais ocupações dos entrevistados estão divididas nas seguintes posições:

- Empregado
 - Com carteira de trabalho assinada
 - Sem carteira de trabalho assinada
- Militar ou funcionário público estatutário
- Conta própria
- Empregador

Para contemplar a nossa análise, vamos considerar como trabalhadores em ocupações formais, as seguintes categorias na PNADC:

- Empregado
 - Com carteira de trabalho assinada

- Militar ou funcionário público estatutário
- Empregador

c) Renda

Outro indicador importante para determinar a precariedade do trabalho é a renda. Através dos rendimentos é possível inferirmos se a força de trabalho está sendo paga abaixo do seu valor. Vamos usar a renda média observada pela PNAD e PNADC por estado.

Nesse caso, cabe lembrar, que também houve uma pequena mudança na metodologia, mas que não compromete a qualidade da estimativa, primeiro porque o impacto dessa alteração metodológica sobre a renda média foi irrelevante, segundo porque as variáveis *dummy* de tempo do modelo de estimativa eliminam os possíveis vieses anuais de quebra de metodologia.

Dessa forma, entre os anos de 2008 e 2011 usamos o valor do rendimento médio mensal de todos os trabalhos das pessoas de 10 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência, segundo as Unidades da Federação brasileiras. Para tanto, utilizamos as informações contidas na PNAD.

A partir de 2012, para complementar nosso marco temporal de pesquisa, utilizamos a renda média das pessoas de 14 anos ou mais de idade ocupadas na semana de referência, segundo as Unidades da Federação a partir dos dados da PNADC. Importante destacar que todos os dados de rendimento assinalados foram deflacionados de acordo com o INPC de 2018.

4.2.2.2 Metodologia do estudo empírico

O método estatístico ou econométrico mais usado para avaliar a relação entre mais de uma variável quando elas têm registro estatístico no tempo e no espaço é a regressão por dados em painel.

A regressão de dados em painel tem como um dos principais objetivos aumentar o número de observações, o que conseqüentemente, leva a ampliar a significância da regressão. Ela se constitui de uma dimensão temporal e outra espacial, ou seja, é possível acompanhar uma mesma unidade de corte transversal ao longo do tempo.

Esse tipo de econometria nos permite um maior número de informações, com mais variabilidade e menor colinearidade entre as variáveis, ou seja, menos sobreposição das

diferentes variáveis. De acordo com Smolski (2019), os dados em painel são mais adequados ao estudo da dinâmica da mudança – como renda, trabalho, formalidade, dentre outros – detectando e medindo melhor os efeitos.

A metodologia de Dados em Painel ao combinar dados de corte transversal com séries temporais permite o controle da heterogeneidade presente nos indivíduos, ou seja, esse modelo controla as diferenças existentes entre as variáveis estudadas.

Se, por exemplo, fosse feito apenas com dados nacionais a relação entre o PBF e o rendimento médio nacional do trabalhador, teríamos apenas 10 observações para o período de 2008 a 2018. Quando fazemos por estado, temos 270. Evidentemente, que a inferência fica muito mais robusta. Nesse sentido, o ideal que pudéssemos contar com dados municipais, pois teríamos mais de 100 mil observações. Mas para as variáveis desejadas, não era possível obter dados municipais.

De acordo com Duarte *et al.* (s/d), no modelo de Dados em Painel quanto maior o número de observações mais consistente é o resultado do modelo, considerando um período de tempo coberto pequeno.

São muitas as variações do modelo de Dados em Painel, cada uma com uma particularidade. Para nosso estudo a variação do modelo de Dados em Painel utilizada foi o chamado Modelo de Efeitos Fixos. Nesse, o propósito, de acordo com Duarte *et al.* (s/d), é controlar os efeitos das variáveis omitidas que variam entre indivíduos e permanecem constantes ao longo do tempo. Discorrem os autores:

[...] supõe que o intercepto varia de um indivíduo para o outro, mas é constante ao longo do tempo; ao passo que os parâmetros resposta são constantes para todos os indivíduos e em todos os períodos de tempo. (DUARTE *et al.*, s/d, p. 7).

A adoção de um parâmetro fixo do intercepto permite que as diferentes variáveis passem a serem percebidas por um mesmo referencial, supõe assim, que todas as variáveis tem a mesma relação funcional aumentando o número de observações para a regressão linear e, portanto, ampliando a significância da estimativa.

Para que sejam reduzidos os problemas no modelo econométrico são usadas variáveis de controle. A variável de controle é aquele fator ou propriedade que também é causa, condição, estímulo ou determinante para que ocorra determinado efeito, porém é considerada uma variável secundária em relação a uma variável independente.

Como variável independente usamos a chamada *dummy* de tempo. De acordo com Battisti (2019), em algumas situações é necessário introduzir, como variável independente, uma variável categórica no modelo linear simples ou múltiplo podendo ter mais que duas

categorias. A codificação dessa variável, podendo ser apenas 0 e 1, é chamada variável *dummy*.

No que tange o universo da nossa pesquisa, usamos a variável *dummy* de tempo para todos os anos visando eliminar os efeitos de mudanças metodológicas durante o tempo. A variável *dummy* de tempo elimina os efeitos de tudo que muda de um ano para outro ao mesmo tempo em todos os estados.

No caso específico do nosso estudo empírico, a variável *dummy* colaborou para a eliminação do efeito que poderia ter sido causado pela mudança metodológica nos dados a partir de 2012 da PNAD para a PNADC, a qual já sinalizamos.

Outras variáveis de controle comumente usadas para estudos econométricos socioeconômicos, por terem grande impacto sobre a jornada de trabalho, formalidade e renda, também estarão compondo nosso estudo:

- i) População Economicamente Ativa – PEA do estado (Inpea)
- ii) População – pop do estado (Inpop)
- iii) População com carteira assinada no estado que trabalha em atividades de maior sofisticação, como indústria, serviços sofisticados e agricultura moderna – RAIS (Inrais)
- iv) Produto Interno Bruto – PIB do estado (Inpib)
- v) Renda média mensal – (Inrenda)

Essas variáveis de controle têm como objetivo diminuir os efeitos de possíveis correlações espúrias que possam existir entre a principal variável independente objeto de nossa discussão, o número de famílias que recebem o bolsa família, e as variáveis que pretendemos explicar: a renda, a jornada de trabalho e a formalidade.

Incluíamos essas variáveis acima porque elas podem ter relações também com as variáveis investigadas. Ao incluía-las, podemos ter mais segurança sobre a possível relação entre as variáveis que pretendemos explicar.

4.2.2.3 Programa Bolsa Família: um elemento contra a superexploração?

Durante o processo de coleta de dados para atender ao questionamento da pesquisa nos deparamos com a indisponibilidade nos bancos de dados oficiais das informações sobre a dinâmica do mercado de trabalho dos usuários do PBF, durante todo o período proposto para análise da pesquisa. Na busca por alternativas ao problema encontramos como possibilidade a

regressão em painel. Esse modelo econométrico nos permitiu apreender algumas tendências/indícios da relação entre PBF e mercado de trabalho.

Os dados de que dispomos são adequados para uma regressão em painel, uma vez que “um conjunto de dados longitudinais, ou em painel, acompanha uma dada amostra de indivíduos no tempo, propiciando muitas observações sobre cada indivíduo na amostra.” (HOLLAND; XAVIER, 2005, p. 94). Em nosso caso os “indivíduos”, ou nossa unidade de análise, são Unidades da Federação.

As vantagens na adoção de modelo em painel são apontadas pelos mesmos autores:

Em primeiro lugar, por dar ao pesquisador um grande número de dados, ela aumenta os graus de liberdades e reduz problemas de colinearidades entre variáveis explanatórias. Segundo, permite ao pesquisador estudar um grande número de questões econômicas, que não podem ser tratadas em análises *cross-section* ou em séries temporais. Terceiro, a análise de painel reduz diversos problemas centrais em econometria, como certos efeitos causados por variáveis omitidas (ou mal especificadas) que são correlacionadas com variáveis explanatórias. Uma importante virtude desta metodologia econométrica é, sem dúvida, o uso das informações tanto em dinâmica intertemporal, quanto da individualidade de cada ente, investigado simultaneamente, o que o torna mais apto para controlar efeitos de variáveis mal especificadas ou não observadas. Em outras palavras, a análise longitudinal se destaca das demais pela sua capacidade de controlar a heterogeneidade existente entre os indivíduos através da estimação dos efeitos individuais isolando, desta forma, os efeitos das variáveis explanatórias não mensuradas pelo econometrista (HOLLAND; XAVIER, 2005, p. 95).

Cabe explicitar que a relação apontada pelos modelos propostos demonstra apenas a influência do PBF nas variáveis jornada excessiva de trabalho, formalidade e rendimentos nos estados, não representando, assim, a resposta de seus usuários. Trata-se de sinalizar o efeito do PBF no mercado de trabalho das regiões e não a relação de mercado de trabalho nos usuários do PBF.

Para atender complementarmente ao nosso questionamento foi necessário a construção de 3 modelos: no primeiro buscamos verificar a relação entre PBF e Jornada de trabalho excessiva, no segundo modelo a relação entre PBF e formalidade e no terceiro modelo a relação entre PBF e rendimento.

Para compor o modelo econométrico utilizamos dados da PNAD e PNADC, da RAIS e do VIS data do período entre 2008 e 2018. Deles extraímos informações sobre mercado de trabalho, rendimento, ocupação, população por Estado, número de pessoas do PBF, PIB e renda média mensal dos Estados dos anos assinalados, para que pudéssemos fazer as aproximações matemáticas necessárias à resposta. As variáveis sofreram transformações

logarítmicas que são neutras do ponto de vista matemático, mas permitem que as variáveis respeitem a hipótese presente no modelo de distribuição normal dos dados.

Cabe assinalar que ainda que não seja de nosso interesse imediato a relação entre o PIB das UFs ou sua população e as variáveis de interesse (jornada, renda e informalidade) aquelas são incluídas para desempenhar a função de variáveis de controle. Este procedimento busca garantir que não sejam identificadas relações que dizem respeito meramente a ordem de grandeza nos números, por exemplo, ou que estejam relacionadas com outra variável.

Por exemplo, São Paulo terá sempre valores absolutos maiores que Alagoas – mais usuários do BPF, mais trabalhadores com emprego formal, etc. Mas esse comportamento das variáveis não se deve a uma relação entre essas determinidades, mas com o fato de que vivem em São Paulo cerca de treze vezes mais pessoas do que em Alagoas. Desse modo a inclusão de variáveis de controle busca inserir no modelo estas determinações cuja abstração (retirada do modelo) implicaria uma inadequação ao nível de análise proposto. A inserção destas determinações somadas ao tratamento individualizado que o modelo em painel é capaz de proporcionar permite a identificação das relações entre aquelas variáveis (ou determinidades) que temos interesse, isolando-as em seu contexto.

Importante retomar que os resultados dos modelos nos darão informações para compor a investigação de pesquisa junto dos dados secundários já levantados no capítulo 1 e no capítulo 3, apoiado no referencial teórico da TMD. É, portanto, a análise desse conjunto de elementos que subsidiará a construção da resposta da pesquisa.

Reafirmamos o limite dado pelos modelos econométricos quando comparado ao materialismo histórico dialético, pois entendemos ser esse muito mais eficaz na aproximação com a realidade. A lógica formal que compõe os modelos matemáticos utilizados não considera a totalidade dos elementos que representam o movimento do real, mas foi o caminho possível para nos aproximarmos da relação entre PBF e superexploração da força de trabalho. O materialismo histórico dialético nos brinda com a relação causal (qualitativa) entre superexploração da FT e as condições de trabalho e vida da classe trabalhadora; os modelos, por sua vez, nos permitem quantificar essas relações. Para tanto, fizemos o esforço de pensar um conjunto de elementos relacionados à categoria superexploração da força de trabalho com o intuito de expressar o mínimo de complexidade da realidade dos modelos econométricos.

Feitas essas observações, passemos a seguir a analisar os resultados dos modelos utilizados, tendo como horizonte estimar a influência do PBF sobre a superexploração da força de trabalho. O resultado dos modelos comporta duas estimações para cada variável: o

quanto uma alteração naquela variável impacta da variável resposta (coluna “Coef” dos resultados) e qual probabilidade de que aquele “quanto” seja realmente diferente de zero (coluna “ $P > |t|$ ” dos resultados).

Resultados: Modelo 1 – Jornada de trabalho x PBF

Pelas estimativas feitas no modelo 1, o efeito direto do PBF (variável $\ln b_f$) sobre o número de pessoas com jornada de trabalho superior a 49h semanais (variável $\ln j_{\text{ornada}}$) não foi significativo. A regressão busca encontrar uma relação matemática entre variáveis. Nesse caso, a relação matemática encontrada entre PBF e o número de pessoas com jornada de trabalho excessiva foi considerada não confiável, já que a probabilidade de não ter relação é maior que 40% (esta mensuração está expressa na tabela de resultados do modelo 1 como $P > |t| = 0.407$). Ou seja, a probabilidade de não haver relação entre as variáveis é de 40%. No tipo de modelo adotado para identificarmos a existência de uma relação entre as variáveis é necessário que a probabilidade seja mais próxima possível de zero ou pelo menos abaixo de 10%. Isso significa que, apesar de termos encontrado uma relação positiva direta do Programa com o número de pessoas que trabalham mais de 49 horas semanais, os dados não dão condição de afirmar com alta probabilidade esse resultado.

Entretanto, nesse mesmo modelo, outra variável, colocada originalmente, como variável de controle⁵⁰, a formalidade (Informal), mostrou uma forte relação negativa (ou seja, quanto menor a formalidade maior é a jornada de trabalho) com o número de trabalhadores em jornada superior a 49h semanais (a cada 10% do aumento de trabalhadores formalizados diminui em 3,175% o número de trabalhadores em jornada de trabalho excessiva⁵¹), por isso, passamos a utilizá-la como variável explicativa. Essa informação condiz com o esperado num cenário marcado pela formalização, ou seja, espera-se que trabalhadores numa dinâmica de trabalho formal tendem a serem acometidos por uma jornada de trabalho menos excessiva (mesmo se considerarmos o processo de precarização das relações de trabalho).

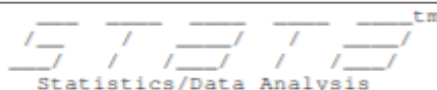
As razões pela qual a formalidade leva à redução da jornada excessiva não são difíceis de imaginar, como, por exemplo, a maior proteção da legislação trabalhista, a maior

50 As variáveis de controle são utilizadas para garantir que o resultado que se busca não seja enviesado. Elas são introduzidas para garantir que os efeitos/resultados identificados não tenham relações com outras características dos Estados como PIB, população, renda, dentre outras que foram utilizadas no modelo.

51 Na tabela de resultados essa informação aparece expressa da seguinte forma: Informal tem coef = - .317559.

estabilidade no emprego e com isso tudo, o aumento do poder de barganha do trabalhador. Apesar disso, não devemos deixar de reafirmar o cenário de desmonte de direitos propalado desde o golpe de 2016 que consolida várias flexibilizações para a legislação trabalhista. Além disso, faz parte do movimento do capital na contemporaneidade, tendo como orientação a perspectiva neoliberal, um cenário composto pela redução de direitos. Não por acaso, esse horizonte de desmonte vem se afirmando no contexto brasileiro já a partir da década de 1990, período de inflexão do neoliberalismo no país. As relações explicitadas podem ser conferidas na tabela de resultados abaixo.

Figura 24 – Quadro de Resultados Modelo 1



Statistics/Data Analysis

User: Relações Sociais e o Trabalho(space -8)
Project: Tese Bia

```

1 . xi: xtreg lnjornada lnbf lnformal lnpea lnplib lnipop lnrais lnrenda i.ano, fe
i.ano _Iano_2008-2018 (naturally coded; _Iano_2008 omitted)

Fixed-effects (within) regression      Number of obs   -      270
Group variable (i): uf_cod             Number of groups -      27

R-sq:  within - 0.8792                  Obs per group:  min -      10
      between - 0.9807                    avg -           10.0
      overall - 0.9633                    max -           10

corr(u_i, Xb) - 0.2522                   F(16,227)      -      103.27
                                           Prob > F       -      0.0000
    
```

lnjornada	Coef.	Std. Err.	t	P> t	[95% Conf. Interval]	
lnbf	.1311996	.1578853	0.83	0.407	-.1799086	.4423077
lnformal	-.317559	.0966095	-3.29	0.001	-.5079251	-.1271928
lnpea	1.284384	.1056023	12.16	0.000	1.076298	1.49247
lnplib	.1181099	.2357856	0.50	0.617	-.3464985	.5827183
lnipop	-.0571974	.6015539	-0.10	0.924	-1.242541	1.128146
lnrais	-.1429583	.2440112	-0.59	0.559	-.623775	.3378584
lnrenda	.1832057	.2116909	0.87	0.388	-.2339248	.6003363
_Iano_2009	-.0879513	.0621841	-1.41	0.159	-.2104831	.0345805
_Iano_2010	-.2191409	.1123294	-1.95	0.052	-.4404826	.0022007
_Iano_2011	-.2246461	.1186575	-1.89	0.060	-.4584571	.0091649
_Iano_2012	-.2869933	.212468	-1.35	0.178	-.7056549	.1316684
_Iano_2013	-.4176769	.2345605	-1.78	0.076	-.8798711	.0445174
_Iano_2014	-.5388435	.2517261	-2.14	0.033	-1.034862	-.0428248
_Iano_2015	-.6036587	.2564225	-2.35	0.019	-1.108931	-.098386
_Iano_2016	-.8258329	.2637104	-3.13	0.002	-1.345466	-.3061995
_Iano_2017	-.2518065	.2870702	-0.88	0.381	-.8174696	.3138567
_Iano_2018	(dropped)					
_cons	-3.767072	9.702999	-0.39	0.698	-22.88654	15.35239
sigma_u	.15397169					
sigma_e	.17894376					
rho	.42540942	(fraction of variance due to u_i)				

```

F test that all u_i=0:      F(26, 227) -      3.61      Prob > F - 0.0000
r; t=6.35 9:56:48

2 .
end of do-file
r; t=6.36 9:56:48

3 .
4 . do "D:\Users\reiff\AppData\Local\Temp\STD0000000000.tmp"

5 . xi: xtreg lnformal lnbf lnjornada lnpea lnplib lnipop lnrais lnrenda i.ano, fe
i.ano _Iano_2008-2018 (naturally coded; _Iano_2008 omitted)

Fixed-effects (within) regression      Number of obs   -      270
Group variable (i): uf_cod             Number of groups -      27

R-sq:  within - 0.9739                  Obs per group:  min -      10
      between - 0.9335                    avg -           10.0
      overall - 0.7950                    max -           10

corr(u_i, Xb) - 0.4861                   F(16,227)      -      528.57
                                           Prob > F       -      0.0000
    
```

Resultados Modelo 2 – Formalidade/Informalidade x PBF

No que tange a formalidade (lnformal), o resultado do modelo demonstra que o PBF (lnbf) tem uma relação positiva com a formalidade (lnbf tem coef = .3059712), ou seja,

quanto mais PBF maior é a formalidade. Nesse modelo, se aumentarmos em 10% o PBF, aumentamos em 3,06% a formalidade. É possível observar na tabela de resultados do modelo dois que a relação positiva entre PBF e formalidade é de alta confiabilidade, 0,04% de probabilidade do coeficiente ser igual a zero (como já dissemos, na regressão quanto mais próximo de zero estiver a probabilidade da relação, maior a confiabilidade).

Os resultados mostram que o efeito do PBF sobre a formalização é positivo e quase exclusivo, ou seja, além do Programa, no modelo, só a proporção da PEA/POP (Inpea/Inpop) tem uma forte relação funcional sobre a formalização.

Então podemos afirmar que durante este período e dada as variáveis que dispomos, o PBF pode ser considerado um fator que **contribuiu para** o aumento da formalização do emprego. Nesse ponto cabe um parênteses muito importante para esclarecimento. Este resultado não expressa a formalização entre os beneficiários do PBF, mas sim a contribuição no aumento da formalidade nas regiões. Essa pausa é importante porque dentre os diversos estudos que tratam do tipo de inserção laboral dos usuários do PBF se tem como reposta que estes estão majoritariamente inseridos na informalidade (por exemplo, Nunes e Sousa, 2018).

O aumento da formalidade demonstrada pelo modelo, de todo modo, também atinge os beneficiários do PBF, a questão é que esse acréscimo não é suficiente para mudar a intensa informalidade que acomete esse grupo. No entanto, cabe considerar que o PBF promove a queda da relação de trabalho considerada degradante ou análoga ao escravo daqueles localizados na extrema pobreza. Sendo assim, ainda que o PBF não estimule em grande escala a entrada de seus usuários no trabalho formal ele os livra de trabalhos degradantes, assim como verificou Sitcovsky (2010). Complementarmente, é possível ainda dizer que os beneficiários além de se livrarem de trabalhos degradantes, eles se colocam menos disponíveis a trabalhos informais.

A alta significância demonstrada pelo modelo na relação entre PBF e formalidade pode estar relacionada a vários fatores, como o aumento de consumo tendo como consequência a ampliação da demanda por empregos formais e aquecimento do mercado interno, mas também a redução da oferta de trabalhadores no mercado informal de trabalho – assinalado no parágrafo anterior - e o aumento da dignidade do trabalhador e sua busca por direitos.

Com as famílias melhor supridas de condições mínimas de sobrevivência, mais jovens e adolescentes puderam se dedicar aos estudos (conforme destacamos no item anterior o

aumento da escolaridade do público alvo e dos usuários do PBF) ao invés de buscar fontes de renda informais e degradantes para a família.

Apesar da relação positiva entre PBF e formalidade indicada pelo modelo, não podemos deixar de referenciar que iniciativas baseadas na transferência direta de renda tem um efeito paliativo e temporário na dinâmica societária capitalista que, na perspectiva neoliberal, periférica e dependente, tem na informalidade o elemento impulsionador para a acumulação. Não por acaso, a maior parte dos usuários, cerca de 73% conforme destacaram Nunes e Sousa (2018), ainda seguem engrossando as filas da informalidade, mantendo, portanto, o quadro de precarização das condições de inserção laboral dos beneficiários. A seguir, é possível observar a tabela de resultados do modelo.

Figura 25 – Quadro de resultados do Modelo 2

```

Wednesday October 14 10:02:02 2020 Page 2

```

Informal	Coef.	Std. Err.	t	P> t	[95% Conf. Interval]	
lnbf	.3059712	.1041771	2.94	0.004	.1006934	.5112491
lnjornada	-.1430752	.0435271	-3.29	0.001	-.228844	-.0573063
lnpea	1.195405	.0447603	26.71	0.000	1.107206	1.283604
lnpib	.2834235	.157232	1.80	0.073	-.0263974	.5932444
lnpop	-1.207202	.3957582	-3.05	0.003	-1.987032	-.4273727
lnrais	.0181384	.1639065	0.11	0.912	-.3048344	.3411111
lnrenda	.1847634	.1417978	1.30	0.194	-.0946448	.4641716
_Iano_2009	-.0824094	.0415649	-1.98	0.049	-.1643117	-.0005071
_Iano_2010	-.5298344	.0674062	-7.86	0.000	-.6626563	-.3970126
_Iano_2011	-.2029372	.0791344	-2.56	0.011	-.3588692	-.0470052
_Iano_2012	-.637988	.1367818	-4.66	0.000	-.9075124	-.3684636
_Iano_2013	-.6457124	.1526367	-4.23	0.000	-.9464783	-.3449465
_Iano_2014	-.6594323	.1649546	-4.00	0.000	-.9844703	-.3343944
_Iano_2015	-.6754472	.168339	-4.01	0.000	-1.007154	-.3437403
_Iano_2016	-.6957143	.1747966	-3.98	0.000	-1.040146	-.3512829
_Iano_2017	.9635826	.1821121	5.29	0.000	.6047361	1.322429
_Iano_2018	(dropped)					
_cons	6.654571	6.500096	1.02	0.307	-6.15367	19.46281
sigma_u	.63955362					
sigma_e	.12011203					
rho	.96593056	(fraction of variance due to u_i)				

```

F test that all u_i=0: F(26, 227) = 3.10 Prob > F = 0.0000
r; t=4.68 9:59:43

6 .
end of do-file
r; t=5.29 9:59:44

```

Resultados: Modelo 3 – Rendimento Médio Mensal

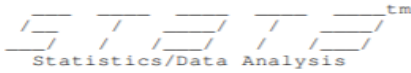
No modelo 3 buscamos avaliar se o PBF afeta a renda, ou seja, se há alguma relação entre PBF e a renda pessoal disponível nos estados. Não encontramos nenhuma direção que tenha mostrado relação significativa do PBF com o rendimento médio mensal. Apenas as variáveis de controle população (lnpop) e o PIB (lnpib) demonstraram uma relação

significativa, sendo o PIB uma relação positiva de 0,13 e a população negativa de 0,60. Isso expressa uma relação já esperada: a relação do PIB per capita com a renda disponível, quando aumenta o PIB per capita o rendimento médio mensal aumenta e quanto maior a população menor o rendimento mensal.

Talvez a pouca relevância do PBF no rendimento médio deve-se ao fato do Programa ter um valor irrisório e, mesmo que promova diferenças no cotidiano das famílias atendidas, principalmente daquelas que se encontram abaixo da linha da pobreza, em valores absolutos a diferença é pequena para atingir/causar impacto na renda pessoal disponível nos Estados.

Acreditamos que o resultado deste modelo teria sido mais significativo se tivéssemos tido acesso aos dados municipais, pois com certeza nos municípios menores o impacto do PBF é maior. No entanto, não tivemos acesso a dados que referenciassem o PBF no âmbito municipal. A seguir é possível observar a tabela de resultados.

Figura 26 – Quadro de Resultados do Modelo 3



Statistics/Data Analysis

User: Relações Sociais e o Trabalho(space -8)
Project: Tese Bia

```

1 . xi: xtreg lnrenda lnbf lnjornada lnformal lnpea lnplib lnppop lnrais i.ano, fe
i.ano _Iano_2008-2018 (naturally coded; _Iano_2008 omitted)

```

Fixed-effects (within) regression
Group variable (i): **uf_cod**

Number of obs = 270
Number of groups = 27

R-sq: within = 0.8056
between = 0.0057
overall = 0.0201

Obs per group: min = 10
avg = 10.0
max = 10

corr(u_i, Xb) = -0.8319
F(16, 227) = 58.81
Prob > F = 0.0000

lnrenda	Coef.	Std. Err.	t	P> t	[95% Conf. Interval]	
lnbf	-.0056608	.0494947	-0.11	0.909	-.1031886	.0918669
lnjornada	.0179506	.0207416	0.87	0.388	-.02292	.0588212
lnformal	.0401805	.0308368	1.30	0.194	-.0205824	.1009434
lnpea	-.0547849	.0423259	-1.29	0.197	-.1381867	.0286169
lnplib	.1286386	.0733508	1.75	0.081	-.0158968	.2731741
lnppop	-.6078143	.1839289	-3.30	0.001	-.9702405	-.2453881
lnrais	.0125685	.0764332	0.16	0.870	-.1380407	.1631777
_Iano_2009	.0367491	.018726	1.96	0.051	-.00015	.0736481
_Iano_2010	.2115085	.0293981	7.19	0.000	.1535804	.2694366
_Iano_2011	.0879806	.0333645	2.64	0.009	.022237	.1537243
_Iano_2012	.2226524	.043231	5.15	0.000	.137467	.3078378
_Iano_2013	.2652191	.0508015	5.22	0.000	.1651163	.3653219
_Iano_2014	.291369	.0570897	5.10	0.000	.1788756	.4038625
_Iano_2015	.2669606	.0608445	4.39	0.000	.1470682	.3868529
_Iano_2016	.2523079	.0656834	3.84	0.000	.1228806	.3817351
_Iano_2017	.193839	.0755191	2.57	0.011	.045031	.342647
_Iano_2018	(dropped)					
_cons	14.13064	2.901312	4.87	0.000	8.413697	19.84759
sigma_u	.54460153					
sigma_e	.05601267					
rho	.98953245	(fraction of variance due to u_i)				

F test that all u_i=0: F(26, 227) = 11.73 Prob > F = 0.0000
r; t=40.01 13:30:16

De acordo com os resultados, que nos possibilitariam apenas tecer algumas estimativas acerca da relação do PBF com as variáveis jornada de trabalho excessiva, formalidade e rendimento, podemos dizer que é possível delimitar que a iniciativa representa um elemento capaz de influenciar negativamente na dinâmica que imprime o processo de superexploração da força de trabalho de forma parcial. Isso significa dizer que o PBF atenua alguns dos determinantes que conjuntamente expressam/materializam a superexploração da força de trabalho.

Segundo o referencial teórico utilizado no âmbito da pesquisa a superexploração é um fenômeno estrutural ao desenvolvimento do capitalismo na periferia que se expressa através do aumento da jornada de trabalho, do pagamento do valor da força de trabalho abaixo do seu valor e aumento da intensidade do trabalho de forma combinada.

As aproximações anunciadas pelos modelos nos apontam, no modelo 1, que o aumento da formalidade implica na redução da jornada de trabalho excessiva. No modelo 2 temos que o PBF colabora para o aumento da formalidade, mas é inexpressivo na relação com a renda pessoal disponível. Deste modo, cabe inferir que o PBF pode representar um elemento que

colabora para atenuar algumas das expressões que combinadas determinam a superexploração da força de trabalho ao se mostrar, de acordo com o modelo, favorável a formalidade, afetando indiretamente a redução da jornada de trabalho, porque a formalidade tem impacto direto positivo para redução da jornada de trabalho – quanto maior a formalidade menor é a jornada de trabalho; quanto mais PBF maior é a formalidade, por isso, indiretamente temos que o PBF contribui para queda da jornada de trabalho acima de 49 horas.

Portanto, o PBF influenciaria na dinâmica do mercado de trabalho positivamente no que tange a formalidade – mais PBF mais formalidade - e negativamente para a jornada de trabalho excessiva - quanto menos PBF mais jornada de trabalho excessiva -. Apesar de ser uma iniciativa que impacta positivamente a renda das franjas mais pauperizadas da classe trabalhadora, mais especificamente aquelas localizadas na pobreza extrema, o Programa não afeta a renda média pessoal dos Estados devido ao seu valor ínfimo e ao caráter distributivo do programa.

No que tange a influência do PBF no mercado de trabalho especificamente dos seus usuários é possível tecer considerações amparadas no estudo de Nunes e Sousa (2018). Os autores nos revelam que o Programa não pode ser considerado como um desincentivador ao trabalho, pois o contingente dos beneficiários que participam da força de trabalho⁵² é bem próximo ao dos não beneficiários. Essa informação desconstrói a tão propalada tese do “efeito preguiça” que tem como intuito apenas desqualificar a iniciativa. A disponibilidade dos usuários do Programa ao trabalho, no entanto, reflete numa outra realidade: a informalidade.

De acordo com os autores uma característica marcante da inserção laboral é a precarização, como já é esperado diante do contexto do mercado de trabalho brasileiro. A incidência marcante da informalidade nos usuários do PBF não é uma novidade, a inovação da iniciativa para o mercado de trabalho brasileiro está na sua relação com a formalidade (não exclusiva dos usuários do Programa) apontada pelo modelo, como já afirmamos. O que podemos inferir é que sem o Programa seus usuários poderiam estar mais suscetíveis a precarização, no que tange a trabalhos degradantes. Com isso, não estamos afirmando que a

52 De acordo com os autores, o conceito de força de trabalho na PNADc contempla o universo de ocupados e desocupados. Considera-se como ocupados aqueles que trabalharam “pelo menos uma hora completa em trabalho remunerado em dinheiro, produtos, mercadorias ou benefícios, ou em trabalho sem remuneração direta em ajuda à atividade econômica de membro do domicílio ou parente que reside em outro domicílio, ou, ainda, as que tinham trabalho remunerado do qual estavam temporariamente afastadas nessa semana” (IBGE, 2018 apud Nunes e Sousa, 2018, p.345). O universo de desocupados considera todas as “pessoas sem trabalho em ocupação na semana de referência da pesquisa, mas que tomaram alguma providência efetiva para conseguir emprego no mês de referência e estavam disponíveis para assumir.” (Nunes e Sousa, 2018, p. 345). E ainda “Aqueles que não trabalharam na semana de referência porque haviam conseguido emprego, mas começariam a trabalhar em um espaço de quatro meses (...)” (Ibidem, p.345).

iniciativa é eficiente no que concerne o caráter precário do mercado de trabalho brasileiro, mas colabora para atenuar suas expressões em alguma medida.

No que compete aos rendimentos é possível afirmar, tomando como referência os estudos de Nunes e Sousa (2018), que o PBF atua como fonte complementar de renda dos usuários, pois cerca de 49% dos beneficiários/as estão inseridos na força de trabalho remunerada. A partir desta perspectiva, podemos inferir que o PBF colabora para a reprodução da força de trabalho paga abaixo do seu valor. Ao se definir como complementar aos rendimentos do trabalho dos beneficiários/as, podemos identificar um elemento de contradição na processualidade do PBF: o papel complementar do Programa pode indicar uma reposição parcial do valor dessa força de trabalho, garantindo sua reprodução. Por outro lado, é possível dizer que o PBF colabora para a manutenção desse valor reduzido da força de trabalho no que toca a relação capital trabalho. O valor da força de trabalho não muda para o capital, mas as suas necessidades são complementadas via política social. Nesse sentido, o Programa colabora para a manutenção dos interesses do capital, seja no pagamento à força de trabalho abaixo do que vale, seja garantindo a reprodução dessa mercadoria para estar disponível a atender o capitalista, ou ainda possibilitando aos usuários o consumo, o crédito.

Ao dissertar sobre os impactos do PBF nos rendimentos de seus usuários cabe retomar a medição entre salário mínimo e salário mínimo necessário (SMN). Como abordamos os salários considerados minimamente suficientes para a reprodução do trabalhador e sua família no Brasil (SMN), considerando o referencial construído pelo DIEESE, é muito distante do salário mínimo definido pelo governo. Tomando esse referencial como parâmetro, podemos afirmar a insuficiência do PBF para corresponder, enquanto complemento, as necessidades do trabalhador e sua família. Seu valor irrisório, como já dissemos, só é capaz de atender de forma impactante os extremamente pobres, quase sem rendimentos.

Se aprofundarmos a comparação entre PBF e salário mínimo necessário, observa-se que há um verdadeiro abismo entre o valor considerado minimamente indispensável ao cotidiano do trabalhador, expresso no SMN, e o recebido pelos beneficiários/as do Programa. Essa relação expressa o nível de precariedade que vive o trabalhador no Brasil, tendo o salário mínimo muito abaixo do necessário e o instrumento utilizado para seu complemento mais abaixo ainda.

Diante do exposto, e considerando nossa pergunta de pesquisa, podemos apontar que o PBF contribui para atenuar alguns dos determinantes da superexploração da força de trabalho no que se refere ao grupo de trabalhadores formais, o que inclui poucos beneficiários/as do

PBF, visto que a grande maioria não incorpora essa condição. No que compete aos usuários/as do Programa observamos uma relação entre o benefício e as formas de trabalho precário, conforme já nos sinalizou Sitcovsky (2010).

Sendo assim, diante do caráter precário do mercado de trabalho brasileiro as iniciativas de transferência de renda, no caso o PBF, podem se revelar como instrumento de alívio de alguns determinantes da superexploração da força de trabalho, diante do impacto que causa na dinâmica do mercado interno. No entanto, os usuários do PBF se mantêm expostos às interfaces da dinâmica de acumulação do capitalismo dependente que tem no trabalho precário sua espinha dorsal, ainda que sem o Programa essa exposição seria mais extenuante.

Grande parte do contingente atendido pelo PBF sequer terá a oportunidade de ser explorado no processo produtivo, porque jamais será inserido nele. Importante frisar que ainda que não adentre no processo produtivo, sua existência é condição para o processo de acumulação do capitalismo dependente, a condição de expulsão permanente do mercado de trabalho é a função desses indivíduos para a maximização dos lucros do capital, ao colaborarem para o rebaixamento do valor da força de trabalho.

O PBF na dinâmica de seus usuários promove uma melhoria na sua reprodução cotidiana, e um alívio em alguns determinantes da superexploração da força de trabalho àqueles poucos que conseguem estar na formalidade. Ainda assim, é importante afirmar que o Programa não pode ser considerado vetor da superexploração da força de trabalho, visto que essa já está posta à dinâmica periférica. O PBF não cria e nem elimina a superexploração da força de trabalho para seus beneficiários/as ou não beneficiários.

Por fim, todo o exposto nos leva a concluir que a transferência de renda promove uma flexibilização na histórica relação de tensão entre assistência social e trabalho. Diferente do que afirma Boschetti (2003 e 2016), o contexto atual revela uma aproximação entre assistência social e trabalho precário quando o PBF atua como complementar aos rendimentos do trabalho, possibilitando uma maior reprodução da força de trabalho. A ser definido como complementar promove-se uma flexibilização na relação já que não é mais possível afirmar que assistência social e trabalho se rejeitam. Afirmamos ser uma flexibilização, porque essa atração se coloca na dinâmica do trabalho precário, onde os rendimentos do trabalho são insuficientes para a reprodução da força de trabalho.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises demonstradas ao longo da pesquisa nos possibilitou fazer algumas reflexões acerca da relação entre PBF e superexploração da força de trabalho. Podemos observar que, no que concerne os beneficiários/as do Programa, o PBF não revela um efeito de atenuação da superexploração da força de trabalho. Tal definição se dá pelo fato dos usuários do PBF estarem majoritariamente condicionados a uma inserção laboral precária, quando não permanentemente expulsos do mercado de trabalho.

Por outro lado, o PBF tem impacto positivo no que cabe aos usuários localizados na extrema pobreza o que refletirá inclusive na inserção laboral, os livrando de relações consideradas degradantes e análogas ao trabalho escravo.

Ao representar uma opção para acesso ao mínimo para reprodução, o PBF dá as mulheres com filhos pequenos à possibilidade de cuidá-los e aos jovens a oportunidade de ampliar o nível de instrução ao evitarem entrar numa relação de trabalho extenuante que limita o tempo para a educação. No que se refere ao cuidado com as crianças é importante frisar que a escolha pelo cuidado dos filhos é decorrente da insuficiência de vagas em creches públicas. Na falta de um lugar para deixar os filhos para buscar uma inserção laboral não degradante, mas precária, as mulheres se asseguram no PBF que apesar de ínfimo garantiria o básico para a reprodução cotidiana.

Assim, podemos dizer que para seus usuários na dinâmica do mercado de trabalho lhes resta a precarização, expressa na informalidade, baixos salários, instabilidade, rotatividade, dentre outros. Não por acaso, o PBF atua como complementar aos rendimentos do trabalho, o que nos infere que este contingente é pago muito abaixo do que vale sua força de trabalho. A atuação do Programa como complementar aos salários, demonstra seu enlaçamento com o trabalho precário. Por outro lado, revela sua participação necessária a reprodução cotidiana dessa força de trabalho. O PBF então, pode-se dizer, ameniza os efeitos decorrentes da relação precária da inserção laboral da maioria de seus usuários.

Para este grupo precarizado, localizado na extrema pobreza, usuário do PBF, temos que a iniciativa colabora em alguma medida, muito superficialmente, para a atenuação de alguns determinantes da superexploração da força de trabalho, mas precisamente no que cabe ao rendimento. No entanto, como aponta nosso referencial teórico, consideramos que a superexploração da força de trabalho é expressa na ação combinada da jornada de trabalho excessiva, intensidade do trabalho e consumo do fundo de vida do trabalhador. Sob esta

perspectiva temos que o PBF não colabora para atenuar a superexploração da força de trabalho dos seus usuários localizados na informalidade.

A análise dos capítulos também nos mostrou que o PBF pode amenizar em alguma medida a superexploração da força de trabalho àqueles localizados na formalidade, o que inclui beneficiários/as – a grande minoria que se encontram nessa condição – e não beneficiários/as.

As considerações apontadas nos permite refletir não só acerca do PBF, mas de alguma forma tecer desdobramentos que podem incluir outras iniciativas baseadas na transferência direta de renda.

Os resultados do estudo empírico associados ao referencial teórico utilizado nos permitem inferir que o PBF colabora para atenuar a superexploração da força de trabalho, se não considerarmos a particularidade dos usuários do Programa. Isso significa que o PBF não elimina ou intensifica a superexploração da força de trabalho, até porque, de acordo com nosso referencial teórico, entendemos ser esta estrutural ao modo de ser do capitalismo brasileiro e periférico. O fato de considerarmos o PBF como elemento que em alguma medida atenua os elementos constituintes da superexploração da força de trabalho, quando consideramos todos os trabalhadores formais, não esgota as reflexões críticas passíveis desta relação. Vejamos.

Se considerarmos os elementos históricos do mercado de trabalho brasileiro, conforme dissertado no capítulo 3 da presente pesquisa, é pertinente afirmar que este se caracteriza pela informalidade, instabilidade, baixos salários, dentre outros, elementos que expressam a precarização. Desta forma, podemos manifestar que o efeito positivo causado pelo PBF, no que diz respeito a sua relação com a superexploração da força de trabalho, se refere a sua relação com o trabalho precário, aquele em que se inserem os usuários do Programa mais impactados pela iniciativa. Efeito positivo porque o Programa possibilita o aumento da renda dessas camadas mais pauperizadas.

Neste sentido, é possível verificar uma aproximação entre transferência de renda e trabalho precário. O papel complementar do PBF ao trabalho precário, como aponta Sitcovsky (2010), é fruto a redução dos postos de trabalhos formais. Na dinâmica periférica a formalidade já se mostra como um elemento que não constitui uma regra do mercado de trabalho, vide o seu contingente informal. Sendo assim, é possível inferir a particularidade que assume esse tipo de iniciativa na periferia.

Posto isso, cabe retomar a discussão sobre a existência de uma flexibilização na histórica tensão da relação entre assistência social e trabalho. Historicamente, como apontamos no capítulo 2, de acordo com Boschetti (2003), trabalho e assistência social mantêm uma relação de tensão, onde a presença de um provoca a rejeição do outro. Neste sentido, temos que a conciliação entre os dois é algo impossível, de acordo com a autora. No entanto, a aproximação entre assistência social e trabalho precário promove uma flexibilização dessa tensão, que no caso da periferia se considerarmos a precarização como inerente a forma de ser do capitalismo na região é possível dizer que há até mesmo uma conciliação entre os dois.

A perda de direitos do trabalho no contexto de hegemonia neoliberal promove uma relação laboral cada vez mais precária globalmente. É sob este contexto que a assistência social, principalmente via transferência de renda, passa a ser alternativa para os trabalhadores precarizados, como forma complementar aos baixos salários, ou de única fonte de renda para aqueles que não conseguem vender sua força de trabalho e, com isso, não serão lançados na extrema miséria. Aqui reconhece-se legalmente, ainda que não nestes termos a população superfluente, como sinalizado por Engels em seu livro “A situação da classe trabalhadora na Inglaterra”. Na dinâmica periférica, onde desemprego e informalidade compõem a espinha dorsal do mercado de trabalho, o processo não é diferente.

Importante salientar que ao PBF não cabe a tarefa de eliminar a pobreza ou mesmo a desigualdade inerentes a forma de ser do modo de produção capitalista. Apesar disso, a iniciativa se mostra como elemento importante para a reprodução de franjas da classe trabalhadora que se encontram na extrema pobreza, mais pauperizadas. É sobre este público que o PBF demonstra impacto significativo. Cabe salientar que esse impacto se refere ao acesso à consumo de bens básicos para garantia da reprodução orgânica dos indivíduos acometidos pela extrema pobreza, mas também à possibilidade destes mesmos sujeitos deixarem de se submeter à trabalhos degradantes, muitas vezes análogos ao escravo.

Ao concluirmos em resposta a indagação da pesquisa que o PBF é um instrumento que atenua em alguma medida a superexploração da força de trabalho, não pretendemos considerar que este é um mecanismo para aliviar a estrutura de desigualdade ou mesmo iniciativa capaz de abolir tal dinâmica atuante para maximização da acumulação na periferia. Sendo a superexploração um elemento estruturante do capitalismo periférico, o PBF tem como lógica inerente, não livre de contradição, ser instrumento de manutenção da ordem capitalista que, por sua vez, atenua as formas dela na dinâmica do trabalho precário. Não

podemos deixar de reconhecer que esse tipo de política social é aquela pensada como alternativa quando se comprimem os direitos ao trabalho. E essa é uma questão importante para a realidade periférica, que na sua particularidade do desenvolvimento capitalista já não prevê um amplo conjunto de direitos decorrentes da relação de trabalho consequência da precarização ou do desemprego estrutural.

Não é o PBF ou as outras formas de transferência de renda que propiciam os elementos necessários à estruturação da superexploração da força de trabalho. Esta já está posta na dinâmica do capitalismo periférico, porque lhe é estrutural. Estas iniciativas de política social, tendo em sua essencialidade a contradição, colaboram para a reprodução da força de trabalho ao mesmo tempo que atendem aos interesses do capital, não só garantindo a manutenção da ordem, mas também na ampliação do consumo. É verdade que seu surgimento coincide também com os processos de precarização das relações de trabalho globalmente, por isso, é coerente pensarmos na associação deste com as formas de trabalho precário.

Nesta associação pode-se dizer que as iniciativas de transferência de renda colaboram com a superexploração visto que sua existência, aparentemente, corrobora para o rebaixamento do valor da força de trabalho diante de seu papel complementar ao salário. No entanto, na periferia onde a superexploração é estrutural ao desenvolvimento do modo de produção capitalista próprio da região essas iniciativas podem representar uma forma de atenuar a dinâmica da relação capital trabalho periférica, assim como nos sinalizou o estudo empírico quando demonstra uma relação entre PBF e formalidade e, de maneira indireta, entre PBF e redução da jornada excessiva de trabalho. Com perspectiva semelhante Paiva (2014) avalia que o papel da transferência de renda é enfrentar a superexploração, por isso defende a sua expansão. A diferença na análise aqui empreendida é que não defendemos a transferência de renda como política social central diante a dinâmica do mercado de trabalho da periferia, por acreditamos ser um posicionamento utópico, não tendo prospectiva de consolidação na realidade.

Iniciativas como o PBF se revelam, assim como toda política social imbuída que é pela contradição, como estratégias políticas e econômicas no modo de produção capitalista porque além de possibilitar a reprodução da força de trabalho, os deixando à disposição do processo de produção e acumulação do capital, promove “(...) um fluxo básico de consumo, evitando um curto-circuito na rotação do capital.” (BEHRING E BOSCHETTI, 2020). Sobre essa questão ainda referenciam as autoras

Se a “transferência de renda” é funcional à reprodução do capitalismo, não se pode negar que ela é igualmente necessária para reprodução da classe trabalhadora. Por isso, a

esquerda deve fazer a defesa tática da “transferência de renda”, não nos termos e parâmetros panópticos e draconianos das propostas neoliberais (...). (Ibidem).

Não precisamos nos estender muito para defender iniciativas de transferência direta de renda como política social para a reprodução da classe trabalhadora em todo mundo, quiçá no âmbito do capitalismo dependente. Assim como referenciam as autoras em seu trabalho, o que é necessário, no entanto, é dar a esta política um caráter de direito social mais amplo seja no valor do benefício, seja no público alvo que atende se tivesse como horizonte promover mais que o alívio imediato da pobreza extrema.

Para tanto iniciativas de transferência de renda teriam que ser fundamentadas na perspectiva de uma renda básica, com o intuito de complementar a renda de todo e qualquer cidadão que teria acesso por direito, sem condicionalidades, pura e simplesmente como elemento complementar aos rendimentos abaixo daquele considerado necessário para reprodução cotidiana.

Sendo assim, vale voltarmos a afirmar, a transferência de renda pode sim ser um instrumento de atenuação das expressões da superexploração da força de trabalho seja pelo fato de ao complementar a renda contribuir para atingir um maior valor à força de trabalho, ou ao livrar os indivíduos de situações degradantes o colocar em condições de se afirmar no mercado de trabalho de forma a exigir menos precarização, ou seja, reivindicar por jornadas de trabalho mais curtas ou melhores condições de trabalho o que pode representar uma redução da mais valia, o que resultaria, por exemplo, numa melhor distribuição das riquezas socialmente produzidas. Além de contribuir para a não usurpação do fundo de vida do trabalhador como condição para o processo de acumulação capitalista.

Diante do que explicitamos, cabe fazer mais um parênteses reflexivo: a transferência de renda, mesmo consolidada como uma renda básica, pode refletir uma dinâmica laboral precária, em que a força de trabalho ao ser paga abaixo do seu valor se vê obrigada a recorrer a alternativas que tem como tarefa recompensar as perdas da relação capital trabalho. Isso significa que esse tipo de ação tem um enlaçamento com as formas de trabalho precário próprias do movimento do modo de produção capitalista na contemporaneidade, como já sinalizamos linhas atrás.

O que identificamos nesse processo, mais uma vez, é a contradição como elemento próprio da dinâmica societária burguesa, qual seja: sim a transferência de renda colabora para a atenuação das expressões da superexploração da força de trabalho ao atuar como instrumento de ampliar as possibilidades de reprodução da classe trabalhadora, mas também a

condiciona por ser um componente necessário devido ao processo de intensificação da precarização das relações de trabalho num contexto de enxugamento de direitos. Esse movimento é esperado, já que é o movimento próprio de toda política social.

No que tange a perspectiva da transferência de renda como atenuante da superexploração da força de trabalho, ou seja, como direito social, é importante frisar que seu efeito deve estar articulado a um leque de direitos sociais amplos que prevêm saúde, educação, habitação, transporte, trabalho, dentre outras políticas sociais que assegurariam uma condição de cidadania mais expandida. Neste sentido, a transferência de renda como renda básica universal não teria como papel substituir empregos estáveis e com direitos, como acontece atualmente. Ainda que assim fosse, esse cenário não deixaria de conter as contradições próprias da sociedade capitalista que tem na exploração seu elemento vital, mas daria melhores condições de vida cotidiana para a classe trabalhadora dentro dos limites dos direitos burgueses.

No atual contexto de pandemia temos como agravante a redução dos postos de trabalho provocada pela necessidade de isolamento social, consequência da ação devastadora do coronavírus, que não só resultou no colapso dos sistemas de saúde como também no número cada vez mais extensivo de mortes provocada pelo vírus. A possibilidade de uma crise social e econômica decorrente desse cenário, obrigou vários países a adotarem como estratégia de atenuação desse efeito auxílios emergenciais. Esses se expressam pela transferência direta de renda para aqueles indivíduos acometidos financeiramente pela pandemia, como também em incentivos do Estado para as diversas frações do capital.

No Brasil, nesse contexto, é possível destacar o auxílio emergencial oferecido pelo Governo Federal que varia entre 600 e 1200 reais – reduzido para 300 reais-, tendo como critério para acesso a renda. Isso significa uma transferência de renda que causa muito mais impacto do que o PBF, gerando mais distributividade nos rendimentos. Não há dúvidas acerca do caráter eleitoreiro, paternalista e político que esse tipo de iniciativa causa na dinâmica societária, até porque geralmente está associada a um contexto de restrição de direitos, como já sinalizou Behring e Boschetti (2020).

No entanto, tomando o valor do auxílio emergencial como referência tendo como condição de acesso apenas o rendimento, temos que a transferência de renda pode ser um elemento capaz de atenuar os efeitos da superexploração da força de trabalho, tais como a subvalorização da força de trabalho, o que pode revelar um bom incremento ao processo de luta de classes em prol aos interesses do trabalho. Ao atenuar a subvalorização da força de

trabalho colabora para limitar a inserção em dinâmicas degradantes, além de possibilitar um maior poder de barganha ao trabalhador na exigência dos seus direitos, visto que este terá garantido o necessário a sua reprodução e de sua família.

Sendo a transferência de renda utilizada como renda básica universal sem estar condicionada ao enxugamento de outros direitos sociais, ela pode se expressar como instrumento de inibição desigualdade ao administrar seus aviltantes, porque um valor mais expressivo lhe dá uma maior capacidade distributiva.

Não por acaso, o limite do auxílio emergencial àqueles que foram contemplados foi a sua descontinuidade de valor e permanência – claro a burocracia também impediu que muitos indivíduos pudessem ser escolhidos para receber o benefício. A descontinuidade do auxílio emergencial revela a necessidade da existência de uma transferência de renda de caráter universal e básico como política social que inibi os processos que desencadeiam a pobreza extrema. A imediaticidade e o caráter paliativo do auxílio emergencial colocará ao seu fim grande contingente da população brasileira numa situação de miséria, pois provavelmente irá incrementar o cenário o aumento do desemprego e uma crise social e econômica.

Pesquisa da FGV⁵³ afirma que o auxílio emergencial foi capaz de reduzir a pobreza em 23%. Esse número expressa a fragilidade dessa ação porque sua temporalidade provocará um efeito dominó nas expressões da pobreza de forma repentina. A pandemia aumenta a demanda pela assistência social e, com isso, através de ações de caráter emergencial, aponta a fragilidade de suas ações pontuais ao não atender aos indivíduos de acordo com suas necessidades, enfatizando sua herança assistencialista e clientelista.

Nesse sentido, na dinâmica real, a transferência de renda prioriza sua função econômica e política quando sua existência está condicionada prioritariamente em contribuir para a reprodução do modo de produção capitalista.

Por fim, consideramos que o tema de pesquisa que propomos não se esgota nas linhas que traçamos. Nossas mediações podem ser consideradas iniciais, visto que acreditamos que o debate não se esgotará aqui, até porque novas considerações podem surgir no que tange a tentativa de resposta a pergunta que fomentou a pesquisa. De todo modo, é possível avaliar que o debate entre mercado de trabalho e transferência de renda tece muitos desdobramentos futuros, como a necessidade de pesquisa acerca da inserção laboral dos usuários do PBF para

⁵³ Trata-se do estudo Covid, Classes Econômicas e o Caminho do Meio: Crônica da Crise até Agosto de 2020 do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getulio Vargas (FGV Social). Disponível em: <https://valorinveste.globo.com/mercados/brasil-e-politica/noticia/2020/10/09/auxilio-emergencial-reduziu-a-pobreza-em-23percent.ghtml> . Acesso em: 24/11/2020.

melhor precisar sua relação com a superexploração da força de trabalho, o papel do PBF no processo de transferência de valor própria da realidade dependente, transferência de renda como elemento a inibir a superexploração, o papel da transferência de renda no processo de luta por direitos, dentro outros.

São muitos os desdobramentos que podem ser apontados, pois esse tipo de política vem sendo cada vez mais aperfeiçoada para permanecer durante um longo tempo como alternativa de resposta as expressões da pobreza. Enquanto isso, o cenário de desmonte de direitos, que no Brasil se consolida através do corte de gastos, não está longe de ser desconstruído já que esse é um dos principais alvos do capital para manter sua perpetuação principalmente como novo nicho de valorização.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, T. R. de. Processos de gentrificação e racialização nas políticas públicas de bem-estar social: o caso do Reino Unido. *In: Revista NIEP-Marx*, v.7 n.12, 2019. Disponível em: <http://www.niepmarx.blog.br/revistadoniep/index.php/MM/article/view/313> . Acesso em: 26/11/2020.

ALMEIDA, M. H. T. de. O elo perdido entre o trabalho e a seguridade. *In: BEHRING, E.; ALMEIDA, M. (org.). Trabalho e Seguridade Social: percursos e dilemas* São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: FSS/UERJ, 2008.

AMARAL, M. S. **Teorias do imperialismo e da dependência: a atualização necessária ante a financeirização do capitalismo.** Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, 2012. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12140/tde-09102012-174024/publico/MarisaSilvaAmaralVC.pdf>. Acesso em: 12/08/2020.

ARCARY, Valério. Um argumento crítico sobre o Bolsa Família. 2006. Disponível em: <http://www.correiodadania.com.br/antigo/ed523/pol1.html>. (Acesso Julho/2018).

BAMBIRRA, V. **Teoría de la dependencia: una anticrítica.** México, 1977. Disponível em: <http://www.rebellion.org/docs/55078.pdf>. Acesso: 11/06/2019.

BARBALET, J. M. A cidadania. Lisboa: Estampa, 1989.

BOSCHETTI, I. Assistência Social no Brasil: um direito entre originalidade e conservadorismo. 2. ed. Brasília: GESST/SER/UnB, 2003.

_____. A assistência no capitalismo contemporâneo E tensões no trabalho De assistentes sociais. *In: VII Jornada Internacional de Políticas Públicas, Maranhão, 2015.*

_____. Tensões e possibilidades da política de assistência social em contexto de crise do capital. *In: Revista Argumentum* (Vitória), v.8, nº 2, p.16-29, maio/ago, 2016.

BOSCHETTI, I.; TEIXEIRA, S. O draconiano ajuste fiscal no Brasil e a expropriação de direitos da seguridade social. *In: SALVADOR, E.; BEHRING, E.; LIMA, R. de L. de. (org.) Crise do capital e Fundo Público: implicações para o trabalho, os direitos e a política social.* Pgs 67-98. Cortez, 2019.

BRAZ, A. F.; LINO, I. dos R. Cesta de Consumo e inflação das famílias de baixa renda: um panorama da última década. *In: Cadernos de Estudos* – nº. 34. Brasília, DF: Ministério da Cidadania; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2019.

CALIXTRE, A. **Sociedade Salarial e Desenvolvimento: sonhos e descaminhos do Brasil**. 2017. 23 slides. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-temporarias/especiais/55a-legislatura/pec-287-16-reforma-da-previdencia/documentos/audiencias-publicas/16-03.17-1/andre-calixtre>. Acesso em: 04/07/2019.

CARDOSO, F. H.; FALETO, E. Dependência e Desenvolvimento na América Latina. *In: Cinquenta anos de pensamento na Cepal / CS17 organização, Ricardo Bielschowsky; tradução de Veta Ribeiro. Vol. II - Rio de Janeiro: Record, 2000.*

CASSIN, M. P. da S. As políticas sociais nos governos do PT e a consolidação da hegemonia burguesa no Brasil. *In: 4º Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais: 80 anos de Serviço Social: Tendências e Desafios. Belo Horizonte, Maio/2016. Disponível em: <http://cress-mg.org.br/hotsites/Upload/Pics/51/514a6740-1dd0-41f4-816c-dab246355b89.pdf> . Acesso em: Maio/2020.*

CASTRO, J. A. de. Política Social: alguns aspectos relevantes para discussão. *In: UNESCO. Concepção e Gestão da Proteção Social Não Contributiva no Brasil. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009.*

CASTELO, R. O canto da sereia: social-liberalismo, novo desenvolvimentismo e supremacia burguesa no capitalismo dependente brasileiro. *In: Revista em Pauta*, n. 31, v.11, p. 119-138. Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. 1º semestre 2013.

CHAVES, Jeniffer de Paula; et all. Cadastro Único: um retrato das famílias de baixa renda no Brasil. *In: Bolsa Família 15 anos (2003-2018)/organização, Tiago Falcão Silva – Brasília: Enap, 2018.*

CIGNOLI, A. **Estado e força de trabalho: introdução à política social no Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

COSTA, A. T. de B. **A Superexploração da Força de Trabalho no Brasil (2003-2013)** 2013. 86f. Trabalho de Conclusão de Curso – Universidade Federal de Santa Catarina,

Florianópolis, 2013. Disponível em: file:///C:/Users/Faz%20Bem/Downloads/Arland-Costa%20(1).pdf. Acesso em: 05/07/2019.

COUTINHO, Carlos Nelson. O estruturalismo e a miséria da razão. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

DIEESE. **Valor de R\$ 954,00 não recompõe poder de compra do Salário Mínimo.** Nota Técnica, nº 188, Janeiro 2018. Disponível em: <
<https://www.dieese.org.br/notatecnica/2018/notaTec188SalarioMinimo.pdf> > Acesso em: 30 de março de 2019.

DUARTE, et al. **Modelos Econométricos para Dados em Pannel:** Aspectos Teóricos e Exemplos de Aplicação à Pesquisa em Contabilidade e Finanças. s/d. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/176819/mod_resource/content/1/Artigo%20-%20Modelos%20em%20Painel.pdf. Acesso em: 28/10/2020.

FÉLIX, G. Sobre o conceito de Exército Industrial de Reserva em Ruy Mauro Marni. *In: Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*. Nº 47, maio-ago 2017.

FERNANDES, Florestan. A Revolução Burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica. 5ª ed. São Paulo: Globo, 2005.

_____. Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina. 4ª ed. São Paulo: Global, 2009. FILHO. Falta a referência com o ano de 2012.

FILHO, Niemeyer A. Superexploração da força de trabalho e concentração de riqueza: temas fundamentais para uma política de desenvolvimento no capitalismo periférico brasileiro. *In: Desenvolvimento e dependência: cátedra Ruy Mauro Marini / Organizador: Niemeyer Almeida Filho.* – Brasília: Ipea, 2013.

FILHO, R. de S. Política Social no Brasil: notas e críticas a partir da Teoria Marxista da Dependência. *In: Revista Conexão Geraes*. CRESS-MG. 2º semestre/2014.

GENTIL, D. Ajuste Fiscal, Privatização e Desmantelamento da Proteção Social no Brasil: A Opção Conservadora do Governo Dilma Rousseff (2011-2015). *In: Revista da Sociedade de Economia Política*, nº 46 (jan 2017 – abr 2017). Disponível em:
<http://www.revistasep.org.br/index.php/SEP/article/view/277>. Acesso em: Jan/2020.

GUERRA, Yolanda. A instrumentalidade do Serviço Social. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2010.

HOLLAND, Márcio. XAVIER, Clésio Lourenço. **Dinâmica e competitividade setorial das exportações brasileiras: uma análise de painel para o período recente**. Economia e Sociedade, Campinas, v. 14, n. 1 (24), p. 85-108, jan./jun. 2005.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. O Debate contemporâneo do Serviço Social e a ética profissional. In: BONETTI, Dilséa; SILVA, Marlise; SALES, Mione; GONELLI, Valéria (Org.). Serviço Social e Ética. São Paulo: Cortez/CFESS, 1996.

JACCOUD, L. Proteção Social no Brasil: Debates e Desafios. In: UNESCO. **Concepção e Gestão da Proteção Social Não Contributiva no Brasil**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2009.

JESUS, M. O. D. de. **Política de Assistência Social e o alívio da pobreza**: um estudo sobre o direcionamento da assistência social no Brasil. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Serviço Social, Programa de Pós-graduação em Serviço Social, 2018.

JUNIOR, C. B. C. *et al.* Impactos do Programa Bolsa família no mercado de trabalho dos municípios brasileiros. In: **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro, set-out/2019.

KERN, A. P. **O Programa Bolsa Família e Impactos sobre o desenvolvimento humano**. (tese) Doutorado – Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Economia, Programa de Pós-Graduação em Economia, 2018.

LANES, M. P. de. **Capitalismo dependente e a superexploração da força de trabalho**: uma análise da juventude da classe trabalhadora. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Serviço Social, Programa de Pós-graduação em Serviço Social, 2019.

LARA, Ricardo. *Notas lukacsianas sobre a decadência ideológica da burguesia*. **Katálysis**, v. 16, n. 1, p. 91-100, jun/2013.

LUCE, M. S. **Teoria Marxista da dependência: problemas e categorias – uma visão histórica**. 1.ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2018.

_____. A superexploração da força de trabalho no Brasil: evidências da história recente. In: Desenvolvimento e dependência: cátedra Ruy Mauro Marini / Organizador: Niemeyer Almeida Filho. – Brasília: Ipea, 2013.

MARANHÃO, C. H. Capital e superpopulação relativa: em busca das raízes contemporâneas do desemprego e do pauperismo. *In: BEHRING, E.; ALMEIDA, M. (org.). Trabalho e* **Segurança Social: percursos e dilemas.** São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: FSS/UERJ, 2010.

_____. A ideologia neodesenvolvimentista e as Políticas Sociais no Brasil: apontamentos sobre crise e hegemonia na periferia do capitalismo. *In: Revista Conexão Geraes.* CRESS-MG. 2º semestre/2014.

MARINI, Ruy Mauro. Subdesenvolvimento e Revolução. *In: BARSOTTTL Paulo. & PÉRCAS, Luis Bernardo (Orgs). América Latina — História, idéias e revolução.* São Paulo: Xamã 1999.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência. *In: Ruy Mauro Marini: Vida e Obra.* Orgs. Roberta Traspadini e João Pedro Stedile. Editora. Expressão Popular, 2011.

_____. Subdesenvolvimento e Revolução. 5ª ed. Florianópolis: Insular, 2014.

MARSHAL, Theodore H., “Cidadania e classe social”, *In Cidadania, Classe Social e Status,* Rio de Janeiro: Zahar, 1967

MARQUES, M. G. Capitalismo dependente e cultura autocrática: contribuições para entender o Brasil contemporâneo. *In: R. Katál,* Florianópolis, v. 21, n. 1, jan./abr. 2018.

MARQUES, R. M.; XIMENES, S. B.; UGINO, C. K. Governos Lula e Dilma em matéria de seguridade social e acesso à educação superior. *In: Revista de Economia Política,* vol. 38, nº 3 (152), pp. 526-547, julho-setembro/2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rep/v38n3/1809-4538-rep-38-03-526.pdf>. Acesso em 11/2019.

MARQUES, R. M. ; Mendes, A. . Servindo a dois senhores: as políticas sociais no governo Lula. *Revista Katalysis* , v. 10, p. 15-23, 2007.

MARX, K. **Salário, preço e lucro.** [tradução Eduardo Saló] [Introdução: Elementos para teoria da mais-valia: Edmilson Costa]. Bauru, SP: EDIPRO, 2004.

_____. **O capital: crítica da econômica política.** Livro Primeiro: o processo de produção do capital. Vol. I e II. 12ª edição. Ed. Bertrand Brasil S.A. Rio de Janeiro, 1988.

_____. **O rei da Prússia e a reforma social. De um prussiano.** Trad. Ivo Tonet. São Paulo: Expressão Popular, 2010. 80 p.

MAZZEO. Antonio Carlos. Estado e burguesia no Brasil: origens da autocracia burguesa. 3ª ed. São Paulo: Boitempo, 2015.

MELLO. João Manuel Cardoso de. O capitalismo Tardio: contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira. 8ª edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.

MENEGHETTI, G. A questão social no capitalismo dependente. In: **Serviço Social e Realidade**, Franca, v.17, n.1, 2008.

MENEZES, M. T. C. G. de. **Em busca da teoria**: políticas de assistência pública. São Paulo: Cortez; Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 1993.

MESTRINER, Maria Luiza. **O Estado entre a filantropia e a assistência social**. São Paulo: Cortez, 2011.

MOTA, A. E. **Cultura da crise e seguridade social**. 7ª ed. – São Paulo: Cortez, 2015.

_____. A centralidade da assistência na Seguridade Social brasileira nos anos 2000. In: MOTA, Ana Elisabete (Org.). **O mito da assistência social**: ensaios sobre Estado, política e sociedade. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

_____. A regressão civilizatória e as expropriações de direitos e das políticas sociais. In: **Revista Argumentum** (Vitória), v.9, nº 3, p.30-36, set/dez, 2017.

MOTA, Ana Elisabete. Superexploração: uma categoria explicativa do trabalho precário. In: Revista Online do Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior, PT, s/d.

NETTO, José Paulo. Capitalismo Monopolista e Serviço Social. Ed. Cortez, São Paulo, 2001. Falta a referência com o ano de 2001.

_____. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2008. _____. A construção do projeto ético-político do Serviço Social. In: MOTA, Ana Elisabete (Org.). **Serviço Social e saúde**: formação e trabalho profissional. São Paulo: Cortez, p. 141-160, 2006.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. Economia Política: uma introdução crítica. 8ª ed. São Paulo: Cortez, 2012.

NUNES, H. M. P.; SOUSA, M. F. de. Bolsa Família e Mercado de Trabalho: síntese de indicadores a partir da PNAD Contínua. In: **Bolsa Família 15 anos (2003-2018)**. Tiago Falcão Silva (org.)/ Brasília: Enap, 2018.

OLIVEIRA, E. C. de. Os Programas de Transferência Condicionada de Renda e a Proteção Social: os casos do Brasil, Argentina e Chile. *In: Revista Argumentum* (Vitória), v.7, nº 2, p.128-142, jul/dez, 2015.

OSÓRIO, J. América Latina: o novo padrão exportador de especialização produtiva – estudo de cinco economias da região. *In: Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência*. Carla Ferreira, Jaime Osorio, Mathias Luce (orgs.)/São Paulo, SP. – Boitempo: 2012.

_____. Fundamentos da superexploração. *In: Desenvolvimento e dependência: cátedra Ruy Mauro Marini / Organizador: Niemeyer Almeida Filho. – Brasília: Ipea, 2013.*

_____. Entrevista realizada entre os meses de março e abril de 2020: Estado e Superexploração do trabalho no capitalismo contemporâneo: A atualidade da Teoria Marxista da Dependência (TMD). Disponível em: <http://iela.ufsc.br/rebela/revista/artigo/entrevista-estado-superexploracao-do-trabalho-no-capitalismo-contemporaneo>. Acesso em: Ago/2020.

PAIVA, Beatriz Augusto de. A enigmática contradição entre trabalho e política de assistência social. *In: PAIVA, Beatriz Augusto de (org.). Sistema Único de Assistência Social em perspectiva: direitos, política pública e superexploração*. São Paulo: Veras Editora, 2014. p. 321-372

PAIVA, B.; OURIQUES, N. Uma perspectiva latino-americana para as políticas sociais: quão distante está o sociais: quão distante está o sociais: quão distante está o horizonte?. *In: Katálysis*, v.9, n.2, jul./dez. 2006.

PAIVA, B. et al. Família e Participação popular: antonomias dos modelos de proteção social na América Latina. 2009..

PAIVA, B. *et al.* Política Social na América Latina: ensaio de interpretação a partir da Teoria Marxista da Dependência. *In: Ser Social*, Brasília, v.12, n.26, jan./jun. 2010. Disponível em: http://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/12702/11104. Acesso em: 02/09/2019.

_____. Estado e Capitalismo Dependente: notas sobre sua processualidade. *In: Encontro Nacional de Pesquisadoras/es em Serviço Social*, 16, Vitória, 2018. **Anais [...]**. Vitória (ES): Universidade Federal do Espírito Santo, 2018.

PEREIRA, P. A. P. **A assistência social na perspectiva dos direitos** – crítica aos padrões dominantes de proteção aos pobres no Brasil. Brasília: Thesaurus, 1996.

_____. Degradação do trabalho e políticas sociais 'ativas' na ordem neoliberal: aproximações ao caso brasileiro. *SER Social (Online)*, v. 17, p. 455-480, 2015.

PRADO, C. Marx e crítica à forma salário. *In: Revista Espaço Acadêmico*. Nº 124. Setembro de 2011. Disponível em: <file:///C:/Users/Michaella/Downloads/12651-57105-1-PB.pdf>. Acesso em: Abril/2019.

RAPOSO, C. T. M. **As particularidades da questão social na realidade brasileira contemporânea: superpopulação, precarização do trabalho e superexploração da força de trabalho**. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco. CCSA, 2015.

ROCHA, M. F. “Questão social” na América Latina: superexploração da força de trabalho e opressões (notas introdutórias). *In: 5º Encontro Internacional de Política Social e 12º Encontro Nacional de Política Social*. Vitória (ES). Junho/2017.

SADER, E. (org). **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma**. São Paulo, SP: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil 2013.

SALVADOR, E. **Financiamento e Orçamento da Política de Assistência Social**. Apresentação feita ao Ministério do Desenvolvimento Social. Disponível em: http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/dicivip_datain/ckfinder/userfiles/files/Palestra%20MDS%20abril%202015%20-%20Evilasio%20Salvador.pdf. Acesso em: 1/10/2015

_____. O desmonte do financiamento da seguridade social em contexto de ajuste fiscal. *In: Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 130, p. 426-446, set./dez. 2017.

SAN MARTINS, F. L. **A forma salário no pensamento econômico de Marx**. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Econômico. Curitiba, 2016. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/45353/R%20-%20T%20-%20FABIO%20LUIZ%20SAN%20MARTINS.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em Abril/2019.

SANTOS, J. S. **Particularidades da “questão social” no capitalismo brasileiro**. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Serviço Social, Programa de Pós-graduação em Serviço Social, 2008.

SILVA, M. L. L. da. **(Des) estruturação do trabalho e condições para universalização da Previdência Social no Brasil**. Tese (doutorado) – Universidade de Brasília, Programa de Pós-graduação em Política Social, 2011.

SILVA, S. S. A. **Políticas Sociais Contemporâneas: uma análise do Programa Bolsa Família**. Dissertação (mestrado) FCH, Faculdade de Ciências Humanas – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados: UFGD, 2015.

SITCOVSKY, Marcelo. A reconciliação entre assistência social e trabalho: o impacto do bolsa família. In: Desenvolvimento e construção de hegemonia: crescimento econômico e reprodução da desigualdade. MOTA, Ana Elizabete (org.). – São Paulo: Cortez, 2012.

_____. A reconciliação entre assistência social e trabalho: o impacto do bolsa família. In: Desenvolvimento e construção de hegemonia: crescimento econômico e reprodução da desigualdade. MOTA, Ana Elizabete (org.). – São Paulo: Cortez, 2012.

SMOLSKI, F. M. da S. Regressão com dados em Painel. In: **Software R**: curso avançado. Battisti, I. D.E.; Smolski, F. M. S. (orgs.), ago/2019. Disponível em: <https://smolski.github.io/livroavancado/>. Acesso em 28/10/2020.

SOARES, S.; SOUZA, P. H. G. F. de; OSÓRIO, R. G.; SILVEIRA, F. G. (2010). Os impactos do benefício do Programa Bolsa Família sobre a desigualdade e a pobreza. In: IPEA. **Bolsa Família 2003 – 2010: avanços e desafios**. Brasília: IPEA, volume 2, 2010.

SOUZA, P. H. G. F. de, *et al.* Os efeitos do Programa Bolsa Família sobre a pobreza e a desigualdade: um balanço dos primeiros 15 anos. In: **Bolsa Família 15 anos (2003-2018)**. Tiago Falcão Silva (org.) – Brasília: Enap, 2018.

SPOSATI, A. *et al.* **Assistência na trajetória das políticas sociais brasileiras: uma questão em análise**. 12ª ed. São Paulo: Cortez, 2014.

STEIN, R. H. Pobreza e desigualdade na América Latina sob o olhar dos organismos internacionais. In: **Revista Ser Social**, nº 18, 2006. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/12990 . Acesso em: 08/2020.

TRASPADINI, R. **A teoria da (inter) dependência de Fernando Henrique Cardoso**. – 2ª. Ed. – São Paulo: Outras Expressões, 2014.

TAVARES, Maria Augusta; SITCOVSKY, Marcelo. **O caráter provisório dos mecanismos de reprodução da força de trabalho.** In: Desenvolvimento e construção de hegemonia: crescimento econômico e reprodução da desigualdade. MOTA, Ana Elizabete (org.). – São Paulo: Cortez, 2012.

.

VALENCIA, A. S. Dependência, precariedade laboral e fratura social na América Latina com as reformas neoliberais. In: **Revista Argumentum** (Vitória), v.8, nº 2, p.140-152, maio/ago, 2016).

VIEIRA, E. **Os direitos e a política social.** 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2007.

VITORINO, A.; MATOS, C. Teoria Marxista da Dependência: para a crítica da política social brasileira atual. In: Congresso Brasileiro de História Econômica, 13.; Conferência Internacional de História de Empresas, 14., 2019, Criciúma. **Anais** [...]. Criciúma: UNESC; ABPHE, 2019.

ANEXO A – MODELOS ECONOMÉTRICOS DO ESTUDO EMPÍRICO

Diante da metodologia descrita passamos a demonstrar as características dos modelos econométricos construídos para verificarmos os efeitos do Programa Bolsa Família (PBF) sobre o mercado de trabalho no que tange a precarização. Vejamos.

Modelo 1: Jornada de trabalho

i) Como variável dependente deste modelo utilizaremos o número de pessoas, segundo pesquisa PNAD, que trabalharam mais de 49 horas semanais (lnjornada) por Estado.

Já o vetor de variáveis explicativas é composto por:

ii) Número de pessoas recebendo bolsa família do Estado (lnbnf)

iii) Número de pessoas na economia formal do Estado (lnformal)

iv) População Economicamente Ativa – PEA do Estado (lnpea)

v) População – pop do Estado (lnpop)

vi) População com carteira assinada no Estado que trabalha em atividades de maior sofisticação, como indústria, serviços sofisticados e agricultura moderna – RAIS (lnrais)

vii) Produto Interno Bruto – PIB do Estado (lnpib)

viii) Renda média mensal do Estado– (lnrenda)

ix) Dummies de tempo para cada ano

O modelo 1 fica representado pela seguinte fórmula:

$$\begin{aligned} \lnjornada = & \beta_1 \lnbnf + \beta_2 \lninformal + \beta_3 \lnpea + \beta_4 \lnpop + \beta_5 \lnrais + \beta_6 \lnpib + \beta_7 \lnrenda + \\ & \beta_8 \text{lano}_{2008} + \beta_9 \text{lano}_{2009} + \beta_{10} \text{lano}_{2010} + \beta_{11} \text{lano}_{2011} + \beta_{12} \text{lano}_{2012} \\ & + \beta_{13} \text{lano}_{2013} + \beta_{14} \text{lano}_{2014} + \beta_{15} \text{lano}_{2015} + \beta_{16} \text{lano}_{2016} + \beta_{17} \text{lano}_{2017} \\ & + \beta_{18} \text{lano}_{2018} + \beta_0 \end{aligned}$$

Modelo 2: Formalidade

i) Como variável dependente deste modelo utilizamos o número de pessoas na economia informal (lninformal).

Já o vetor de variáveis explicativas é composto por:

ii) Número de pessoas recebendo bolsa família (lnbnf)

- iii) População Economicamente Ativa – PEA do estado (Inpea)
- iv) População – pop do estado (Inpop)
- v) População com carteira assinada no estado que trabalha em atividades de maior sofisticação, como indústria, serviços sofisticados e agricultura moderna – RAIS (Inrais)
- vi) Produto Interno Bruto – PIB do estado (Inpib)
- vii) Renda média mensal (Inrenda)
- viii) o número de pessoas, segundo pesquisa PNAD, que trabalharam mais de 48 horas semanais (Injornada)
- ix) Dummies de tempo para cada ano

O modelo 2 fica representado pela seguinte fórmula:

$$\ln\text{informal} = \ln\text{bnf} + \ln\text{pea} + \ln\text{pop} + \ln\text{rais} + \ln\text{pib} + \ln\text{renda} + \ln\text{jornada} + \text{_lano_2008} + \text{_lano_2009} + \text{_lano_2010} + \text{_lano_2011} + \text{_lano_2012} + \text{_lano_2013} + \text{_lano_2014} + \text{_lano_2015} + \text{_lano_2016} + \text{_lano_2017} + \text{_lano_2018} + \text{const}$$

Modelo 3: Renda

- i) Como variável dependente deste modelo utilizamos a Renda média mensal (Inrenda).

O vetor de variáveis explicativas, neste caso, é composto por:

- ii) Número de pessoas recebendo bolsa família (lnbnf)
- iii) Número de pessoas na economia informal (lninformal)
- iv) População Economicamente Ativa – PEA do estado (Inpea)
- v) População – pop do estado (Inpop)
- vi) População com carteira assinada no estado que trabalha em atividades de maior sofisticação, como indústria, serviços sofisticados e agricultura moderna – RAIS (Inrais)
- vii) Produto Interno Bruto – PIB do estado (Inpib)
- viii) Número de pessoas, segundo pesquisa PNAD, que trabalharam mais de 48 horas semanais (Injornada)
- ix) Dummies de tempo para cada ano

O modelo 3 fica representado pela seguinte fórmula:

$$\begin{aligned} \lnrenda = & \lnbnf + \lninformal + \lnpea + \lnpop + \lnrais + \lnpib + \lnjornada + _lano_2008 + \\ & _lano_2009 + _lano_2010 + _lano_2011 + _lano_2012 + _lano_2013 + _lano_2014 \\ & + _lano_2015 + _lano_2016 + _lano_2017 + _lano_2018 + \text{const} \end{aligned}$$